



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**  
**“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**  
Campus de Presidente Prudente

**GILNEI MACHADO**

**TRANSFORMAÇÕES NA PAISAGEM DA BACIA DO RIO MARRECAS (SW/PR) E  
PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**

**Presidente Prudente**

**2009**

**GILNEI MACHADO**

**TRANSFORMAÇÕES NA PAISAGEM DA BACIA DO RIO MARRECAS (SW/PR) E  
PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia da FCT/UNESP – como requisito parcial para obtenção do Título de Doutor em Geografia.

Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Aurélio Saquet

**PRESIDENTE PRUDENTE**

**2009**

Machado, Gilnei.  
M131t Transformações na paisagem da bacia do rio Marrecas (SW/PR)  
e perspectivas de desenvolvimento territorial / Gilnei Machado. -  
Presidente Prudente : [s.n.], 2009  
xvii, 284 f.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de  
Ciências e Tecnologia

Orientador: Marcos Aurélio Saquet

Banca: Antonio Nivaldo Hespanhol, João Osvaldo Rodrigues  
Nunes, Roseli Alves dos Santos, Sérgio Fajardo

Inclui bibliografia

1. Paisagem. 2. Desenvolvimento. 3. Território. I. Autor. II.  
Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia.  
III. Título.

CDD(18.ed.) 910

**EPIGRAFE**

*A terra não pertence ao homem;  
O homem pertence à terra.  
Todas as coisas estão ligadas como  
o sangue que une uma família.  
Há uma ligação em tudo.  
O que ocorrer com a terra recairá  
sobre os filhos da terra  
O homem não tramou o tecido da vida;  
Ele é simplesmente um dos seus fios.  
Tudo o que fizer ao tecido, fará a si mesmo.  
(Carta do chefe Seattle)*

## DEDICATÓRIA

À meu pai Darci (“*in memoriam*”) e à toda a minha família.

Aos meus amigos, em especial ao Ives, que nunca deixou de me incentivar.

Uma dedicação especial  
À minha esposa Cristina, pela paciência e amor dedicados.

## AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho somente foi possível graças a colaboração direta de muitas pessoas. Manifestamos nossa gratidão a todas elas e de forma particular:

Ao Prof. Dr. Marcos Aurélio Saquet – pela orientação e por me mostrar uma Geografia “diferente”.

Ao Prof. Egídio Dansero da Universidade de Turim e ao Projeto WWS por possibilitarem a minha ida à Itália e a realização de meu Doutorado Sanduíche.

Ao Prof. Dematteis e Profa. Francesca Governa da Universidade de Turim pelos inúmeros esclarecimentos e pela caminhada nas montanhas de Ghigo di Prali.

Aos funcionários, professores e a todos os amigos e colegas da Pós-Graduação em Geografia.

Ao Rafael da Silva Nunes e ao Marcelo Latuf pelo grande auxílio na confecção dos mapas.

Ao Izaias e Pedro, na SEMA de Curitiba, pela presteza em procurar e disponibilizar as fotografias aéreas.

A Sra Tânia Penso Ghedin da Secretaria de Cultura de Francisco Beltrão e aos funcionários da Secretaria de Obras e Secretaria de Urbanismo.

A todos os entrevistados, em particular ao Sr. Geraldo e Dona Zilda.

Ao Luiz Carlos Flavio e sua Família pelo imenso e imprescindível auxílio.

Ao casal Luiz e Roseli pela grande força ao longo da pesquisa, apoio nos trabalhos de campo e pela hospitalidade.

Aos amigos “prudentinos” Ricardo, Marcelino, Flávia, Alexandre, Cláudia, Beatriz, Bruna, Mitsue e família. E ao casal Odair e Patrícia.

Aos amigos Italianos e da Itália: Mateo, Cristiano, Alberta, Liu (Chinês), Carla e Nubia (bolivianas), Jorge (cubano), Tuly (Africano de Madagascar) e Winnington (brasileiro) por tornarem mais fácil minha estada na Itália.

À minha esposa Cristina pela companhia incansável e a nossa família, Iris, Ito, Gabi, Michael e Carol.

Ao povo brasileiro, que por meio do CNPq, financiou essa pesquisa e todo o curso de Doutorado.

Enfim, agradeço imensamente a todos que contribuíram de uma maneira ou de outra para que esse trabalho chegasse ao seu término.

## RESUMO

### **TRANSFORMAÇÕES NA PAISAGEM DA BACIA DO RIO MARRECAS (SW/PR) E PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**

As ações da sociedade no espaço e na natureza têm, ao longo do processo de ocupação desse espaço, provocado alterações significativas na paisagem, fazendo com que a paisagem seja o resultado da ação humana sobre o espaço. Ao ocupar um espaço e disseminar sobre ele um conjunto de objetos fixos e um conjunto de relações (fluxos), sejam essas de poder ou não, os homens transformam-no em território, o que faz com que, espaço e território não sejam termos equivalentes. Somente se exerce poder sobre um espaço, fazendo com que este se transforme em território, quando existe algo nesse espaço que chame a atenção, desperte o interesse econômico, social, cultural ou de outra forma. O território, nesse sentido, passa a ser “fonte de recursos” para o grupo social que sobre ele exerce poder. Criar territórios é uma necessidade dos seres humanos, para que possam habitar um espaço e ativar o processo de reprodução social. Essa criação somente é possível através do que conhecemos como processos de territorialização, os quais podem ser analisados de forma cronológica, como produção de formas e de uma lógica determinada historicamente através da transformação material do espaço e da efetivação das relações sobre ele. A denominação, delimitação, transformação material, comunicação e estruturação são ações que criam territórios. Isso permite compreender uma bacia hidrográfica, como a do Rio Marrecas, como sendo um território, pois passou por um processo de ocupação e transformação de sua paisagem, ou seja, pelo processo de territorialização. Para compreender essa transformação do espaço da bacia hidrográfica do Rio Marrecas em território nos detivemos em analisar as transformações ocorridas na sua paisagem ao longo do processo de ocupação da mesma, nos atendo principalmente no período entre 1950 e 2008 e procurando destacar quais os atores territorializantes e as ações por eles realizadas sobre o território. Para isso tomamos como base a totalidade da bacia (o espaço urbano e rural). Por meio dessa análise foi possível verificar que em cada década, desde a ocupação efetiva nos anos 1950, se destacaram atores/agentes territorializantes diversos que efetivaram a transformação do espaço em território por meio de ações também diversas, seguindo os interesses pessoais e coletivos. Das transformações detectadas ao longo das décadas analisadas percebeu-se que a retirada da mata (floresta natural) e sua substituição por cultivos agrícolas e pastagens foi a principal, particularmente nas três primeiras décadas de ocupação, já nas três últimas, a transformação da paisagem esteve circunscrita à área urbanizada da bacia, isto é, o núcleo urbano de Francisco Beltrão. Essa dinamicidade na transformação da paisagem urbana deu-se em virtude da migração campo-cidade, do processo de industrialização e da conseqüente expansão horizontal e vertical da cidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** espaço, território, transformações na paisagem, bacia hidrográfica, Rio Marrecas.

## ABSTRACT

### **CHANGES IN THE LANDSCAPE OF HYDROGRAPHIC BASIN OF MARRECCAS RIVER (SW/PR) AND PERSPECTIVES OF THE TERRITORIAL DEVELOPMENT**

The actions of the society in the space and nature have, throughout of the occupation process of this space, provoked significant changes in the landscape, in way that, making the landscape as a result of the human action being on the space. When takes possession of a space and scattering on it a set of stable objects and a set of relations (flow), these having power relations or not, the men change it into territory, what show us that, space and territory are not equivalent terms. We exercised power on a space, making it in territory, only when there is something on this space that stands up attention, awakes the economic, social, culture or other ways interests. The territory, in this direction, starts to be source of resources for the social group that on it exerts power. To create territories is a necessity of the human beings, so that they can inhabit a space and begins the social reproduction process. This creation just is possible through we know as territorialization processes, wich can be analyzed of chronological form, as production of forms and by a specific logic historically through the material transformation of the space and putting into effect of relations on it. The denomination, the material delimitation, the communication and the framework are actions that create territories. This allows in them to understand a hydrographic basin like the Marrecas river, as being a territory, because it passed for a occupation process and changes in its landscape. To understand this space change of the hydrographic basin of the Marrecas river as territory, we withheld in them in analyzing the changes happened in its landscape throughout the itself occupation process, mainly take care of in the period between 1950 and 2008, and searching for to detach wich the territorializing agents and the actions for carried through them on the territory. For this, we take as base the totality of the basin (urban and rural space). By means of this analysis it was possible verifying that in each decade, since the accomplishes occupation in the 1950s, had distinction many territorializing actors/agents that had accomplished the change of the space into territory by means of many actions too, following the personal and collective interests. Of the detected changes throughout of the analysed decades, it was perceived thar the withdrawal of the woods (natural forest) and its substitution for agricultural planted ground and grassland was the main one, particularly, in the three first decades of occupation, already in the last three, the change of the landscape was circumscribed to the urbanizing area of the basin, that is, the urban nucleus of Francisco Beltrão. This dynamicism in the change of the urban landscape occured because of the field-city migration, the industrialization process, and the consequent horizontal and vertical expansion of the city.

**KEY-WORDS:** space, territory, change in the landscape, hydrographic basin, Marrecas River.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Localização da bacia hidrográfica do Rio Marrecas – SW/PR	<b>20</b>
Figura 02: Bacia hidrográfica do rio Marrecas – hidrografia	<b>57</b>
Figura 03: Divisão política administrativa do Paraná na década de 1940	<b>58</b>
Figura 04: Concessão de Terras à Brazil Railway no estado do Paraná	<b>60</b>
Figura 05: Sede da CANGO na década de 1940 em Francisco Beltrão	<b>62</b>
Figura 06 – Revolta dos Posseiros de 1957 – Francisco Beltrão	<b>65</b>
Figura 07 – Avenida Júlio Assis Cavalheiro durante Revolta de 1957	<b>65</b>
Figura 08: Divisão do Sudoeste do Paraná em Glebas, Imóveis e Fazendas	<b>66</b>
Figura 09: Caminhão carregado de toras no ano de 1947	<b>69</b>
Figura 10: Transporte de madeira na década de 1950	<b>69</b>
Figura 11: Transporte de madeira beneficiada (tábuas) na década de 1950	<b>70</b>
Figura 12: Desmatamento para implantação da Lavoura – município de Planalto	<b>70</b>
Figura 13: Casa típica de madeira da década de 1950	<b>71</b>
Figura 14: Morro do Calvário e Quartel do Exército – Francisco Beltrão – início da década de 1950	<b>72</b>
Figura 15: Morro do Calvário e Quartel do Exército – Francisco Beltrão – metade da década de 1950	<b>72</b>
Figura 16: Mapa de uso e ocupação do solo da bacia do Rio Marrecas em 1952	<b>74</b>
Figura 17: Tipo de trator com escavadeira acoplada produzido na década de 1960 pela Massey Ferguson e utilizado em algumas propriedades do Sudoeste/PR ou pelas Prefeituras	<b>83</b>
Figura 18: Trator produzido e utilizado na década de 1960 carregando madeira nativa cortada	<b>84</b>
Figura 19: Mapa de uso da terra da bacia do Rio Marrecas ano de 1963	<b>86</b>
Figura 20: Produção brasileira de tratores de rodas e colheitadeiras - 1960 – 2006	<b>88</b>
Figura 21: Tipo de trator usado na década de 1970 por agricultores do Sudoeste/PR	<b>90</b>
Figura 22: Arado de Tração Animal	<b>92</b>
Figura 23: Plantadeira de Tração Animal	<b>92</b>
Figura 24: Tipo de arado de tração mecânica utilizado na década de 1970	<b>93</b>
Figura 25: Modelo de arado de tração mecânica utilizado na década de 1970	<b>93</b>

Figura 26: Processos erosivos do tipo ravina em encosta no município de Marmeleiro	<b>95</b>
Figura 27: Material depositado em curva do Rio Marrecas – município de Marmeleiro	<b>95</b>
Figura 28: Mapa de uso e ocupação da terra na bacia do Rio Marrecas em 1975	<b>98</b>
Figura 29: Cultivo de soja ao lado de estrada rural pavimentada no Município de Verê	<b>99</b>
Figura 30: Mapa de uso e ocupação da terra na bacia do Rio Marrecas na década em 1985	<b>102</b>
Figura 31: Mapa de uso e ocupação da terra na bacia do Rio Marrecas em 1995/96	<b>104</b>
Figura 32: Mapa de uso e ocupação da terra na bacia do Rio Marrecas em 2009	<b>106</b>
Figura 33: Cidade de Francisco Beltrão em 1952	<b>115</b>
Figura 34: Vista Geral da Cidade de Francisco Beltrão no início dos anos 1950, margem esquerda do Rio Marrecas	<b>116</b>
Figura 35: Cabanas de moradia temporária em meio a mata – início da década de 1950	<b>118</b>
Figura 36: A falta de pontes obrigava as pessoas a passarem por dentro dos rios	<b>118</b>
Figura 37: Mutirão de trabalhadores para abertura de estradas – início dos anos 1950	<b>119</b>
Figura 38: As estradas abertas facilitaram a chegada de mais pessoas ao Sudoeste	<b>119</b>
Figura 39: Sudoeste do Estado do Paraná no ano de 1951	<b>121</b>
Figura 40: Primeiro Prédio da Prefeitura de Francisco Beltrão construído em 1952	<b>123</b>
Figura 41: Igreja Matriz e Praça Central de Francisco Beltrão no ano de 1957	<b>123</b>
Figura 42: Primeiro Hospital de Francisco Beltrão, onde hoje é o Fórum da cidade	<b>124</b>
Figura 43: Estádio de Futebol Anilado em 2009	<b>124</b>
Figura 44: Praça Virmond Suplicy (ou Central) em 2009 (Calçada da Matriz)	<b>124</b>
Figura 45: Patrola utilizada pelo GETSOP para a abertura de estradas e ruas atualmente em exposição no Bairro da Cango – Cidade de Francisco Beltrão	<b>128</b>
Figura 46: Morro do Cristo ou do Calvário – Cidade de Francisco Beltrão	<b>128</b>
Figura 47: Antiga fábrica da Marel Móveis – no Bairro Industrial – Francisco Beltrão	<b>130</b>
Figura 48: Fábrica atual da Marel Móveis – Bairro Marrecas – Francisco Beltrão	<b>130</b>
Figura 49: Evolução do Perímetro Urbano de Francisco Beltrão 1932-2009	<b>133</b>
Figura 50: Edifício Rosseto – 1º prédio da cidade de Francisco Beltrão	<b>134</b>
Figura 51: Localização das ruas onde ocorreu o processo de Verticalização na década de 1970	<b>135</b>
Figura 52: Mapa de Bairros da cidade de Francisco Beltrão em 2009	<b>138</b>
Figura 53: Localização da Sadia e da Rua Amazonas no Bairro Pinheirão – em Francisco Beltrão	<b>140</b>
Figura 54: Instalações de aviário ligado a Sadia em propriedade rural de Francisco Beltrão	<b>144</b>

Figura 55: Ocupação de área de nascente e lançamento de efluentes domésticos no Córrego Progresso – Bairro São Miguel em Francisco Beltrão	<b>146</b>
Figura 56: Avenida Progresso com Córrego Progresso Canalizado na parte central	<b>146</b>
Figura 57: Vista geral da periferia da cidade de Francisco Beltrão – Bairro Sadia	<b>147</b>
Figura 58: Vazios urbanos na zona norte da cidade de Francisco Beltrão	<b>156</b>
Figura 59: Prédios construídos na década de 1990 atrás da UNIOESTE – vista a partir do lado esquerdo do pátio da universidade.	<b>159</b>
Figura 60: Prédios do “Vila Park” construídos na década de 1990 atrás da Unioeste – vista a partir do pátio da universidade.	<b>159</b>
Figura 61: Novo prédio de salas de aula da UNIOESTE – construído entre 2006 e 2007	<b>160</b>
Figuras 62: Prédio antigo em reforma – Rua Antonina com Otaviano dos Santos	<b>161</b>
Figura 63: Prédio antigo em reforma – Rua São Paulo	<b>161</b>
Figura 64: Casa de madeira ao lado de prédio em construção – Rua Sergipe – B. Alvorada	<b>162</b>
Figura 65: Prédio em construção – Rua Porto Alegre – B. Alvorada	<b>162</b>
Figura 66: Prédio em construção na Rua Romeu Lauro Werlang	<b>163</b>
Figura 67: Enchente em julho de 2004 nas proximidades da Foz do Córrego Lonqueador, afluente do Rio Marrecas – Bairro Presidente Kennedy	<b>165</b>
Figura 68: Ocupação de área de risco de desmoronamento – Bairro Nova Petrópolis	<b>165</b>
Figura 69: Ocupação Irregular às Margens do Rio Marrecas – Bairro Alvorada	<b>166</b>
Figura 70: Ocupação irregular das margens do Rio Marrecas – Bairro da Cango	<b>166</b>
Figura 71: Parque Alvorada – com lago ao centro – vista de parte do Bairro Alvorada	<b>170</b>
Figura 72: Parque Alvorada – pista de caminhada - vista a partir da Av. Porto Alegre	<b>170</b>
Figura 73: Prédios construídos na Av. Porto Alegre - proximidades do Parque Alvorada	<b>171</b>
Figura 74: Prédio em construção – Parque Alvorada	<b>171</b>
Figura 75: Córrego Lonqueador canalizado ao longo da Av. Paraná – divisa dos bairros Presidente Kennedy (à esquerda) e Vila Nova (à direita)	<b>173</b>
Figura 76: Distrito Industrial Ulderico Sabadin, margem direita do Rio Marrecas.	<b>177</b>
Figura 77: Distrito Industrial Dante Manfroi, margem esquerda do Rio Marrecas.	<b>177</b>
Figura 78: Vista Geral do Distrito Industrial do Bairro Água Branca (indústria e comércio)	<b>177</b>
Figura 79: Distrito Industrial Romano Zanchet – Bairro Padre Ulrico	<b>178</b>
Figura 80: Distrito Industrial CONAB – Bairro Cango	<b>178</b>
Figura 81: 6º Distrito Industrial da cidade de Francisco Beltrão – D.I. Irineu Montemezzo	<b>179</b>
Figura 82: Localização dos Distritos Industriais e outras infraestruturas na cidade de Francisco Beltrão	<b>180</b>

Figura 83: Centro de Detenção e Ressocialização de Francisco Beltrão	<b>182</b>
Figura 84: Loteamento de área Rural nas proximidades do Bairro São Miguel.	<b>183</b>
Figura 85: Hospital Regional de Francisco Beltrão	<b>184</b>
Figura 86: Construção do Contorno Leste-Sul – Bairros Água Branca e Seminário.	<b>186</b>
Figura 87: Placa de Inauguração do Centro de Estudos Ambientais	<b>188</b>
Figura 88: Pedreira Municipal ou Mãe Natureza.	<b>188</b>
Figura 89: Pedreira Motter – saída para Cascavel	<b>190</b>
Figura 90: Pedreira Bordignon – saída para Itapejara do Oeste	<b>190</b>
Figura 91: Pedreira Motter – lados esquerdo e direito da PR – 483 – saída de Francisco Beltrão para Cascavel.	<b>192</b>
Figura 92: Perfil de Classes de uso e ocupação dos solos no baixo curso da bacia do Rio Marrecas.	<b>195</b>
Figura 93: Perfil de Classes de uso e ocupação dos solos no médio curso da bacia do Rio Marrecas.	<b>196</b>
Figura 94: Perfil de Classes de uso e ocupação dos solos no alto curso da bacia do Rio Marrecas.	<b>197</b>
Figura 95: Prédio da Prefeitura de Francisco Beltrão nos anos 1950	<b>199</b>
Figura 96: Prédio atual da Prefeitura de Francisco Beltrão (em azul) e Câmara dos Vereadores	<b>199</b>
Figura 97: Casa de Comércio da Família Salvatti – em 1953	<b>200</b>
Figura 98: Casa de Comércio da Família Salvatti – em 2008	<b>200</b>
Figura 99: Sede Social da Sociedade Esportiva e Recreativa Real – anos 1970	<b>201</b>
Figura 100: Atual Prédio Real Center	<b>201</b>
Figura 101: Av. Julio Assis Cavalheiro na década de 1950	<b>202</b>
Figura 102: Av. Julio Assis Cavalheiro Atualmente	<b>202</b>
Figura 103: Praça da Liberdade – anos 1950.	<b>203</b>
Figura 104: Praça da Liberdade – entroncamento das Ruas Antonina, Porto Alegre e Av. Julio Assis – Bairro Centro – Francisco Beltrão	<b>203</b>
Figura 105: Futuras Instalações do “Francisco Beltrão Palace Hotel” em julho de 2008	<b>204</b>
Figura 106: Futuras Instalações do “Francisco Beltrão Palace Hotel” em fevereiro de 2009	<b>204</b>
Figura 107: Pastagem em área de vertente – Bairro Industrial	<b>205</b>
Figura 108: Expansão urbana em direção às vertentes – Bairro Industrial	<b>205</b>
Figura 109: Jardim Itália II em julho de 2008.	<b>206</b>

Figura 110: Jardim Itália II em fevereiro de 2009.	<b>207</b>
Figura 111: Terreno do Distrito Industrial - Irineu Montemezzo – Bairro Sadia – Dezembro de 2008	<b>207</b>

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Gleba 1 do Imóvel Missões: número de lotes e área total	<b>68</b>
Tabela 02: População da Região Sudoeste Paranaense e do município de Francisco Beltrão na década de 1960	<b>73</b>
Tabela 03: Área dos usos e ocupação do solo da bacia do Rio Marrecas em 1952	<b>73</b>
Tabela 04: Classes de uso do solo – área em metros e em percentagem na bacia do Rio Marrecas	<b>82</b>
Tabela 05: Área média coberta por trator nos municípios da bacia do Rio Marrecas	<b>89</b>
Tabela 06: Número médio de tratores e arados por estabelecimento rural	<b>89</b>
Tabela 07: Utilização das terras nos municípios da área de estudo em 1970 (ha)	<b>94</b>
Tabela 08: Utilização das terras nos municípios da área de estudo em 1975 (ha)	<b>96</b>
Tabela 09: Utilização das terras nos municípios da área de estudo em 1980	<b>99</b>
Tabela 10: Utilização das terras nos municípios da área de estudo em 1985	<b>100</b>
Tabela 11: Utilização das terras nos municípios da área de estudo em 1995/96	<b>103</b>
Tabela 12: População Rural e Urbana do Sudoeste do Paraná (1960 a 2000)	<b>107</b>
Tabela 13: População Rural e Urbana de Francisco Beltrão (1960 a 2000)	<b>107</b>
Tabela 14: Conjuntos habitacionais construídos na década de 1980 - Francisco Beltrão	<b>142</b>
Tabela 15: Áreas acrescidas à malha urbana de Francisco Beltrão entre 1990 e 2000	<b>153</b>
Tabela 16: Alvarás de obras expedidos e área construída no período 1989 – 2008 em Francisco Beltrão	<b>157</b>
Tabela 17: Macrozoneamento do perímetro urbano de Francisco Beltrão	<b>174</b>
Tabela 18: Pedreiras que atuaram ou atuam em Francisco Beltrão/PR	<b>189</b>
Tabela 19: Ações e agentes para a requalificação do canal principal – o rio Marrecas	<b>232</b>
Tabela 20: Ações e agentes para a requalificação do território localizado a média distância do corpo hídrico principal	<b>234</b>
Tabela 21: Ações e agentes para a requalificação do território localizado a longa distância do corpo hídrico principal	<b>236</b>

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

a.n.m – acima do nível do mar

AGB – Associação de Geógrafos Brasileiros

ANFAVEA: Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD – Binational Industrial Research and Development

CANGO – Colônia Agrícola general Osório

CITLA – Clevelândia Industrial, Territorial Limitada

Cr\$ - Cruzeiros

Cz\$ - Cruzados

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

GEO – Global Environmental Outlook

GETSOP – Grupo Executivo de Terras do Sudoeste do Paraná

GPS – Global Position System

IAP – Instituto Ambiental do Paraná

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

Quant. - Quantidade

SW (SO) – Sudoeste

UEM – Universidade Estadual de Maringá

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>18</b>
<b>1 OS PROCEDIMENTOS DA PESQUISA</b>	<b>24</b>
1.1 Os trabalhos de campo	29
<b>2 ESPAÇO, TERRITÓRIO, PAISAGEM: O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO COMO ELO DE LIGAÇÃO</b>	<b>32</b>
2.1 A ação do homem no espaço: elementos da relação sociedade-natureza	32
2.2 O espaço como uma das categorias de análise	36
2.3 Paisagem: em busca de uma relação com o território	39
2.4 Espaço ocupado: a origem do território	45
2.5 O processo de territorialização	51
<b>3 TRANSFORMAÇÕES MATERIAIS NA PAISAGEM DA BACIA DO RIO MARRECAS</b>	<b>55</b>
3.1 Da ocupação à transformação: a fase inicial da colonização efetiva	56
3.2 A propriedade privada da Terra como transformação da paisagem nas décadas de 1950 e 1960	64
<b>4 TRANSFORMAÇÕES MATERIAIS NA PAISAGEM RURAL DA BACIA DO RIO MARRECAS: EFEITOS DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA</b>	<b>76</b>
<b>5 TRANSFORMAÇÕES MATERIAIS NA PAISAGEM URBANA DA BACIA DO RIO MARRECAS: O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO</b>	<b>111</b>
5.1 Primeiro período de transformação da paisagem: os primórdios da formação do núcleo urbano de Francisco Beltrão	114



5.2 Segundo período de transformação na paisagem urbana: a vila se torna cidade	125
5.3 Terceiro período de transformação da paisagem urbana: crescimento horizontal e industrialização	131
<b>6. TRANSFORMAÇÕES MATERIAIS NA PAISAGEM URBANA DA BACIA DO RIO MARRECAS: QUARTO PERÍODO DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO</b>	<b>150</b>
6.1 Transformações na paisagem urbana entre 1990 e 2008	152
6.2 Políticas Públicas Municipais dos anos 1990 e as alterações da paisagem urbana em Francisco Beltrão	167
6.3 Os distritos industriais	175
6.4 Implantação de estrutura urbana e as transformações na paisagem	181
6.5 A exploração dos recursos naturais	186
6.6 Qual a velocidade das transformações da paisagem?	192
<b>7 PERSPECTIVAS DE GESTÃO DO TERRITÓRIO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO MARRECAS</b>	<b>210</b>
7.1 Gestão participativa	213
7.2 Do governo à governança do desenvolvimento	215
7.3 Pacto de Rio (Patto di Fiume): reflexões que podem subsidiar a gestão e o desenvolvimento do território da bacia hidrográfica do Rio Marrecas	220
7.3.1 Experiências Italianas	225
7.3.2 Experiência Francesa	227
7.3.3 Perspectivas de desenvolvimento territorial através do pacto de rio	229
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>237</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>244</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>262</b>

## INTRODUÇÃO

O estudo da relação sociedade-natureza tem despertado o interesse de estudiosos há muito tempo. Esta relação ocorre ao longo do processo de evolução das sociedades e é marcada por um dinamismo sem comparação, devido ao fato das mesmas irem se adaptando e aperfeiçoando tal conexão.

Com o intuito de sobreviver, acumular, superar-se e dominar a natureza, o homem passou a vislumbrá-la em todas as suas potencialidades, isto é, como fonte de matérias-primas para o atendimento de suas necessidades e interesses. Neste processo de subordinação da natureza aos modos de produção, o homem tornou-se o grande responsável pela transformação e degradação ambiental que agora se configuram.

A relação sociedade-natureza e as alterações percebidas na paisagem ocorrem no espaço ao longo do tempo. A ocupação do espaço, o domínio sobre este, a transformação deste em território pelo poderio militar, econômico, político e cultural pode ser verificada em qualquer lugar do planeta.

Desta forma, neste trabalho, analisamos o processo de transformação da paisagem da bacia hidrográfica do Rio Marrecas, ocorrido nos últimos 50 anos, procurando detectar quais as relações entre estas transformações e a construção do território do Sudoeste do Paraná e, principalmente, da bacia do Rio Marrecas.

O processo de colonização efetiva da região Sudoeste do estado do Paraná, iniciado nos anos 1950 por pessoas originárias principalmente dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, provocou profundas alterações na paisagem. Estas, inicialmente, surgiram na forma de pequenos desmatamentos para a abertura de trilhas e estradas, para a implantação do roçado e para a retirada de madeira para a construção de casas e demais dependências nas áreas das quais muitos estavam se apossando.

Com o avanço do processo de ocupação, o desmatamento foi intensificado; a mata deu lugar a lavouras cada vez maiores, à criação de bovinos e suínos e, ao mesmo tempo, forneceu matéria-prima para as empresas madeireiras que estavam se instalando na região. Este processo configurou o início da constituição do território do Sudoeste do Paraná e a sua estruturação inicial como parte do território do estado do Paraná.

Uma análise deste processo de ocupação, mostra que foram muitos os impactos territoriais provocados até que a região estivesse, de certa forma, “estabilizada” economicamente e socialmente.

Ao longo das últimas cinco décadas percebeu-se uma transformação significativa da paisagem devido a remoção da cobertura vegetal, implantação das áreas de pastagem, de cultivo, de residências nas áreas rurais e nos núcleos urbanos.

As alterações percebidas na atualidade apresentam relação direta com o processo de transformação ocorrido na sociedade e na dinâmica econômica. Assim, temos como finalidade mostrar que tais alterações estão intrinsecamente ligadas a elementos sociais, à história social e econômica do Brasil e da região.

A bacia hidrográfica do Rio Marrecas (Figura 01) localiza-se na região Sudoeste do estado do Paraná e apresenta uma área de aproximadamente 850 km<sup>2</sup>. Esta bacia ocupa partes dos municípios de Flor da Serra do Sul e Marmeleiro, onde ficam as nascentes, Francisco Beltrão onde está o médio curso e a maior parte da bacia, Itapejara do Oeste e Verê, onde se encontram o baixo curso e a foz da bacia no rio Santana.

Estudar as transformações que ocorrem no espaço ao longo do tempo e como estas configuram a paisagem em momentos distintos da história é uma temática deveras relevante. Além disso, esta pesquisa envolve questões referentes ao tempo, espaço, paisagem e território, buscando relacionar estes conceitos como orientação inicial para a compreensão das principais mudanças ocorridas na bacia hidrográfica do Rio Marrecas. Com isto, objetivamos fazer um levantamento do processo de ocupação da bacia ocorrido ao longo das últimas cinco décadas e das modificações que este processo de ocupação provocou na paisagem, como produto da interação sociedade-natureza.

A pesquisa se torna pertinente também pelo fato da bacia hidrográfica do Rio Marrecas ser uma área pouco estudada, por não existirem pesquisas aprofundadas relativas à interação sociedade-natureza. Desta maneira, nosso estudo é importante em virtude da necessidade de conhecer melhor os elementos naturais e sociais existentes na bacia.

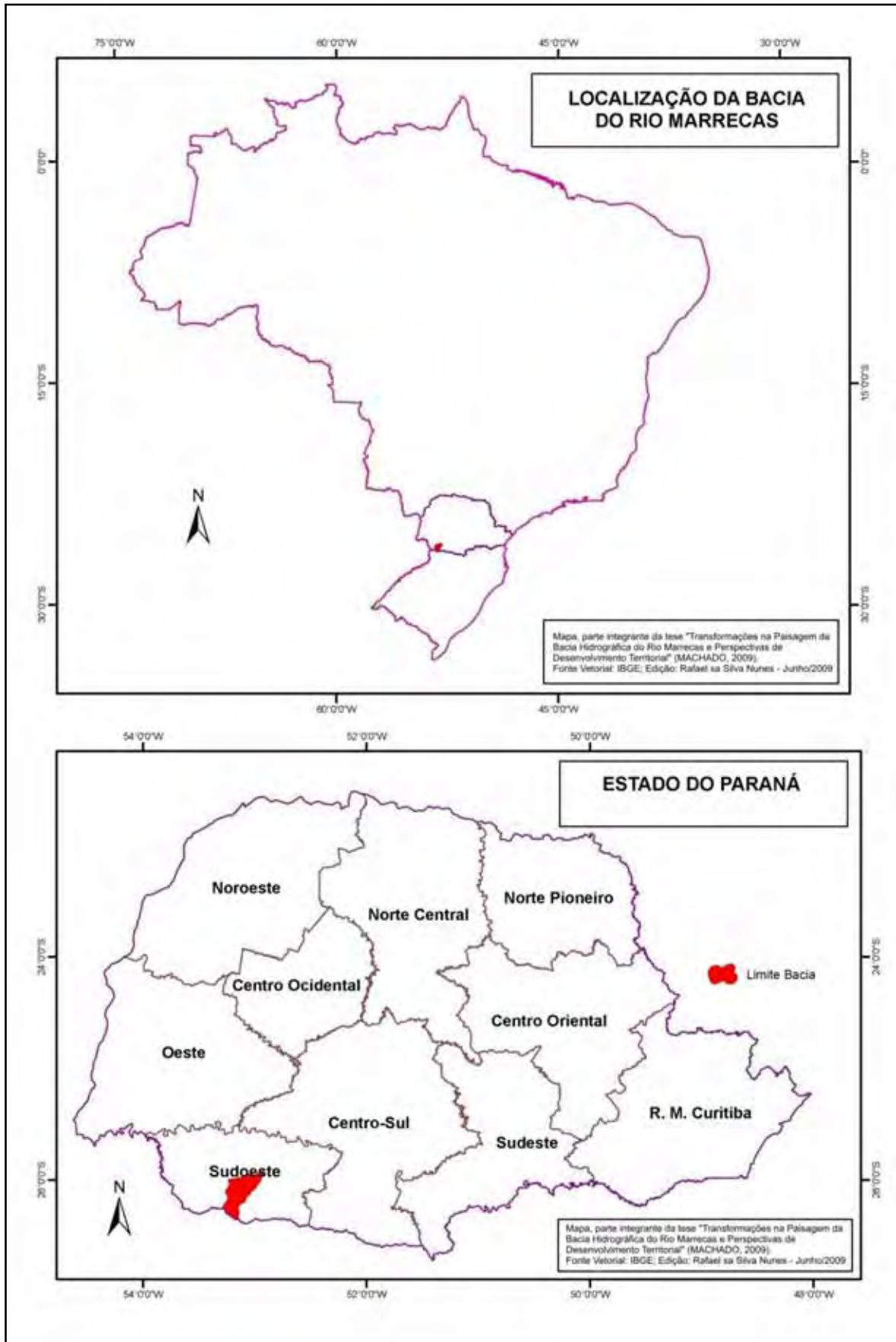


Figura 01: Localização da bacia hidrográfica do Rio Marrecas – SW/PR.

A relevância do trabalho encontra-se também no fato dos governos municipais encontrarem muitas dificuldades para planejarem adequadamente os diversos usos que se faz da bacia (abastecimento, uso do solo, etc.), primeiramente, devido ao fato de as políticas públicas não levarem em conta somente o espaço delimitado pela mesma, e principalmente devido à carência de pesquisas e informações relativas ao espaço da bacia. O conhecimento das transformações na paisagem da bacia do rio Marrecas é fundamental para um processo de gestão territorial da mesma.

O rio Marrecas é um manancial de abastecimento para a cidade de Francisco Beltrão, devendo por isso merecer maior atenção, principalmente por causa dos problemas relacionados à diminuição da mata ciliar, manejo inadequado do solo, uso de insumos químicos, poluição industrial, falta de saneamento básico nas áreas de manancial e poluição por dejetos de animais (suínos e aves).

Desta maneira, é necessário que se faça um maior detalhamento da bacia hidrográfica, gerando subsídios para o planejamento das ações, para que seja possível otimizar a aplicação dos recursos recebidos por meio do ICMS Ecológico, e conseqüentemente, a recuperação e conservação ambiental da bacia através de um processo de governança intermunicipal. Para que se possa planejar o desenvolvimento do território dessa bacia torna-se necessário conhecer os recursos naturais nela existentes, as transformações pelas quais passou e o que essa bacia oferece para o futuro.

Assim, o presente estudo tem como objetivos específicos:

- I) Caracterizar e analisar as transformações ocorridas na paisagem da bacia hidrográfica do rio Marrecas, relacionando essas transformações ao processo de ocupação do espaço da bacia;
- II) Identificar quais os fatores responsáveis pelas mudanças na paisagem da bacia, bem como os agentes/atores territorializantes que participaram dessas transformações;
- III) Apresentar subsídios, por meio da proposta de adoção de um *Pacto de Rio*, para a gestão do território da bacia baseada na governança intermunicipal.

Os resultados da pesquisa descritos neste texto estão organizados em sete capítulos:

No primeiro capítulo, discorreremos sobre os procedimentos metodológicos adotados ao longo da pesquisa, evidenciando as técnicas utilizadas.

O segundo capítulo contempla a parte da revisão bibliográfica, sobre a relação espaço-paisagem-território. Nele foram abordados alguns elementos que orientam a compreensão das transformações no tempo e no espaço. A sua construção passa pelo princípio de que não poderíamos entender as transformações provocadas pelas sociedades no espaço sem antes definir paisagem, espaço, território e seus fenômenos. O mesmo foi concebido porque a paisagem é ponto de convergência de muitos estudos geográficos e o estudo proposto para a bacia hidrográfica do Rio Marrecas também parte deste conceito ou categoria da geografia. Além disso, os estudos integrados da paisagem nos quais a natureza e o homem são elementos de suma importância nos permitem reunir a geografia humana com a geografia física ou pelo menos alguns dos seus elementos.

No terceiro capítulo, descrevemos e analisamos as transformações ocorridas na paisagem da bacia do Rio Marrecas, buscando entender essas transformações desde os primórdios da ocupação da área, na década de 1920, e mais acentuadamente, a partir da década de 1950; Destacamos ainda como a “luta” pela posse da terra no Sudoeste do Estado do Paraná contribuiu para a transformação e configuração da paisagem.

No quarto capítulo analisamos as transformações da paisagem rural da bacia procurando relacionar essas transformações com a modernização da agricultura. O período de tempo analisado nesse capítulo estende-se particularmente da década de 1960 à década de 1990.

No quinto capítulo, compreendendo que as transformações na paisagem rural passam a comportar-se de forma menos dinâmica, identificamos as transformações provocadas na paisagem urbana, mais especificamente na cidade de Francisco Beltrão, por ser esta a única área urbanizada da bacia. Esta parte do trabalho foi dividida em três: na primeira analisamos o período inicial da formação do núcleo urbano (1920 a 1950); Na segunda a transformação da Vila Marrecas em cidade (na década de 1950) e, na terceira parte, descrevemos aspectos centrais da industrialização e horizontalização da cidade nas margens do Marrecas.

No sexto capítulo, analisamos o quarto período de transformação da paisagem urbana da bacia do Rio Marrecas, o qual se estende da década de 1990 até os dias atuais, quando a cidade de Francisco Beltrão se insere definitivamente na lógica econômica “globalizada”, devido à descentralização política promovida pelo Governo Federal e ao incentivo dado aos empresários pela administração pública municipal. Nesse capítulo nos preocupamos em analisar a evolução vertical e horizontal da área urbana e a contribuição das políticas públicas nesse sentido, da implantação de distritos industriais, da infraestrutura urbana e da exploração

dos recursos naturais. Outro elemento analisado nesse capítulo diz respeito à velocidade com que as transformações da paisagem se processam.

Por fim, no último capítulo, fizemos algumas considerações sobre a gestão participativa, a governança do território e os *Pactos de Rio*, esperando que sejam úteis para a elaboração de um programa intermunicipal de gestão da bacia estudada.

Para a realização da pesquisa utilizamos procedimentos metodológicos que foram subdivididos em trabalhos de gabinete e trabalhos de campo. Nos trabalhos de gabinete estão incluídas as análises dos dados coletados de cartas topográficas, de fotografias aéreas e de imagens de satélite para a produção de mapas de uso da terra. Os trabalhos de campo envolveram a aferição das informações obtidas por meio da análise dos documentos, o georeferenciamento por meio de GPS das informações obtidas, a realização de medições, tomadas fotográficas e a realização de entrevistas, conforme detalhamos a seguir.

## 1 OS PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Nesta parte do texto temos como objetivo descrever os procedimentos utilizados ao longo do processo de pesquisa: pesquisa bibliográfica, coleta e tratamento dos dados secundários, produção de mapas de uso da terra, levantamento fotográfico e realização de entrevistas.

A etapa da confecção dos mapas de uso e ocupação da terra da bacia hidrográfica do Rio Marrecas nos deu os subsídios necessários para a análise da transformação da paisagem da área ao longo do tempo, particularmente nas últimas cinco décadas. Sendo assim, foi realizada a classificação das imagens das décadas de 1950, 1960, 1970, 1980, 1990 e 2000. Para a realização de tais atividades foram utilizadas bases aerofotogramétricas e imagens de satélites correspondentes aos anos de 1952, 1963, 1975, 1985, 1996 e 2009.

### **a) Imagens Aerofotogramétricas**

- Aerolevanteamento de 1952 - Estado do Paraná, Departamento de Geografia, Terras e Colonização – DGTC - Câmara: Fairchild F-224, Escala da Foto: 1:25.000, Data: Junho/1952. Executada por: Serviços Aerofotogramétricos Cruzeiro do Sul S.A.
- Aerolevanteamento de 1963 - Estado do Paraná, Departamento de Geografia, Terras e Colonização – DGTC - Câmara Wild RC9, Escala Aproximada: 1:70.000, Data: Maio de 1963 - Executada por: Serviços Aerofotogramétricos Cruzeiro do Sul S.A.



## **b) Imagens de Satélite**

Todas as imagens utilizadas foram obtidas no site do INPE e/ou adquiridas deste, sendo as seguintes:

- 1975 - Landsat 1, sensor MSS, cena 239/78, data 25/04/1975, bandas 4, 5 e 7.
- 1985 - Landsat 5, sensor TM, cena 223/78, data 15/08/1985, bandas 3, 4 e 5.
- 1996 - Landsat 5, sensor TM, cena 223/78, data 10/06/1996, bandas 3, 4 e 5.
- 2009 - Landsat 5, sensor TM, cena 223/78, data 11/04/2009, bandas 3, 4 e 5.

Para a construção do modelo digital de elevação do terreno (mapa de relevo) constante nos Anexos (Anexo 01) foi utilizada uma imagem SRTM (Shuttle Radar Topography Mission) versão 4 disponibilizado em CGIAR ("Consultative Group on International Agricultural Research") sendo a seguinte cena: srtm\_26\_18 em formato geotiff.

## **c) Vetores**

A principal fonte foi a base vetorial disponibilizada no site do IBGE:

- Limite da Bacia e Drenagem – vetorização com base em cartas topográficas 1:50.000 datadas do ano de 1980;
- Estradas, limite Brasil, limite Paraná, limite mesorregiões paranaenses, limites municipais paranaenses e sede municipal – Vetores disponibilizados para download no site do IBGE;
- Limite Urbano – Vetorizado sobre as imagens utilizadas.

#### **d) Programas ou softwares utilizados**

Para a construção dos mosaicos das aerofotografias (Mosaic Tool), montagem de bandas dos satélites (Layer Stack) e corte das imagens limitadas pela bacia (Subset Image) foi utilizado o programa Erdas Imagine versão 9.1 da Leica Geosystems.

No referenciamento (Define Projection, Project Raster, Project Shape), vetorização (Editor Tool Bar), georeferenciamento das imagens (Georeferencing Tool Bar), manipulação de shape/raster (Union, Update, Raster to Polygon, CAD to Feature Class e Majority Filter), classificação das imagens (Create Signatures e Maximum Likelihood Classification) e criação dos layouts dos mapas (Modo Data View) foi utilizado o programa ArcGIS/ArcMap 9.2 da ESRI.

Toda a base a ser trabalhada foi referenciada e convertida para o mesmo *Datum*, ou seja, SAD69 UTM (Sistema Universal Transverso de Mercator) fuso 22S, que é o correspondente a área onde se encontra a bacia do Rio Marrecas.

Na construção dos mapas de uso e ocupação da terra foram utilizadas para a delimitação das classes de uso e respectivas legendas, as cores de classes e legendas sugeridas pelo “Manual Técnico de Uso da Terra” formulado pelo IBGE.

O programa Erdas foi utilizado para montar o mosaico e recorte de imagens, como é o caso do limite da bacia, já no ArcMap as imagens foram referenciadas e georeferenciadas.

Para a realização do georeferenciamento das fotografias aéreas e imagens não georeferenciadas utilizamos como base uma imagem de satélite já referenciada. Para tal atividade foram identificados como pontos de referências alguns detalhes da hidrografia (no mínimo seis por imagem), como curvas de rio, pontes, foz de rio, etc.

Para o georeferenciamento dos mosaicos foi utilizado o número máximo possível de pontos do centro da imagem a fim de reduzir as distorções, porém por falta de dados nas imagens, como coordenadas das marcas fiduciais e informações técnicas detalhadas das fotos, não foi possível fazer as correções necessárias que um trabalho cartográfico de precisão exige. Porém, sendo a escala final do trabalho igual a 1:250.000 e não tendo como objetivo a construção de um mapa de precisão nos moldes da ciência cartográfica, destaca-se que os resultados obtidos são confiáveis e possibilitaram estimar as áreas de uso e ocupação.

Um detalhe importante a ser destacado no que tange ao mapeamento dos usos da terra referentes às décadas de 1950 e 1960, foi a falta de fotografias aéreas para sobreposição, o que provocou o surgimento de “buracos” no mosaico. Apesar desse problema, foi possível realizar um mapeamento de 83% da bacia em 1952 e de 66% em 1963, o que possibilitou adquirir uma noção confiável de como se configurava a área em termos de uso e ocupação da terra e em termos de paisagem, obviamente.

As imagens foram baixadas e referenciadas tendo como parâmetro para eventuais correções as cartas topográficas do IBGE utilizando o ArcMap. A montagem das bandas RGB 543 e RGB 453 e o recorte das mesmas foram feitas no Erdas.

As imagens utilizadas estavam sem nuvens nos quatro quadrantes, sem falhas e deslocamentos de bandas o que poderia prejudicar a posterior classificação das mesmas. Isso explica o porquê da escolha das imagens utilizadas e não de outras que mostrassem, por exemplo, uma área menor de solo exposto.

Como foram utilizadas, uma imagem do Landsat 1 que apresentava uma pixagem de 80m e uma imagem do Landsat 5 com uma pixagem de 30m, obtivemos diferenças no que diz respeito à qualidade dos mapas gerados, pois a classificação e o detalhamento das áreas ficaram prejudicadas na imagem do Landsat 1 em comparação ao 5, de modo que o mapa se apresenta com uma qualidade um pouco inferior em relação aos demais, o que não prejudica o trabalho cartográfico realizado e os resultados dele resultantes.

As imagens do Modelo Digital de Elevação SRTM foram reprocessadas, para que a pixagem que ela apresentava que era de 90m, fosse reduzida para 15m a fim de melhorar a sua apresentação. Para isso a imagem foi transformada em pontos e utilizando um interpolador foi gerada uma nova imagem com pixagem de 15m. A partir dessa imagem foram geradas duas novas imagens, uma com sombreamento, para dar um efeito 3d (Hillshade) e outra imagem (Spline) com a classe altimétrica dividida em 100m.

Os vetores, como o polígono do limite urbano, polígono das amostras para as classificações supervisionadas e os polígonos da classificação manual, foram editados e criados na escala de 1:20.000 usando o ArcMap. No caso do limite da bacia e hidrografia, este foi extraído das cartas topográficas de escala 1:50.000 disponibilizadas pelo Exército Brasileiro. O software utilizado para isso foi o AutoCAD que possibilitou a exportação das informações para o ArcMap em formato shape.

Na classificação manual, para que fossem evitados conflitos e vazios entre os polígonos gerados, foi realizada a edição com o uso do “cut polygon” do ArcMap cortando então o polígono limite da bacia gerando assim os polígonos de classes e identificando cada um com um número de identificação (ID) no banco de dados do shape.

Devido às características peculiares da bacia hidrográfica do Rio Marrecas, foram definidas como classes de uso as seguintes: área urbana, cultura agrícola, reflorestamento, pastagem, mata nativa, solo exposto e corpos d'água.

Cada classe foi identificada com um número de ID que possui uma correlação na legenda. Por falta de distinção nas fotografias aéreas utilizadas para a elaboração dos mapas de uso da terra das décadas de 1950 e 1960 entre classes parecidas, ou pela existência de áreas não identificadas não foi realizada a classificação de corpos d'água, culturas e reflorestamentos, então por necessidade inserimos uma nova classe a qual denominamos “sem dados” para computar a área não coberta pelas fotos.

As imagens de satélite foram classificadas automaticamente fazendo a “aprendizagem” ou programação do software através de polígonos identificados com um ID que mostram a que “tipo de pixagem” o programa devia correlacionar com o ID. Assim depois da edição dos polígonos, sempre pegando o maior número possível de amostras variadas em toda a imagem, foi gerada uma assinatura das classes que é utilizada pelo algoritmo do classificador de Máxima Verossimilhança a fim de proceder com a geração da imagem de classes. Para que fosse possível retirar pixagens pequenas que atrapalham na visualização em mapas de escala pequena e fazendo prevalecer o maior polígono da região, esta imagem foi reprocessada usando um filtro majoritário e em seguida foi feita a conversão da imagem para formato vetorial a fim de correlacionar cada ID com uma cor da legenda e cálculo de área.

As fotografias aéreas por não apresentarem imagens uniformes, e pelo classificador automático não conseguir classificar corretamente a classe mata nativa pela grande variedade de pixagem em tons de cinza, o que poderia ocasionar a classificação de parte destas áreas como outras classes, então, realizamos a classificação manual em toda a imagem de 1952 por ser predominantemente de mata nativa usando escala de edição de 1:20:000.

A imagem de 1963 também foi classificada manualmente para a delimitação das áreas de matas nativas e áreas sem dados. Já para a delimitação das áreas de solo exposto e

solo com cobertura vegetal do tipo pastagem e cultura, foi utilizada a classificação automática supervisionada.

Com as duas bases vetoriais geradas a partir das fotos de 1963, foi utilizado o comando *update* com a finalidade de sobrepor os vetores classificados automaticamente e o vetor classificado manualmente, tendo então o mapa de classes de 1963.

Em todos os vetores de classes gerados foi utilizado o comando *update* visando sobrepor a estes o vetor limite urbano referente à análise de cada imagem das classes sobrepostas. Assim foi gerado um polígono delimitando a área urbana visualizada nas imagens. Isto se tornou necessário porque o classificador automático identificou essa área como sendo solo exposto, o que tornou necessário classificá-la manualmente, gerando então com este último passo os vetores finais dos mapas de classificação do uso e ocupação da terra nos diversos anos.

Com as imagens de satélite e as aerofotografias referenciadas como base *datum* SAD 69 UTM fuso 22S temos a base planimétrica para realizar medidas lineares e de áreas. Como o ArcGis 9.2 possibilita o cálculo de área dos polígonos gerados, criamos uma entrada no banco de dados do *shape polygon* de cada classe com a coluna "área" e o valor da área de cada polígono em metros quadrados (m<sup>2</sup>), esses dados foram posteriormente transferidos para serem melhor trabalhados e salvos em formato Microsoft Excel.

## **1.1 Os trabalhos de campo**

Ao longo dos quatro anos de construção da tese procuramos realizar o maior número possível de trabalhos de campo. De modo que, podemos destacar a realização de cinco trabalhos de campo estando estes temporal e objetivamente distribuídos da seguinte maneira:

Trabalho de campo 1 – realizado no ano de 2005, teve por objetivo reconhecer, identificar e fotografar elementos da paisagem na sub-bacia do Rio Quatorze.

Trabalho de campo 2 – realizado no ano de 2006, teve por objetivo reconhecer, identificar e fotografar elementos da paisagem nas sub-bacias dos rios Santa Rosa e Herval e realizar entrevistas nessas áreas.

Trabalho de campo 3 – realizado no ano de 2007, teve por objetivo reconhecer, identificar e fotografar elementos da paisagem na sub-bacia do Córrego Lonqueador e em áreas dos municípios de Marmeleiro e Francisco Beltrão, bem como a realização de entrevistas nessas áreas.

Trabalho de campo 4 – realizado no ano de 2008, teve por objetivo identificar e fotografar elementos da paisagem no espaço rural dos municípios de Verê e Itapejara do Oeste, nas proximidades da foz do Rio Marrecas e a realização de entrevistas nessas áreas e no Bairro Água Branca, cidade de Francisco Beltrão.

Trabalho de campo 5 – realizado no ano de 2009, teve por objetivo identificar e fotografar elementos da paisagem, bem como realizar entrevistas na cidade de Francisco Beltrão.

Para a realização das entrevistas foi organizado um roteiro, que se encontra no anexo (Anexo 02), com trinta e quatro questões que procuravam identificar a origem do entrevistado, sua história e como se configurava o espaço quando eles ali chegaram, e também como o mesmo se configura atualmente em termos de uso e paisagem.

A idéia proposta inicialmente era a de que fossem entrevistadas pelo menos vinte pessoas em toda a bacia, tendo por base as comunidades existentes em sua área, porém, como os relatos começaram a se repetir em todas as entrevistas realizadas, consideramos desnecessário continuar a realizá-las, uma vez que tínhamos ao final um número de entrevistas com o mesmo conteúdo.

No que tange às entrevistas realizadas, salientamos o total de 10 entrevistas, os sujeitos da nossa pesquisa são moradores tanto da área rural da bacia do Rio Marrecas, quanto da urbana, ou seja, da cidade de Francisco Beltrão. Como destacado, inicialmente pensávamos em realizar um número bem maior de entrevistas, entretanto, com a obtenção das dez primeiras, percebeu-se que todos faziam uma descrição semelhante da área, conforme já mencionamos, o que levou-nos a considerar o número de entrevistas obtidas como suficiente para a compreensão do histórico de ocupação da área. Os entrevistados são os seguintes:

- Entrevistada 1 - Sra. Zilda – moradora da Linha Buratto (Água Branca) há mais de vinte anos; natural do Rio Grande do Sul; era agricultora na área.

- Entrevistada 2 - Sra. Irenir – agricultora moradora da Linha São Jorge, município de Marmeleiro; conseguiu a terra por meio de doação do Governo no Assentamento São Francisco, divisa com o assentamento São Jorge.
- Entrevistado 3 - Sr. Geraldo – ex-funcionário do GETSOP e atual funcionário do IAP de Pato Branco, ex-morador de Francisco Beltrão, mora atualmente em Pato Branco;
- Entrevistado 4 - Sr. José – morador da Linha São Francisco, no município de Marmeleiro, há cerca de 16 anos. É agricultor e adquiriu as terras com dinheiro próprio;
- Entrevistada 5 - Sra. Ermiliane Denize Risello – sócia proprietária da Imobiliária Serraglio Imóveis – Francisco Beltrão;
- Entrevistado 6 - Sr. Victorino Elcio Casaril – sócio proprietário da Imobiliária Buriti Ltda. – Francisco Beltrão;
- Entrevistado 7 - Sr. Eduardo Ferreira – ex-agricultor, ex-morador do Bairro Industrial, mora atualmente no Bairro Pinheirinho – Francisco Beltrão;
- Entrevistado 8 – Sr. Ari Dummel – morador do Bairro Industrial – Francisco Beltrão;
- Entrevistada 9 - Dona Cidália - moradora pioneira do Bairro Marrecas – Francisco Beltrão;
- Entrevistado 10 - Sr. Joecyr Guerra - antigo morador do Bairro Pinheirinho – Francisco Beltrão;

Utilizamos-nos também da entrevista realizada por Ieda Nesi Faedo, com a Sra. Carolina Zanetti Marcelo e de entrevistas realizadas por Adriana Ortolan (1998) com alguns dos pioneiros da cidade de Francisco Beltrão, as quais foram devidamente referenciadas.

Além dessas entrevistas, também analisamos um conjunto de 863 realizadas pela Secretaria de Cultura de Francisco Beltrão com os pioneiros da região. Dessas entrevistas, selecionamos (cerca de 10) as que consideramos relevantes para a compreensão de nosso território de estudo e delas fizemos a retirada das passagens que consideramos mais importantes.

## 2 ESPAÇO, TERRITÓRIO, PAISAGEM: O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO COMO ELO DE LIGAÇÃO

### 2.1 A ação do homem no espaço: elementos da relação sociedade-natureza

O uso do espaço remete às profundas marcas que o homem imprime à sua natureza exterior, e remete, portanto, à produção da natureza humana. Através do espaço, a relação entre a sociedade e a natureza, como suposto da produção do homem, evidencia-se como processualidade (DAMIANI, 1999). Um dos resultados da ação humana no espaço é, pois, a alteração da situação em que o indivíduo se insere.

A ação é um processo, mas um processo dotado de propósito no qual um agente, mudando alguma coisa, muda a si mesmo. Esses dois movimentos são concomitantes. Quando, através do trabalho, o homem exerce ação sobre a natureza, isto é, sobre o meio, ele muda a si mesmo, sua natureza íntima, ao mesmo tempo em que modifica a natureza externa (MOLES, 1974, p. 264).

Se a ação é um processo dotado de propósito, ela está ligada ao próprio homem, porque só o homem, tem objetivos e finalidades. As ações humanas não se restringem aos indivíduos, mas os propósitos relativos às ações são realizados por meio dos indivíduos.

As ações resultam de necessidades, naturais ou criadas. Essas necessidades: materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais, afetivas, é que conduzem os homens a agir e levam às funções. Essas funções, de uma forma ou de outra, vão desembocar nos objetos (SANTOS, 2002, p. 82).

A ação em conjunto ou do ser humano isoladamente, ocorre em um espaço que se revela na paisagem que dá forma à ação. Assim sendo, a paisagem é consequência dessa ação no espaço, ou seja, o resultado das transformações do espaço pela ação humana.

A relação sociedade-natureza apresenta nuances diferenciadas, dependendo da atuação dos atores envolvidos nesta relação e do contexto social a ela associado. Acredita-se que a retomada ou a busca da recuperação de uma relação mais “sagrada”, até mesmo “mística”, seria resultado de uma transformação do ser humano, no entanto, o que está mais



evidenciado é a preocupação com a escassez futura dos recursos naturais e não com os aspectos naturais ou ambientais em si.

Coimbra (1985) propõe reunir em três grandes grupos os fundamentos da relação sociedade-natureza. O tríptico fundamento, de acordo com o autor, é o *filosófico* (compreendendo todas as formas de conhecimento), o *religioso* e o *político*.

No fundamento filosófico o atual posicionamento filosófico do homem face à natureza aponta para três elementos: a dessacralização da natureza, a quantificação do mundo e a exploração do ambiente.

a) Dessacralização da natureza: para o homem contemporâneo, enquadrado nos moldes tecnológicos ou investido de decisões tecnocráticas, a natureza corresponde ao mundo considerado como um amontoado de coisas<sup>1</sup> que lhe compete conhecer e ordenar conforme os fluídos do seu intelecto privilegiado. Posição contrária àquela do homem primitivo, que passava seus dias num misto de espanto diante dos fenômenos naturais e de adaptação elementar às condições do meio.

No enfoque da filosofia clássica, para o homem, o próprio conteúdo do universo tem um aspecto sagrado, em que os fenômenos do cosmos são ricos em significados e falam ao homem de uma realidade que o transcende.

O caráter simbólico, posteriormente, dá lugar aos estudos da natureza em si mesma, concreta e sensível. Deixou-se a metafísica contemplativa para se aderir à filosofia racionalista. A natureza despojada, violada, tornou-se dessacralizada para o homem contemporâneo (COIMBRA, 1985), o que torna essa visão, de certa forma, dispensável à análise científica.

b) Quantificação do mundo: a índole quantitativa e material das ciências pode ser indicada como responsável pelo ambiente sufocante dos grandes centros urbanos, bem como pela mecanização e racionalização dos gestos humanos nos processos de produção.

A concepção quantitativa da natureza, transformada em mito pela tecnologia, começou a dominar a vida. “Neste entretanto, abalada já pelo confronto homem-natureza,

---

<sup>1</sup> Vale lembrar que a visão de Milton Santos relacionada às *coisas* é diferente. Para ele as coisas podem ser encaradas como “dávias da natureza”, ou seja, tudo aquilo que tem origem na natureza e não é utilizado pelo homem na forma de objeto (2002, p.65).

ela não tardará a mostrar a sua clamorosa insuficiência, que experimentamos tanto na elaboração do pensamento quanto nos programas corriqueiros da vida” (COIMBRA, 1985, p. 134).

c) *Exploração do ambiente*: a criação de novas tecnologias para atenderem à demanda social levou a uma expansão descontrolada do consumo, processando-se uma reação em cadeia, criando sérios problemas sociais, políticos e ambientais.

A mineração, o uso de agrotóxicos, a derrubada de florestas, os loteamentos irregulares, a substituição indiscriminada da agricultura de alimentação pela extração ou pelas monoculturas, tudo isto reflete a degradação da natureza pelo homem.

De fato, a atitude de desafio que a civilização moderna e contemporânea adotou perante a natureza evidencia um espantoso desequilíbrio entre nós, os seres humanos, e o ambiente.

No fundamento religioso, conforme expõe Coimbra (1985), a religião inspira o comportamento do homem em face da natureza e, por conseguinte, é fator que atinge o ambiente. Para o homem religioso, a natureza nunca é apenas ‘natural’, está sempre carregada de valor simbólico. Isto se explica facilmente, dado que o cosmos, para os religiosos, é uma criação divina; o mundo está impregnado de uma qualidade sagrada. Os homens vêm perdendo o sentido semântico e real da natureza, a natureza primeira, aquela já não mais existente nesse espaço. O que contribui também para a não utilização dessa visão religiosa em trabalhos científicos.

Já no fundamento político, conforme Coimbra (1985), o ambiente continua sendo um tema polêmico, porém, no atual contexto das posições políticas adotadas com relação ao ambiente há que se considerar o *conteúdo ideológico* e a *prática política*.

Nesse sentido, as ideologias e políticas não passam de idéias selecionadas e codificadas que são empregadas para alcançar objetivos concretos e bem definidos. Um sistema político, através de suas concepções econômicas, determina os *estilos de vida* de toda uma população. São estes *estilos de vida* os principais responsáveis pela crise ambiental que ora se verifica.

Sob o ponto de vista ideológico-político, a problemática ambiental no Brasil e nos países em vias de desenvolvimento radica-se nos padrões de desenvolvimento importados dos chamados “países centrais”.

Tem-se a impressão de que não é mais possível entender e organizar a sociedade à volta dos problemas especificamente humanos; o entendimento da natureza poderá modificar o comportamento da sociedade. Eis porque a Ecologia se tornou um tema político.

Essa abordagem resulta de colocações anteriores, pelas quais caracterizamos o homem como ser histórico que interfere no ambiente em que vive, a fim de organizar sua vida e a convivência entre si e o ambiente. Por isso as relações de produção e consumo, de organização do espaço, de intercâmbio de idéias, sentimentos e ações extrapolam o indivíduo: não diz respeito exclusivamente a um ser humano concreto, mas também ao seu agrupamento e seu entorno. Avançando-se ainda mais: referem-se aos recursos necessários à vida, existentes em toda a biosfera.

Somente a partir da década de 1970 disseminou-se mais fortemente o que Coimbra (1985) chamou de *fundamento político da relação homem-natureza*. Através de relatórios internacionais e conferências mundiais de meio ambiente, assim, os problemas ambientais passaram a chamar a atenção no cenário internacional. Desta maneira, a questão ambiental passou a fazer parte de questionamentos científicos e dos discursos políticos e religiosos, o que contribuiu para que muitas nações assumissem compromissos relacionados a tal temática.

A tendência da nova concepção de ambiente, de acordo com o autor supracitado, é que novos paradigmas de desenvolvimento contemplem equidade social, econômica e política, com vistas a conciliar as necessidades econômicas à disponibilidade limitada dos recursos naturais e sua proteção. Neste sentido, prevê-se que, cada vez mais, os novos paradigmas deverão compatibilizar os interesses econômicos e sociais com a proteção ambiental dentro de um processo de desenvolvimento “sustentável”, transformando o ambiente em fator de desenvolvimento (de melhoria social, política, econômica e ambiental) sem, contudo, causá-lo danos irreversíveis. São alguns segmentos da sociedade em busca de um novo modo de se relacionar com o espaço, visando retransformá-lo, considerando a recuperação e a preservação do ambiente.

A noção de “*desenvolvimento sustentável*”, para muitos, é uma expressão carregada de sentido ambíguo, pois se por um lado, há um sinal positivo no emprego generalizado dessa expressão, indicando a extensão da tomada de “consciência” sobre a problemática dos limites naturais; de outro lado, revela-se negativo, na forma pela qual se adota a nova noção, pois a tendência tem sido a de aceitar o complemento “sustentável” com a mesma facilidade que se absorve um modismo (VEIGA, 1998, p. 11).

A possibilidade de combinar “crescimento” e “sustentabilidade” como objetivo de políticas públicas e governamentais passa por pelo menos duas constatações. Primeiramente, não é possível ignorar que a maneira como cada sociedade valoriza a natureza condiciona diretamente a sua capacidade de “gerir” o ambiente. Em segundo, é preciso perceber que a gestão ambiental e territorial reflete, em grande medida, a tensão existente entre mudanças estruturais no sistema e o potencial por parte de cada sociedade de reação/adaptação a tais mudanças, gerando diferentes impactos e paisagens.

A relação sociedade-natureza é progressiva e dinâmica. A natureza vai “registrando” a ação do homem e por meio dele adquire diferentes feições, que correspondem ao respectivo momento histórico. Cada sociedade determina as características de seu território que, por sua vez, revela-se através da paisagem. Isso mostra quão importante é buscarmos a relação existente entre território e paisagem e, sem dúvida, o espaço, onde são construídas as relações sociais e onde se apresentam as contradições da lógica produtiva.

## **2.2 O espaço como uma das categorias de análise**

A importância do conceito de espaço em uma análise como esta é demonstrada pelo fato de o mesmo estar no centro das atenções de profissionais não apenas da Geografia, mas também de outras áreas das ciências. Para alguns, ele é um produto histórico, para outros, é apenas o produto do trabalho humano. Para nós, ele é condição geral e essencial para a existência humana, de modo que, sem ele, não há sociedade, pois o mesmo é uma necessidade incontestável do ser humano. É por isso que o tomamos como uma das categorias essenciais para o debate conceitual desta pesquisa: é um conceito-chave, como afirmou Corrêa (1995).

O espaço tem assumido importância fundamental para os estudos geográficos já que a natureza, da qual a Geografia se ocupava em seus primórdios, tem sido transformada, em seu todo numa forma produtiva. Sua importância decorre de suas próprias virtualidades, sejam estas naturais ou sociais, preexistentes ou adquiridas. Além disso, firmou-se historicamente, como uma das principais categorias da Geografia.

Santos (1988, p. 26), destaca que o espaço “não é o resultado de uma interação entre o homem e a natureza bruta, nem sequer um amálgama formado pela sociedade de hoje e o ambiente”. Ele deve ser considerado como um conjunto indissociável do qual participam objetos naturais e objetos sociais e a vida que o anima, isto é, a sociedade em movimento. Sendo assim, o espaço tem um caráter social e natural ao mesmo tempo.

Esta definição de espaço dada por Milton Santos é apropriada, uma vez que visamos analisar as transformações que surgiram com o processo de ocupação ocorrido na bacia do Rio Marrecas a partir da migração de agricultores gaúchos e catarinenses em meados da década de 1950, período em que os aspectos naturais são transformados intensamente, sobretudo a partir da década de 1970 com o processo de modernização da agricultura.

O autor declara ainda que o “espaço é (...) uma realidade relacional” (SANTOS, 1988, p. 26). Eis porque sua definição não pode ser encontrada senão em relação a outras realidades: a natureza e a sociedade, mediatizadas pelo trabalho. Sendo assim, pode-se dizer que cinco elementos estão inter-relacionados: tempo–movimento–sociedade–mudança–espaço. É o movimento da sociedade, ao longo da produção de sua história, que provoca as modificações no espaço ao longo do tempo. Sendo assim, pode-se afirmar que a sociedade ao produzir os seus meios de subsistência e mercadológico, produz seu espaço. O espaço geográfico é constituído desigualmente, com as diferenciações acentuando-se ao longo do tempo em razão da divisão social e territorial do trabalho, das forças produtivas, das relações de produção, das lutas sociais, da ação do Estado, das ideologias e de fatores culturais.

No que concerne ao movimento existente no tempo e no espaço, Santos (1982, p. 42) afirma que, “tomado isoladamente, tempo é sucessão, enquanto espaço é acumulação, justamente uma acumulação (desigual) de tempos” (momentos históricos) porque a constante transformação é uma característica da sociedade em que vivemos. Desta maneira, o tempo significa espaço, porque é movimento em perpétuo devir; e sem se materializar em formas espaciais concretas (edificações, cultivos, estradas), o devir não se efetiva e a história não existe (MOREIRA, 1985).

Pensar dessa forma, o espaço e o tempo, quando materializados em ações das sociedades, em modos de ser, viver e pensar significa conceber o espaço construído historicamente. Pensar o espaço como algo transformado pela sociedade é pensar o espaço da sociedade, o espaço geográfico. Assim, o território, a região e a área são formas de espaço em movimento porque são pensados e organizados pela sociedade (SILVA, 1986), pois o espaço e seu uso são pressupostos da vida. O espaço é resultado e condição da vida em sociedade.

Santos (1982, p. 42) já afirmava que “seria impossível pensar em evolução do espaço se o tempo não tivesse existência como tempo histórico. A sociedade evolui no tempo e no espaço” e transforma o espaço ao longo do tempo. A sociedade organiza o espaço por meio do trabalho realizado historicamente. Tempo e espaço, desta forma, “são níveis diferenciados de apreensão do real” e constituem, portanto, momentos díspares, mas concomitantes e são um caminho para pensar e concretizar uma intervenção na vida cotidiana (ALVES *et al*, 2004, p. 153). Pensar as transformações provocadas pela sociedade na paisagem e no espaço de uma bacia hidrográfica ao longo do tempo, como é o caso do proposto para a bacia hidrográfica do Rio Marrecas, é pensar o real, o concreto, o cotidiano.

O entendimento da totalidade de um espaço, por vezes, torna-se difícil, o que gera a necessidade de fragmentação dos elementos a serem analisados. Nesse sentido, Milton Santos afirma que o conhecimento da totalidade pressupõe a sua divisão. “O real é o processo de cissiparidade, subdivisão, esfacelamento”. Essa é a história do mundo, do país, de uma cidade. “Pensar a totalidade, sem pensar sua cisão é como se a esvaziássemos de movimento” (2002, p. 118).

A totalização compreende o passado, o presente, o futuro. Entender o espaço é assimilar a realidade em sua totalidade, como se dá sua formação, organização, modificação e as relações entre os elementos que a compõem.

O enfoque do espaço geográfico, como o resultado da conjugação entre sistemas de objetos e de ações, permite transitar do passado ao futuro, mediante a consideração do presente. Este trânsito temporal nos permite detectar e analisar as transformações do espaço em sua totalidade (SANTOS 2002).

A interpretação da realidade, das formas como a sociedade atua sobre o espaço ao longo do tempo, passa pela utilização de conceitos vinculados diretamente à especificidade teórico-metodológica e epistemológica da Geografia, tais como os conceitos de paisagem, espaço e território, os quais são indissociáveis. O homem vivendo em sociedade apropria-se do espaço gerando o território e a paisagem, sendo esta última uma manifestação da processualidade histórica da formação de cada território (SAQUET, 2001/2003).

Esta é a proposta de nosso estudo: interpretar como a sociedade ocupou o espaço da bacia hidrográfica do Rio Marrecas e transformou a sua paisagem ao longo das últimas cinco décadas construindo um território com especificidades, onde os agentes formadores e transformadores se relacionam e interagem historicamente.

### 2.3 Paisagem: em busca de uma relação com o território

O conceito de paisagem é fundamental para a compreensão dos aspectos da relação sociedade-natureza. A paisagem revela as mudanças e as permanências estabelecidas em certo território com o passar do tempo. Por isso, assume centralidade na concepção que estamos elaborando.

O conceito de paisagem originou-se por volta do século XI, época em que foi incorporado ao vocabulário inglês, graças à herança bucólica e artística daquele período (MACHADO, 1988). Nesse sentido, Christofolletti (1999, p. 38), acrescenta afirmando que:

O uso do termo paisagem está relacionado com a palavra italiana *paesaggio*, introduzida a propósito de pinturas elaboradas a partir da natureza, durante a Renascença, significando “o que se vê no espaço”; “aquilo que o olhar abrange... em um único golpe de vista”; “o campo da visão”

Deffontaines (1973) corrobora esta visão bucólica de paisagem, mas ao mesmo tempo faz uma distinção clara entre a aplicação científica do termo e a sua utilização no senso comum, afirmando que o mesmo pode descrever um conteúdo emotivo, estético, intrinsecamente subjetivo ao próprio fato. O conceito científico de paisagem, ao contrário, abrange uma realidade que reflete as profundas relações, frequentemente não visíveis, entre seus elementos.

Para facilitar a compreensão do que vem a ser paisagem, utilizamos uma metáfora apresentada por Deffontaines que diz que, a paisagem, na acepção vulgar do termo, nada mais é que a parte emersa de um “*iceberg*”. Entretanto, sabe-se que um *iceberg* não é composto apenas da parte emersa e por isso cabe ao pesquisador estudar também a parte submersa (as relações) para compreender a parte revelada (o que é visto) (DEFFONTAINES, 1973). Neste sentido, cabe lembrar Bruneau (1973), que afirmou que “*uma paisagem é tanto o que se vê, como o que é sentido diferentemente pelos homens*”, por isso deverá ser analisada a partir das relações existentes entre os elementos que a compõem, bem como de fatos e dados concretos.

A diferença estabelecida por Deffontaines, no uso científico e não científico do conceito de paisagem, repousa no ponto de partida estabelecido para a análise da mesma. Enquanto que, no senso comum a paisagem é vista como algo estático, como externalidades

de elementos sociais e naturais representados em um quadro, a mesma é entendida, do ponto de vista científico, como a relação entre todos os elementos que a compõem.

A metáfora do *iceberg* apresentada por Deffontaines (1973) propicia uma analogia interessante para a compreensão dos estudos da paisagem que buscam sintetizar as relações entre o conjunto dos elementos.

A paisagem precisa ser apreendida pelo geógrafo de modo a contemplar e viabilizar a pesquisa científica e o desenvolvimento de uma metodologia que permita a compreensão da relação existente entre a sociedade e a natureza em uma perspectiva dinâmica. Desta maneira, se torna imprescindível que se tenha claro que a natureza não apresenta o mesmo significado que a paisagem ou mesmo o espaço, e que esses conceitos não são sinônimos, apesar de apresentarem muitas afinidades.

A natureza (que já não é mais natural) precisa ser entendida como algo mais amplo, que existe independentemente da ação humana, mas que é mudada pela ação humana. A paisagem também pressupõe a ação humana (na natureza ou no espaço) ao longo de um determinado período de tempo.

A paisagem, podemos assim dizer, é a materialização da ação humana (sociedade) na natureza que se encontra em um determinado espaço, portanto, sua constituição está vinculada à estrutura natural pré-existente; ela contém elementos da sociedade e da natureza, revela uma dialética própria, na qual as ações humanas sobre o funcionamento do conjunto natural acionam mecanismos auto-reguladores, criando assim novas dinâmicas de funcionamento e possibilitando a continuidade dos processos naturais (PASSOS, 2003). O conjunto de elementos que compõem a natureza possui uma dinâmica muito particular, uma vez que se desenvolve, atua, adapta-se e, por vezes, impõe seu ritmo à sociedade nela estabelecida.

Bertrand (1972) salienta que a paisagem é uma produção social, resultado de uma combinação dinâmica, instável de elementos físicos, biológicos e antrópicos, que numa relação dialética, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável em constante evolução. A paisagem, como unidade integradora, trouxe à Geografia várias concepções similares, no intento de melhor caracterizar os elementos físicos, biológicos e antrópicos, fundamentais à compreensão dos sistemas ambientais.

Zonneveld (1986) faz uma síntese dos principais elementos que se conectam e interagem na paisagem, ele apresenta uma série de componentes naturais e sociais, e entre estes dois tipos de elementos, encontra-se a paisagem a qual é criada, regulada, produzida e



transformada de acordo com as funções que os homens lhes atribuem. Os elementos naturais são apresentados como sendo a “base” para as atividades humanas e estão subjugados a tais atividades. Sendo assim, na concepção de paisagem elaborada por Zonneveld as atividades humanas não existiriam sem os elementos naturais e, por sua vez, a paisagem não existiria sem estes dois elementos. A interação entre os diversos componentes da paisagem faz com que Zonneveld a interprete como um sistema.

Por este ponto de vista, a paisagem torna-se conceito fundamental nos estudos sobre fenômenos geográficos nos quais os elementos naturais e humanos se relacionam para produzir um espaço diferenciado. A paisagem não é, entretanto, como destaca Bertrand:

A simples adição de elementos geográficos disparatados. É, numa determinada porção do espaço, o resultado da combinação dinâmica, portanto, instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução. [...]. É preciso frisar bem que não se trata somente da paisagem ‘natural’ mas da paisagem total interagindo com todas as implicações da ação antrópica (1971, p. 02).

Bertrand (1969 *apud* VICENTE & PEREZ FILHO, 2003) reconhece a paisagem como uma expressão concreta da relação sociedade-natureza sob a perspectiva histórica. O autor ressalta ainda que, tratar da paisagem, implica não só em considerar os seus aspectos naturais, mas também as implicações das ações antrópicas. Para isso, um fator fundamental na análise da paisagem é a noção de escala temporal (tempo, herança histórica da paisagem). Bertrand afirma que é necessário pensar a paisagem sob uma perspectiva global, na qual, a delimitação deve ser apenas um meio de aproximação com a realidade geográfica, o resultado disso será a síntese da paisagem.

Na revisão de sua proposta inicial, Bertrand destaca a importância das *dimensões espaciais e temporais* para os estudos geossistêmicos e da paisagem. Segundo o autor, “Precisamos trabalhar com o tempo na história... e analisar as mudanças” (1998, p.151- 152). A partir dessa abordagem, Bertrand propõe uma análise geográfica do ambiente, através do território e da paisagem (essa é a idéia do GTP – Geossistema, Território e Paisagem). Nessa concepção, ele vê na paisagem um instrumento não só científico, mas de diálogo, com o qual, busca-se entender a diversidade e como as pessoas se organizam, constroem sua identidade e representam seu espaço.

O estudo das formações e transformações das paisagens é importante, uma vez que a ocupação e utilização das mesmas trazem consigo uma série de problemas de ordem

ecológica. Além disso, a história da formação das paisagens atuais permite avaliar o grau de reversibilidade dos impactos “sofridos” pelas mesmas, além de serem, como afirmam Rodriguez *et al* (2004, p.154), “a chave para o prognóstico geográfico”.

Cada tipo de paisagem é o resultado de forças produtivas em níveis diferenciados e à medida que o homem se confronta com sua natureza exterior, ocorre uma relação que muitas vezes é degradante.

As forças produtivas variam ao longo da história da sociedade, impactando diferentemente no meio ambiente, como ocorreu na Bacia hidrográfica do Rio Marrecas: atualmente corresponde a um território construído com intensas modificações feitas a partir dos anos 1970, especialmente em virtude da modernização da agricultura e da construção das cidades, como demonstraremos mais adiante.

As unidades de paisagem *antropo-natural*, de acordo com a proposta de Rodriguez *et al* (2004), podem ser compreendidas em três categorias, a saber: paisagens naturais e semi-naturais, paisagens antropo-naturais e paisagens antrópicas. Esta é uma maneira para se classificar e entender as paisagens. Porém, precisamos avançar um pouco mais, tentando mostrar e explicar a heterogeneidade de paisagens concomitantes e as processualidades históricas de suas formações. Existe aí, uma relação espaço-tempo que precisa ser explicitada.

A transformação da paisagem pelas atividades humanas está como já o dissemos anteriormente, intimamente ligada à relação sociedade-natureza, apresentando por isso, um caráter dialético e complexo. É por isso que a busca do elo entre os aspectos naturais e sociais formadores da paisagem tem sido realizada por pesquisadores que apresentam um viés materialista (materialismo histórico e dialético).

Um trabalho científico que merece destaque nessa linha de pensamento é o de Suertegaray (1987), a qual analisou a formação dos areais no Sudoeste do estado do Rio Grande do Sul procurando relacionar a evolução dos mesmos não somente aos aspectos ambientais, mas também aos econômicos e culturais. Neste trabalho a autora afirma que pretendia:

[...] atingir a compreensão da origem e/ou expansão dos areais como decorrente da produção da natureza através da dialética relação social: homem x natureza (SUERTEGARAY, 1987, p.25).

Suertegaray (1987) evidenciou alguns autores que trataram da relação entre a sociedade e a natureza, dentre eles Quaini (1979) e Frolon (1983), bem como alguns outros

que destacaram a relação dialética natureza-sociedade, como Moreira (1982), Gonçalves (1982), Paixão (1982) e Rosini (1983).

Quando a autora propõe estudar essa relação entre a natureza e a sociedade, expressa na paisagem dos areais esclarece que estamos observando *duas escalas temporais* completamente diferentes: a da natureza, inserida no *tempo geológico*, e a da sociedade, pertencente a um *tempo histórico*. Apesar dessa diferença temporal, só é possível compreender a degradação ambiental quando se concebe a unidade contraditória do homem com a natureza, que se transformam pelo trabalho.

Quaini (1979, p. 45) afirma que as questões relativas à natureza e ao homem não podem ser separadas, porque “enquanto existirem homens, história da natureza e história dos homens se condicionarão mutuamente”. Ao citar Marx, o autor ratifica que “a natureza tomada abstratamente, em si, separada do homem, é *nada* para o homem”. A paisagem é organizada de acordo com as necessidades (de produção, reprodução, sobrevivência) do homem (sociedade).

Milton Santos, em seus debates acerca do conceito de paisagem, também adota uma postura materialista, assim como Suertegaray. Esta abordagem é percebida nas palavras do autor referentes à definição de paisagem em relação às suas formas constitutivas:

A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza (SANTOS, 2002, p. 102).

Para Santos (2002, p. 103), a palavra paisagem é frequentemente utilizada no lugar da expressão “configuração territorial”, a qual pode ser definida como “o conjunto de elementos naturais e artificiais que fisicamente caracterizam uma área”. Para o autor, a paisagem é apenas a porção da configuração territorial que é possível abarcar com a visão. Assim, quando se fala em paisagem, há, também, referência à configuração territorial e, em muitos idiomas, o uso das duas expressões é indiferente. Entretanto, deve-se frisar que a paisagem não é estática, como se poderia interpretar nas palavras do autor, pois como ele mesmo salienta a paisagem não é formada apenas de “volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons”, isto é, de fixos e fluxos (SANTOS, 1988, p. 61).

A paisagem se dá como um conjunto de objetos concretos. Nesse sentido ela é transtemporal, juntando objetos passados e presentes. Cada paisagem se caracteriza por uma dada distribuição de formas-objetos, providas de um conteúdo técnico específico.

A paisagem existe através de suas formas, criadas em momentos históricos diferentes, porém coexistindo no momento atual. No espaço, as formas de que se compõem a paisagem preenchem, *no momento atual, uma função atual*, como resposta às necessidades atuais da sociedade. Tais formas nasceram sob diferentes necessidades, emanaram de sociedades sucessivas, mas só as formas mais recentes correspondem a determinações da sociedade atual. (SANTOS, 2002, p. 104).

Sendo assim, uma primeira observação da realidade, através da sua paisagem indica, mesmo que superficialmente, alguns direcionamentos para a pesquisa. Isso porque, conforme Santos (1997, p. 66) “uma paisagem é uma escrita sobre a outra, é um conjunto de objetos que têm idades diferentes, é uma herança de muitos diferentes momentos”.

Considerada em si mesma, como afirma Milton Santos, a paisagem é apenas uma abstração. Sua realidade é histórica e lhe advém de sua associação com o espaço social. Como corrobora Alves *et al* (2004, p. 155) “as mudanças sociais que ocorrem levam a uma superposição de paisagens”. Portanto, para interpretar as formas de transformação da paisagem no espaço e no tempo, não basta fazer uma análise (pura e simples) da paisagem, pois ela permite apenas supor um passado. Se quisermos interpretar cada etapa da evolução social, cumpre-nos retomar aspectos da história que esses fragmentos de diferentes idades representam juntamente com a história que a sociedade escreveu de momento em momento. Assim, reconstituímos a história da paisagem, testemunha da sucessão dos meios de trabalho, um resultado histórico acumulado (SANTOS, 2002).

A paisagem é uma parcela fragmentada do real passível de ser apreendida a partir da observação, o que reforça a concepção de paisagem como dimensão aparente da dinâmica territorial. Também pode ser entendida como uma síntese concreta, sendo um conjunto de formas e objetos que expressam *tempos e territórios* diferentes. É por isso que “os geógrafos críticos procuram entender a paisagem como expressão material da evolução da sociedade e do capitalismo” (ALVES *et al*, 2004, p. 158).

O conceito de paisagem carrega em sua formulação a cristalização de diversas dicotomias: homem x natureza, natureza x história, objetividade x subjetividade, essência x aparência.

Para evitar a fossilização de tais dicotomias, entendemos que a paisagem não deve ser compreendida meramente como uma materialidade concreta cujos objetos expressam, de forma fragmentada, um movimento físico-mecânico. Ou seja, a paisagem deve ser entendida como a manifestação da dimensão perceptível da dimensão socioespacial, a partir da relação dialética entre sujeito e objeto. (ALVES *et al*, 2004, p. 159).

Portanto, a metodologia de investigação da realidade, tendo como ponto de partida a paisagem, resultará num grande volume de informações na medida em que se aprofunda no universo pesquisado. Contudo, isso dependerá da definição clara do problema, melhor dizendo, dos recortes temáticos, espaciais e temporais a serem analisados.

Considerando o processo histórico de ocupação na bacia hidrográfica do Rio Marrecas e a constante interação que houve e há entre a sociedade e a natureza, é que optamos por adotar neste trabalho uma posição a partir das elaborações de Milton Santos, Dirce Suertegaray e Massimo Quaini. Esta posição nos proporcionará entender como se dão as relações, as trocas (fluxos), enfim, aspectos da ligação entre os elementos naturais e sociais na formação do território e nas transformações da paisagem.

Para melhor compreensão desta relação, imprescindível se torna analisar o território, que é onde os elementos de ordem cultural, econômica, política e ambiental se encontram. No processo de ocupação do espaço ao longo do tempo ocorre a transformação da natureza, da paisagem e a construção do território.

Entender a relação existente entre paisagem e território não é um trabalho fácil de ser realizado, particularmente quando se considera o espaço de uma bacia hidrográfica como pano de fundo, para isso torna-se de suma importância fazermos uma análise mais acurada do próprio conceito de território, assim como o fizemos com os conceitos anteriormente trabalhados.

## **2.4 Espaço ocupado: a origem do território**

Na busca pela gênese do conceito de território, Souza (1995) salienta que o mesmo surge na tradicional Geografia Política, como sendo o espaço concreto em si (com seus atributos naturais e socialmente construídos) ocupado por um grupo social.

Ratzel (1990) desenvolveu a noção de território a partir da concepção de *habitat* muito utilizado nas ciências biológicas. Desta maneira, o território surge como sinônimo de ambiente, de solo, de recursos naturais. De acordo com o autor, as relações entre a sociedade e o território ocupado por ela são determinadas pelas necessidades de habitação e

alimentação. O território, desta forma, passa a ser entendido como o substrato que possibilita o desenvolvimento da vida humana.

A definição de território presente no “Dicionário de Geografia Humana” organizado por Johnston *et al* (1994), mostra que o mesmo pode ser entendido como um termo geral usado para descrever uma porção do espaço ocupado por uma pessoa, grupo ou Estado.

Etimologicamente, a palavra território, “*territorium*” em latim, é derivada diretamente do vocábulo latino “terra”. O território, no sentido etológico, é entendido como o ambiente [*environment*] de um grupo, o ambiente de uma única pessoa (seu ambiente social, seu espaço pessoal de vida ou seus hábitos podem ser vistos como um “território”,) no qual a pessoa age ou ao qual recorre.

Para Haesbaert (1997, p. 39-40), o território pode ser classificado a partir de três vertentes básicas, as quais são:

- 1) Vertente jurídico-político, a partir da qual “o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder”;
- 2) Vertente cultural, “que prioriza sua dimensão simbólica e mais subjetiva, o território visto como produto da apropriação feita através do imaginário ou identidade social sobre o espaço”;
- 3) A vertente econômica, a qual “destaca a desterritorialização como produto espacial do embate entre as classes sociais e da relação capital-trabalho”.

As palavras de Haesbaert permitem-nos perceber que o entendimento de território passa por diferentes interpretações e concepções e que isso é muito bem comportado pelo conceito de território.

Raffestin (1993, p. 143), um dos autores pioneiros na renovação da Geografia e do conceito de território, mostra que “espaço e território não são termos equivalentes”. De acordo com o autor, “o espaço é anterior ao território” e o território se forma a partir dele. Ao se apropriar do espaço a sociedade o territorializa. A produção, organização, modificação de um espaço (percebidas na paisagem) revela relações de poder, exercidas por pessoas ou grupos de pessoas e, sem o qual, não se define território.

Raffestin (1993), em *Por uma Geografia do poder*, reforça que, entender o território vinculado apenas ao Estado Nacional não é suficiente, uma vez que, o poder não é exercido apenas pelo Estado. Por conseguinte, “todos somos atores que produzimos territórios” (p. 153). Para o autor, o poder é relacional, isto é, está nas relações sociais.

Somente se exerce um poder sobre o espaço, fazendo com que este passe a ser território, quando existe algo neste espaço que chame a atenção, desperte o interesse, seja econômico, político ou outra forma. O território, neste sentido, passa a ser fonte de recursos para o grupo social que sobre ele exerça poder.

Raffestin considera como “trunfos” do poder a população, os recursos e o território, uma vez que, para ele, não há território sem recursos e, muito menos, sem população. O autor propõe uma visão de territorialidade eminentemente humana, social, completamente distinta daquela difundida pelos biólogos, que a relacionam ao comportamento instintivo animal.

Mais recentemente, Bozzano (2000), numa abordagem similar a de Milton Santos, afirma que o território é um lugar onde se desenvolvem processos naturais e onde ocorrem processos sociais, cuja combinação o torna mais complexa que qualquer visão analítica profunda de seus componentes. O território não é só a soma e a combinação de formas espaciais e processos sociais. Em sentido amplo e enquanto cenário de articulações complexas entre sociedade e natureza, o território contém estes e suas vinculações. Portanto, o território não é natureza nem a sociedade, nem sua articulação; mas é natureza, sociedade e articulações juntas.

Spósito (2004) salienta que as “fronteiras e limites” do território são importantes elementos a serem considerados. Os limites estão relacionados com os objetos construídos sobre o território, objetos como pontes, estradas, vias férreas, e com atividades de exploração e comercialização de recursos existentes, estabelecimentos de novos usos e substituição dos anteriores. Os objetos fazem parte do que conhecemos como paisagem, que é a parte visível, externa do território construído pela sociedade. Desta maneira, a paisagem se assimila ao território, mas não é o território: é uma manifestação de sua processualidade histórica, pois ao organizar o território os homens modificam ou organizam a paisagem existente neste.

O território é, nas palavras de Heidrich (2004), antes de tudo uma relação que envolve apropriação, domínio, identidade, pertencimento, demarcação, separação. A ocupação é a mais primordial ação humana que envolve a manifestação do princípio da

territorialidade. O território é, assim, a materialização dos limites da fixação, revelando formas de organização complexas.

Heidrich (2000, p. 26) afirma:

Parece necessária a ocorrência de uma relação de apropriação (mais que domínio) das condições naturais e físicas por uma determinada coletividade e de uma organização das relações, de modo a particularizar a coletividade como uma comunidade, por isso mesmo diferenciada de outras e, pela mesma razão, a delimitação do acesso, do domínio e da posse ao interior da comunidade constituída.

O território é, assim, uma produção a partir do espaço, que se inscreve num campo de poder.

Souza (1995) também orienta-nos a pensar dessa forma. Ele entende o território como sendo um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. Essa noção é ratificada por Saquet (2003), que afirma que o território é produzido espaço-temporalmente pelas relações de poder engendradas por um determinado grupo social. Como essas relações são múltiplas, os territórios também o são, o que revela a complexidade social e as relações de indivíduos ou grupos sociais com uma parcela do espaço relativamente delimitada.

O território também se encontra ligado à idéia de movimento, e não apenas à fixação, enraizamento e estabilidade, por isso, há aqueles que defendem a idéia de território como um conjunto de relações sociais, mas há também aqueles que o concebem como o substrato (físico) e componente fundamental das relações sociais.

As formas mais familiares de territorialidade humana são os territórios juridicamente reconhecidos, a começar pela propriedade privada da terra. O território, como um espaço que não pode ser considerado nem estritamente natural, nem unicamente político, econômico ou cultural precisa ser entendido a partir de uma perspectiva integradora entre as diferentes dimensões sociais (economia-política-cultura-natureza) (HEIDRICH, 2004).

Saquet (2003 e 2004) afirma que, nas diversas concepções de território, o mesmo aparece compreendido como chão, infraestrutura, área mais ou menos delimitada, formas espaciais/obras, Estado-Nação, local, lugar e relações sociais. Os diferentes empreendimentos e demais atividades econômicas, por exemplo, estão no território e são elementos constituintes do mesmo e seus donos consubstanciam territórios. O debate do conceito de território promovido por Saquet (2004) é enriquecedor para este trabalho em virtude do



destaque que o mesmo dá às relações de poder, às alterações do território, à presença da natureza e ao desenvolvimento local.

Dematteis (1995) também entende o território como natureza e sociedade. O território é condição para que o desenvolvimento social ocorra: identidades, climas, solos, atrativos paisagísticos naturais, redes de circulação, posses etc. Portanto, para Dematteis, o território é cultura, política, economia e natureza. É uma concepção que auxilia diretamente na análise das transformações da paisagem e na elaboração de programas de desenvolvimento.

Nesse sentido, ao debater a concepção de autores italianos acerca do território, Saquet (2004, p. 139) chega à conclusão que esse é formado por “habitações, estabelecimentos industriais, financeiros, comerciais e de serviços, pontes, estradas, plantações, pastagens, instituições políticas e culturais, automóveis, antenas, relações sociais, fluxos, conexões, enraizamento e relações de poder”. Para o autor, há uma dialética entre os elementos que constituem o território (naturais e sociais):

Como o território é natureza e sociedade simultaneamente, é economia, política e cultura, idéia e matéria, fixos e fluxos, enraizamento, conexão e redes, é local e global, singular e universal concomitantemente, terra, formas espaciais e relações de poder, podemos apreender aspectos de suas articulações internas e externas, dialeticamente. (SAQUET, 2004, p. 144).

Por fim, é importante deixar claro que essa discussão sobre a construção histórica do território, por sociedades que materializam suas ações na paisagem é central em nossa pesquisa sobre a problemática em questão. Essa forma de análise permite-nos afirmar que o espaço correspondente a uma bacia hidrográfica pode ser considerado um território, uma vez que, ele passa por esse processo de apropriação e transformação. Espaço-território-paisagem estão em íntima relação e acontecem em virtude das relações sociedade-natureza. Por isso são, também, conceitos centrais em nossa abordagem.

A bacia hidrográfica tem sido apontada como a unidade ambiental mais adequada para o tratamento dos componentes e da dinâmica das inter-relações entre sociedade e natureza. Ela tem sido alvo de estudos ambientais, não apenas ligados aos aspectos hídricos, mas também relativos à sua estrutura biofísica, bem como às mudanças nos padrões de uso da terra e suas implicações ambientais. Nela ocorre a interação entre os diversos componentes da paisagem, do espaço, do território.

A adoção da noção de bacia hidrográfica para o estudo e conservação do ambiente está relacionada à possibilidade de avaliar, em uma determinada área, o seu potencial de

desenvolvimento, determinando as melhores formas de seu aproveitamento, com o mínimo de impacto ambiental. Na prática, a utilização da bacia hidrográfica consiste na determinação de um espaço (como substrato físico), sobre o qual devem ser desenvolvidos mecanismos de gerenciamento ambiental na perspectiva do desenvolvimento ambientalmente correto (PIRES, SANTOS e DEL PRETITE, 2002, p.21). Porém, faz-se necessário distinguir o conceito atrelado à bacia hidrográfica enquanto “unidade de análise” e “unidade de gerenciamento”. O primeiro é eminentemente técnico-científico; o segundo é eminentemente político-administrativo. A unidade está aqui compreendida na perspectiva dialética, como mostra Silva (1999).

Estudar uma bacia significa analisar uma multiplicidade de relações internas e externas próprias a ela, podendo ser, por isso, considerada como a expressão, em diversas escalas, da interação entre sociedade e natureza que se revela na mudança da paisagem e na constituição histórica do território.

Na concepção de Tundisi *et al.* (1988), a bacia hidrográfica é:

Uma unidade importante na investigação científica, treinamento e uso integrado de informações para demonstração, experimentação, observação em trabalho real de campo. Uma bacia pode ser utilizada como laboratório natural em que a contínua e reforçada atividade estimula o desenvolvimento de interfaces e aumenta progressivamente a compreensão de processos e fenômenos de uma forma globalizada e não compartimentalizada.

O planejamento do uso e o gerenciamento de uma bacia hidrográfica devem adotar uma abordagem de integração dos aspectos ambientais, culturais, econômicos e políticos procurando diminuir os impactos e riscos ambientais. A bacia hidrográfica, nesse sentido, corresponde a um território formado historicamente a partir do espaço. Ela contém a multidimensionalidade do território que precisa ser explicada e gerenciada.

Estudar a bacia hidrográfica implica identificar os seus componentes principais, bem como as relações de contexto histórico. A bacia hidrográfica é uma opção importante quando as variáveis ambientais são consideradas, à medida que proporciona o debate entre usuários em torno de um mesmo espaço, com recursos e interesses em comum.

Se, por meio de uma bacia hidrográfica, torna-se possível a análise dos aspectos relativos às questões culturais, políticas, econômicas e ambientais, desse modo, podemos entender a bacia como um território, no qual a ocupação humana produz marcas na paisagem

ao longo do tempo. Dessa maneira, reiteramos a relação existente entre o espaço e o tempo, entre a paisagem e o território.

Logicamente que, para adotar essa forma de pensar não podemos entender a bacia hidrográfica simplesmente como a área de drenagem física das águas superficiais e/ou subterrâneas composta por canais de drenagem e delimitada pelos divisores de água (STRAHLER, 2000). Ou como o “conjunto de terras drenadas por um rio principal e seus afluentes”, constituída por divisores de água e cursos d água principais, afluentes e subafluentes (Guerra, 1993, p.48). Precisamos concebê-la de uma forma mais complexa, que vá além da delimitação física, precisamos entendê-la como o espaço que foi transformado em território por meio das mudanças promovidas pela sociedade que ali se estabeleceu.

Nossa concepção de bacia hidrográfica como território se embasa nas palavras de Saquet (2004) que afirma que o território pode ser compreendido como chão, área, natureza e ambiente construído pelas relações sociais estabelecidas no presente e ao longo do processo histórico de transformação do espaço.

O espaço da bacia hidrográfica se torna território quando passa a ser meio e objeto de trabalho, de produção, de troca, de cooperação entre os membros da sociedade que o ocupa (DEMATTEIS, 1985). Uma bacia hidrográfica se torna território quando passa pelo *processo de territorialização*. É por meio desse processo que espaço, paisagem e território interagem formando um todo complexo onde a sociedade expressa suas marcas.

## **2.5 O processo de territorialização**

Criar território é uma necessidade inerente ao ser humano para que possa habitar um espaço e ativar o processo de reprodução social e é por isso que chamamos um espaço transformado pela ação humana através de processos complexos que se estratificam e se sobrepõe definindo processos de territorialização de território.

O processo de territorialização é o efeito da “ação territorial”, que representa uma forma específica de ação coletiva que acolhe, deposita, estratifica e conecta trabalho socialmente mediado e mais ou menos normatizado. Contemporaneamente, a ação territorial

reproduz as características fundamentais da lógica histórico-social na qual está incorporada (TURCO, 1986).

Os processos de territorialização podem ser analisados de forma cronológica, como produção de formas e de uma lógica determinada historicamente. Entretanto, nem todo tipo de trabalho realizado em um espaço (ou nem toda a transformação da paisagem) pode ser entendido como ação territorial. Para assim ser considerado deve apresentar, de acordo com Gatti (1994), três características básicas:

- 1) Promover um processo de *transformação material do espaço*, através do uso do solo e da disseminação de objetos que estejam progressivamente orientados a liberação das imposições do espaço;
- 2) O processo de transformação material *deve apresentar sempre um aspecto simbólico*: o homem não pode transformar um espaço sem carregá-lo de símbolos. Se faltar o aspecto simbólico se perde a capacidade de “habitar” verdadeiramente. Os homens têm a necessidade de símbolos para se orientarem no ambiente, carregando-o de significados;
- 3) Por fim, não se pode territorializar o espaço sem *carregá-lo de informações e construir formas de troca*, cooperação e comunicação mais complexa que o nível natural.

A ação territorial apresenta assim, três aspectos indissolúveis entre si: material, simbólico e imaterial. Ela se realiza por meio de *processos territorializantes* que, por apresentarem uma grande variabilidade quantitativa e qualitativa, são aplicáveis a categorias fundamentais da ciência geográfica, como é o caso do território. Para Gatti (1994) existem cinco *processos territorializantes*, expressos por meio de relações de poder, que transformam qualquer espaço em território, os quais são:

- 1) *Denominação*: o primeiro ato que cria um território é dar-lhe um nome, desta maneira, um simples pedaço de terra (pedaço da superfície da terra) se torna um espaço identificado. Para dar um nome a um espaço qualquer agimos contemporaneamente tanto material, como imaterialmente. Nesse caso, quando damos um nome a uma bacia hidrográfica, como a do rio Marrecas, estamos dizendo que ela é diferente (não estamos nos referindo a diferenças físicas ou ambientais, mas simplesmente, pela denominação) de outra qualquer;

- 2) *Delimitação*: ocorre quando se traçam os limites, sejam esses físicos ou não, que permitem a identificação e o confronto com outros limites. Traçar limites é um ato material, com função de controle simbólico e um ato de comunicação com o exterior. Cada território é estabelecido através da delimitação de limites e fronteiras, com as bacias hidrográficas não é diferente, pois quando dizemos que os limites físicos ou divisores de água de uma bacia são tais e tais, estamos delimitando suas fronteiras e a diferenciando de outras bacias adjacentes;
- 3) *Comunicação*: as relações sociais através das formas de comunicações criam redes, malhas e nós que influenciam enormemente sobre as ações territorializantes. Cada ator que participa da produção do território entra em relação de poder com os outros atores, cria redes, que podem ser concretas, simbólicas ou imateriais. Os homens vivem o processo territorial e seus efeitos através de um sistema de relações (RAFFESTIN, 1981<sup>2</sup>). As redes, nesse caso, poderiam ser as rodovias, as hidrovias, as linhas aéreas etc., as quais permitem a comunicação do interior com o exterior da bacia hidrográfica e vice-versa.
- 4) *Estruturação*: os atores sociais tendem a combinar os fatores precedentes em estruturas dotadas de senso e orientadas a um objetivo: a construção do vilarejo, da cidade, as áreas de cultivo, criação de gado, etc.
- 5) *Transformação material*: o processo de mudanças no espaço e na paisagem promovido pela sociedade para atender as suas necessidades; faz parte da territorialização. A ocupação de uma bacia hidrográfica por um grupo de pessoas e as modificações ambientais e paisagísticas decorrentes desta ocupação faz parte, portanto, do processo de territorialização do espaço;

A territorialização é um processo amplo e complexo que transforma o espaço. Compreender o território significa entender a lógica dos processos territorializantes, reconhecendo neles as estratégias de ações territoriais, uma particular racionalidade territorial, que se concretiza em um determinado processo de territorialização. Nesse sentido, o território pode ser analisado de duas maneiras:

- Reconstruindo os respectivos processos territorializantes em cada território, por meio da análise das relações de poder econômicas, políticas ou mesmo culturais.

---

<sup>2</sup> Refere-se ao livro “Por Uma Geografia do Poder” edição italiana de 1981.

- Analisando o ordenamento atual do território como sendo efeito de diversas estratificações, individualizando as características, imateriais e materiais da sua formação.

Dessa forma, compreendemos que a ocupação do espaço da bacia hidrográfica do Rio Marrecas e a transformação de sua paisagem podem ser entendidas como processos territorializantes, pois o mosaico paisagístico é singular e os atores territorializantes que o criam são diferentes de outros lugares ou outras bacias. Sendo assim, cabe fazermos uma análise ou reconstituição dos respectivos processos territorializantes ou transformações dessa paisagem ao longo do tempo compreendendo as relações de poder existentes e identificando os atores sociais, econômicos e políticos responsáveis por essas transformações. No decorrer do trabalho nos ateremos a analisar o processo territorializante de Transformação Material do espaço, que é refletido na paisagem, portanto, trataremos das transformações na paisagem da bacia do Rio Marrecas, considerando-as como elemento essencial para a transformação do seu espaço em território.

### **3 TRANSFORMAÇÕES MATERIAIS NA PAISAGEM DA BACIA DO RIO MARRECAS: DA OCUPAÇÃO À TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM**

Como analisado no capítulo anterior, o processo de ocupação do espaço faz com que o mesmo seja transformado em território ao longo da história dos homens e essa transformação gera objetos e símbolos que o diferenciam de outros.

O processo de territorialização acontece por meio dos chamados atos e processos territorializantes que, de acordo com Gatti (1994), podem ser divididos em pelo menos cinco, quais sejam: denominação, delimitação, transformação material, comunicação e estruturação. Tais processos de territorialização se desenvolvem por meio das relações de poder existentes entre os agentes territorializantes e entre estes e o espaço ocupado.

Nesse capítulo pretendemos analisar os atos territorializantes que transformaram o espaço da bacia hidrográfica do Rio Marrecas em um território, porém, se torna difícil a análise de todos os atos territorializantes, de modo que, nos ateremos em fazer um exame daqueles principais que promoveram as transformações mais intensas na área da bacia. Para essa análise, nos utilizaremos também da categoria paisagem.

Esse capítulo, que trata das transformações na paisagem, está dividido em duas partes: uma que trata das alterações (transformações) na paisagem rural e outra que trata das alterações na paisagem urbana e abrange os capítulos 3, 4, 5 e 6. Tal divisão se deve à necessidade da análise de momentos históricos e econômicos distintos efetivados na área da bacia e, por isso, nada melhor para a realização desta análise do que o exame do processo histórico de ocupação da área.

Nesse capítulo, procuraremos mostrar as principais transformações verificadas na paisagem da bacia hidrográfica do rio Marrecas relacionadas ao processo de ocupação do espaço onde a mesma está inserida, em especial a partir da década de 1950, porém, também com uma análise do período anterior àquela década. Para isso, buscamos realizar um levantamento dos principais aspectos históricos da colonização, além de outras informações pertinentes à explicação da questão proposta.

### 3.1 Da ocupação à transformação: a fase inicial da colonização efetiva

No que tange a localização da área pesquisada, como vimos na Introdução do trabalho, a mesma se encontra na região Sudoeste do Estado do Paraná, abrangendo partes dos atuais municípios de Flor da Serra do Sul, Marmeleiro, Francisco Beltrão, Itapejara do Oeste e Verê. O Rio Marrecas<sup>5</sup> origina-se da confluência de outros dois rios, o rio Verde (nascente à direita) e rio Araçá (nascente à esquerda) (Figura 02). Em toda a sua extensão, percorre a bacia no sentido predominante SW/NE por 110,6 quilômetros, atravessando a cidade de Francisco Beltrão e desaguando no Rio Santana, que é afluente do Rio Chopim, que por sua vez, é afluente da margem esquerda do Rio Iguaçu.

Por ser uma bacia hidrográfica de dimensões consideráveis, apresentando cerca de 850 km<sup>2</sup>, a história de ocupação humana da área se confunde com a colonização efetiva dos municípios onde a mesma se insere e, logicamente, com a da própria região Sudoeste do Paraná. Tal fato possibilita afirmar que a bacia do Rio Marrecas é um território que está inserido em um contexto maior ou em um território mais amplo. Apresentando, entretanto, a sua individualidade por ter sido alvo da atuação de agentes territorializantes específicos.

Essa região, até meados do século XX, ainda não tinha despertado o interesse de possíveis povoadores, mesmo dos criadores de gado dos campos de Palmas (Figura 03), que exerciam suas atividades na área adjacente ao Sudoeste. Tal fato pode ser explicado pelas dificuldades de acesso oferecidas pela exuberante mata atlântica combinada com mata de araucárias até então existente e pelos litígios com a Argentina para dominar a área.

O estabelecimento do território do Sudoeste, como área pertencente ao Brasil, somente se deu a partir de 1895, com o auxílio diplomático do então presidente dos Estados Unidos da América, Stephen Grover Cleveland. Naquela época, o Sudoeste correspondia a uma grande área de terras “devolutas”, administradas politicamente por um único município chamado Clevelândia. Somente a partir da resolução do embate entre Brasil e Argentina é que o Sudoeste começou a se estabelecer e mudanças significativas aconteceram no espaço e na paisagem. Sabe-se que o estabelecimento das fronteiras, por si só, não impõe qualquer mudança aos aspectos naturais deste, mas são elas que legitimam o uso do espaço por determinado grupo social.

---

<sup>5</sup> Afluentes da margem direita do rio Marrecas são os rios Frio, Lata, Sanga dos Serpas, Arroio Mandurim, Córrego da Escola (no município de Marmeleiro), Água Branca ou Lonqueador e São José (em Francisco Beltrão). Os da margem esquerda são os rios Cruzinha, Bonito (em Flor da Serra do Sul), Quatorze, Santa Rosa, Tuna e Concórdia (em Francisco Beltrão).



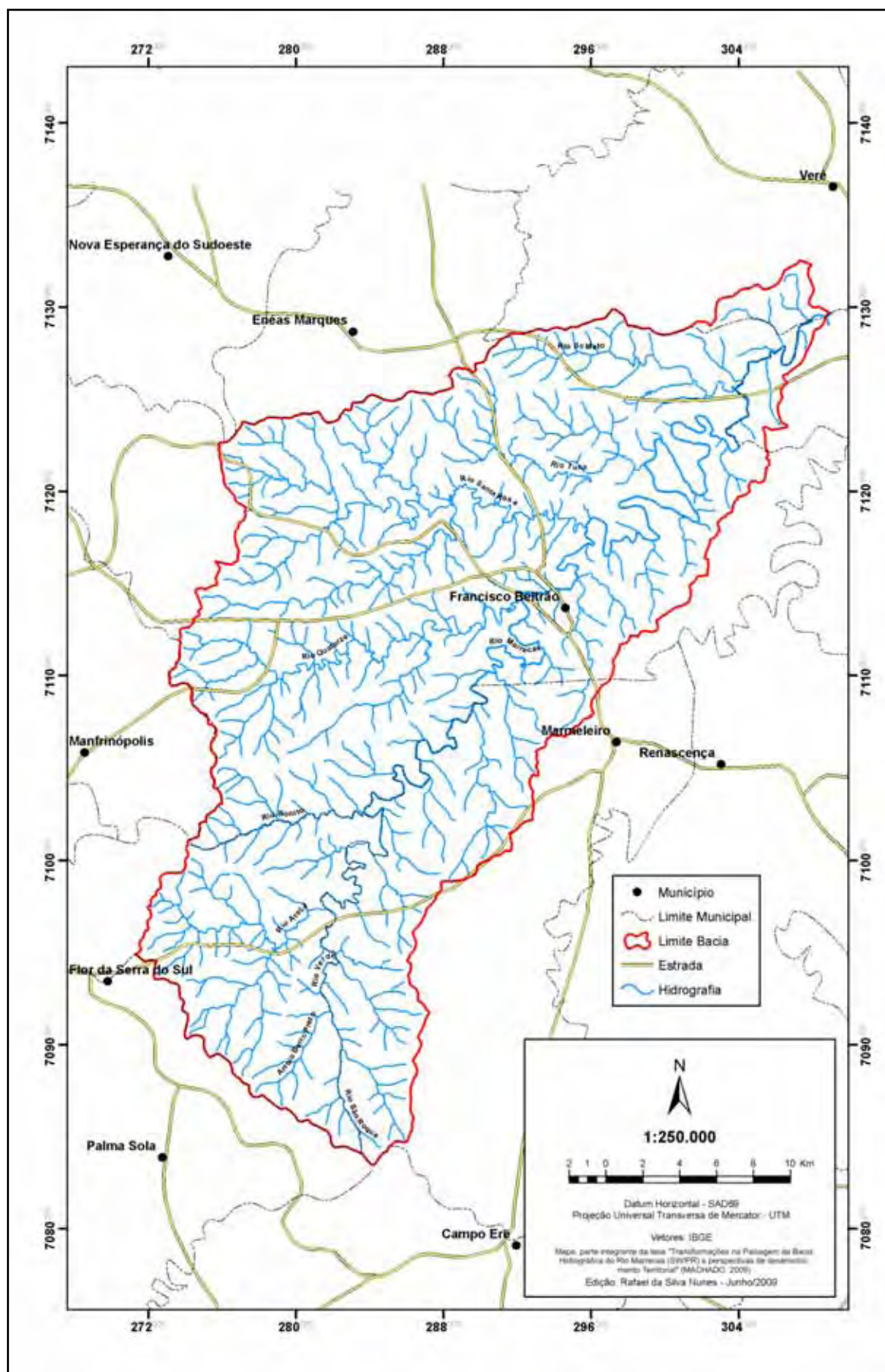


Figura 02: Bacia Hidrográfica do Rio Marrecas: hidrografia.

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 03: Divisão política administrativa do Paraná na década de 1940.  
Fonte: Adaptado de Cigolini (1999).

O estabelecimento das fronteiras do Brasil no Sudoeste do Paraná e a legitimação da posse brasileira contribuíram para que surgissem cada vez mais pessoas interessadas em ocupar a antiga área de litígio.

Um dos grandes interessados em acelerar a ocupação do Sudoeste era o próprio Governo Federal, Getúlio Vargas que, para isso, concedeu<sup>9</sup> à Companhia Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande (Brazil Railway Co.), o direito de construir uma estrada de ferro que ligaria o estado de São Paulo ao estado do Rio Grande do Sul e como pagamento cedeu a propriedade sobre grandes áreas de terra localizadas no Oeste e Sudoeste do Estado do Paraná, as quais ela poderia explorar e lotear.

No estado do Paraná, as terras desta companhia foram tituladas em 1913, numa primeira etapa e, numa segunda etapa em 1920, formando no Sudoeste, respectivamente, as glebas Chopim e Missões (Figura 04), a primeira com uma área de 715.080.142m<sup>2</sup> e a segunda com 4.257.100.000m<sup>2</sup>. A primeira, como o nome indica, localizava-se à margem direita do Rio Chopim e a segunda à margem esquerda. As glebas tituladas para esta empresa, entre 1913 e 1920, correspondiam a praticamente todo o atual território do Sudoeste Paranaense (LAZIER, 2003).

Em 1930, os contratos do Governo Federal com a Companhia Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande foram rescindidos por meio do Decreto 300, de 30/11/1930 editado pelo interventor do Estado do Paraná e pelo Decreto nº 20, de 05/01/1931 do próprio Governo Federal e os títulos de propriedade de terras expedidos em seu favor passaram a pertencer ao Estado. Antes disso, porém, a Brazil Railway Company passou a propriedade das terras para a BRAVIACO (Companhia Brasileira de Viação e Comércio) que disputou por mais de 20 anos a posse das terras com o Governo Federal. Essa situação, relacionada à propriedade das terras, favoreceu toda a sorte de grilagem, corrupção e violência por parte de companhias colonizadoras interessadas nas terras da região (FOLADOR, 1992).

Para tentar controlar a situação, em 1940, o Governo Federal incorporou definitivamente todas as propriedades concedidas à Brazil Railway ao patrimônio nacional por meio do Decreto-lei nº 2.073, de 8/3/1940 e Decreto-lei nº 2.436, de 10/7/1940. Para a administração deste patrimônio, foi criada a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União (SEIPU) a qual ficou responsável, pela administração das glebas Chopim e Missões (REGO, 1979) e pela efetivação de sua colonização, com base, sobretudo em um sistema de pequenas propriedades rurais.

---

<sup>9</sup> A concessão foi definida no ano de 1893, mesmo antes do Sudoeste ser declarado pertencente ao território brasileiro, o que se deu dois anos mais tarde, em 1895.

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 04: Concessão de Terras à Brazil Railway no estado do Paraná.

Fonte: Organizado por Machado (2009) com base em mapas do INCRA de Francisco Beltrão.

Desta maneira, o povoamento efetivo das terras do Sudoeste Paranaense começou a ocorrer somente a partir da década de 1940 com a chegada de *colonos* (descendentes de imigrantes italianos, poloneses e alemães), provenientes dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Até então, o espaço era ocupado por alguns poucos caboclos provenientes da região de Palmas e Clevelândia (CORRÊA, 1970; ABRAMOVAY, 1981). Assim, pode-se dizer que a construção dos limites do Sudoeste Paranaense deu-se paralelamente à ocupação pelos caboclos e que estes foram os primeiros agentes territorializantes daquela área, uma vez que eles tomaram posse de pequenas parcelas de terras devolutas, as demarcaram e ali passaram a desenvolver a criação de suínos e pequenas hortas de subsistência, bem como a coletar e comercializar erva-mate e couro de animais silvestres. Além disso, foram eles os responsáveis pela abertura das primeiras trilhas e picadas que proporcionaram a ligação do Sudoeste às demais regiões do Paraná. Sendo assim, o território do Sudoeste começou a ser estabelecido a partir das relações de poder iniciadas pelos caboclos e, ao longo das décadas seguintes, pelos migrantes catarinenses e gaúchos que chegaram à região. Já o território da bacia do Rio Marrecas, superposto por esse território maior, formou-se a partir da fixação de atores territorializantes específicos em sua área.

A chegada dos gaúchos e catarinenses descendentes de europeus ao Sudoeste teve um efeito altamente desagregador sobre a economia cabocla que ali existia e conforme a imigração ia adquirindo proporções mais significativas, o desdobramento da terra pelo caboclo passou a ser feito visando, não fundamentalmente a produção, mas a venda da terra ou o direito de propriedade sobre ela. Desta forma, a propriedade da terra no Sudoeste Paranaense fundamentou-se, quanto as suas origens, na economia cabocla e na atividade dos migrantes em contraposição com as companhias privadas de colonização.

É no contexto de disputa pela posse da terra, existente mesmo antes da atuação das companhias colonizadoras, que foi criada a Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO) por meio do Decreto-lei nº 12.417 de 12/05/1943. A CANGO (Figura 05), como era conhecida a Colônia Agrícola, teve grande importância na ocupação efetiva do Sudoeste Paranaense, especialmente da área correspondente ao município de Francisco Beltrão, pois além de distribuir terras gratuitamente, contribuiu para a implantação de uma estrutura que possibilitou a efetivação da ocupação, distribuiu casas, ferramentas, sementes e promoveu a assistência dentária e médico-hospitalar, construiu pontes, abriu estradas e picadas<sup>10</sup>, o que possibilitou a vinda de grandes levas de migrantes e o escoamento de suas produções. A

---

<sup>10</sup> Picada é um termo muito utilizado no Sudoeste do estado do Paraná para se referir a caminhos estreitos abertos em meio à mata virgem, onde, em geral, podem circular apenas pessoas a pé ou a cavalo.

repartição das terras em pequenas parcelas juntamente com a policultura e a formação de pequenos agrupamentos de famílias está na base da formação do território do Sudoeste Paranaense. É com a instalação dos migrantes gaúchos e catarinenses, e com a posterior regularização da posse das terras que se instituiu a propriedade privada da terra, princípio que esteve na base, a partir dos anos 1970, de mudanças profundas provocadas na paisagem da bacia hidrográfica do Rio Marrecas.

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 05: Sede da CANGO na década de 1940 em Francisco Beltrão.  
Fonte: Secretaria de Cultura de Francisco Beltrão.

A Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União (SEIPU), entidade governamental que atuou na região antes da CANGO, não conseguiu cumprir plenamente o seu papel e seus administradores, ligados às lideranças políticas e econômicas locais e regionais, venderam em 17 de novembro de 1950, à CITLA (Clevelândia Industrial e Territorial Ltda.), toda a gleba Missões e parte da Chopim, além de vender à firma “Pinho e Terras” cerca de 11.500 alqueires da mesma gleba Missões e mais 300.000 pinheiros adultos à Companhia de Madeiras do Alto Paraná (FOLADOR, 1992).

A negociação foi realizada porque José Rupp, um dos proprietários da CITLA, havia recebido concessões do Governo Federal para a exploração de terras no Oeste de Santa Catarina, porém, a posse destas mesmas terras havia sido concedida à Companhia Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande (CEFSPRS). Alegando prejuízos materiais, devido à apreensão,

por parte da CEFSPRS, de cargas de erva-mate e madeira no valor de Cr\$ 4.700.000,00 (quatro milhões e setecentos mil cruzeiros), José Rupp moveu ação contra a Companhia e recebeu como pagamento a Gleba Missões e parte da Chopim que mediam na época cerca de 430 mil hectares e valiam mais de 300 milhões de cruzeiros. Logo após, José Rupp vendeu os seus direitos à CITLA, que visando apropriar-se o mais rápido possível das terras e vendê-las, começou uma violenta campanha de expulsão dos posseiros e venda de terras (LAZIER, 2003).

Neste sentido, a formação do Sudoeste Paranaense é resultado de dois elementos contraditórios, por um lado, ela se apóia na eliminação social da forma de ocupação da terra incorporada pelo caboclo e coincide, neste particular, com os aspectos conservadores da história fundiária brasileira, em que o ocupante imediato é sempre deslocado em benefício do “proprietário”. Por outro lado, porém, ela se fundamenta na ocupação “democrática” da terra, isto é, na “vitória” dos *colonos* sobre o latifúndio, representado pela CITLA.

A chegada dos gaúchos e catarinenses ao Sudoeste Paranaense modificou completamente o regime de apropriação das terras e o sistema de utilização do solo até então existentes na região. O povoamento com base na propriedade privada da terra significou, em primeiro lugar, a eliminação do uso coletivo dos recursos naturais, sobre o qual se apoiava, em grande parte, a economia cabocla. A floresta rapidamente deixou de existir como um espaço aberto e do qual o agricultor e o caboclo podiam extrair riquezas (WACHOWICZ, 1985).

A abertura de *frentes de expansão agrícola*, como a ocorrida no Sudoeste do Paraná, no contexto da *Marcha para o Oeste*, a partir da década de 1940, gerava para as pessoas que para lá se deslocavam a esperança de ter como recompensa o desbravamento de áreas virgens e a possibilidade de adquirir um pedaço de terra. Porém, muitos não conseguiram consolidar-se como proprietários o que os fez partir para novas *frentes de expansão*, como aquelas direcionadas para Mato Grosso e Rondônia. Ao longo desse processo de expansão do que foi considerada como “fronteira agrícola”, muitas foram as alterações provocadas na paisagem do Sudoeste, sendo a primeira delas, o desmatamento, mas talvez, a maior modificação ocorrida nesta época tenha sido a delimitação de propriedades, a colocação de cercas, o parcelamento (loteamento) da natureza e a concomitante instituição da propriedade privada da terra primeiramente sob a posse do latifundiário e, posteriormente, sob o trabalho familiar. Desta maneira, a terra que a princípio era utilizada como valor de uso, passou a ter valor de troca com a regularização de sua propriedade no decorrer dos anos 1950, 1960 e 1970.

### 3.2 A propriedade privada da Terra na transformação da paisagem nas décadas de 1950 e 1960

A criação da CANGO e a crise gerada pela fragmentação das terras nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, no início da década de 1950, quando do crescimento demográfico naquelas áreas, foram as incentivadoras da migração de famílias de gaúchos e catarinenses para o Sudoeste. Essas famílias vieram em busca de terras novas e férteis para se estabelecerem e desenvolverem suas atividades agrícolas. Chegando ao Sudoeste alguns dos agricultores compraram terras de posseiros ou mesmo se apossaram de terras aparentemente sem dono.

Os posseiros do Sudoeste, na tentativa de sobreviverem à violência dos jagunços ligados à CITLA, empresa que possuía o direito de posse das terras, se organizaram “militarmente” em 1957 e ocuparam a cidade de Francisco Beltrão<sup>11</sup>, fechando suas saídas, expulsando os jagunços e destruindo o escritório da empresa. Este movimento ficou conhecido como “Revolta dos Posseiros ou dos Colonos” (Figuras 06 e 07) (FOLADOR, 1992; LAZIER, 2003) e ocorreu em várias cidades do Sudoeste do Paraná, como é o caso de Pato Branco.

Naquela época a CITLA estava completamente endividada e, para tentar sanar as dívidas, entregou parte das suas terras a duas companhias imobiliárias, a Companhia Comercial e Agrícola Paraná Ltda. (COMERCIAL) que recebeu 21.000 alqueires na região de Verê e a Companhia Colonizadora Apucarana Ltda. (APUCARANA), que recebeu 6.000 alqueires na fronteira com a Argentina (LAZIER, 2003).

A COMERCIAL e a APUCARANA que haviam comprado ou recebido por dívidas alguns pedaços de terra quiseram mais tarde apropriar-se à força, violência e grilagem de toda a região. As mesmas fechavam estradas com seus jagunços, forçavam os posseiros a assinarem promissórias, subornavam a polícia e eram os responsáveis pelos crimes mais hediondos contra

---

<sup>11</sup> Anteriormente, nos referíamos ao Sudoeste como sendo formado por apenas um município, que se chamava Clevelândia, porém agora, destacamos que a “Revolta dos Posseiros” ocorreu em Francisco Beltrão em 1957. Cabe lembrar que, com o processo de ocupação por parte dos migrantes, foram sendo estabelecidas comunidades rurais isoladas no território de Clevelândia. Estas comunidades, recebendo um conjunto maior de migrantes passaram a ser consideradas “vilas”. Com a emancipação destas vilas, em 1951, o Sudoeste já contava com seis municípios: Capanema, Santo Antônio, Barracão, Francisco Beltrão, Pato Branco e Clevelândia. Desta maneira, a bacia do rio Marrecas, que antes era considerada como pertencente ao território de Clevelândia, passa a ser considerada como pertencente ao território de Francisco Beltrão, antiga Vila Marrecas ou sede da CANGO.



os colonos posseiros. A atuação desleal destas duas companhias foi o estopim da Revolta dos Posseiros (LAZIER, 2003).

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 06 – Revolta dos Posseiros de 1957 – Francisco Beltrão.

Fonte: Departamento Municipal da Cultura de Francisco Beltrão.

Figura 07 – Avenida Júlio Assis Cavalheiro durante Revolta de 1957.

Fonte: Departamento Municipal da Cultura de Francisco Beltrão.

Como havia, na época, um clima de disputa entre as lideranças políticas ligadas ao Governo Federal com as ligadas ao Governo Estadual, após a “Revolta”, ocorrida no ano de 1957 (fruto das lideranças locais), o Governo Federal voltou a intervir na região, enviando um destacamento do Exército Brasileiro e criando, em 19 de março de 1962, por meio do Decreto nº 51.431, o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP), com a finalidade de titular aos colonos as terras desapropriadas.

De acordo com Lazier (2003, p.152), até o término de sua atuação, em 1974, o GETSOP distribuiu e regularizou 43.383 títulos de propriedade de terra, correspondentes a 56.936 lotes, sendo deste total, 12.413 títulos em área urbana e 30.970 títulos em área rural. A divisão da área em glebas e lotes demarcados por estacas, postes e cercas, poderíamos dizer, foi a segunda maior transformação de destaque ocorrida na paisagem da área de estudo. Isso facilitou a apropriação e as transformações da natureza e da paisagem em cada propriedade rural e urbana.

Uma análise das cartas geradas durante a distribuição das glebas e lotes, disponíveis (em partes) pelo INCRA de Francisco Beltrão, permite-nos verificar o grau de fragmentação pelo qual passou a área de estudo a partir de 1962 com a atuação do GETSOP.

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 08: Divisão do Sudoeste do Paraná em Glebas, Imóveis e Fazendas.  
Fonte: Lazier (2003, p.151), reproduzido por Gilnei Machado, 2007.

Na bacia do Rio Marrecas, em particular no município de Francisco Beltrão, a Gleba Missões e o Imóvel Fazenda Nova Esperança (Figura 08) foram divididos pelo GETSOP em um número considerável de lotes de terra que, reunidos em conjuntos, formavam as denominadas glebas. Estas glebas, por sua vez, foram divididas em lotes menores, sendo alguns destes urbanos, mas a grande maioria era rural.

A busca no INCRA por dados referentes ao Imóvel Missões, na região de Francisco Beltrão, nos mostrou que o mesmo foi dividido em inúmeras glebas e essas foram divididas em lotes cujas áreas variavam de menos de 1 a cerca de 150 hectares, sendo a média geral de 20 hectares por lote. A área média dos lotes variava entre 17 e 25 ha, dependendo da gleba.

De acordo com Lazier (2003), o GETSOP mediu, demarcou e dividiu em lotes, um total de 350 glebas (da área das grandes glebas anteriormente existentes, isto é, Missões e Chopim), 8 patrimônios<sup>17</sup> e 30 povoados, totalizando 545.279,64 hectares. Dos 32.256 lotes rurais medidos, 7.133 (22,1%) possuíam menos de 5 ha. Essa significativa fragmentação das terras em pequenas e médias propriedades pode ser percebida por meio da análise da Tabela 01 a qual demonstra a fragmentação pela qual passou a Gleba 1 do antigo Imóvel Missões. Este retalhamento em pequenas parcelas foi decisivo na degradação do ambiente em virtude do uso intenso do solo na prática agropecuária.

Alguns lotes menores, particularmente nas áreas rurais, por vezes, eram destinados às igrejas, escolas ou mesmo às vilas localizadas nas mesmas, o que revela que o GETSOP e a CANGO, diferentemente da SEIPU, conseguiram cumprir seu papel de promover a ocupação do Sudoeste com base na pequena propriedade de terra, contribuindo decisivamente na demarcação, na apropriação e na transformação do território.

Com a distribuição e regularização da posse das terras, o desmatamento (Figuras 09, 10, 11 e 12) foi intensificado em virtude de um aumento na exploração das espécies vegetais, pela atuação de madeireiras (como é o caso do Camilotti, Presotto, mais recentemente a Madelei e outras) ou diretamente pela ação dos agricultores que exploravam a madeira para a construção de suas casas, para o uso como lenha ou simplesmente a retiravam para a “limpeza” da propriedade para a realização dos cultivos agrícolas.

Sendo assim, um dos principais fatores que contribuíram para o desflorestamento da área da bacia do Rio Marrecas foi a limpeza de novas áreas para a expansão das lavouras de

---

<sup>17</sup> Algumas parcelas do Sudoeste já eram propriedade privada quando da atuação do GETSOP, por isso, afirma-se que o mesmo regularizou patrimônios, os quais se referiam também às áreas urbanizadas.

milho, feijão e para a criação de bovinos e suínos. O roçado era feito, em geral, com a cooperação de amigos e vizinhos.

Em 1962 existiam, de acordo com Folador (1992), aproximadamente 270 serrarias na região cuja atividade derrubou cerca de três milhões<sup>18</sup> de pinheiros adultos e outros milhares de pés de árvores de outras espécies. As árvores existentes na região eram bem desenvolvidas, de modo que, em cada caminhão, cabiam poucas toras.

Tabela 01: Gleba 1 do Imóvel Missões: número de lotes e área.

Nº do Lote	Área em ha	Nº do Lote	Área em ha	Nº do Lote no imóvel	Área em ha
1	4,3	24	16,3	47	26,7
2	4,6	25	23,1	47A	28,8
3	4,6	26	20,7	48	29,8
4	11,9	27	7,6	49	34,1
5	35,4	28	3,3	50	9,1
6	30,1	29	8,7	51	25,1
7	7,9	30	1	52	9,6
8	7,8	31	10	53	11
9	50,9	32	5,1	54	32,3
10	10,5	33	3,2	55	14,1
11	27,1	34	19,7	56	8,1
12	1,5	35	30,8	57	7,6
13	25,6	36	7,6	58	10
14	14,4	37	18,9	59	17,7
15	17,4	38	2,6	60	2,4
16	27,9	39	18,4	61	4
17	4,1	40	11,1	62	14,7
18	53,2	41	9,4	63	13,1
19	51	42	17,8	64	6,4
20	23,7	43	15,9	65	10,1
21	9,7	44	22,6	66	1,7
22	38,8	45	31,1	67	0,7
23	22,1	46	74,4		
<b>Número total de Lotes</b>					<b>68</b>
<b>Área Total</b>					<b>1180,9</b>
<b>Área média dos lotes</b>					<b>17,36 ha</b>

**Fonte: GETSOP, 1964.**

<sup>18</sup> De acordo com Lazier (2003) havia na região cerca de 10.000.000 de pinheiros.

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 09: Caminhão carregado de toras no ano de 1947.  
Fonte: Arquivo pessoal de João Risson (2008).

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 10: Transporte de madeira na década de 1950  
Fonte: Arquivo pessoal de João Risson (2008).

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 11: Transporte de madeira beneficiada (tábuas) na década de 1950.  
Fonte: Arquivo pessoal de João Risson (2008).

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 12: Desmatamento para implantação da lavoura – município de Planalto - anos 1950.  
Fonte: Foto cedida pelo Prof. Marcos Saquet (2009).

A atuação das madeireiras foi facilitada, posteriormente, graças ao GETSOP que contribuiu em convênio com o DER para a abertura de rodovias e estradas, como é o caso da PR-483 que liga Francisco Beltrão a Ampere e da PR-180 que liga com Marmeleiro e Pato

Branco e também com Dois Vizinhos, a ampliação da pista do aeroporto, a organização do traçado urbano de várias cidades da região, a introdução de sementes selecionadas e o auxílio para a retirada de tocos (parte do caule e raízes) de árvores (destocamento) das terras para possibilitar o plantio.

Desta forma, as transformações ocorridas na paisagem da área de estudo durante as décadas de 1950 e 1960, época em que a posse das terras foi regularizada, estiveram significativamente ligadas ao desmatamento, à sua ocupação com as propriedades privadas delimitadas, ao cultivo agrícola e às serrarias. É o parcelamento do solo que se inseriu com maior voracidade na bacia do Marrecas formando recortes na natureza em virtude da ocupação privada e econômica. A vegetação existente nos lotes urbanos deu lugar às construções para implementação de habitações (Figura 13) e estabelecimentos comerciais ou para outras finalidades, como é o caso da área ocupada pelo Quartel do Exército (Ver detalhe do Morro do Calvário nas Figuras 14 e 15) e pelo primeiro Colégio de Irmãs, posteriormente denominado Nossa Senhora da Glória.

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 13: Casa típica de madeira da década de 1950.

Fonte: <http://www.franciscobeltrao.com.br/>, acessado em 23 de março de 2008.

A população existente na região nas duas décadas em questão era considerada incipiente, especialmente a residente na cidade de Francisco Beltrão, pois a grande maioria dessa população residia no espaço rural. Da população total da Região Sudoeste do Paraná, na época composta por seis municípios (1960), como visto anteriormente, 12% apenas ocupavam as áreas urbanizadas e os demais 88% estavam no espaço rural. Da população Beltronense,

único núcleo urbano da bacia hidrográfica do Rio Marrecas, 9% moravam na cidade e os outros 91% na área rural. Na Tabela 02 apresentamos os dados do IBGE que nos auxiliam a comprovar tal fato.

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 14: Morro do Calvário e Quartel do Exército – Francisco Beltrão – metade da década de 1950 – entre o final de 1957 início de 1958.

Fonte: [www.franciscobeltrao.pr.gov.br](http://www.franciscobeltrao.pr.gov.br), acesso em 21/04/2006.

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 15: Morro do Calvário e Quartel do Exército – Francisco Beltrão – final da década de 1950 – entre 1959 e 1960.

Fonte: [www.franciscobeltrao.pr.gov.br](http://www.franciscobeltrao.pr.gov.br), acesso em 21/04/2006.

Com essas informações, pode-se afirmar que as transformações ocorridas na paisagem da bacia do Rio Marrecas, nas décadas de 1940 a 1960, foram mais significativas no espaço rural que na cidade. Isso ocorreu particularmente a partir da década de 1960, pois a



regularização da propriedade das terras propiciou aos agricultores maior tranquilidade para fazer investimentos, é por isso que nas décadas que se seguiram, ou seja, as de 1970 e 1980, os moradores da região presenciaram e foram agentes sociais de uma “corrida” pela modernização, particularmente no espaço rural, o que contribuiu para a aceleração da transformação da paisagem, na ocupação do espaço e organização do território.

Tabela 02: População da Região Sudoeste Paranaense e do município de Francisco Beltrão (1960).

	POP. TOTAL (mil)	POP. URBANA (mil)	POP. URBANA (%)	POP. RURAL (mil)	POP. RURAL (%)
Região Sudoeste	213.949	25.674	12	188.275	88
Francisco Beltrão	55.496	4.994,64	9	50.501,36	91

Fonte: IBGE – Censo Demográfico.

As afirmações, porém, não teriam sido comprovadas se não tivéssemos levantado as informações relativas aos usos que eram feitos da terra ou do solo na década em questão. Por isso, com base em fotografias aéreas do ano de 1952, foi construído um mapa de uso da terra o qual nos permitiu averiguar que pelo menos 50% da área da bacia, que é de 852 km<sup>2</sup>, naquela década era coberta por mata nativa, outros 20% da área cobertos por pastagens, cerca de 13% da área com solo exposto (desmatamento ou área de cultivo) e apenas 0,20% com área urbanizada (Tabela 03 e Figura 16).

Por falta de material, no caso, fotografias aéreas da época, não foi possível fazer o mapeamento de cerca de 17% da área da bacia. Mas digamos que, se destes 17%, a metade fosse ocupada com florestas, isso contribuiria para dar um percentual de cerca de 60% da área da bacia com cobertura florestal. Tais informações possibilitam-nos afirmar que, já no início da década de 1950, cerca de 40% da área já estava desmatada, ou seja, dos 852 km<sup>2</sup>, aproximadamente 340 km<sup>2</sup> já não mais possuíam cobertura florestal.

Tabela 03: Uso e ocupação da terra na bacia do Rio Marrecas em 1952

CLASSE DE USO	ÁREA EM m <sup>2</sup>	ÁREA EM %
<b>Mata Nativa</b>	429.553	50,40
<b>Pastagem</b>	170.585	20,02
<b>Reflorestamento</b>	-	-
<b>Solo Exposto</b>	108.918	12,78
<b>Área Urbana</b>	1.713	0,20
<b>Área sem Dados</b>	141.464	16,60
<b>Área Total</b>	852.235	100%

Fonte dos Dados: Calculados com base no mapa de uso da terra de 1952.

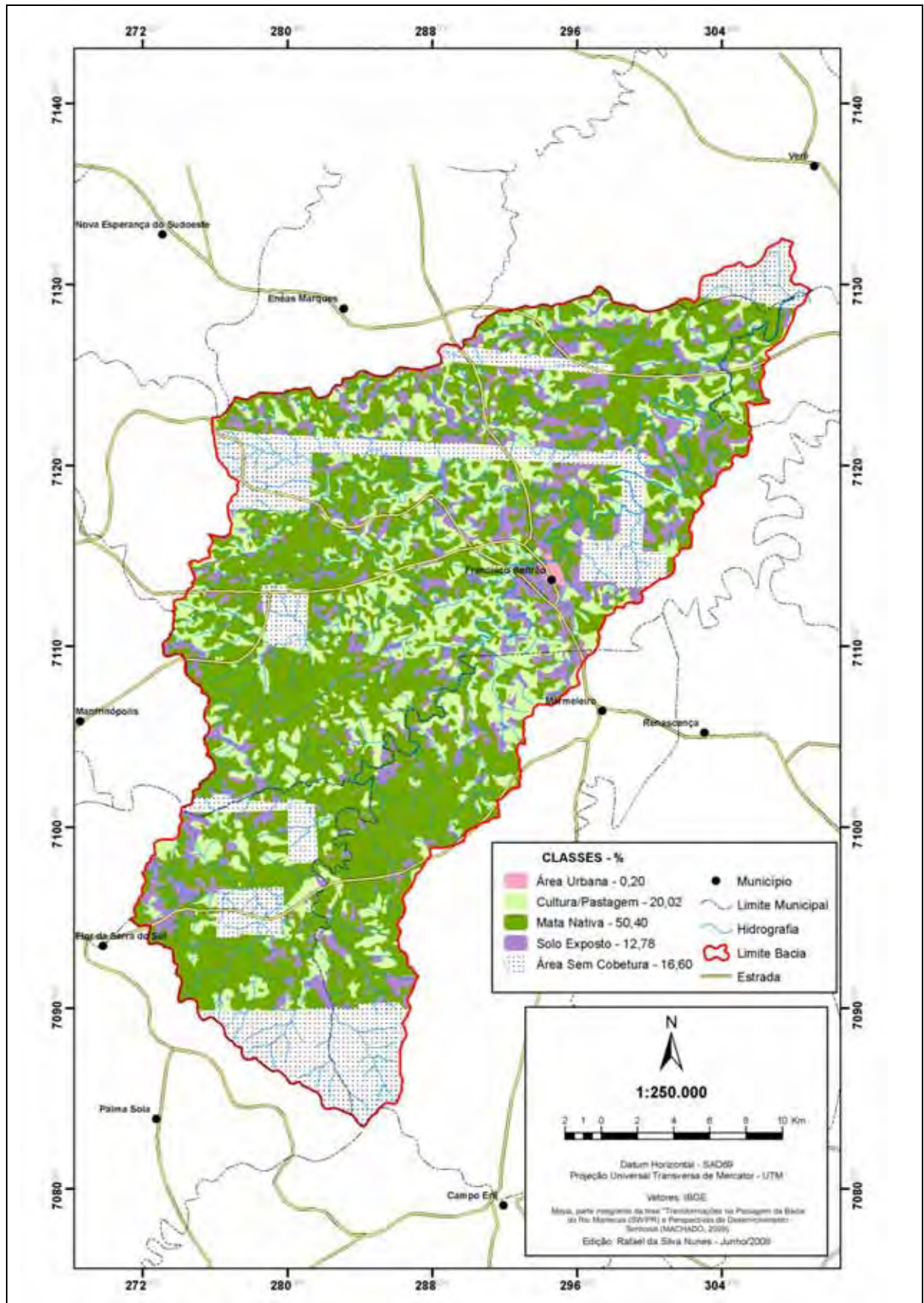


Figura 16: Mapa de uso e ocupação da terra da bacia do Rio Marrecas em 1952.

O desmatamento para uso agropecuário realizado na década de 1940/50, não seguiu um padrão específico, mas uma análise em detalhe de algumas fotografias aéreas da época mostrou que, em geral, o mesmo se alongava desde a foz dos rios em direção às suas nascentes, abrangendo inicialmente as proximidades do canal de drenagem e em um segundo momento as encostas e as linhas dos divisores de água.

Pela análise do mapa de uso da terra exposto na Figura 16, pode-se perceber que a área mais atingida ou transformada até aquele momento foi a do município de Francisco Beltrão, isto é, do médio para o baixo curso do Rio Marrecas, que era a área de domínio da CANGO, onde a ocupação inicial foi mais significativa. Assim, podemos afirmar que a paisagem da área da bacia do Rio Marrecas, eminentemente florestal, passou a ser transformada em paisagem agrícola e pastoril com áreas de pastagem e solo exposto a ser destinado a agricultura.

Por meio desse capítulo pode-se verificar que pelo menos 16 importantes agentes territorializadores se destacaram ao longo do processo de territorialização do Sudoeste do Paraná e da bacia hidrográfica do Rio Marrecas até o início da década de 1950. Cujas principais preocupações eram o estabelecimento da propriedade privada e a exploração dos recursos vegetais da região. Cabe-nos ressaltar que a cada novo agente que surgia, o antecessor era “subjugado”, relações de poder que, legal ou ilegalmente, iam se desenrolando e contribuindo para a delimitação do território, e conseqüentemente provocando mudanças irreversíveis na paisagem.

#### **4 TRANSFORMAÇÕES MATERIAIS NA PAISAGEM RURAL DA BACIA DO RIO MARRECA: EFEITOS DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA**

Por meio da análise do processo histórico de ocupação da área correspondente ao Sudoeste do Paraná e, mais especificamente da bacia hidrográfica do Rio Marrecas, realizado no capítulo anterior, foi possível perceber que os primeiros ocupantes foram os indígenas e, concomitantemente, os caboclos que, vindos particularmente da região dos campos de Palmas, a ocuparam para criar suínos, coletar erva-mate e praticar agricultura de subsistência.

O tipo de atividade econômica e de subsistência praticada pelos caboclos podia ser considerada como primitiva, uma vez que, se baseava na caça, na coleta e na criação de suínos soltos nas matas, bem como na agricultura itinerante. Por serem “primitivas”, essas atividades eram pouco impactantes, ambientalmente falando, e se integravam plenamente aos aspectos naturais da região.

Com a chegada dos colonos gaúchos e catarinenses à região, ocorreram uma série de conflitos de ordem cultural, os quais contribuíram para que a cultura dos imigrantes suplantasse a cabocla. Um dos conflitos dizia respeito à discordância quanto ao tipo de técnica a ser utilizada para o trabalho com o solo e para a exploração dos recursos naturais. Para os colonos recém chegados, os caboclos eram preguiçosos e arcaicos, já que sobreviviam de forma bem rudimentar, coletando e caçando. Assim, como afirma Alves dos Santos (2007, p. 70) “é instaurada a premissa do moderno sobre o arcaico”.

Os migrantes gaúchos e catarinenses descendentes, principalmente de italianos e alemães, reproduziram nas novas fronteiras agrícolas do Oeste Catarinense e do Sudoeste Paranaense os seus costumes, a sua cultura e aplicaram as técnicas com as quais estavam acostumados em seus territórios de origem. Técnicas essas, na maioria das vezes, desconhecidas dos caboclos, por isso, consideradas como “modernas”.

O uso do arado e de técnicas rudimentares (por parte dos migrantes) provocou mudanças significativas no sistema produtivo da região, contribuindo para gerar novas paisagens. Este fato, entre as décadas de 1930 e 1950, gerou uma significativa *modernização da agricultura*, pelo menos do ponto de vista dos caboclos.

Na década de 1960, o incentivo à formação de técnicos agrícolas, a partir dos colégios agrícolas significou um novo impulso ao processo de modernização da agricultura do Sudoeste, uma vez que estes profissionais realizavam o trabalho de extensão rural e seguiam uma política de Estado direcionada para modernizar a agricultura a partir das mudanças na base técnica. Implementou-se, assim, um modo novo de produzir, embasado em máquinas e implementos, sementes selecionadas e híbridas e técnicas “modernas” de manejo do solo, ou seja, adota-se o pacote tecnológico veiculado pela *revolução verde*, especialmente, a partir dos anos 1970.

Neste sentido, Delgado (2005), destaca que “estimulou-se a adoção de pacotes tecnológicos da “Revolução Verde”, então considerados sinônimos de modernidade, e incentivou-se o aprofundamento das relações de crédito na agricultura, mediando à adoção desses pacotes com volumosas subvenções financeiras.

A modernização na base técnica de meios de produção utilizados na agricultura, materializada pela presença crescente de insumos químicos (fertilizantes, defensivos, corretivos de solo, sementes melhoradas e combustíveis líquidos etc.) e da utilização da força mecânica (tratores, colheitadeiras, implementos, equipamentos de irrigação, etc.) marcou o início da integração entre a indústria (eminentemente urbana) e a produção agrícola.

O Sudoeste do Paraná, assim como o restante do país, também passou por este processo e adequou-se a ele. De modo que, os elementos da chamada *modernização* agrícola passaram a se fazer presentes nas diversas unidades produtivas, podendo ser percebidos na forma de produzir e nos produtos finais gerados. Poderíamos afirmar também que esses elementos, ligados à modernização agrícola, não ficaram circunscritos às propriedades rurais, se fizeram presentes também no cotidiano das cidades, como é o caso do trator que, além de ser utilizado para as lides do campo, também era usado como veículo de passeio pelas famílias rurais, substituindo muitas vezes, a carroça ou carro de boi, além da abertura de inúmeras lojas de produtos agroveterinários e cooperativas agrícolas.

A adoção de uma política agrícola voltada para os mercados internacionais causou o empobrecimento da economia regional e ocasionou mudanças estruturais importantes, principalmente no que se refere ao aumento do êxodo rural. O avanço tecnológico na agricultura possibilitou a incorporação de técnicas que propiciaram o aumento da produção e da produtividade agrícola. Porém, elas muitas vezes se mostram inadequadas à realidade sócio-ambiental do Sudoeste do Paraná, uma vez que, em geral, foram criadas para áreas

planas e com monocultura onde “se pode” utilizar sem qualquer restrição uma grande quantidade de agrotóxico (ABRAMOVAY, 1981).

Conforme podemos ver no trabalho de Alves dos Santos (2008, p.73):

*A modernização da agricultura como uma faceta do padrão moderno de produção no campo potencializa um território, no qual ocorrem trocas entre espaços desiguais, mas pré-definidos (campo – cidade). A cidade se impõe ao campo, mas ao mesmo tempo o desenvolvimento técnico permite que ocorram, no campo, atividades que antes tinham um caráter eminentemente urbano.*

A análise das mudanças na base técnica da agricultura se mostra muito importante, principalmente quando se estuda uma bacia hidrográfica concebendo-a como território que é produzido a partir da ocupação do espaço e das transformações de sua paisagem. Uma vez que essas mudanças potencializam e aceleram tais transformações no espaço e no tempo.

Com a adoção dos pacotes modernizadores da agricultura, a paisagem do Sudoeste transformou-se e o espaço rural, como afirmou Alves dos Santos (*op. cit.*), passou a desempenhar papéis que anteriormente eram eminentemente urbanos. Novos objetos, como os tratores, por exemplo, passaram a fazer parte dessa paisagem que se tornou cada vez menos natural e cada vez mais antropizada. Como afirma a autora, se na década de 1940, o uso do arado de tração animal, no Sudoeste do Paraná, foi sinônimo de progresso, a sua substituição pelos arados de tração mecânica significou uma *revolução* na forma de produzir, gerando mudanças territoriais e paisagísticas significativas.

A modernização da agricultura significou a ruptura com os antigos instrumentos de trabalho, tanto dos caboclos quanto dos agricultores pioneiros e a adoção de novos equipamentos com o objetivo de intensificar a produção e aumentar a produtividade, tendo como consequência transformações na paisagem. Por este motivo é que a partir do item que segue analisaremos alguns elementos relacionados à modernização da agricultura no Sudoeste e sua relação com as transformações da paisagem rural da bacia hidrográfica do Rio Marrecas.

Nosso interesse é identificar as transformações na paisagem que ocorreram na área rural e que tiveram como propulsor a modernização da agricultura. O período da história de ocupação da área de estudo que interessa nesse momento é aquele que se estende desde a década de 1960, quando se efetiva ou oficializa a ocupação da mesma até a década de 1990, quando a importância das cidades se sobrepõe ao campo, pelo aumento do êxodo rural, e quando passamos a nos ocupar em descrever as transformações na paisagem urbana.

Os traços característicos da modernização agrícola começaram a se concretizar no Sudoeste do Paraná a partir do final dos anos 1960 e início dos anos 1970, momento em que as transformações agrícolas ganham grande impulso também em termos nacionais. Essa modernização, pela qual passou o setor agrícola, pode ser compreendida a partir de alguns indicadores presentes nos Censos Agropecuários do IBGE (especialmente aqueles realizados a partir dos anos 1970) tais como o uso do solo e o número de equipamentos utilizados nas propriedades.

Como equipamentos representativos dessa modernização compreendem-se os tratores, as máquinas colheitadeiras, os implementos para o plantio e os arados de tração mecânica. Outros elementos também podem ser considerados representativos desse processo como, por exemplo, o uso de calcário, os fertilizantes químicos, os agrotóxicos e as sementes selecionadas, bem como o número de empregos temporários oferecidos em cada estabelecimento e a solicitação de empréstimos bancários, quer seja para o custeio da produção ou para investimentos diversos no estabelecimento. Naquela época o uso de fertilizantes e agrotóxicos foi defendido como indispensável para o aumento da produtividade agrícola. A preocupação ambiental e a discussão sobre as conseqüências desse uso não foram levadas em consideração (FERREIRA, 2002).

Na década de 1960 os agricultores do Sudoeste, seguindo as diretrizes do Governo Federal, começaram a dedicar suas atividades à produção de grãos exportáveis e desta maneira, provocaram as modificações mais significativas na paisagem rural da bacia hidrográfica do Rio Marrecas, substituindo a mata virgem que cobria a área, na qual grandes araucárias se destacavam, e as pequenas lavouras de subsistência pelas lavouras de trigo, soja e outras, voltadas para o comércio com o exterior.

O aumento do desmatamento na área da bacia do Rio Marrecas ocorrido na década de 1960 foi resultado também da troca dos regimes de pousios arbustivos (que duravam dez anos) por um pousio mais curto (que durava apenas dois anos). Com o tempo, a aplicação de adubos químicos e de calcário para a correção do solo, permitiu a eliminação total dos pousios, substituindo-os pelas colheitas anuais e múltiplas, o que impedia qualquer tentativa de recuperação natural das matas. Essa característica faz parte das transformações técnicas ocorridas no Sudoeste Paranaense no final dos anos 1950 e início dos anos 1960, às quais foram implementadas com a criação do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e

extensão Rural – EMATER (ACARPA) Paraná<sup>19</sup> por meio da assistência técnica prestada aos agricultores.

Como acentua Ferreira (2002), a introdução da tecnologia foi a principal causadora das mudanças. O tempo do aventureiro (do agricultor que produz ao sabor da natureza) havia passado e o crescimento populacional e urbano/industrial que se processava em todo o país, passava a exigir agricultores “conscientes” de seu papel. O que levou muitos a conceberem a produção a qualquer custo.

Em se tratando de mudanças na paisagem, os dados correspondentes ao Censo Agropecuário de 1960 e a comparação dos mesmos com os dados do Censo Agropecuário de 1970, nos dão uma boa base para a análise. Os mesmos mostram claramente esta mudança na paisagem dos municípios onde a bacia do Rio Marrecas está inserida. Por exemplo, as lavouras permanentes, que em 1960 ocupavam uma área de 1.420 ha passam a ocupar apenas 560 ha. As pastagens naturais que ocupavam 10.942 ha, em 1960, passam a ocupar 6.581 ha, em 1970. As matas e florestas naturais passaram de 83.655 ha para apenas 8.761 hectares e as terras não utilizadas de 26.479 ha passam a ocupar 15.679 ha, em 1970.

Por meio destes dados nota-se que as características naturais dos municípios da região, e conseqüentemente da área de estudo, foram sendo substituídas com o passar do tempo e, em especial a partir da década de 1960, por características antrópicas, sobretudo vinculadas à produção agrícola mecanizada.

Um dos dados citados que chama a atenção, é o que diz respeito às matas e florestas naturais, a partir do qual é possível perceber que a área recoberta por este tipo de vegetação diminuiu cerca de 90% no período correspondente às duas décadas aqui analisadas, um valor considerado assustador para os padrões ambientais atuais.

Todavia, como analisado em capítulo anterior, deve-se lembrar que a região Sudoeste passou por uma série de desmembramentos municipais no período 1960-70, e Francisco Beltrão cedeu partes de sua área para a formação dos municípios de Boa Esperança do Iguaçu, Cruzeiro do Iguaçu, Dois Vizinhos, Salto do Lontra, Nova Esperança do Sudoeste, Enéas Marques, Marmeleiro e Verê, o que poderia explicar a grande diferença nos valores encontrados pelo IBGE. Porém, uma análise dos dados referentes ao estado do Paraná revela que houve mesmo uma redução significativa na área de matas naturais de 2.839.158 ha para 2.365.400 hectares e na área de pastagens naturais de 1.912.081 para 1.809.429 hectares. Os

---

<sup>19</sup> Fundada em 20 de maio de 1956, por meio de um convênio entre o Brasil e os Estados Unidos.



municípios do Sudoeste Paranaense nos quais a bacia do rio Marrecas está inserida, não ficaram alheios a essa tendência apresentada pelo estado do Paraná.

O que ocorreu foi uma substituição das pastagens e matas nativas por pastagens e matas plantadas, consideradas economicamente viáveis por apresentarem melhor qualidade que as naturais. Desta maneira, ocorreu um aumento da área de matas plantadas da década de 1960 para a de 1970 (de 188.075 para 205.163 ha) e das pastagens plantadas (de 781.947 para 2.700.281 ha) nos municípios onde a bacia do Rio Marrecas está inserida.

Com a “modernização agrícola”, que teve início na década de 1960, o território e a paisagem do Sudoeste foram transformados de modo mais significativo e acelerado e a região começou a ser estruturada tal como a conhecemos hoje. Enquanto que na década de 1950 os desmatamentos ocorriam nos fundos de vale e nas áreas mais próximas aos rios, que eram mais acessíveis, na década de 1960, estes se generalizaram por toda a área, incluindo os topos de morro e as encostas mais íngremes.

Importante destacarmos nesse momento, a velocidade e a voracidade com que as transformações na paisagem passaram a acontecer com o processo de modernização da agricultura. Enquanto que na década de 1950, conforme relatos de Pedro Carneiro, (pioneiro que chegou ao Sudoeste por volta de 1948), “*se utilizava machado, picareta e outras ferramentas manuais para a realização dos trabalhos na propriedade*”, (levando-se com isso muito tempo), a partir da década de 1960 com o uso de maquinários a realização dos trabalhos se tornou facilitada. O Sr. Pedro Carneiro se disse impressionado com o que “*existia naquela época e que já não existe mais*”, (em termos de cobertura vegetal).

O fato de os desmatamentos passarem a se generalizar por toda bacia é resultado do processo de ocupação inicial da área e do vencimento dos obstáculos iniciais, porém, é também uma mostra da expansão clara e indubitável do processo de ocupação e transformação da paisagem, facilitados pela modernização ocorrida no campo, e de que os recursos naturais (vegetação e solos) passaram a ser intensamente explorados e degradados. Um elemento que contribuiu enormemente para a transformação significativa na paisagem rural do Sudoeste Paranaense e da área de estudo, foi o trator.

O fragmento da entrevista de Leocliedes Ferreira, pioneiro que chegou a Francisco Beltrão em 1952, mostra claramente a importância do trator, salientando que:

*Participei do 1º desmatamento para o Camilotti, por volta de 1954, onde é a área da firma atual. Isso foi quando o Camilotti foi ao RS trazer os maquinários. Esse serviço foi feito com foices e depois com serrotes. Aí*

*quando o Camilotti chegou de volta, trouxe um tratorzinho e puxavam as toras com ele.*

No que se refere à bacia hidrográfica do Rio Marrecas, as transformações na paisagem que se processaram a partir da década de 1960, com o início e desenrolar do processo de modernização da agricultura regional, foram extremamente significativas. A influência do processo de modernização nas transformações da paisagem pode ser verificada por meio da análise dos dados presentes na Tabela 04, onde é percebida uma diminuição da área ocupada com aspectos naturais e um aumento da área ocupada com elementos antrópicos.

Tabela 04: Classes de uso da terra – área em metros e em percentagem na bacia do Rio Marrecas.

	<b>1952</b>		<b>1963</b>		<b>1975</b>	
<b>CLASSE</b>	<b>ÁREA (Km<sup>2</sup>)</b>	<b>%</b>	<b>ÁREA (Km<sup>2</sup>)</b>	<b>%</b>	<b>ÁREA (Km<sup>2</sup>)</b>	<b>%</b>
<b>Corpos D'água</b>	-	-	-	-	0,835	0,11
<b>Cultura</b>	-	-	-	-	109,289	12,82
<b>Mata Nativa</b>	429,553	50,40	307,658	36,10	199,034	23,35
<b>Pastagens em geral</b>	170,585	20,02	168,561	19,78	152,638	17,91
<b>Reflorestamento</b>	-	-	-	-	268,584	31,52
<b>Solo Exposto</b>	108,918	12,78	84,637	9,93	112,791	13,23
<b>Área Urbana</b>	1,713	0,20	4,103	0,48	9,062	1,06
<b>Sem Dados</b>	141,464	16,60	287,274	33,71	-	-
	<b>852,233</b>	<b>100</b>	<b>852,233</b>	<b>100</b>	<b>852,233</b>	<b>100</b>

Fonte dos Dados: Calculados com base nos mapas de uso da terra.

Com a modernização agrícola e o uso do maquinário dela representativo, em especial do trator, a paisagem rural da bacia hidrográfica do Rio Marrecas passou a ser mais facilmente transformada e alguns elementos existentes foram suprimidos dando lugar a outros, como é o caso do grande número de barragens, açudes e pequenos lagos (corpos d'água) que surgiram na área.

Estes lagos e açudes artificiais não eram perceptíveis nos mapas de uso da terra das décadas de 1950/60, porém, nos anos 1970 ocorre uma proliferação dos mesmos, perfazendo uma área total de 835 m<sup>2</sup> ou 0,10% da área da bacia. Acredita-se que tal proliferação tenha ocorrido em virtude da utilização de máquinas para a construção dos açudes, pois tratores escavadeiras (Figura 17) e outros equipamentos passaram a facilitar o trabalho que antes parecia impossível de ser realizado com pás, enxadas e picaretas.

Cabe destacar que, nos anos 1960, grande parte dos tratores utilizados no Brasil, devido à baixa produção no território nacional, ainda eram importados, o que os tornava caros e de difícil aquisição pelos pequenos agricultores da área de estudo. Uma forma de contornar essa dificuldade era alugar, por hora, os tratores das Prefeituras (aquelas que dispunham), das entidades de assistência técnica ou mesmo de agricultores que já tinham conseguido adquirir o seu trator.

#### FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 17: Tipo de trator com escavadeira acoplada produzido na década de 1960 pela Massey Ferguson e utilizado em algumas propriedades do Sudoeste/PR ou pelas Prefeituras Municipais.

Fonte: Foto do Autor (2008).

Naquelas décadas de 1950 e 1960, as áreas cultivadas se confundiam com a paisagem natural, pois se entrelaçavam e se interconectavam com elas. Cabe lembrar que eram lavouras de subsistência, em geral, pequenas, por isso a sua difícil identificação dentre a cobertura florestal existente. Porém, a partir da década de 1970, já com traçados mais precisos e regulares, típico do uso das máquinas e implementos ligados à modernização da agricultura iniciada no Sudoeste na década de 1960, as áreas cultivadas começam a se destacar na paisagem, de modo a tornar possível a identificação de 109 km<sup>2</sup> de área cultivada. As áreas de cultivo, se mostraram nas imagens, muito semelhantes às áreas de desmatamento, solo exposto ou pastagem.

No que diz respeito ao desmatamento na bacia hidrográfica do Rio Marrecas, que consideramos como uma das principais transformações paisagísticas ali ocorridas, os dados obtidos por meio dos mapas de uso da terra permitiram identificar o impacto ambiental ocorrido naquela área. Como vimos no capítulo anterior, na década de 1950 a área era de 50 a 60% coberta com matas nativas (florestas), na década de 1960 esse percentual cai para 36% e na década seguinte para 23%, o que significa que a cobertura vegetal da bacia hidrográfica em estudo foi suprimida em cerca de 77% nas primeiras décadas de ocupação da área.

A comparação entre a cobertura vegetal que existia na década de 1950 e a existente na década de 1970 permite-nos afirmar que houve a supressão, nesse período, de pelo menos 50% da cobertura vegetal, isto é, passou-se de cerca de 50% de cobertura vegetal para cerca de 23%, em duas décadas.

O trator foi um dos grande facilitadores desse trabalho de “limpeza”, pois auxiliava tanto no corte (com a adaptação de serras de mesa à sua parte traseira) quanto no transporte (Figura 18).

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 18: Trator produzido e utilizado na década de 1960 carregando madeira nativa cortada.  
Fonte: Foto cedida por Deonísio Borguesan, município de Flor da Serra do Sul.

A redução das áreas de mata nativa na área da bacia do Rio Marrecas, obrigou os habitantes, particularmente os agricultores e madeireiros, a procurar soluções para a falta de madeira que se apresentava, ou que mais cedo ou mais tarde viria a se apresentar. A solução encontrada foi investir em plantações de espécies exóticas (*pinus e aucaliptus*)

economicamente exploráveis. Desta forma, a cobertura vegetal com matas plantadas, que não foi possível identificar nas imagens relativas aos anos de 1952 e 1963 (Figuras 16 e 19), já perfazia um total de 268 km<sup>2</sup>, isto é, um percentual de 31,5% da área da bacia no ano de 1975.

Os dados do IBGE, presentes nos censos de 1960 e de 1970, relativos ao estado do Paraná, comprovam a tendência de aumento de cobertura vegetal plantada identificada na bacia do Rio Marrecas, demonstrando um aumento significativo da área coberta com reflorestamento, sendo respectivamente 188.075 ha e 205.163 ha.

Importante destacar também é a evolução apresentada pela área urbanizada, mais especificamente por Francisco Beltrão. Nos anos 1950, quando ocorreu a emancipação do município e a elevação da Vila Marrecas a categoria de cidade. Naquela época (1952), a cidade, em relação a área da bacia do Rio Marrecas, representava apenas 0,20%. Na década seguinte (1963) este percentual saltou para 0,48% (Figura 19) e em 1975 já alcançava 1,06% da área da bacia.

Esses valores parecem pequenos, mas quando entendidos em termos de percentagem, verifica-se que, em apenas duas décadas houve um crescimento de cerca de 530% na área urbanizada da bacia, o que demonstra a grande mudança ocorrida na paisagem.

O fato de serem os fundos de vale e as proximidades dos rios as primeiras áreas a serem ocupadas, quer seja com a construção de vilas ou com as atividades agrícolas, demonstra que ali o relevo<sup>20</sup> era mais apropriado para a instalação das famílias e para o início da ocupação, todavia demonstra também que as bacias e sub-bacias da região, desde o início de sua ocupação, auxiliavam a demarcar territórios. O território das Linhas (estradas que levam às comunidades rurais da região), o território das famílias, o território das *comunidades* e das vilas.

Para a subsistência das famílias e para a criação de animais era preciso ter água; por isso, era comum a construção das residências e demais instalações da propriedade à beira dos rios. Isso foi, sem dúvida, um dos facilitadores da derrubada da mata ciliar, a começar pela necessidade de construção de hortas e pomares, elementos reproduzidos da forma de vida que tinham no Rio Grande do Sul ou Santa Catarina.

---

<sup>20</sup> Ver os mapas hipsométrico e de declividade da bacia hidrográfica do Rio Marrecas nos Anexos 01 e 03.

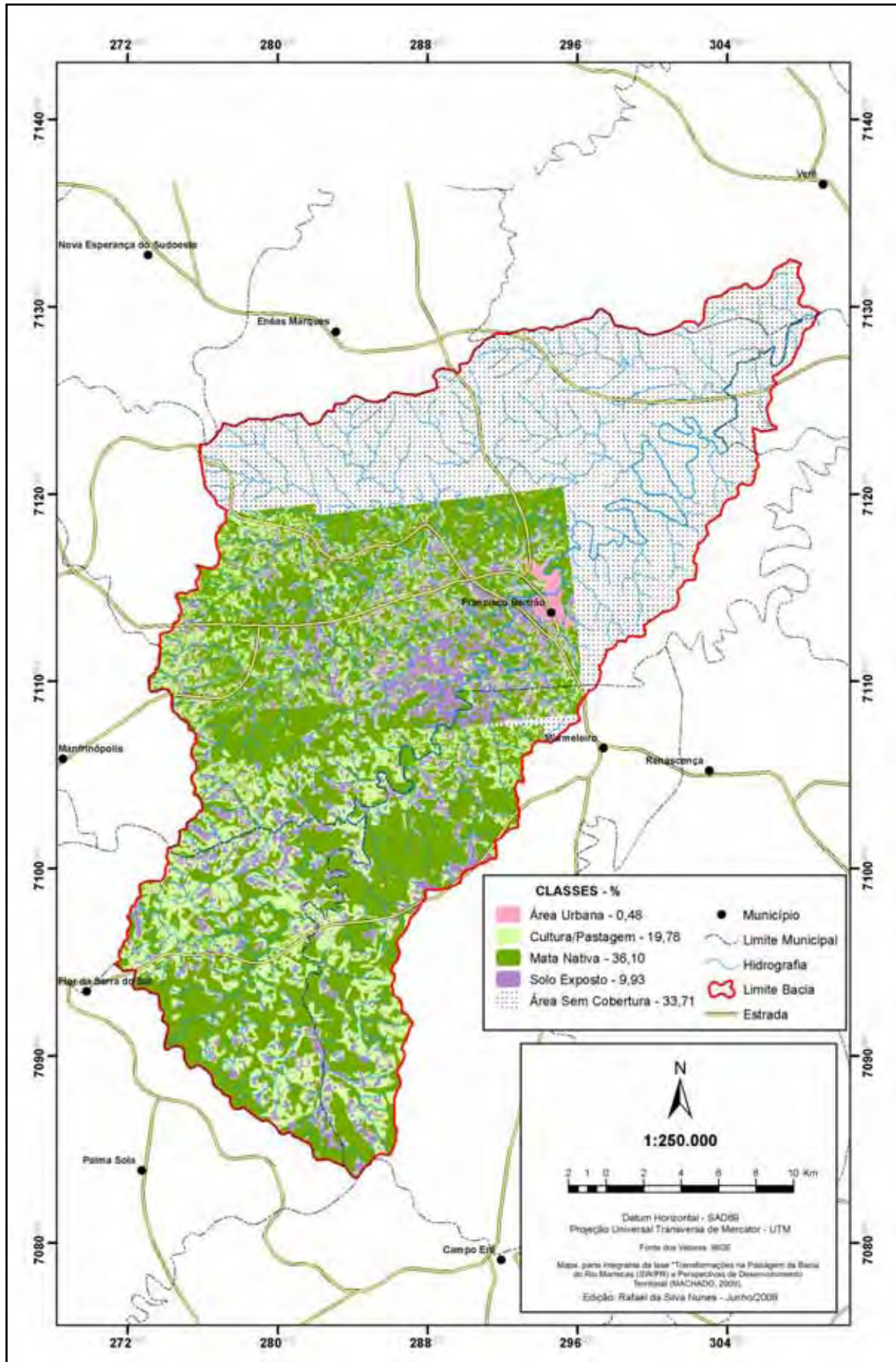


Figura 19: Mapa de uso da terra da bacia do Rio Marrecas no ano de 1963.

Importante se torna destacar neste momento, que a modernização da agricultura, que tanto contribuiu para a transformação da paisagem na bacia do Rio Marrecas, não significou apenas o aumento do número de tratores e do uso de insumos, ela corresponde principalmente ao processo de transformação capitalista da agricultura, que ocorreu vinculado às transformações da economia brasileira num contexto de mudança em nível internacional. Ela, como assevera Alves *et al* (2004), vai além das mudanças na base técnica da produção agrícola, uma vez que atinge classes sociais diferenciadas, com interesses diferenciados e conflitantes.

A estratégia da modernização, de acordo com Pereira (1987), consiste em capitalizar o processo de produção agropecuário. Por isso, a modernização baseou-se, inicialmente, na importação de inovações tecnológicas e na industrialização da agricultura com a finalidade de aumentar a produtividade agrícola.

Com a ascensão ao poder dos governantes militares ocorrida com o golpe de 1964, as exportações passam a ser estimuladas e tem-se assim, maior incentivo, inclusive financeiro, para a produção de grãos para exportação. Este estímulo foi marcado, na década de 1960, pelo surgimento no cenário nacional do Sistema Nacional de Crédito Rural.

A inserção destes agricultores na lógica capitalista do Estado brasileiro permite, por sua vez, entender as transformações no uso das terras e da paisagem ocorridas na bacia do rio Marrecas a partir dos anos de 1960 e nas décadas que se seguiram.

José Graziano da Silva (1996) salienta que, o longo processo de transformação da base técnica, chamado de modernização, culminou na industrialização da agricultura. O que representou a subordinação da natureza ao capital, que gradativamente, libertou o processo de produção agropecuária das condições naturais dadas, passando a alterá-las sempre que se fizessem necessárias. A produção agropecuária deixa, dessa maneira, de ser uma esperança ao sabor das forças da natureza e passa a se transformar em uma certeza sob o comando do capital.

A *modernização* da agricultura consistiu, portanto, em um processo de crescente integração da agricultura com o sistema capitalista industrial, especialmente por meio de mudanças tecnológicas e de ruptura das relações de produção arcaicas (lembrando aqui os caboclos e colonos pioneiros do Sudoeste do Paraná) e do domínio do capital comercial, processo que perpassa várias décadas e se acentua a partir da década de 1970.

Esta modernização, como já o dissemos, caracterizava-se pela utilização da força mecânica e de insumos, os quais, até a década de 1960, eram importados, mas com a industrialização incentivada pelos Governos Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e alguns dos governantes militares, passam a ser produzidos no Brasil, o que facilitou a sua disseminação no território nacional.

A produção de maquinário para ser utilizada na agricultura, particularmente de tratores, começa tímida na década de 1960, porém acelera-se na década de 1970 (Figura 20) e demonstra que este tipo de equipamento teve boa aceitação e importante participação nas modificações estruturais, econômicas e ambientais visualizadas no campo brasileiro a partir daquela década.

De acordo com dados da ANFAVEA (2006) *apud* Santos (2007), a produção de máquinas e equipamentos no Brasil atingiu seu auge na década de 1970, quando o setor chegou a produzir 82 mil unidades de trator por ano. Seguindo a tendência nacional, a tecnificação do Sudoeste Paranaense e dos municípios por onde passa a bacia do Rio Marrecas vai ocorrer mais intensamente a partir desse período, promovendo o aumento do número médio de tratores por área e propriedade e reduzindo drasticamente a área média por trator (Tabela 05).

Os dados dos Censos Agropecuários do IBGE coletados a partir da década de 1970 podem comprovar essa realidade. Os municípios onde a bacia do Rio Marrecas está inserida, entre a década de 1970 e a de 1990 tiveram a área média coberta por trator reduzida de 2421 para apenas 102,5 hectares. Como vínhamos afirmando anteriormente, a mudança mais significativa ocorreu entre 1970 e 1975 quando o número de tratores passou de 70 para 455 e quando a área média coberta por cada trator passou dos 2421 para 351 hectares, o que significa que a área média foi reduzida em cerca de 85%. Nas décadas que se seguiram (1980/90) esse percentual passou para 95%.



FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 20: Produção brasileira de tratores de rodas e colheitadeiras - 1960 – 2006.  
 Fonte dos Dados: ANFAVEA, 2006. (Extraído de Santos, 2007, p. 102).

Tabela 05: Área média coberta por trator nos municípios da bacia do Rio Marrecas

	<b>1970</b>	<b>1975</b>	<b>1980</b>	<b>1985</b>	<b>1995/96</b>
Número de Estabelecimentos	7706	7392	7988	8277	8144
Área dos Estabelecimentos em hectares	169.518	159.706	175.817	161.280	137.688
Número Total de Tratores	70	455	1039	1070	1343
Área média coberta por trator em hectares	2421,686	351,0022	169,2175	150,729	102,522

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários.

A evolução no número de tratores nos municípios onde a área de estudo está inserida foi significativa e o aumento registrado foi da ordem de 650% no curto período de cinco anos (1970-75) e, no caso de Francisco Beltrão, foi de cerca de 1000% passando de 18 para 181 tratores (Tabela 06). Outro fato que chama a atenção é que, muitos dos tratores produzidos nas décadas de 1960, 1970 (Figura 21) e 1980 ainda continuam sendo utilizados no trabalho das pequenas propriedades.

Os tratores significaram mais do que simplesmente uma possibilidade de aumento da produção e da produtividade agrícola, eles significaram melhoria na qualidade de vida dos agricultores que puderam passar a dedicar parte de seu tempo para outras atividades, inclusive a de descansar, uma vez que as atividades realizadas com o trator se tornaram mais rápidas e menos desgastantes fisicamente. Ao mesmo tempo, a utilização do trator significou um potente instrumento de transformação da paisagem, a partir da derrubada da mata nativa e da sua substituição por cultivos agrícolas.

Tabela 06: Número médio de tratores e arados por estabelecimento rural

<b>ANO</b>	<b>Nº de propriedades</b>	<b>Nº total de tratores</b>	<b>Nº total de arados (T. animal)</b>	<b>Nº médio de tratores por propriedade</b>	<b>Nº médio de Arados (animal) por propriedade</b>
<b>1970</b>					
<b>Francisco Beltrão</b>	3392	18	2810	0,005	0,828
<b>Itapejara do Oeste</b>	1282	17	1396	0,013	1,088
<b>Marmeleiro</b>	1426	10	1127	0,007	0,790
<b>Verê</b>	1606	25	1535	0,015	0,955
<b>SO. do Paraná</b>	50451	380	42239	0,007	0,837
<b>Paraná</b>	554488	18619	283215	0,0335	0,510
<b>ANO 1975</b>					
<b>Francisco Beltrão</b>	3074	181	3268	0,058	1,063
<b>Itapejara do Oeste</b>	1268	121	1627	0,095	1,283
<b>Marmeleiro</b>	1293	52	1415	0,040	1,094
<b>Verê</b>	1757	101	1739	0,057	0,989
<b>SO. do Paraná</b>	52241	2986	53494	0,057	1,023
<b>Paraná</b>	478453	52498	290316	0,109	0,606

Fonte dos Dados: Censos Agropecuários do IBGE de 1970/1975.

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 21: Tipo de trator usado na década de 1970 por agricultores do Sudoeste/PR.  
Fonte: Foto de 1977, cedida por Osvaldo Crugg (2008), município de Flor da Serra do Sul.

Os Censos do IBGE de 1970 - 1975 não fazem qualquer menção à utilização de implementos para plantio nos municípios onde a bacia do Rio Marrecas está inserida, por outro lado, no que tange ao uso de máquinas colheitadeiras, os mesmos censos demonstram que ocorreu uma redução em seu número. Das 747 máquinas existentes em 1970 foram recenseadas apenas 182 em 1975.

Isso nos leva a refletir sobre o que poderia ter acontecido neste período para ser registrada mudança tão drástica. Teriam os agricultores conseguido pagar os empréstimos utilizados para comprar as referidas máquinas? A pequena propriedade e a atividade produtiva familiar não tinham necessidade de tais equipamentos? Houve uma falha grave na coleta dos dados? É difícil precisar, porém, há todo um conjunto de instrumentos utilizados que revelam as mudanças técnicas que estavam ocorrendo na agricultura local.

A preparação da terra, que antes era feita com base na enxada, arado e foice, a partir de 1970, passa a ser realizada, principalmente, com o uso do arado de tração mecânica. O que fez ocorrer um incremento na quantidade de arados de tração mecânica nos municípios onde a bacia do Rio Marrecas está inserida. Devido a isso, arar a terra se tornou, para os agricultores, um trabalho mais rápido e menos cansativo. Apesar do aumento no número de tratores e arados de tração mecânica registrado, muitos agricultores continuaram a depositar sua confiança nos tradicionais arados de tração animal (Figura 22) e nas plantadeiras de tração animal (Figura 23), de modo que, no mesmo período, também se registrou um aumento em seu número.

A questão é: depositaram confiança ou não tiveram condições de adquirir um equipamento mais moderno? Isto nos leva a refletir sobre a questão de que a modernização da agricultura não atingiu a todos os agricultores e propriedades da área da bacia com a mesma intensidade e ao mesmo tempo.

A expansão das áreas cultivadas possibilitada pelo uso dos tratores e arados de tração mecânica (Figuras 24, 25) provocou a necessidade de uma maior utilização de calcário para a correção do pH do solo, uma vez que a expansão se deu sobre áreas anteriormente cobertas por vegetação arbórea, cujo substrato era rico em matéria orgânica, o que o tornava relativamente ácido. O aumento verificado no número de propriedades que utilizavam calcário para a correção dos solos entre 1970-1975 foi de 905%. Fato semelhante pode ser percebido com o uso de fertilizantes químicos, cujo aumento registrado foi de 1.035% no número de estabelecimentos que utilizavam este tipo de insumo nos municípios onde está a bacia do rio Marrecas.

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 22: Arado de tração animal.  
Fonte: Foto do Autor (2007).

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 23: Plantadeira de tração animal.  
Fonte: Foto do Autor (2007).

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 24: Tipo de arado de tração mecânica utilizado na década de 1970.  
Fonte: Foto do autor (2008).

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 25: Modelo de arado/descompactador de tração mecânica utilizado na década de 1970.  
Fonte: Foto do Autor (2008).

A expansão das áreas cultivadas (Tabelas 07 e 08) a partir da ocupação de áreas “virgens” (terras férteis não-utilizadas) provocou o desequilíbrio nos ecossistemas do Sudoeste e da bacia do rio Marrecas. A quebra desse equilíbrio provocou o aparecimento de inúmeras pragas, na forma de ervas daninhas, lagartas, insetos, fungos etc., o que gerou a necessidade de se utilizar cada vez mais defensivos agrícolas.

Tabela 07: Utilização das terras nos municípios da área de estudo em 1970 (ha)

	Lavouras		Pastagens		Matas e Florestas		Terras Produtivas
	Permanentes	Temporárias	Naturais	Plantadas	Naturais	Plantadas	Não utilizadas
Marmeleiro	131	11.354	2.352	3.315	10.428	1.035	16.469
Francisco Beltrão	560	26.592	6.581	5.441	8.761	1.101	15.679
Itapejara	157	10.045	1.446	3.384	3.344	105	4.588
Verê	285	13.043	1.858	4.946	3.304	90	6.975
<b>Total</b>	<b>1.133</b>	<b>61.034</b>	<b>12.237</b>	<b>17.086</b>	<b>25.835</b>	<b>2.331</b>	<b>43.711</b>
Sudoeste	6.867	380.677	47.870	128.909	198.076	6.776	205.429
Paraná	1.306.223	3.412.383	1.809.429	2.700.281	2.365.400	205.163	2.203.725

Fonte dos Dados: Censo Agropecuário do IBGE, 1970.

A desestabilização de algumas encostas pela retirada da vegetação causou o aparecimento de processos erosivos laminares e o ravinamento em áreas (Figura 26) de onde os sedimentos foram retirados e levados por gravidade para os fundos de vale e leitos de rios (Figura 27) causando o assoreamento em alguns pontos dos canais de drenagem.

A análise dos elementos destacados até o momento permite perceber que as transformações ocorridas na bacia do rio Marrecas foram significativas e que a modernização da agricultura foi central neste processo. Prova disso são os dados referentes à utilização das terras publicados pelo IBGE relativos ao período expostos nas Tabelas 07 e 08.

Seguindo a tendência da década de 1960, no período entre 1970 e 1975, a área ocupada com lavouras permanentes foi reduzida quase pela metade nos municípios em que está inserida a bacia hidrográfica do Rio Marrecas, passando de 1.133 hectares para 641 hectares, em 1975.

Isso talvez tenha ocorrido pelas tentativas frustradas de cultivo de café e outras culturas de clima mais quente e pela substituição das lavouras permanentes (erva-mate e frutíferas) e de subsistência, por lavouras temporárias, principalmente de soja e milho, as quais tinham incentivos do governo.

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 26: Processos erosivos do tipo ravina em encosta no município de Marmeleiro.  
Fonte: Foto do Autor (2008).

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 27: Material depositado em curva do Rio Marrecas – município de Marmeleiro.  
Fonte: Foto do Autor (2008).

Tabela 08: Utilização das terras nos municípios da área de estudo em 1975 (ha)

	Lavouras		Pastagens		Matas e Florestas		Terras Produtivas
	Permanentes	Temporárias	Naturais	Plantadas	Naturais	Plantadas	Não utilizadas
Marmeleiro	92	15.862	3.480	2.426	4.859	171	7.484
Francisco Beltrão	306	31.803	786	6.763	2.714	55	4.181
Itapejara	98	14.854	597	3.372	1.829	43	2.395
Verê	145	17.302	1.460	4.618	1.801	71	2.451
<b>Total</b>	<b>641</b>	<b>79.821</b>	<b>6323</b>	<b>17.179</b>	<b>11.203</b>	<b>340</b>	<b>16.511</b>
Sudoeste	4.020	526.962	73.719	93.950	114.804	8.765	102.343
Paraná	1.179.701	4.447.834	1.683.815	3.299.025	1.955.393	407.860	1.631.611

Fonte dos Dados: Censo Agropecuário do IBGE, 1975.

As *matas naturais*, como já havíamos afirmado, apresentaram uma redução drástica em sua área na década de 1970, passando de 25.835 hectares em 1970, para 11.203, em 1975 (Tabelas 07 e 08). Em um curto período houve uma redução de 43,4% na área de cobertura florestal natural dos municípios da bacia do rio Marrecas, em virtude do avanço das áreas de cultivo e da utilização de técnicas e tecnologias que facilitam a derrubada da mata, isto é, dos instrumentos oferecidos pela modernização da agricultura e pela organização e construção das cidades e estradas.

Cabe, neste momento, realizar uma comparação entre as áreas que eram ocupadas com *matas naturais* e as ocupadas com lavouras temporárias. Aquelas destinadas às lavouras temporárias foram ampliadas de 61.034 para 79.821 ha, um aumento de 18.787 hectares. Por sua vez, as áreas ocupadas com *florestas naturais*, no mesmo período, tiveram uma redução de 14.632ha (de 25.835 para 11.203 ha). Estes dados mostram que a área de *mata natural* cedeu espaço para as lavouras temporárias, o que também ocorreu com as lavouras permanentes e as pastagens naturais.

A diminuição das áreas cobertas com *florestas* e das áreas produtivas não utilizadas corresponde quase exatamente à ampliação na superfície ocupada pelas lavouras temporárias entre 1970 e 1975. Isto acontece no bojo da modernização agrícola, numa fase que pode ser denominada de “expansão horizontal” (GRAZIANO DA SILVA, 1996) na qual se visava ocupar as áreas de fronteira agrícola e expandir as áreas cultivadas dentro dos estabelecimentos rurais.

No que diz respeito à bacia do Rio Marrecas, no ano de 1975, pode-se verificar que 47% da área já era ocupada por cultivos ou pastagens, cerca de 23% era solo exposto (área



recentemente desmatada ou revolvida para cultivo), cerca de 28% era coberto de mata nativa e 1,06% era área urbanizada (Figura 28 e Tabela 04).

Além dos motivos já apresentados, o desmatamento ocorrido na área da bacia do Rio Marrecas, também pode ser explicado pela abertura de estradas ou ampliação de rodovias, uma vez que, na década de 1970, as precárias picadas abertas pelo GETSOP foram alargadas, dando origem às estradas rurais ou transformaram-se, no decorrer do tempo, em rodovias asfaltadas que possibilitaram a ligação das pessoas do Sudoeste aos grandes centros consumidores, como Curitiba, por exemplo, e aos portos de exportação, como é o caso de Paranaguá. Porém, as maiores transformações nas áreas de mata se deram em nível de estabelecimento rural e não por causa da abertura de rodovias, pela expansão horizontal prevista no bojo da modernização da agricultura.

As estradas rurais pavimentadas (Figura 29) também são um indício das transformações pelas quais a paisagem rural passou quando as máquinas agrícolas começaram a fazer parte da rotina dos produtores e quando o contato com a cidade tornou-se mais constante e mais importante.

No Sudoeste paranaense, mais de 80 mil hectares de cobertura vegetal foram desmatados no período entre 1970 e 1975, e cerca de 60 mil hectares de terras não utilizados foram colocados em cultivo.

As *matas e florestas* somadas às terras produtivas não utilizadas ou em *descanso*, que representavam 40% da área total, em 1970, reduzem-se para apenas 27,5% do conjunto da superfície do Sudoeste, em 1975.

A área dedicada às pastagens plantadas no Sudoeste sofreu uma redução entre 1970 e 1975 (Tabelas 07 e 08), passando de 128.909ha para 93.950 hectares. Este dado adquire maior relevância quando se observa que, no mesmo período, apesar da diminuição na área de pastagem, o rebanho aumentou. Tal fato demonstra que, uma parte cada vez mais significativa da alimentação do gado passou a ser assegurada pelas forragens e pelas rações, abrindo as “portas” dos Sudoeste para as agroindústrias, particularmente aquelas de transformação dos produtos agrícolas e animais (frangos e suínos).

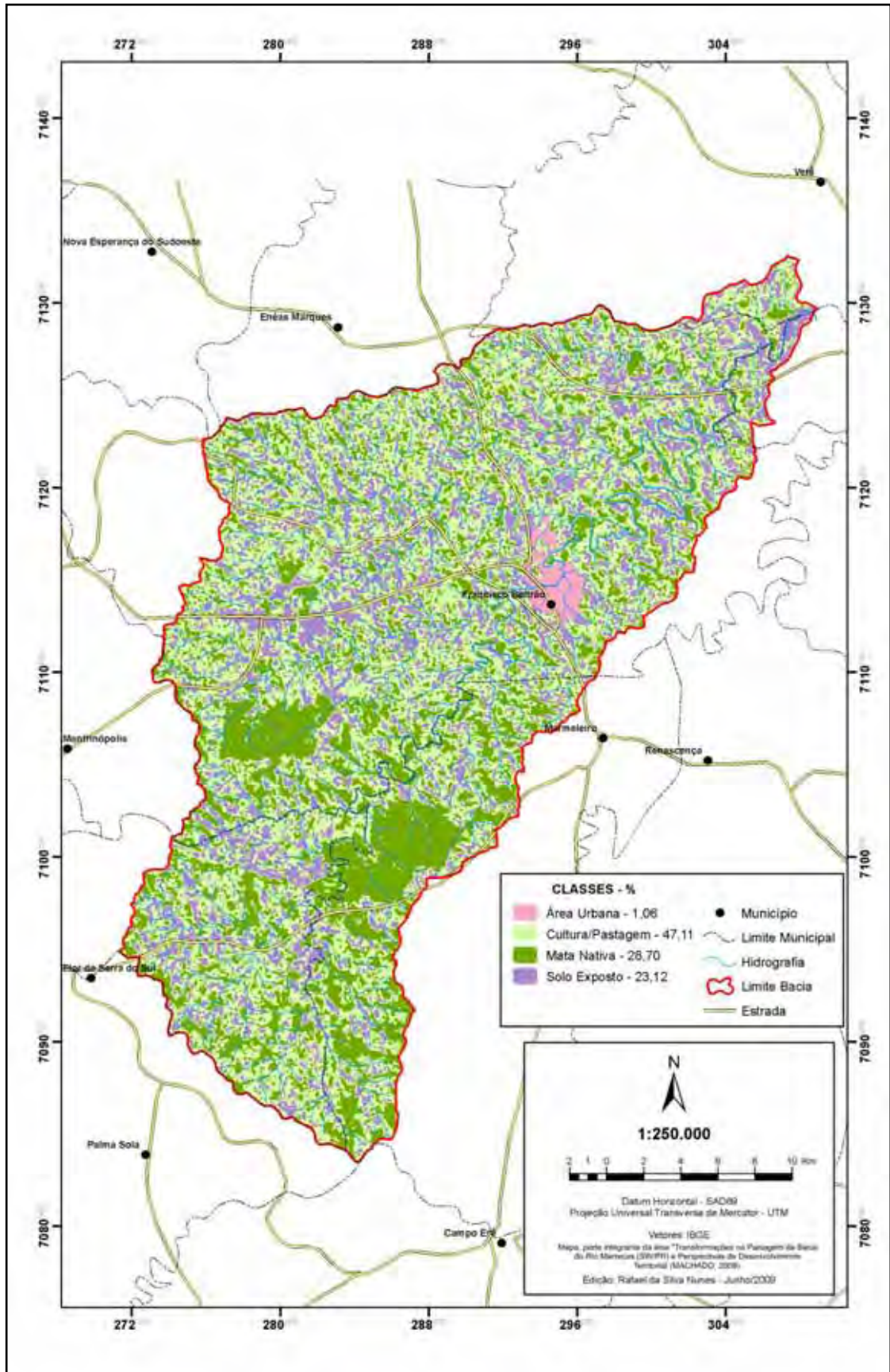


Figura 28: Mapa de uso e ocupação da terra na bacia do Rio Marrecas em 1975.

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 29: Cultivo de soja ao lado de estrada rural pavimentada no Município de Verê.  
Fonte: Foto do Autor (2008).

Em 1980 (Tabela 09), percebeu-se uma retomada das lavouras permanentes na área dos municípios pelos quais passa a bacia do Rio Marrecas em cerca de 230 ha. Os proprietários rurais investiram na melhoria das pastagens, substituindo as naturais por plantadas, principalmente, nas encostas impróprias para mecanização. Este fato deve-se, talvez, a uma maior atuação da EMATER e à contratação, por parte dos proprietários, de técnicos agrícolas, que orientaram os agricultores para um melhor manejo das terras do estabelecimento.

Tabela 09: Utilização das terras nos municípios da área de estudo em 1980

	Lavouras		Pastagens		Matas e Florestas		Terras Produtivas
	Permanentes (ha)	Temporárias (ha)	Naturais (ha)	Plantadas (ha)	Naturais (ha)	Plantadas (ha)	Não utilizadas
Marmejeiro	261	28041	1811	5100	9016	1699	2617
Francisco Beltrão	638	39908	5859	4819	3756	1961	2708
Itapejara	155	17381	551	2537	1486	118	1021
Verê	250	20907	757	4562	1219	158	638
<b>Total</b>	<b>1304</b>	<b>106237</b>	<b>8978</b>	<b>17018</b>	<b>15477</b>	<b>3936</b>	<b>6884</b>
Sudoeste	6628	654498	73967	106817	85184	11182	38749
Paraná	952320	5132701	1534151	3986067	1972946	625662	602528

Fonte dos Dados: Censo Agropecuário do IBGE, 1980.

No que diz respeito às áreas com *florestas* e *matas*, em 1980 verificamos o mesmo processo da década de 1970, ou seja, o desmatamento não cessou. De modo que, dos 15.477 hectares de *mata e florestas* existentes em 1980, foram “medidos” apenas 11.766 em 1985

(Tabela 10). Até mesmo as áreas de matas plantadas passaram por uma redução de cerca de 300 hectares.

Nota-se certa estabilidade no crescimento horizontal da modernização agrícola no Sudoeste, provavelmente, em virtude de investimentos na verticalização, através da busca do aumento da produtividade e pela conclusão do processo de horizontalização. Os dados relativos à produção de arroz, feijão, milho e soja presentes no censo Agropecuário do IBGE de 1985 comprovam o aumento da produtividade por área em relação à década anterior. E aqui, é importante destacar novamente o efeito avassalador da modernização da agricultura, através do trator, colheitadeiras, insumos químicos e do cultivo de produtos, como a soja, que ocuparam o lugar da mata nativa.

Tabela 10: Utilização das terras nos municípios da área de estudo em 1985

	Lavouras		Pastagens		Matas e Florestas		Terras Produtivas
	Permanentes (ha)	Temporárias (ha)	Naturais (ha)	Plantadas (há)	Naturais (ha)	Plantadas (ha)	Não utilizadas
Marmeleiro	425	24.069	2.281	4.323	5.722	1.772	1.364
Francisco Beltrão	857	36.317	273	11.118	3.923	1.458	2.598
Itapejara	123	16.441	920	2.844	1.028	112	454
Verê	132	20.485	212	5.479	1.093	276	596
<b>Total</b>	<b>1.537</b>	<b>97.312</b>	<b>3.686</b>	<b>23.764</b>	<b>11.766</b>	<b>3.618</b>	<b>5.012</b>
Sudoeste	9.608	617.162	41.861	174.987	77.108	18.140	30.236
Paraná	628.074	5.434.485	1.422.884	4.576.720	2.013.930	819.556	415.419

Fonte dos Dados: Censo Agropecuário do IBGE, 1985.

A transformação mais importante na evolução recente da economia paranaense ocorreu no final dos anos 1980 e dois elementos foram determinantes nesse processo: 1) a estagnação da expansão e aumento da produção agrícola, por intermédio do crescimento da área cultivada, e o surto de agroindustrialização, estimulado pelo forte movimento cooperativista de agricultores no estado. Dessa forma, no período 1987-96 reafirmou-se a tendência de perda de caráter eminentemente agrícola da economia do Sudoeste, com o surgimento e disseminação das agroindústrias.

No Sudoeste do Paraná, no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, verificam-se três processos principais de reordenamento da economia regional: a) a diversificação da produção agrícola e o incremento da produção de leite; b) a intensificação da urbanização; c) a instalação e o fortalecimento de agroindústrias como a Sadia.

O conjunto de transformações tecnológicas derivadas da modernização da agricultura não atingiu a todos os agricultores com a mesma intensidade, embora, acredita-se que, de uma maneira ou de outra, todos foram envolvidos por este processo. Muitos agricultores foram envolvidos pelos agentes do mercado, influenciando diretamente em sua forma de produzir. Por isso este período caracterizou-se pela unidade entre o produtor, suas condições de produção, a mecanização e a integração ao mercado.

Na década de 1980, diferentemente do que ocorreu nas décadas de 1960 e 1970, parece acontecer certa estabilidade e até mesmo queda na incorporação de máquinas e equipamentos nos municípios onde a área de estudo está inserida, como se pode comprovar a partir da análise dos dados dos Censos Agropecuários do IBGE relativos ao período. A crise econômica nacional do período final dos governos militares e início do governo civil (José Sarney) explica esta tendência refletida até mesmo na disponibilidade de máquinas para a compra, pela redução na produção das mesmas.

Esta estabilização na aquisição de tratores, colheitadeiras e outros implementos agrícolas por parte dos agricultores do Sudoeste do Paraná, talvez possa ser explicada também pela queda significativa nos valores dos financiamentos liberados e utilizados para o custeio da produção e para investimentos na propriedade, mas particularmente para esta última.

A saída de trabalhadores do campo para a cidade, e aí particularmente a cidade de Francisco Beltrão, que já se destacava como pólo regional, deu início a um novo processo de configuração territorial. Essa reconfiguração originou-se, pelo menos em parte, da “modernização agrícola”.

A comparação entre os dados dos censos agropecuários do IBGE de 1985 (Tabela 10) e os de 1995/96 (Tabela 11) demonstra que a área ocupada por lavouras permanentes no município onde está a bacia do Rio Marrecas voltou a crescer, em contraposição, ocorreu uma queda de cerca de 23.000 hectares de terreno utilizado pelas lavouras temporárias.

As pastagens naturais que, em 1985 abrangiam uma área de 3.686 hectares passaram a ocupar 14.766. A mesma tendência foi seguida pela área de pastagens plantadas que em 1985 era de 23.764 e em 1995/96 já ocupava 37.608 hectares (Figura 30).

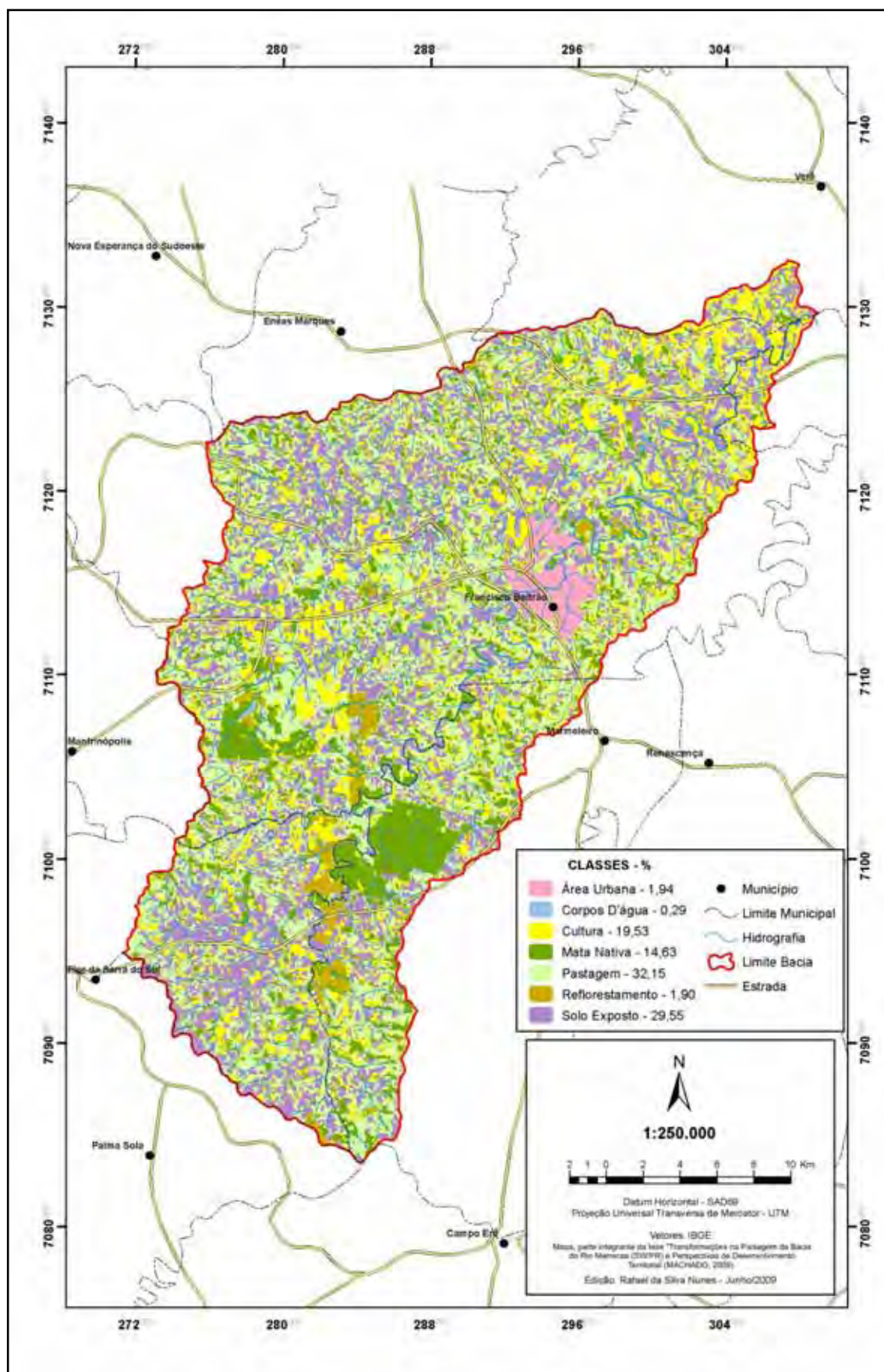


Figura 30: Mapa de uso e ocupação da terra na bacia do Rio Marrecas em 1985.

Tabela 11: Utilização das terras nos municípios da área de estudo em 1995/96

	Lavouras		Pastagens		Matas e Florestas		Terras Produtivas
	Permanentes (ha)	Temporárias (ha)	Naturais (ha)	Plantadas (há)	Naturais (ha)	Plantadas (ha)	Não utilizadas
Marmejeiro	511	14.604	5.275	3.563	4.702	2.391	569
Francisco Beltrão	1.212	24.218	2.166	19.473	6.688	2.178	1.834
Flor da Serra do Sul	156	9.203	131	6.546	2.354	213	881
Itapejara	461	12.619	2.226	3.763	1.857	242	361
Verê	210	13.963	4.968	4.263	2.810	491	288
<b>Total</b>	<b>2.550</b>	<b>74.607</b>	<b>14.766</b>	<b>37.608</b>	<b>18.411</b>	<b>5.515</b>	<b>3.933</b>
Sudoeste	10.605	456.542	95.518	249.966	105.269	17.684	19.467
Paraná	311.374	4.789.135	1.377.484	5.299.828	2.081.587	713.126	258.872

Fonte dos Dados: Censo Agropecuário do IBGE.

No período analisado (1985 a 1995/96) ocorreu também um pequeno aumento nas áreas ocupadas com matas e florestas naturais e com matas e florestas plantadas, esse aumento pode ter explicação pela maior cobrança do órgão ambiental do estado (IAP) para o estabelecimento das áreas de reserva legal nas propriedades rurais, no incentivo aos municípios para o estabelecimento de áreas de preservação, matas ciliares e áreas verdes ou mesmo, como já afirmamos, no abandono das áreas cultivadas e na conseqüente recuperação dessas áreas.

Pela análise dos dados do IBGE, poderíamos afirmar que, nos municípios onde está a bacia do Rio Marrecas ocorreu um recuo na área ocupada por lavouras temporárias, as quais, em parte, foram transformadas em lavouras permanentes, pastagens ou em cobertura com matas e florestas, sejam essas naturais ou plantadas. Na bacia do Rio Marrecas a tendência manteve-se igual. Uma análise dos dados ofertados pelos mapas de uso da terra relativos aos anos de 1985 e de 1996 (Figuras 30 e 31, respectivamente) permite-nos perceber essa mudança. Onde, em termos de percentagem, as áreas cultivadas diminuíram de 19,53 para 15,16%.

Valor significativo pôde ser encontrado no que se refere às áreas com mata nativa e reflorestamento que apresentaram um considerável aumento, particularmente no que tange ao reflorestamento, que passou de 1,9% para 6,9% da área total da bacia.

Cabe destacar também o crescimento pelo qual passou a cidade de Francisco Beltrão entre essas duas décadas. Em relação à área da bacia do Rio Marrecas, em 1985 a cidade correspondia a 1,94% da área da bacia, já em 1995/96 esse percentual passou para 2,94%, o que mostra que é uma bacia eminentemente rural.

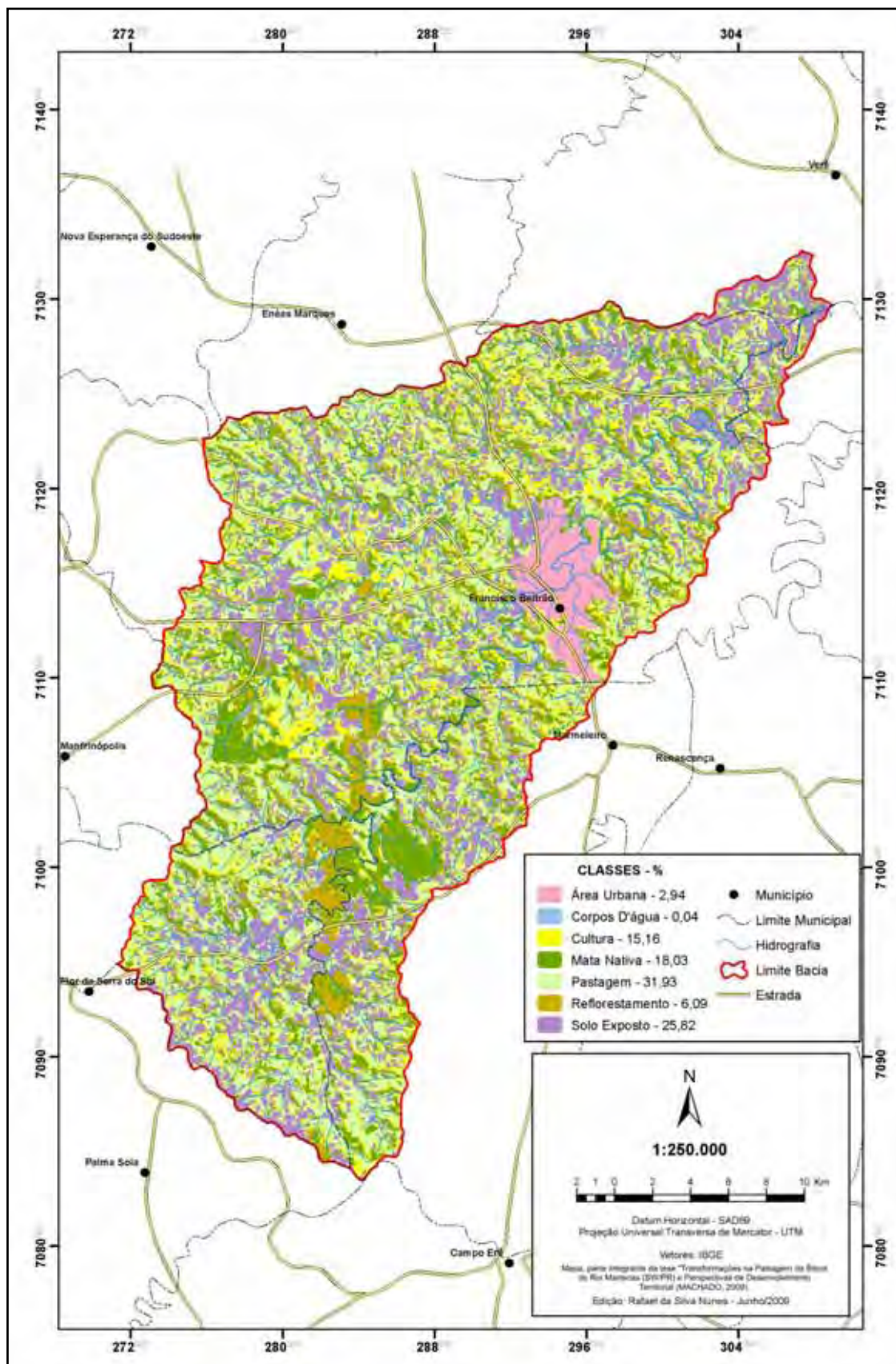


Figura 31: Mapa de uso e ocupação da terra na bacia do Rio Marrecas no ano de 1996.



Essa expansão, como veremos mais adiante, tem relação direta com a criação de novos bairros, loteamentos e a construção de casas populares por meio de parceria da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão com a COHAPAR e a Caixa Econômica Federal, em outras palavras, tem relação direta com a concentração do trabalho na área urbana.

Como pode-se perceber por meio dos dados obtidos no mapa de uso e ocupação da terra da referida bacia hidrográfica, a área urbana continuou a crescer, apesar de ter sido um crescimento inferior em relação às décadas anteriores. Na comparação entre o ano de 1995/96 e o ano de 2009 (Figura 32) percebe-se que a área cultivada diminuiu em aproximadamente 8%, enquanto que a área de mata nativa aumentou em 9%. No mesmo período, a área de solo exposto passou de 25,82% para 34,06%, o que acredita-se tenha ocorrido especialmente nas proximidade da cidade, como frente de expansão desta, como veremos mais adiante.

Nesse processo de *modernização* do campo e da agricultura brasileira, muitos foram os agentes responsáveis pela configuração do território na bacia do Rio Marrecas e direta ou indiretamente pela transformação de sua paisagem, destacando-se dentre estes, a partir da década de 1960, o Estado, através das políticas de desenvolvimento, as cooperativas agrícolas, as agroindústrias privadas, as indústrias produtoras de insumos e de fabricação de máquinas e implementos agrícolas (ALVES *et al*, 2004, p.160).

A modernização da agricultura promoveu uma reconfiguração no campo, promovendo de certa maneira, uma “expulsão” da população do campo para a cidade devido à liberação da mão-de-obra. Até 1970, a população rural do Paraná era maior do que a urbana. No decorrer dessa mesma década, calcula-se que mais de dois milhões de pessoas saíram do campo em direção às cidades. Em 1980, a população urbana já era superior à rural. Mesmo assim, o êxodo persistiu e mais de um milhão e quinhentas mil pessoas deixaram o espaço rural paranaense.

No Sudoeste Paranaense, em 1960, a população rural era igual a 188.275 pessoas, perfazendo 88% da população regional, enquanto que a população urbana era de apenas 25.674 pessoas, ou seja, 12% do total. Nas décadas que se seguiram a situação foi-se alterando, em 1970 a população urbana já representava 18% do total, 32% em 1980, 47% em 1991, 57% em 1996, em 2000 chegou a cerca de 60% (Tabela 12).

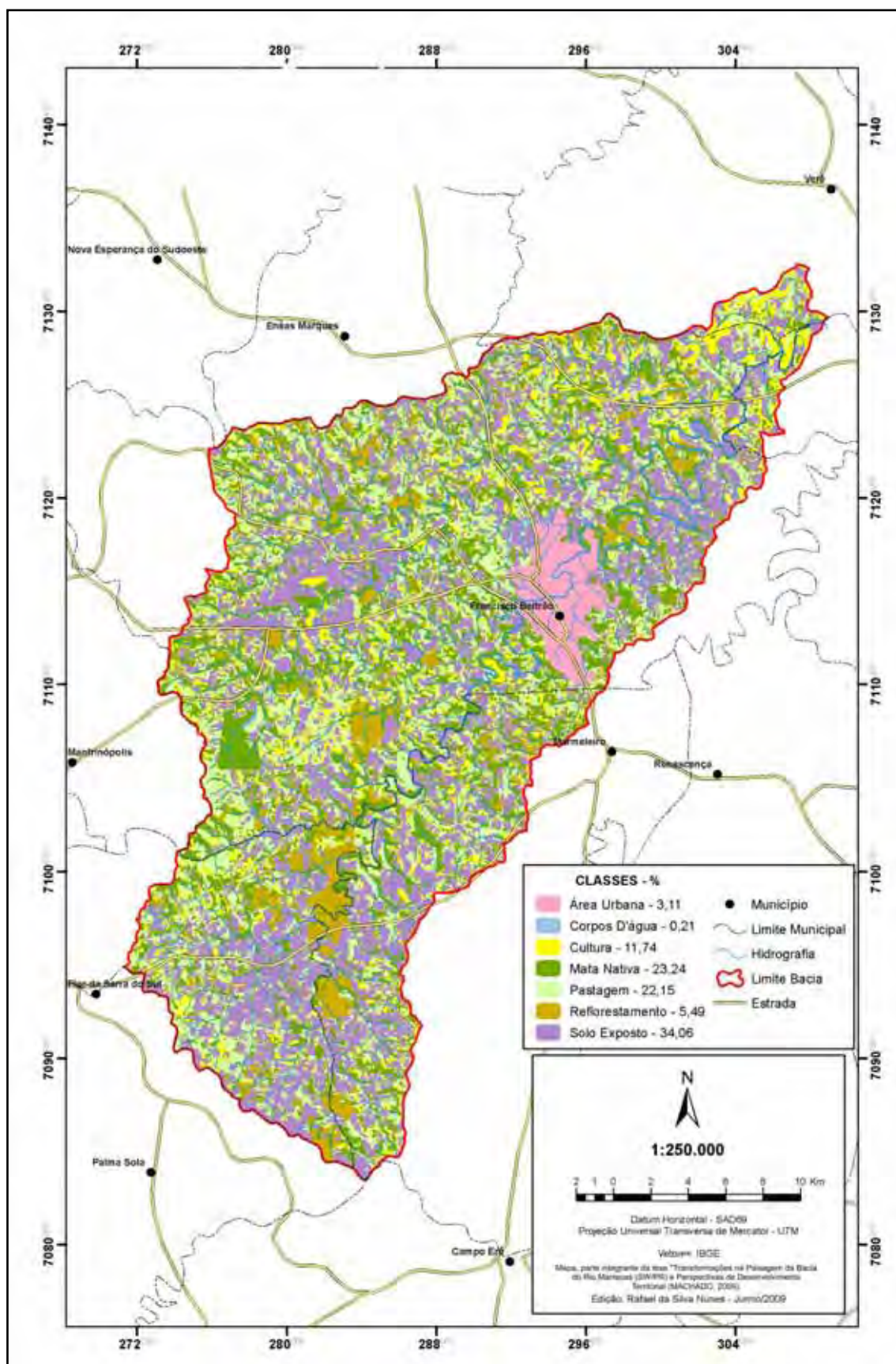


Figura 32: Mapa de uso e ocupação da terra na bacia do Rio Marrecas no ano de 2009.

Tabela 12: População rural e urbana do Sudoeste do Paraná (1960 a 2000).

<b>Ano</b>	<b>População Total (mil)</b>	<b>População Urbana (mil)</b>	<b>População Urbana (%)</b>	<b>População Rural (mil)</b>	<b>População Rural (%)</b>
<b>1960</b>	213.949	25.674	12%	188.275	88%
<b>1970</b>	434.324	78.179	18%	356.145	82%
<b>1980</b>	507.533	162.410	32%	345.123	68%
<b>1991</b>	466.511	219.260	47%	247.251	53%
<b>1996</b>	472.425	255.109	54%	217.316	46%
<b>2000</b>	472.289	283.374	60%	188.915	40%

Fonte: IBGE – Censo Demográfico.

Em se tratando do município de Francisco Beltrão (Tabela 13), cuja cidade está na bacia do Rio Marrecas, os valores relativos ao êxodo da população rural para a cidade foram bem mais significativos. Em 1960, a população rural representava 91% da população total do município, nas décadas que se seguiram esses valores caíram significativamente. Em 1970, para 64%, em 1980, para 42%, no ano de 1991, para 26%, no ano de 1996, para 21% e, em 2000 para 18% do total de população. Cabe destacar que a área urbana aumentou, mas que essa não é representativa de toda a bacia, ou seja, não se pode afirmar que a bacia tornou-se urbana, pois isso não ocorreu.

Tabela 13: População rural e urbana de Francisco Beltrão (1960 a 2000).

<b>Ano</b>	<b>População Total (mil)</b>	<b>População Urbana (mil)</b>	<b>População Urbana (%)</b>	<b>População Rural (mil)</b>	<b>População Rural (%)</b>
<b>1960</b>	55.496	4.994,64	9%	50.501,36	91%
<b>1970</b>	36.807	13.250,52	36%	23.556,48	64%
<b>1980</b>	48.765	28.307	58%	20.458	42%
<b>1991</b>	61.272	45.341,28	74%	15.930,72	26%
<b>1996</b>	65.730	51.926,70	79%	13.803,30	21%
<b>2000</b>	67.118	55.036,76	82%	12.081,24	18%

Fonte: IBGE – Censo Demográfico.

Com base nesses dados pode-se perceber que, a partir da década de 1970, com a modernização da agricultura, com a industrialização do campo e da cidade, o espaço urbano passou a adquirir importância econômica, o que fez com que o mesmo passasse a ser atrativo para os trabalhadores dispensados no campo.

Parte dessa população pode ter incrementado o número de habitantes dos núcleos urbanos, sedes dos distritos administrativos, justamente durante o período em que a criação de municípios estava mais restrita. O surgimento de novos municípios, na década de 1990, pode

estar ligado ao crescimento dos núcleos urbanos desses distritos durante as duas décadas anteriores, devido ao êxodo rural favorecido pela modernização da agricultura.

Com o intenso processo de mudanças na sua base técnica, fortemente impulsionadas pelas políticas públicas no decorrer da década de 1970, o rural paranaense sofreu significativas modificações as quais tornaram mais agudo o quadro de problemas já existentes devido ao aumento das desigualdades sociais refletidas no agravamento dos índices de pobreza e de exclusão social. As conseqüências desse processo logo surgiram: uma piora na situação de vida dos trabalhadores da agricultura, tanto dos pequenos proprietários como na dos assalariados, mas também importantes mudanças nas relações produtivas no campo (MAGALHÃES FILHO, 1993).

Como destacado, ao longo dos anos 1980 e 1990 ocorreu uma desaceleração do dinamismo da área rural e, de certa forma, das transformações na paisagem, uma vez que da cobertura florestal original já não mais havia quase nada a ser derrubada, somente pequenas ilhas espalhadas pela bacia e duas reservas de tamanho considerável, uma no município de Marmeleiro e outra em Francisco Beltrão (Figura 30), além disso, os interesses maiores da economia, estavam voltados para a cidade que se expandia, se industrializava e já ocupava cerca de 2% da área total da bacia do Rio Marrecas. É por esse motivo que, no capítulo que segue nos ateremos em analisar as transformações que ocorreram na paisagem urbana existente na bacia do Rio Marrecas, a saber, a cidade de Francisco Beltrão.

Por meio desse capítulo foi possível perceber que, ao longo das décadas de 1960 a 1990 ocorreram mudanças significativas na paisagem rural da bacia do Rio Marrecas, sendo o grande responsável pela ocorrência dessas transformações a modernização da agricultura que com os aparatos tecnológicos a ela ligados contribuiu para a aceleração das transformações.

Diferentemente do que ocorreu nas décadas anteriores, nas quais era possível identificar os agentes territoriais responsáveis pelas transformações da paisagem, nas décadas analisadas nesse capítulo essa identificação se tornou difícil de ser realizada, pois houve uma abertura do Sudoeste e da bacia do Rio Marrecas às influências externas, de atores externos.

Dos atores identificados podem ser citados atores locais, internos à área de estudo, e regionais, nacionais e mesmo internacionais, externos à área de estudo. Como atores locais ou internos podem ser citados:

- 1) Os agricultores: que, mesmo tendo sido influenciados por agentes externos, foram os que realmente efetivaram as principais transformações;

- 2) As lideranças políticas e econômicas (locais): que atraíram um contingente industrial e de serviços significativo para a cidade de Francisco Beltrão, as quais foram responsáveis pelo crescimento da mesma;
- 3) As agroindústrias e as cooperativas agrícolas: que passaram a direcionar a produção para atender as suas necessidades;
- 4) A EMATER/ACARPA pela orientação aos agricultores sobre a maneira de produzir e de utilizar a tecnologia disponibilizada pela modernização da agricultura;
- 5) Os colégios agrícolas: por formarem profissionais para dar assessoria técnica aos produtores rurais;
- 6) O GETSOP: por legalizar a posse das terras, por abrir estradas e oferecer as condições básicas para a circulação da produção;
- 7) Os donos de lojas de produtos agroveterinários: que convenciam os agricultores das vantagens de se utilizar os adubos químicos e os defensivos agrícolas, e que assim impediam a recuperação da cobertura vegetal original pelo fim dos pousios;
- 8) As madeireiras, como a Camilotti e outras, que desmataram para a retirada da madeira economicamente explorável.

Como atores externos à área de estudo pode-se citar:

- 1) As indústrias de insumos e de manipulação de sementes;
- 2) As empresas fabricantes/montadoras de caminhões, tratores, máquinas colheitadeiras e outros implementos agrícolas: Massey Ferguson, Ford, Agrale, FIAT e outras;
- 3) O Governo Federal (Estado): com as suas políticas de exportação, fomentando o crédito agrícola;
- 4) O Governo Estadual com as emancipações municipais ocorridas no período;
- 5) O “Banco do Brasil” grande responsável pelos financiamentos oferecidos aos agricultores;

Desta maneira, pode-se perceber que as transformações na paisagem que ocorreram e que viriam a ocorrer na bacia do Rio Marrecas não dependiam mais, única e exclusivamente, de atores territorializantes locais, mas passavam a depender de atores externos, muitas vezes sediados em outros países, como é o caso das empresas montadoras de caminhões e tratores.

Além disso, as necessidades do mercado externo também foram responsáveis pelas alterações realizadas pelos agricultores da área de estudo.

Percebe-se aqui, um elo de ligação entre os atores ou agentes territorializantes e seus atos. As relações de poder que se instauraram, as necessidades que são criadas, os modelos de desenvolvimento que são vendidos e disseminados, todos esses elementos demonstram que o território da bacia do Rio Marrecas passou a ser um território envolvido por redes, por atores que mantêm relações com o seu exterior e que se transformam e se adaptam sempre que necessário. Há um campo de forças econômicas e políticas que influenciam diretamente na vida dos agricultores, na organização do território e nas transformações provocadas na paisagem ao longo do tempo por técnicas e tecnologias como as que descrevemos neste capítulo.

Com as transformações impostas pela modernização da agricultura, não é mais possível pensar o território da bacia do Rio Marrecas como isolado, uma vez que inúmeros elos de comunicação (estradas, linhas de comunicação, de comércio etc) entre essa e o seu exterior foram construídos.

## **5 TRANSFORMAÇÕES MATERIAIS NA PAISAGEM URBANA DA BACIA DO RIO MARRECA: O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO**

Nos capítulos que antecederam a este, fizemos uma análise das transformações na paisagem da bacia do Rio Marrecas levando em consideração a área rural dessa bacia, que sempre se mostrou dinâmica no sentido econômico e em relação às transformações paisagísticas, porém, como analisado nestes mesmos capítulos, a partir da década de 1970 a cidade de Francisco Beltrão, como pólo regional, passou também a adquirir dinamismo econômico pela industrialização, expansão horizontal e começo da expansão vertical, apresentando as transformações mais intensas da bacia. Tudo isso, agregado a estabilização do processo de modernização no campo faz-nos dar uma atenção especial à área urbana da bacia a qual será tratada a partir desse capítulo.

A bacia hidrográfica do Rio Marrecas distribui-se por terras de cinco municípios da região Sudoeste do Estado do Paraná, a saber: Flor da Serra do Sul, Francisco Beltrão, Itapejara do oeste, Marmeleiro e Verê. Destes municípios, o único que possui área urbanizada significativa dentro da bacia é Francisco Beltrão, cuja cidade desenvolveu-se às margens do rio e hoje é atravessada por ele.

O município de Francisco Beltrão, como vimos anteriormente, é recente no contexto paranaense, uma vez que foi emancipado no ano de 1951 e criado/instalado definitivamente em 1952, por meio de uma decisão política que emancipou 39 municípios em todo o estado do Paraná. Decisão esta que teve por objetivo direcionar para o interior do estado o fluxo populacional, além do interesse de garantir por meio do uso das terras a sua posse.

A área territorial municipal é de 757,21 km<sup>2</sup> dos quais apenas 5 % são ocupados pela cidade que abrange a sede do município e os seus distritos. A sua população, que era de 67.132 habitantes, de acordo com o Censo de 2000 do IBGE, reside em sua grande maioria (cerca de 92%) na cidade e nas sedes dos distritos de Nova Concórdia, Jacutinga, São Pio X e Seção Jacaré.

A expansão urbana na bacia do Rio Marrecas ocorreu nos terrenos mais planos que, em geral, são representados pelos fundos de vale com a presença de falhas geológicas<sup>21</sup>. O rio Marrecas tem a maior parte de seu canal localizado em uma falha de direção SW/NE, a qual pode, como afirma Ferretti (1998), ter influenciado na evolução da bacia e na reestruturação da rede de drenagem de toda bacia, bem como o processo de ocupação pelo homem, uma vez que é ao longo desta grande falha e do vale resultante que a cidade de Francisco Beltrão se cresceu horizontalmente.

As características dos vales da bacia possibilitaram um maior desenvolvimento da ocupação urbana nas proximidades, não propriamente da foz, mas do médio para o baixo curso. A forma apresentada pelos vales mostra o quão acidentada<sup>22</sup> é a área, particularmente próximo às nascentes, e permite inferir sobre o grau de dificuldade que os primeiros colonizadores tiveram ao nela chegar e se estabelecer, especialmente em uma época em que não existiam estradas e a vegetação nativa era densa.

A preferência pela ocupação urbana nos vales mais alargados da bacia, particularmente do vale do Rio Marrecas, no curso médio do mesmo, mostrou-se, ao longo do tempo, preocupante, já que tal ocupação se deu em áreas de freqüentes inundações, como é o caso da foz do Córrego Lonqueador no Rio Marrecas na cidade de Francisco Beltrão.

Por ter se desenvolvido às margens do Rio Marrecas, a antiga Vila Marrecas, hoje chamada de Francisco Beltrão, possui uma relação íntima e necessária com o mesmo, pois dele tira as águas para o abastecimento público urbano e rural, bem como para a irrigação.

Sendo a cidade de Francisco Beltrão a única parcela urbanizada da bacia do Rio Marrecas, e podendo ser entendida, tanto uma quanto a outra, como o resultado concreto de ações e de relações humanas no tempo e no espaço, isto é, como processos territorializantes de atores sociais é que examinaremos a sua evolução ao longo do tempo em termos de transformações da paisagem da bacia. Esse processo de transformação da paisagem no espaço urbano de Francisco Beltrão constituiu-se de várias etapas e em cada uma delas destacaram-se agentes políticos, sociais e econômicos diversos que, a partir de suas relações, deixaram marcas significativas no mesmo.

---

<sup>21</sup> Das dezoito falhas encontradas na bacia hidrográfica do Rio Marrecas, oito possuem direção NW/SE, cinco tem direção SW/NE, três com direção N/S, uma possui a direção N/E e uma, com direção NW/NE. (Ver mapa hipsométrico com as principais falhas da bacia hidrográfica do Rio Marrecas nos Anexos do trabalho).

<sup>22</sup> Na Bacia do Rio Marrecas, ocorrem em predominância as declividades enquadradas nas classes 1, 2, 3 e 4, com declividades de 0% a 25%, encontrando-se as mesmas distribuídas por toda a bacia. As áreas mais elevadas e mais declivosas, que correspondentes as classes 5 e 6 são encontradas nas áreas sudoeste, oeste e sul da bacia (Ver mapa de declividade no Anexo 03).



A compreensão da história desta cidade e da dinâmica política, econômica e social do crescimento e do desenvolvimento pode ser alcançada por meio da análise de quatro períodos, dos quais, três foram estudados por Ortolan (2006):

1. Estende-se da fase inicial de ocupação, por volta de 1922, até a emancipação política do município, em 1951. Este período foi marcado pelo desbravamento das terras e florestas;
2. Inicia-se com a emancipação política, em 1951, até meados da década de 1970 e foi marcado pela caracterização da cidade de Francisco Beltrão através dos primeiros investimentos públicos e privados;
3. Compreende as décadas de 1970 e 1980, marcadas pela intensificação da migração campo-cidade e o conseqüente crescimento populacional, horizontalização e verticalização da cidade de Francisco Beltrão;
4. Iniciou-se na década de 1990 e estende-se até a atualidade, sendo caracterizado pela redefinição da cidade por meio do fortalecimento do setor industrial e de serviços.

Apesar de termos estabelecidos algumas datas, a delimitação precisa de quando começa um período e termina o outro não é possível de ser realizada, uma vez que não existe limite bem definido entre um e outro, mas sim uma série de acontecimentos concomitantes e contínuos. Desta maneira, é fundamental para a compreensão das transformações da paisagem ocorridas nesta área da bacia hidrográfica a análise da formação urbana de Francisco Beltrão e o exame de cada um destes períodos e dos acontecimentos que neles tiveram lugar.

Cabe destacar, previamente, que os espaços urbanos são, em geral, os mais dinâmicos no que dizem respeito às transformações na paisagem. Nosso objetivo, nesse momento é analisar essa dinamicidade e quais foram os agentes nela envolvidos ao longo do tempo.

### **5.1 Primeiro período de transformação da paisagem: os primórdios da formação do núcleo urbano de Francisco Beltrão**

A primeira fase de transformação da paisagem “urbana” da bacia do Rio Marrecas se estende do momento inicial em que a área começou a ser ocupada, por volta de 1922, até a emancipação política do município de Francisco Beltrão, em 14 de dezembro de 1951 e sua instalação definitiva em 1952. Essa fase foi caracterizada pelo desbravamento das terras e florestas existentes e implantação das primeiras residências (Figuras 33 e 34).

O povoamento inicial da área atualmente correspondente ao município de Francisco Beltrão iniciou-se na década de 1920, sendo que os primeiros habitantes dessa área foram caboclos provenientes dos Campos de Palmas, que de lá saíram em virtude de seu descontentamento com o trabalho, com o alto custo de vida e com a política “salarial” e com a proibição, por parte de seus patrões do cultivo de horta de subsistência (ABRAMOVAY, 1981).

A existência de uma densa floresta de araucárias, com uma grande quantidade de pés de erva-mate, além dos recursos ligados à água, solo e clima foram as referências que possibilitaram a ocupação inicial da área pelos caboclos. Entretanto, por um longo tempo, parte das terras manteve-se quase intocada, sem ocupação significativa, uma vez que os seus ocupantes viviam *na e da* floresta, mantendo com ela uma relação de dependência (ABRAMOVAY, 1981).

A partir do ano de 1938, como mencionamos no Capítulo 2, o Presidente Getúlio Vargas estabeleceu uma política de colonização e alargamento das fronteiras agrícolas do Brasil através da chamada "Marcha para Oeste", que buscava a efetiva integração de novas áreas no processo de expansão econômica e tinha por objetivo o deslocamento espacial da força-de-trabalho para regiões férteis, a fim de incrementar a agricultura extensiva, uma vez que era necessário aumentar a produção de alimentos para abastecer os centros urbanos (ABRAMOVAY, 1981).

Um dos principais objetivos de Getúlio Vargas era o preenchimento dos grandes vazios demográficos existentes no país, como era o caso das regiões Sudoeste e Oeste do Estado do Paraná. Com isso, Vargas promoveu a ocupação das regiões de fronteira com a Argentina e o Paraguai, acomodando grupos de agricultores gaúchos que chegavam ao estado.

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 33: Cidade de Francisco Beltrão no ano de 1952. Figura elaborada com base em fotografia aérea do ano de 1952 – Viação Cruzeiro do Sul.

**FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO**

Figura 34: Vista geral da cidade de Francisco Beltrão no início dos anos 1950, margem esquerda do Rio Marrecas.  
Fonte: Kruger (2004).

Na década de 1940, o Sudoeste era constituído por apenas dois grandes municípios os quais se chamavam Clevelândia e Palmas. O primeiro com uma grande área ocupada por florestas de araucária combinada com mata atlântica, com poucos habitantes, e o segundo com uma tradição na criação de gado, ocupado e controlado politicamente por grandes pecuaristas.

O processo de territorialização e de divisão territorial foi acelerado pela chegada de *colonos* gaúchos e catarinenses que, de início, foram se agrupando em pequenas vilas espalhadas por toda a região. A Vila Marrecas, localizada às margens do Rio Marrecas foi uma dessas vilas formadas a partir da chegada primeiramente de caboclos e depois dos colonos.

Devido a carência de estradas e pontes (Figuras 35, 36 e 37), as dificuldades de acesso à área eram inúmeras, conseqüentemente, nos primórdios da formação da Vila Marrecas a população era incipiente e todas as vilas existentes no Sudoeste, ofereciam as mesmas condições de vida, de modo que a seleção ou escolha, para quem chegava (Figura 38) de um lugar para se instalar, tornava-se facilitada.

As habitações construídas pelos caboclos e, posteriormente, pelos colonos se caracterizavam pela sua rusticidade, uma vez que eram feitas a partir de toras de pinheiro colhidos e cerrados em cada propriedade. A abundância de madeira foi um dos fatores que contribuiu para a grande utilização dessa matéria-prima na construção. Atualmente o número de residências dessa natureza é muito reduzido, já que os pinheiros se encontram sob proteção ambiental e pela preferência pelas casas de alvenaria, mais resistentes e, normalmente, mais confortáveis.

Prova da abundância de madeira que existia na região são as Figuras 35, 36 e 38, mas também é o fragmento da entrevista dada por Ângelo Camilotti<sup>23</sup>, um dos pioneiros na ocupação e industrialização da Vila Marrecas e fundador da Madeireira Camilotti, atualmente Camilotti Camidoor, localizada a duas quadras do centro da cidade, às margens do Rio Marrecas. Nessa entrevista o mesmo declarou:

*Deixei tudo lá no Rio Grande do Sul para vir trabalhar na extração da madeira e quando aqui cheguei comprei uma gleba de terra, a Fazenda Marrecas e a Dambros e Piva, que tinha **600 alqueires de puro pinheiro**. (grifo nosso)*

---

<sup>23</sup> CAMILOTTI, A. **Entrevista concedida a Adriana Ortolan**. Francisco Beltrão, 07 abr. 2005.

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 35: Cabanas de moradia temporária em meio a mata – início da década de 1950.

Fonte: Kruger (2004).

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 36: A falta de pontes obrigava as pessoas a passarem por dentro dos rios

Fonte: Kruger (2004).

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 37: Mutirão de trabalhadores para abertura de estradas – início dos anos 1950.  
Fonte: Kruger (2004).

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 38: As estradas abertas facilitaram a chegada de mais pessoas ao Sudoeste.  
Fonte: Kruger (2004).

A Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO), criada pelo Governo Federal no ano de 1943, teve sua sede instalada na margem esquerda do Rio Marrecas, desde quando passou a ser a principal instituição da Vila Marrecas, gerando praticamente toda a renda do povoado. Com a implantação da CANGO é que a Vila começou realmente a crescer, já que ela foi a responsável pela criação da infra-estrutura e das condições básicas para habitação e sobrevivência no local, o que incentivou muitas famílias a se mudarem para lá na

busca de melhores condições de vida. Uma das obras de destaque construídas pela CANGO foi uma ponte coberta (Figura 34) feita de madeira (de pinheiro) que ligava a sede da Colônia com o núcleo urbano que se formava na margem direita do rio. A CANGO, de fato, foi um marco histórico importante na formação da cidade de Francisco Beltrão, na colonização efetiva do Sudoeste paranaense e nas transformações da paisagem.

A Vila que começava a se formar na margem direita do Rio Marrecas era de início, um tanto quanto desorganizada, quando comparada com a parte da vila formada pela CANGO na margem esquerda do Rio, pois as casas eram poucas e tinham sido construídas aleatoriamente, de acordo com a propriedade de cada um e sem se pensar em um conjunto. Julio Assis Cavalheiro foi quem, na década de 1940, ensaiou os primeiros passos para o planejamento e organização da Vila, ordenando a retirada de casas e abertura de algumas vias e a organização de quadras, como consta da entrevista com o Sr. Rosenery Cavalheiro<sup>24</sup>, filho de Julio Assis concedida a Ortolan (2006).

A Vila Marrecas, com a chegada de novos habitantes, desenvolveu-se rapidamente. A expansão da área ocupada e o aumento do número de habitantes foi tão significativa que a Vila, em um período de cerca de 10 anos, já estava sendo elevada à categoria de cidade. Isto consolidou o município no ano de 1951, quando a área que hoje pertence a Francisco Beltrão se desmembrou de Clevelândia. O nome da cidade foi escolhido em homenagem a Francisco Beltrão, um dos engenheiros que pioneiramente trabalhou na região.

A Lei nº 790 sancionada por Bento Munhoz da Rocha Neto, então governador do Estado do Paraná, em 14 de novembro de 1951, como vimos anteriormente, emancipou cerca de 39 novos municípios em todo o estado, dentre estes, seis localizavam-se no Sudoeste paranaense. Desta maneira, a região, no início dos anos 1950, já contava com oito municípios, substantivando um recorte político-administrativo significativo do território.

O antigo município de Palmas foi dividido em apenas um outro município chamado Mangueirinha, enquanto que Clevelândia foi dividida em outros cinco: Barracão, Pato Branco e Santo Antônio, que já eram distritos; Capanema, que sequer possuía uma vila ou distrito e, por fim, Francisco Beltrão (Figura 39).

---

<sup>24</sup> CAVALHEIRO, R. **Entrevista concedida a Adriana Ortolan**. Francisco Beltrão, 12 abr. 2005.



## FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 39: Sudoeste do Estado do Paraná no ano de 1951

Fonte: Mapa digitalizado do original do acervo da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA.

De acordo com Rosenery Cavalheiro, em entrevista concedida a Adriana Ortolan, em se tratando de bem-feitorias, seu pai, Julio Assis Cavalheiro (ex-diretor da CANGO e um dos primeiros prefeitos), de além de ter sido o responsável pela organização de boa parte da cidade de Francisco Beltrão, também contribuiu para a abertura da estrada que liga a cidade a Pato Branco, o que foi feito com mão-de-obra braçal de centenas de trabalhadores, como os representados na Figura 37. Esta estrada, de acordo com as palavras de Rosenery Cavalheiro, *“apesar de ser de terra batida e de possuir muitos atoleiros, contribuiu enormemente para entrada de muitos migrantes provenientes do sul do Brasil”*.

Segundo o seu filho Rosenery, com o dinheiro que ganhou trabalhando para a CANGO, Julio Assis Cavalheiro comprou de Paulo Cantelmo um grande lote de terra que ficava do lado esquerdo do que hoje é a Avenida Julio Assis (avenida central). Logo depois de

comprar este lote, “*ele fez uma grande plantação de milho e abóbora, além de começar a criar porcos no sistema de safras*”<sup>25</sup>.

As terras que pertenciam ao primeiro morador da Vila (Sebastião Miller) ficavam do lado direito daquele caminho, hoje a avenida principal, e estas foram compradas por Luiz Antônio Faedo. Naquele lado da atual avenida, Faedo plantou feijão, milho e arroz. Mas, pelo que contou Rosenery Cavalheiro,

*em pouco tempo começou a aparecer gente do Rio Grande do Sul e Santa Catarina interessadas em comprar lotes e meu pai e o Faedo vendiam dois ou três alqueires pra cada, dependendo do interesse e do dinheiro disponível*<sup>26</sup>.

Julio Assis, além de vender muitos lotes para imigrantes, doou lotes de terra para a construção da Prefeitura (Figura 40), do Fórum, da Igreja (Figura 41), do hospital (Figura 42) e do estádio de futebol (Figura 43), enquanto que Antonio Faedo doou terras para a construção da Praça Central (Figuras 41 e 44), do Cemitério e do Ginásio de Esportes (Arrudão). Isto demonstra porque a área correspondente à margem direita do Marrecas se desenvolveu mais do que o lado esquerdo onde estava a sede da CANGO, de modo a se tornar o centro da atual cidade. Devido à atuação destes dois importantes atores territorializantes e aos investimentos públicos realizados, especialmente após a emancipação política de Francisco Beltrão. Esses atores territorializantes se constituíam na elite econômica e política do Sudoeste e, principalmente, de Francisco Beltrão.

Assim começa de uma forma não muito bem marcada no tempo, a segunda fase de expansão urbana de Francisco Beltrão e, conseqüentemente, de transformação da paisagem de parte da bacia hidrográfica do Rio Marrecas, pois como já o dissemos, é o único núcleo urbano significativo na área dessa bacia.

---

<sup>25</sup> CAVALHEIRO, R. **Entrevista concedida a Adriana Ortolan**. Francisco Beltrão, 12 abr. 2005.

<sup>26</sup> CAVALHEIRO, R. **Entrevista concedida à Secretaria de Cultura** de Francisco Beltrão, S/D.

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 40: Primeiro prédio da Prefeitura de Francisco Beltrão construído em 1952.  
Fonte: Kruger (2004).

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 41: Igreja Matriz e praça central de Francisco Beltrão no ano de 1957.  
Fonte: Kruger (2004).

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 42: Primeiro hospital de Francisco Beltrão, onde hoje é o Fórum da cidade.  
Fonte: Franciosi (2002).

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 43: Estádio de futebol Anilado em 2009.  
Fonte: [WWW.beltrao.wordpress.com](http://WWW.beltrao.wordpress.com), acessado em 03/07/2009.

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 44: Praça Virmond Suplicy (ou Central) em 2009 (Calçada da Matriz).  
Fonte: Foto do Autor.

## 5.2 Segundo período de transformação na paisagem urbana: a vila se torna cidade

A segunda fase de transformação da paisagem urbana de Francisco Beltrão que ocorreu concomitantemente com a da área rural da bacia do Rio Marrecas iniciou-se, por volta do período da emancipação do município e se estendeu até meados da década de 1970, sendo marcado pela caracterização da cidade através dos investimentos públicos e privados.

A antiga Vila Marrecas, com a emancipação do Município de Francisco Beltrão, transformou-se na cidade de Francisco Beltrão, o que possivelmente tenha exigido um aumento nos investimentos para a construção da infra-estrutura necessária para o bom funcionamento da nova vida urbana.

Alguns investimentos públicos e privados caracterizaram a cidade, desenvolvendo atividades essenciais para a definição das suas primeiras estruturas urbanas e para a instalação de serviços. Assim, como consta na entrevista concedida por Rosenery Cavalheiro à Secretaria da Cultura de Francisco Beltrão, a cidade recebeu os primeiros investimentos públicos para a construção, a instalação de serviços e a contratação de servidores municipais para a Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores, agência do Correios, delegacia, escolas e outros serviços.

No que diz respeito a este período inicial do novo município, Ângelo Camilotti declarou em entrevista concedida à Secretaria de Cultura de Francisco Beltrão que *“era preciso fazer as coisas, porque não tinha nada, era preciso preparar a cidade para as pessoas que já moravam ali e para as que iriam chegar”*. Neste sentido, Ângelo Camilotti, como prefeito e industrial, também foi um dos responsáveis pela abertura e pela organização das ruas e quadras da cidade, como ele mesmo disse: *“Eu fui o responsável pela organização e planejamento da cidade”*.

Em se tratando de investimentos privados, cabe destacar a importância de duas famílias que se mudaram para Francisco Beltrão por volta do ano de 1953 e passaram a investir na cidade, uma delas era a Camilotti e a outra era a Fregonese, ambas investiram na indústria de beneficiamento de madeira de pinheiro que, como vimos, era abundante na região. A instalação destas duas empresas, a primeira no atual Bairro Presidente Kennedy e a segunda no Bairro Industrial, certamente tiveram papel importante na geração de emprego, na

atração de novos moradores e na transformação da paisagem local e regional pelos desmatamentos resultantes da exploração da madeira.

Prova dessa transformação da paisagem é o fragmento da entrevista concedida por Lourdes Alice Fregonese à Secretaria de Cultura de Francisco Beltrão, na qual ela descreveu o lugar onde a sua família construiu a indústria de beneficiamento de madeira na década de 1950. A mesma disse:

*No Bairro industrial era tudo mato, a única rua que tinha era a Avenida<sup>27</sup>, mas aos poucos foram aparecendo novos moradores, novos serviços e a cidade foi crescendo. A cidade cresceu tanto que as fábricas que ficavam ali no Industrial foram todas incorporadas pela cidade. Daí vieram os problemas com os moradores e muitas tiveram que fechar ou mudar de lugar. Como a nossa que mudou lá pro Pinheirinho.*

Em entrevista concedida à Secretaria de Cultura, Ângelo Camilotti salientou que

*a falta de estradas de acesso a cidade transformavam uma viagem entre as duas vilas mais importantes (hoje Francisco Beltrão e Pato Branco) e mais próximas em uma aventura de vários dias e que poucos gostavam de enfrentar (...) isso fazia com que a gente vivesse praticamente isolado no meio da mata.*

Ângelo Camilotti, como prefeito que foi dos anos de 1956 a 1960, investiu na construção de estradas que ligam a malha urbana ao interior do município e outros municípios, além de construir a primeira usina hidrelétrica do município, localizada no Rio Santana (onde deságua o Rio Marrecas), a qual possibilitou a implantação de um número maior de indústrias na cidade. A barragem construída significou uma mudança considerável da paisagem local.

A infra-estrutura de Francisco Beltrão também foi incrementada com a atuação do Escritório do GETSOP (Grupo Executivo de Terras do Sudoeste do Paraná) entre os anos de 1961 a 1973. Por meio da atuação do GETSOP, o município foi beneficiado com a construção de várias pontes sobre os rios do município, como também pela regularização dos lotes doados pela CANGO, bem como pela abertura de novos caminhos, picadas, estradas e

---

<sup>27</sup> A existência de uma única avenida que ligava a margem do Rio Marrecas até a área correspondente ao Bairro Industrial foi construída no limite entre as duas grandes propriedades ali existentes, uma de Julio Assis Cavalheiro e a outra de Luiz Antonio Faedo.

rodovias. Na Figura 45 pode-se ver uma das patrulas utilizadas pelo GETSOP à época de sua atuação.

A igreja também se organizou de acordo com o espaço e ajudou a organizá-lo de acordo com suas “intenções”, muitas vezes se “apropriando”<sup>28</sup> de pontos estratégicos dentro da área urbana ou mesmo rural, como por exemplo, o Morro do Cristo (Calvário) (Figura 46) e o Morro do Seminário, os quais são visíveis de qualquer parte da cidade. A influência da igreja como agente territorializador e contribuinte para a organização do espaço urbano de Francisco Beltrão, ao longo de sua história, pode ser comprovada pelo grande número de ruas, estabelecimentos comerciais, de saúde e de educação que levam nomes religiosos, além da espacialidade das estruturas ligadas ao catolicismo, como salientado, para os casos dos Morros do Cristo e do Seminário, além da própria Catedral que recebeu o terreno em doação de Julio Assis Cavalheiro.

Outro fator que contribuiu para a expansão da cidade de Francisco Beltrão foi o empobrecimento dos agricultores do Sudoeste, devido ao não pagamento dos empréstimos obtidos por meio das políticas de crédito do Governo Federal para o produtor rural, o que fez com que muitos destes vendessem ou arrendassem suas terras e abandonassem o campo entre décadas de 1960 e 1980 para morar na cidade.

Com isto, ao longo da década de 1960, iniciou-se um processo de urbanização que iria acelerar-se nas duas décadas seguintes, de modo que, para Francisco Beltrão, os problemas relacionados à questão agrária foram decisivos para a reorganização territorial ocorrida nas décadas de 1970 e 1980. Isso contribuiu para o aumento da população de algumas cidades do Sudoeste<sup>29</sup>.

---

<sup>28</sup> Quando utilizamos a palavra “apropriando-se” não queremos expressar que a Igreja invadiu ou apossou-se de áreas particulares, mas que estas passaram de uma maneira ou outra para o domínio dela, como é o caso do Morro do Calvário que passou pela administração de diversas instituições e atualmente apresenta uma função religiosa.

<sup>29</sup> Como o Sudoeste do Paraná se caracteriza pela presença das pequenas propriedades e sendo estas produtivas, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra não encontrou eco para seus clamores por terras nessa área, apesar de encontrarmos alguns assentamentos, como é o caso do existente na Linha São Luiz, em Marmeleiro, onde foram assentadas cerca de 30 famílias.

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 45: Patrola utilizada pelo GETSOP para a abertura de estradas e ruas atualmente em exposição no Bairro da Cango – Cidade de Francisco Beltrão  
Fonte: Foto do autor (2008).

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 46: Morro do Cristo ou do Calvário – Cidade de Francisco Beltrão.  
Fonte: Foto do Autor (2008).



Na tentativa de começar a resolver o problema que se avolumava, o governo municipal começou, na década de 1960, a dar incentivo à instalação de indústrias no município. Isto ocorreu por meio da aprovação da Lei 245/67, que objetivava a geração de emprego e renda para as famílias que estavam se instalando na cidade.

O incentivo “fiscal” dado pelo governo municipal rendeu bons frutos, de modo que, em 1970, já havia duzentos e setenta e três (IBGE, 1970) estabelecimentos de comércio varejista e atacadista instalados no município de Francisco Beltrão, bem como oitenta estabelecimentos industriais, com destaque para o setor madeireiro, mobiliário e de produtos alimentares. Os investidores eram, em grande parte, de pessoas com experiência nas atividades comerciais e industriais ou mesmo profissionais liberais, como médicos e advogados, vindos de fora do município ou mesmo de fora do estado. Das empresas do setor moveleiro que foram instaladas em Francisco Beltrão, a mais significativa é a Marel que ocupou inicialmente uma área do Bairro Industrial (Figuras 47) e posteriormente, devido às freqüentes cheias do Córrego Lonqueador, foi instalada no Bairro Marrecas (Figuras 48).

A centralização de muitos serviços públicos em Francisco Beltrão fez com que esta cidade fosse colocada no patamar de “*pólo regional*”, que atraiu, além dos serviços públicos, serviços privados que, juntos, movimentam atualmente grande número de pessoas que chegam diariamente, quer do interior do município, quer de outros municípios.

Atualmente, percebe-se que as cidades da região apresentam graus de desenvolvimento diferenciados, concentrando atividades e serviços em Francisco Beltrão e Pato Branco, sendo estas duas cidades rodeadas por pequenas cidades com as quais mantêm relações.

Neste segundo período, os agentes que mais atuaram no sentido de transformar a paisagem urbana foram: Ângelo Camilotti, que como prefeito, organizou o traçado das ruas da nascente cidade. O Getsop e a Cango, que distribuíram e regularizaram a posse das terras, além de construir pontes, estradas, caminhos, picadas e rodovias. A Igreja, pela construção de vários templos religiosos e pela ocupação de pontos estratégicos como o Morro do Calvário e do Seminário. Os agricultores, que devido às dificuldades financeiras, mas não somente a estas, abandonaram o campo para morar na cidade. A Prefeitura Municipal, por contribuir para a construção da estrutura básica da nova cidade, como é o caso de escolas, correios, delegacia, hospital e os prédios da Prefeitura Municipal e Câmara dos Vereadores, além da Lei de incentivo à instalação de indústrias.

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 47: Antiga fábrica da Marel Móveis – no Bairro Industrial – Francisco Beltrão  
Fonte: Franciosi (2002). Tela pintada com base em fotografia dos anos 1970.

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 48: Fábrica atual da Marel Móveis – Bairro Marrecas – Francisco Beltrão  
Fonte: [WWW.marel.com.br](http://WWW.marel.com.br), acessado em 03/07/2009.

### 5.3 Terceiro período de transformação da paisagem urbana: crescimento horizontal e industrialização

O terceiro período de transformação da paisagem urbana da bacia hidrográfica do Rio Marrecas compreende as décadas de 1970 e 1980, marcadas pela intensificação da migração campo-cidade e o conseqüente crescimento populacional da cidade de Francisco Beltrão. Nesse período o município de Francisco Beltrão teve um acréscimo significativo na sua população urbana registrando concomitantemente o decréscimo da sua população rural, fato que ocorreu também em outros municípios do Sudoeste paranaense.

No decorrer da década de 1960, a população rural do Paraná era maior do que a urbana, porém a situação começou a se inverter quando, durante a década de 1970, mais de dois milhões de pessoas saíram do campo em direção às cidades, tendo como um dos fatores responsáveis por essa migração, a *modernização da agricultura*, conforme analisado no Capítulo 3.

Na década de 1980, a população urbana do Sudoeste já atingia 32% do total de habitantes, em 1991 esse percentual já era igual a 47% do total, e em apenas cinco anos, isto é, em 1996, a população urbana atingia 54% da população total, superando assim, a população rural que, em 2000, representava apenas 40%. No que diz respeito ao município de Francisco Beltrão, na década de 1980, a população urbana já superava a rural, de modo que, em 1991, representava 74% do total.

Parte dessa população, que saiu do campo, pode ter incrementado o número de habitantes dos núcleos urbanos e sedes dos distritos administrativos e contribuído para o surgimento de novos municípios durante a década de 1980.

Naquele período, a paisagem eminentemente rural de parte da bacia hidrográfica do Rio Marrecas, tornou-se eminentemente urbana e industrial. O urbano passou a se sobrepor ao rural, a justificar a prioridade na ação do poder público. Prova dessa transformação ocorrida na área urbanizada da bacia hidrográfica do Rio Marrecas, no caso, em Francisco Beltrão, é oferecida pelos dados do IBGE relativos ao setor industrial. Em 1970, Francisco Beltrão contava com cerca de 90 estabelecimentos industriais, sendo a grande maioria, ligada ao setor madeireiro, de produção de móveis e de alimentos (Anexo 04).

Em 1980, o quadro industrial do município não se alterou muito, pelo menos em termos de números, pois naquela década a indústria alimentícia e de produção de móveis perdeu um pouco da sua importância e surgiram outras ligadas à metalurgia, mecânica, transformação de produtos minerais não-metálicos e de produção madeireira. O Grande destaque de ocupação de pessoal foi das empresas ligadas ao setor madeireiro e de móveis (Anexo 05).

Durante as décadas de 1970 e 1980, muitas iniciativas do legislativo e executivo Beltronense contribuíram para o fortalecimento e o desenvolvimento da cidade de Francisco Beltrão, dentre essas iniciativas destaca-se a aprovação da Lei nº 458 de 1973 que definiu a cidade a partir de demarcações constituídas inicialmente pelo Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP), destinada ao patrimônio de Francisco Beltrão e como área de expansão urbana deste.

Esta Lei foi essencial para a organização do traçado da cidade, pois estabeleceu as regras para o loteamento das terras localizadas no perímetro urbano, incluindo como condição a apresentação prévia de plantas e projetos e a instalação dos sistemas de arruamento, de água e energia elétrica.

Buscando um histórico da organização do traçado da cidade, podemos notar, por meio da Figura 49, como o mesmo e seu perímetro, mudaram com o passar dos anos. Inicialmente, entre 1932 e 1943, era restrito ao núcleo onde se encontrava instalada a CANGO, atualmente no Bairro homônimo, localizado na margem esquerda do rio Marrecas.

Entre o ano de 1943 e 1952, o perímetro “urbano” da Vila Marrecas foi expandido do núcleo da CANGO, na margem esquerda do Rio Marrecas, também para a área correspondente ao nascente núcleo urbano localizado na margem direita do rio, passando a englobar as terras de Julio Assis Cavalheiro e Luiz Antonio Faedo, as quais estavam sendo loteadas. Após essa delimitação do perímetro, o crescimento ocorreu em todas as direções, englobando tanto terras da área da antiga CANGO, na margem esquerda, quanto da expropriedade de Julio Assis Cavalheiro e Luiz Antonio Faedo, na margem direita do Marrecas.

No ano de 1975, o Legislativo e o Executivo Beltronense aprovaram as Leis nº 503/75 e nº 504/75 e por meio delas estabelecem, respectivamente, as normas para a construção na Zona Central da cidade e a proibição do fracionamento de terrenos urbanos.

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 49: Evolução do Perímetro Urbano de Francisco Beltrão 1932-2009.

Com estas leis proibiu-se a construção de casas de madeira, pelo menos na área central, e estabeleceu-se a altura das construções (no mínimo dois pavimentos) para a área central, bem como a metragem dos terrenos ali localizados. É a paisagem urbana sendo transformada e o início oficial da verticalização.

Na década de 1970, surgiram os primeiros prédios (edifícios) com mais de um andar. O primeiro “prédio” a ser construído em Francisco Beltrão data de 20 de janeiro de 1970, denominado Edifício Residencial e Comercial Rosseto (Figura 50), situado na Av. Julio Assis Cavalheiro e Construído pela Empretec.

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 50: Edifício Rosseto – 1º prédio da cidade de Francisco Beltrão.  
Fonte: Casaril (2004).

A configuração paisagística urbana, até então, era baseada em casas térreas e em casas no estilo sobrado, onde em geral, na parte de baixo funcionava o comércio e na parte de cima a residência dos proprietários. Durante a década de 1970, foram construídos 26 novos prédios sendo desses, 14 com 3 andares, 9 com 4 andares, 2 com cinco andares e apenas um com sete andares.

As ruas que mais valorizaram e receberam edificações novas foram as seguintes: Julio Assis Cavalheiro (11 prédios), Frei Deodato (3 prédios), Tenente Camargo (2 prédios), Ponta Grossa (2 prédios), Rio de Janeiro (1 prédio), Antonina (1 prédio), Vereador Romeu Lauro Werlang (1 prédio), Rua Amazonas (1 prédio) (no Bairro Pinheirão) e Rua Curitiba (1 prédio), outros três prédios não apresentavam localização exata nos registros.

Das ruas citadas anteriormente, o que se pode destacar, é que a grande maioria delas se localiza no centro da cidade (Figura 51). De onde se pode previamente concluir que, na década de 1970, a verticalização atingiu particularmente o centro da cidade de Francisco Beltrão.

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 51: Localização das ruas onde ocorreu o início do processo de Verticalização na década de 1970.

Fonte: googlemaps acesso em 20/01/2009.

No que diz respeito aos proprietários empreendedores e às construtoras envolvidas nesse processo de verticalização e transformação da paisagem urbana horizontalizada em verticalizada ao longo da década de 1970, de acordo com os dados da Secretaria de Obras e Secretaria de Planejamento da Prefeitura de Francisco Beltrão, destacam-se:

- **Proprietários empreendedores:** José Armando, Antonio Ivo e Ivanir Schimitz / Isidoro Auache/ Felisbino Soranso/ Dorvalino Masiero/ Manoel Antonio de Andrade/ Oscar Batista da Silva/ Névio Urio, Acyr Miguel Urio, Irma Maria Urio/Firma Mazzocco, Salvati e Cia. Ltda/ Joecy Tártari Giacobbo/ Boaventura Teixeira da Luz, /Setembrino Rossi/Ivo Mezonni /Avelino Rosseto/João Batista Zancanaro/Wolf Paulo Trentin/ Adacy Maria Mella/ Adelmo de Mello/; Itacy Brocardo, Ivo Bettiato e Espedito Bettiato.

- **Empresas construtoras:** Empretec - Alaor Prata Martins e Cia Ltda., Construtora Britania Leovan Ltda. (Eng. Civil Tarciso Henrich), Construtora Dimavi/ Construtora Sudoeste/ Estilos Construções. Eng. Loreni Fenalti da Costa/ Incorporações Província Ltda. (Arquiteto José Diogenes Uady) e Construtora Mainardi, da cidade de Dois Vizinhos.

De acordo com dados da Secretaria de Obras e Urbanismo de Francisco Beltrão, os agentes empreendedores que mais atuaram na cidade naquela década foram: Isidoro Auache, Felisbino Soranso e Adacy Maria Mella. Dos agentes construtores que mais atuaram foram: a EMPRETEC<sup>30</sup>, e a Construtora Sudoeste<sup>31</sup>.

Por meio dessa informação, podemos dizer que esses foram os principais agentes de transformação da paisagem urbana horizontalizada em paisagem urbana verticalizada, pelo menos na década de 1970.

Em se tratando de alteração na paisagem urbana e organização do território, destacam-se as indústrias instaladas. A área que mais se destacou em termos de industrialização no início do processo de ocupação e expansão da cidade de Francisco Beltrão foi o Bairro Industrial (Figura 52). Nos anos 1970 se instalaram ali, indústrias, concessionárias, oficinas, recapadoras, postos de combustíveis, fábricas de móveis, prestadoras de serviços, etc. A

---

<sup>30</sup> A EMPRETEC – Empreendimentos Técnica e Construções Ltda foi fundada em 1966 por Euclides Scalco e Deni Lineu Schwartz os quais ocuparam importantes cargos políticos. Essa empreiteira construiu no município, de acordo com dados apresentados por CASARIL (2004), 19 edifícios, sendo seis com três pavimentos, nove com quatro pavimentos, dois com sete pavimentos, um com doze pavimentos e um com dezoito pavimentos, além do Edifício Valença localizado no Bairro Vila Nova.

<sup>31</sup> A Construtora Sudoeste foi fundada em 1976, sendo vendida posteriormente para a Família Serraglio. Essa empreiteira construiu no município 12 edifícios acima de 3 pavimentos, dos quais um possui três pavimentos, dois condomínios com 4 pavimentos um com quatro blocos e outro com três blocos, dois edifícios com quatro pavimentos, um com oito pavimentos, dois com treze pavimentos, um com 14 pavimentos e dois com 18 pavimentos, além dos edifícios *Hatenas* e *Dom Bosco*, ambos com 4 pavimentos com 4 apartamentos por andar (CASARIL, 2004).



transformação da paisagem da área foi significativa, pois há 53 anos a área ainda era ocupada por pequenos sítios e por mata, como vimos anteriormente.

De início, conforme relatado em entrevistas realizadas pela Secretaria de Cultura de Francisco Beltrão, com os pioneiros da cidade, um pequeno sítio da Família Sabadin foi loteado e muitas indústrias madeireiras ali se instalaram. O primeiro proprietário das terras foi Luiz Antonio Faedo, que “doou” parte delas para Paulo Moura, Ramão, Bordighon e Francisco Comunello. A área correspondente à margem direita do Córrego Lonqueador (afluente da margem direita do Rio Marrecas), que passa na parte central do Bairro Industrial, era de Paulo Moura.

Parte do sítio de Paulo Moura foi comprado por Florindo Penso (dono da UNIPAR), que em 2001 recebeu da Prefeitura outro terreno de 23.000 m<sup>2</sup> (01/08/2001) para que pudesse construir a universidade, que hoje funciona onde estava a antiga indústria de madeiras Frenapar. A construção da universidade (UNIPAR) valorizou o Bairro Industrial e incentivou a chegada de novos moradores e a construção de novas casas.

A entrevista a nós concedida por Eduardo Ferreira, ex-morador do Bairro Industrial, comprova a transformação pela qual passou o Bairro Industrial entre a década de 1960 e 1970. O mesmo relata que:

*Em 1963 não tinha nada ali (no Bairro Industrial) era só capão (mata) e banhado, não tinha rua nem ponte, só tinha um pontilhão feito por dois troncos de árvore sobre o córrego Lonqueador e as pessoas usavam o rio para lavar suas roupas.*

A descrição do Bairro Industrial feita por Ari Dummel, em entrevista a nós concedida, destaca o momento em que Paulo Moura vende parte de suas terras para Ulderico Sabadin. Falando sobre o Bairro Industrial o mesmo afirma que:

*Na época (década de 1960) só existia lavoura de milho, feijão, mandioca e pastagens. Quando Paulo Moura vendeu um pedaço de terra para Ulderico Sabadin e Dorival Fregonese. Os terrenos de Sabadin e Fregonese se localizavam a esquerda da Av. Julio Assis Cavalheiro.*

Os Fregonese, que construíram a sua indústria e sua moradia no bairro, contribuíram para a seu crescimento. Praticamente todas as indústrias instaladas no Industrial na década de 1970 se encontram desativadas atualmente. A causa da saída de muitas delas foram as freqüentes enchentes do Córrego Lonqueador, mas principalmente o crescimento urbano que as envolveu, criando conflitos de uso.

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 52: Mapa de Bairros da cidade de Francisco Beltrão em 2009.  
Fonte dos Dados: Secretaria de Planejamento de Francisco Beltrão  
Organização da Base Cartográfica: Danielli B. Saquet (2009).

A indústria Marel, por exemplo, conforme já havíamos comentado, foi instalada no bairro em 1967 onde produzia tanques e pias de concreto além de lápides para túmulos. Em 1971, ampliou os negócios e passou a produzir balcões para pias, cozinhas americanas e jogos de quarto, móveis para sala e pias inoxidáveis. Em 1983, depois de três inundações seguidas, mudou-se para uma área mais ampla, localizada no Bairro Marrecas.

Contam Armando e Izabel Behmer (proprietários da Marel) em entrevista concedida à Secretaria de Cultura, que:

*com as enchentes e os prejuízos veio a idéia de mudar do Bairro Industrial para o Marrecas, além disso, com a urbanização, aquele já não era um lugar adequado para uma indústria.*

Os dados da Secretaria de Planejamento da Prefeitura de Francisco Beltrão mostram que data da década de 1970, e principalmente da década de 1980, a estruturação do Bairro Marrecas e de algumas áreas na chamada “cidade norte”, proximidades onde hoje se encontram os Bairros Pinheirinho e Pinheirão. O mesmo se deu no caso do Bairro Marrecas, que foi criado através da Lei Municipal nº 458/73, de 11 de outubro de 1973 e teve suas divisas alteradas pela Lei 013/99.

Cidália, moradora pioneira do Bairro Marrecas, em entrevista a nós concedida, conta que, quando chegou à área correspondente ao Bairro Marrecas “*tinha somente duas casas e muita mata*”. E que ela e seus familiares começaram a desmatar a área e a plantar. Conforme ela nos contou, naquela época, da ponte do Bairro São Miguel (saída para Cascavel) até o Bairro Marrecas era tudo “mato” onde tinha até “*porcos selvagens e onças*”. A transformação, na realidade, teve início já na década de 1940, quando a mesma ainda não era ocupada, mas já possuía muitas trilhas em suas matas.

No ano 2000, o Bairro Marrecas possuía 1837 habitantes e 518 domicílios (IBGE, 2000), além de ser um bairro importante em termos de industrialização, pois se encontravam nele instaladas as indústrias Duramax, os laticínios Latco, as Carrocerias Lazzarin, a Distribuidora de Bebidas Damiani e de Ferro Bertovel e outras. As famílias pioneiras desse bairro foram: os Duarte, os Santos, os Andretti, os Ozório, os Galvan, os Gazzola, os Zonta, os Brezolin, etc.

No que diz respeito à “Cidade Norte” (bairros próximos à Sadia), margem esquerda do Rio Marrecas, Joecyr Guerra, antigo morador do Bairro Pinheirinho, em entrevista a nós concedida, conta que, quando compraram os lotes onde moram, ali

*era considerada uma área rural, porque ficava longe do centro e dos outros bairros da cidade e porque era quase tudo coberto por granjas*

*(propriedade rural = sítio) e mata de araucária, por isso o lugar ficou conhecido como Pinheirinho.*

Muitas áreas do atual Bairro Pinheirinho e adjacências pertenciam à família Faedo. A expansão da cidade para o norte se deu devido à abertura da estrada que liga Francisco Beltrão ao município de Dois Vizinhos, que na época era de cascalho.

O Bairro Pinheirinho se desenvolveu também graças à instalação de indústrias de pequeno, médio e grande porte. A ocupação inicial começou por volta de 1967, mas o bairro somente foi reconhecido pela administração municipal em 1977. Porém, o marco histórico dessa área, data de 1982, quando se instalou no local a empresa Chapecó Avícola S/A (futura Sadia) que gerou cerca de 750 empregos diretos e atraiu grande contingente populacional.

A empresa construiu cerca de 12 casas na Rua Amazonas (Bairro Pinheirão) (Figura 53) para abrigar o pessoal dos cargos de chefia, mais tarde, por volta do ano de 1987, funcionários da própria empresa, que não tinham cargo de chefia, invadiram os terrenos vagos existentes na Rua Amazonas e formaram ali uma pequena favela. Esses lotes, de propriedade da empresa foram adquiridos pela *Imobiliária Pioneira* que passou a revendê-los à população carente que ali tinha invadido, transformando a favela em bairro estruturado. As famílias pioneiras dos Bairros Pinheirinho/Pinheirão foram: os Borguesan, os Zanquete, os Faedo, os Idalino, os Machado, os Guerra e outras.

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 53: Localização da Sadia e da Rua Amazonas no Bairro Pinheirão – em Francisco Beltrão.

Fonte: [mapsgoogle.com.br](http://mapsgoogle.com.br), acessado em 03/07/2009.

Em complemento às Leis 503/75 e nº 504/75, foi sancionada, no ano de 1980, inspirada nos movimentos ambientalistas ocorridos na década de 1970, a Lei municipal nº 779 que regulamentou, de forma mais precisa, o loteamento urbano, o arruamento e o desmembramento de terrenos na cidade de Francisco Beltrão. Essa lei tratou de questões que as outras duas leis não contemplavam e estipulou as regras para o estabelecimento de loteamentos em áreas impróprias e a ocupação de terrenos “irregulares”, como aqueles sujeitos a inundações ou que são atravessados por cursos d’água, que necessitem de alguma obra de engenharia para a melhoria do escoamento. Essa lei salientava a importância e obrigatoriedade da existência de uma faixa de preservação às margens dos rios do município, a qual dependeria da largura do rio em questão.

Em 1987, a aprovação da Lei nº 1303/87, estabeleceu novos critérios para a aprovação de loteamentos urbanos, arruamento e desmembramento de terrenos no município de Francisco Beltrão. Baseada na lei anterior, a 779/80, ela trata com maior especificidade cada um dos artigos, dando maior atenção para os casos de loteamentos na área de expansão urbana. Tal lei se tornou necessária devido ao fato de novas áreas terem sido anexadas à cidade e ao crescimento dos loteamentos particulares para fins residenciais e industriais.

A implantação dessas leis, nas décadas de 1970 e 1980, promoveu alterações estruturais, econômicas e territoriais importantes para a sociedade Beltronense, pois inibiram os loteamentos clandestinos e exigiram a regulamentação dos existentes. Essa foi uma das formas encontradas para direcionar o crescimento urbano e entregá-lo nas mãos de agentes imobiliários historicamente reconhecidos.

Agindo em conformidade com as leis criadas no município, a partir da década de 1970, o poder público local fez contatos com a Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR), ligada ao Governo do Estado, para a construção de conjuntos habitacionais. A efetivação deste contato foi ocorrer ao longo da década de 1980 quando começou a ser construída a maioria dos conjuntos habitacionais de Francisco Beltrão. Tais construções tiveram seqüência na década de 1990 e o estabelecimento desses conjuntos habitacionais ocorreu justamente na época em que a população urbana mais crescia.

Ao longo da década de 1980, foram construídos 07 novos conjuntos habitacionais (Tabela 14) na cidade de Francisco Beltrão, com um total aproximado de 615 novas casas e 251.928 m<sup>2</sup> de área construída.

Com a construção destes conjuntos habitacionais ocorreu a expansão horizontal (horizontalização) da cidade de Francisco Beltrão em 251.928 m<sup>2</sup>, logicamente que a área construída foi maior do que a registrada pelos conjuntos habitacionais, uma vez que muitos espaços vazios existentes nas proximidades da área central foram ocupados e a área de alguns bairros ampliada.

A Caixa Econômica Federal e o Governo do Paraná, por meio da COHAPAR construíram as primeiras casas no Bairro Padre Ulrico. Foram ao todo 118 casas cuja entrega ocorreu no mês de novembro de 1980. Em 1982 foram construídas e entregues mais 65 unidades e entre 1991 e 1994 foram construídas mais 300 casas no Padre Ulrico, com o intuito de provocar o desfavelamento das áreas ocupadas no próprio bairro. Estima-se que, em 1980, já viviam no bairro cerca de 1968 pessoas.

Tabela 14: Conjuntos habitacionais construídos na década de 1980 - Francisco Beltrão.

<b>Conjunto Habitacional</b>	<b>Bairro</b>	<b>Nº de Casas</b>	<b>Data da Inauguração</b>	<b>Área m<sup>2</sup></b>
<b>Dra Diva S. Martins</b>	Entre Rios	135	05/1981	74.394
<b>Jardim Floresta I</b>	Jardim Floresta	30	12/1986	8.880
<b>Jardim Floresta II</b>	Jardim Floresta	208	06/1987	57.612
<b>Jardim Floresta III</b>	Jardim Floresta	92	06/1988	27.069
<b>Padre Ulrico I</b>	Padre Ulrico	78	11/1980	45.375
<b>Padre Ulrico II</b>	Padre Ulrico	40	11/1980	28.453
<b>São Miguel</b>	São Miguel	32	09/1988	10.145
<b>Totais</b>	<b>6</b>	<b>615</b>		<b>251.928</b>

FONTE: COHAPAR – Escritório Regional de Francisco Beltrão.

Os primeiros moradores do Padre Ulrico eram ocupantes de margens de rodovias e rios e outras áreas com riscos de enchente espalhadas pela cidade, por isso que a construção do bairro pode ser considerada como uma forma de esconder a pobreza (segregação) e de controle do território. Devido a esse histórico, os moradores desse bairro foram, por muito tempo, discriminados.

No ano de 1981, o “Jornal de Beltrão” publicou inúmeras matérias a respeito da construção do Conjunto Habitacional Presidente Kennedy, com 300 casas. Em 1983 foram construídas mais 109 casas em 191 terrenos, em uma parceria da Prefeitura com a Caixa Econômica Federal. Entre os anos de 1991 e 1994, o bairro já registrava um crescimento

populacional de 91,53% e ocorria a ocupação das áreas verdes e institucionais deixadas pela COHAPAR.

O Bairro Jardim Virginia (loteamento) surgiu na mesma época, mas por venda de lotes à particulares pela Imobiliária Pioneira. Dessa forma, pode-se perceber a atuação de agentes (com interesses) privados na construção do espaço urbano e na transformação da sua paisagem.

A Prefeitura, como um desses agentes, adquiriu um terreno para o estabelecimento do Loteamento Beija Flor e, por meio de convênio com a COHAPAR construiu o Jardim Floresta, um conjunto habitacional construído pela prefeitura para abrigar a população trabalhadora que trabalhava no Frigorífico Chapecó. O Jardim Floresta se formou em 1985 por meio da construção de 20 casas.

Quase todos os bairros da “Cidade Norte” são resultado de conjuntos habitacionais construídos por meio da parceria da Prefeitura Municipal com a Caixa Econômica Federal e a COHAPAR, exceto os Bairros Pinheirinho e o Pinheirão, que surgiram de ocupações irregulares. O grande atrativo para essa população, que se dirigiu para a zona norte da cidade foram as indústrias instaladas ali. Inicialmente a “Chapecó” e posteriormente a Sadia, conforme já mencionamos.

A Sadia comprou, em 1991, a unidade de Francisco Beltrão da Chapecó Indústria e Comércio S/A. Em 1995 ampliou suas instalações e criou 700 novos empregos diretos e passou a integrar 600 famílias de agricultores no sistema de fomento agrícola.

Para atender a Sadia foram instalados inicialmente, no espaço rural, 32 galpões aviários (Figura 54) de matrizes com capacidade de alojar um plantel de 80 mil aves. Em 2007, a empresa integrava 1.102 agricultores, sendo 869 produtores de frangos e 233 de peru, empregando na fábrica 3.056 trabalhadores. A abertura de novas vagas na empresa contribuiu para a chegada de mais população aos bairros do entorno.

Dessa maneira, pode-se salientar que as indústrias que se instalaram na “Cidade Norte” foram um dos elementos determinantes de transformação da paisagem naquela área, mas não apenas lá, também em outras da cidade, devido à movimentação da economia, geração de emprego e renda, e no espaço rural pela integração de agricultores familiares.

Com a implantação da Chapecó S.A (hoje Sadia), no norte da cidade, houve a expansão urbana naquela área. Este abatedouro, juntamente com as políticas públicas de direcionamento do crescimento foram os grandes responsáveis pelo crescimento horizontal e

o surgimento dos Bairros Pinheirinho, Pinheirão, Sadia, Jardim Virginia, Antonio de Paiva Cantelmo, Jardim Floresta e Padre Ulrico ao norte da cidade de Francisco Beltrão.

## FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 54: Instalações de aviário ligado a Sadia em propriedade rural de Francisco Beltrão.  
Fonte: <http://ri.sadia.com.br/static/ptb/historico.asp?language=ptb>, acessado em 23/08/08.

A paisagem urbana começava a ser organizada em duas partes significativamente distintas: a área central, composta pelos bairros Centro, Presidente Kennedy, Miniguaçu, Vila Nova, Industrial, Nossa Senhora Aparecida e Alvorada, ocupada principalmente por pessoas das classes alta e média<sup>32</sup> e a periferia, composta pelos bairros mencionados no parágrafo anterior mais os bairros Novo Mundo, São Miguel, Pinheirinho, Pinheirão e Padre Ulrico, ocupados, em geral, por pessoas de classe baixa (pobres).

Com a mudança de função do Bairro Industrial, de industrial para residencial, as poucas indústrias ali remanescentes fecharam suas portas ou mudaram-se para os Bairros Pinheirinho e Pinheirão, o que contribuiu também para a migração de trabalhadores que a estas indústrias estavam ligados. Cada empresa que ali se instalou influenciou no preço das terras e na sua ocupação.

O Bairro São Francisco tem sua fundação datada da década de 1980, quando a área foi loteada. Com uma topografia acidentada e a construção de casas no sistema de autoconstrução<sup>33</sup>, a

---

<sup>32</sup> Na cidade de Francisco Beltrão a separação entre ricos e pobres é percebida até mesmo nos comentários da população, quando alguns moradores dizem que a estátua do Cristo existente no Morro do Calvário volta as suas costas para os pobres, ou seja, para os bairros periféricos e a sua face para o centro da cidade.

<sup>33</sup> Alguns dos moradores moram em casas construídas sobre pilotis (estacas), o que torna a paisagem desse bairro diferente da dos demais bairros que se encontram em áreas mais planas.



ocupação das nascentes e leitos de córregos foi inevitável, contribuindo para a ausência de rede de esgotos e áreas de lazer. Ali, muitos moradores utilizam o Córrego Progresso (Figuras 55 e 56), afluente do Rio Marrecas, como depósito de lixo e desaguadouro de efluentes, sendo o mesmo conhecido na área como “rio bostinha”.

Com a expansão do tecido urbano, ocorrido ao longo da década de 1980, foi levada infra-estrutura (asfalto, energia elétrica, água encanada, sistema de transportes, etc.) para áreas onde, até então, a mesma não existia, alterando significativamente a paisagem de muitas parcelas da cidade.

A cidade que crescia, suscitava cada vez mais, a ampliação e a melhoria no sistema de tratamento de águas e esgotos, energia elétrica e comunicações, exigências que foram atendidas com a implantação e ampliação dos serviços prestados pela Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR), Companhia de Telecomunicações do Paraná (TELEPAR) e Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL). A TELEPAR e a COPEL também estenderam os seus serviços para os recém-formados distritos municipais e para o espaço rural, como era o caso da Linha Água Branca e Linha Buratto, onde a energia elétrica foi instalada, de acordo com as palavras da Senhora Zilda em entrevista a nós concedida, “*Há mais de 20 anos*”, isto é, ainda na década de 1980.

A ocupação das áreas periféricas (Figura 57) da cidade ocorreu, em geral, com casas simples de piso térreo e com algumas exceções com sobrados, podendo-se, por isso, enquadrá-la como horizontal, configurando uma paisagem urbana horizontalizada. A parte central, porém, caracterizou-se pela proliferação de prédios de pequena e média altura (com até 10 pavimentos) caracterizando uma paisagem urbana verticalizada.

No que diz respeito à verticalização em Francisco Beltrão, podemos dizer que, a década de 1980, representou um período de *boom*, pois foi naquela década que a maioria dos prédios da cidade foi construída e que os prédios com mais de dez pavimentos surgiram na paisagem.

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 55: Ocupação de área de nascente e lançamento de efluentes domésticos no Córrego Progresso – Bairro São Miguel em Francisco Beltrão  
Fonte: Foto do Autor (2004).

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 56: Avenida Progresso com Córrego Progresso Canalizado na parte central  
Fonte: Foto do Autor (2004).

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 57 Vista geral da periferia da cidade de Francisco Beltrão – Bairro Sadia.  
Fonte: Foto do Autor (2008).

Por meio de dados fornecidos pela Secretaria de Planejamento e Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão pode-se verificar que, o processo de verticalização em Francisco Beltrão intensificou-se nos anos 1980, quando foram construídos 38 prédios sendo: 12 com 3 pavimentos, 12 com 4 pavimentos (sendo um condomínio de quatro blocos com quatro andares cada um, o que somariam 15 prédios com 4 andares), 2 prédios de cinco andares, 1 de seis, 3 de sete pavimentos, 1 de nove pavimentos, 1 de doze pavimentos, 2 de treze pavimentos, 1 de quatorze, 1 de dezessete, e 2 de dezoito pavimentos.

Estes mesmos dados mostram que, na década de 1980, as ruas que mais valorizaram e receberam novas edificações, seguindo a tendência da década anterior, foram as seguintes: Rio de Janeiro, Julio Assis Cavalheiro, Porto Alegre, São Paulo, Luiz Antonio Faedo, Guanabara, Tenente Camargo, Palmas, Brasília, Clevelândia, Av. Vereador Romeu Lauro Werlang, Frei Deodato, Nossa Senhora das Graças e Rua Londrina. Nesta década surge verticalização em novas ruas da cidade, mostrando mudanças na verticalização e na dinâmica urbana.

Percebe-se que, em relação à década anterior, isto é, 1970, muitas ruas mantiveram a tendência de verticalização, particularmente as Avenidas Julio Assis e Vereador Romeu Lauro Werlang (no Centro), ocorrendo a expansão dessa verticalização para áreas até então horizontalizadas como as ruas Nossa Senhora das Graças (na Cango), ruas Londrina e Porto Alegre (no Bairro Alvorada), ruas Guanabara, Brasília e Clevelândia. (na Vila Nova) e Rua Palmas e (no Centro).

Procurando fazer uma síntese do período analisado nesse capítulo, destacamos que o mesmo apresentou as três primeiras fases de evolução da cidade de Francisco Beltrão, os principais agentes territorializadores e as transformações na paisagem promovidas por eles. No que diz respeito ao primeiro período, que se estendeu de 1922 a 1952, destacam-se: os caboclos provenientes dos Campos de Palmas, que abriram as primeiras picadas e instituíram as primeiras lavouras na região; o Presidente Getúlio Vargas, que incentivou a partir de 1938 a ocupação dos vazios demográficos e as áreas de fronteira (Marcha para o Oeste); os colonos gaúchos e catarinenses que para lá se deslocaram desde a década de 1940; Ângelo Camilotti e a Família Fregonese que, como donos de madeireira, promoveram o desmatamento de centenas de hectares ocupados com mata de araucária; a CANGO, que foi responsável por incentivar a chegada de centenas de famílias de agricultores à região e por efetivar a ocupação das terras e construir a infraestrutura básica para a formação do núcleo urbano; Julio Assis

Cavalheiro e Luiz Antonio Faedo que, como proprietários das terras localizadas na margem direita do Rio Marrecas, promoveram o loteamento das mesmas e doaram muitos terrenos para a administração pública para a instalação de órgãos públicos; e o governo do estado do Paraná que promoveu o desmembramento do município de Francisco Beltrão de Clevelândia.

No que tange ao segundo período, que se estende de 1952 a 1970, merecem destaque: Ângelo Camilotti, que como prefeito, regularizou e abriu novas ruas e quadras na cidade de Francisco Beltrão; O GETSOP, que distribuiu e regularizou as terras do Sudoeste, além de construir pontes, estradas e outras infraestruturas; a Igreja (católica), por se alojar em pontos estratégicos da cidade e por influenciar na organização do espaço urbano; os agricultores que vieram do campo para morar na cidade, trazendo consigo os seus usos e costumes, inclusive o do plantio em terrenos baldios (vazios), e a Prefeitura Municipal pela instituição de leis de incentivo à industrialização na década de 1960.

No terceiro período, por sua vez, destacaram-se: a Prefeitura Municipal, por meio de leis e códigos que disciplinaram a ocupação do espaço urbano; as indústrias, como é o caso da Marel e Chapeó (Sadia), que contribuíram para atrair moradores para as suas proximidades, promovendo a urbanização de muitas áreas; as construtoras e incorporadoras, como a Engebel, Empretec, Construtora Sudoeste, Dimavi, Britania Leovan, Estilos, Mainardi etc.; as imobiliárias e os proprietários de terra (terrenos), que lotearam e venderam muitas áreas da cidade e, por fim, a Prefeitura Municipal que, em conjunto com a COHAPAR e a Caixa Econômica Federal construíram inúmeros loteamentos e conjuntos habitacionais.

## **6 TRANSFORMAÇÕES MATERIAIS NA PAISAGEM URBANA DA BACIA DO RIO MARRECAS: QUARTO PERÍODO DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO**

O quarto período de transformação na paisagem urbana da bacia hidrográfica do Rio Marrecas iniciou-se na década de 1990 e estende-se até os dias atuais, sendo caracterizado pela redefinição da cidade nos moldes da política econômica globalizada, isto é, quando a cidade começa a se estruturar como outras cidades brasileiras ou estrangeiras, em termos de organização espacial. Nesse contexto, surgem dois pontos de discussão: o primeiro diz respeito à descentralização política e à participação popular nas decisões locais e o segundo refere-se às parcerias realizadas entre o setor público e o privado.

A descentralização política a que nos referimos diz respeito àquela promovida pelo Governo Federal e à passagem das responsabilidades de promoção do bem-estar social e do desenvolvimento econômico aos municípios.

A participação da sociedade, por sua vez, pode ser exemplificada com o surgimento de programas que atendem interesses sociais e de agentes específicos, como é o caso da construção de casas próprias em conjuntos habitacionais ou loteamentos particulares.

Com o fortalecimento do setor privado ao longo dos anos 1990, o mesmo passou a desempenhar papéis que antes eram atribuídos exclusivamente ao poder público. A participação das empresas privadas em atividades tradicionalmente desempenhadas pelo poder público passou a ser encarada como um instrumento para realizar, em nível local, a promoção do desenvolvimento econômico.

A participação do setor privado na área da habitação e em outras, possibilitou um direcionamento das verbas públicas dos municípios para a saúde, educação, habitação, planejamento urbano e ambiental, bem como para outros setores, visando atingir melhores índices de qualidade de vida. Concomitantemente, aumentaram os investimentos na geração de emprego e renda, visando proporcionar o desenvolvimento da economia local. O município de Francisco Beltrão, não ficou alheio a esta tendência, uma vez que passou a dar maior atenção ao planejamento do espaço urbano que, em muitas cidades, é denominado de estratégico, seja pela sua importância econômica, social, ecológica, cultural, turística, política ou religiosa.

Grande parte dos investimentos realizados, visando melhorias na cidade de Francisco Beltrão, foi conseguida por meio da Política para o Desenvolvimento Urbano e Regional do Estado do Paraná (PDU) e do PARANACIDADE, que é um plano de ação vinculado à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano (SEDU) e que tem por objetivo promover ações destinadas ao desenvolvimento urbano, regional e institucional dos municípios paranaenses.

A proposta para a gestão e desenvolvimento dos espaços urbanos no Paraná, apregoada pelo PDU e pelo PARANACIDADE, introduziu os municípios do estado no novo momento da história do planejamento urbano no Brasil que visava adequar os municípios à nova realidade mundial, já que, os interesses globais se contrapõem e sobrepõem aos interesses locais e, ao mesmo tempo, em que se falava em globalização também se buscava o desenvolvimento *local*. Isso faz com que se busquem, na cidade e no município, características de interesse a outras regiões, isto é, um atrativo para os interesses *globais*.

Algumas cidades brasileiras já fazem parte de um grupo que têm a sua imagem associada a um determinado produto que pode ser consumido pelos cidadãos do mundo, por exemplo, a cidade do Rio de Janeiro. A cidade de Francisco Beltrão (e o município), porém, como alguns poderiam dizer, não possui atributos turísticos, econômicos, religiosos ou históricos que a coloque no rol das cidades requisitadas e reconhecidas no país e no exterior. Não há uma política pública estabelecida para valorizar e promover as potencialidades locais. Como compensação, os seus habitantes e o poder público local buscam elevar a sua dinâmica econômica para poder proporcionar maior crescimento e desenvolvimento urbano, e com isso, manter-se competitiva frente às cidades da região.

A busca por dinamicidade tem gerado um processo de expansão vertical e horizontal no espaço urbano que, como já temos visto, apresenta quatro fases. Neste capítulo, abordaremos aquela que consideramos a última ou quarta fase a qual se apresenta com um dinamismo diferenciado das demais.

Esse período se caracteriza pela intensificação das atividades de construção civil no espaço urbano pela iniciativa privada, pelo aparecimento de prédios mais altos no centro da cidade, pela instalação de novos parques industriais, pelo surgimento de loteamentos e condomínios (alguns deles fechados) e pelo processo disfarçado e ordenado de “limpeza” do espaço central pelo Governo Municipal por meio da adoção de novas políticas de administração.

## 6.1 Transformações na paisagem urbana entre 1990 e 2008

As duas décadas que compreendem o quarto período de mudanças na paisagem urbana de Francisco Beltrão e, conseqüentemente, de parte da bacia hidrográfica do Rio Marrecas foram, possivelmente, as mais dinâmicas em termos ocupação do espaço e de transformações na paisagem.

O crescimento da cidade deu-se de duas maneiras: uma que se pode chamar de crescimento propriamente dito, e outra que se pode chamar de adensamento, a primeira distribuindo-se horizontalmente no espaço e na paisagem e a segunda no sentido vertical.

Durante a década de 1990, a Prefeitura de Francisco Beltrão, por meio de sua Política Habitacional, passou a construir unidades habitacionais para atender a população de baixa renda. Essas construções, em geral, ocorreram por meio de parcerias com a iniciativa privada e com a administração Estadual e Federal.

Dessa maneira, o acesso da população de baixa renda à casa própria foi facilitado pela associação da Prefeitura Municipal com entidades como a COHAPAR (Companhia de Habitação do Paraná), ligada ao governo do estado, e a Caixa Econômica Federal que, respectivamente, construíram e financiaram centenas de casas na periferia da cidade, o que resultou na criação e formação de vários loteamentos na parte Norte da cidade (Tabela 15).

O Bairro Antonio de Paiva Cantelmo, por outro lado, foi um desses bairros (loteamentos) construídos no Norte da cidade pela Prefeitura, na década de 1990, para abrigar 40 famílias que recebiam até três salários mínimos. Em 1995, alguns de seus moradores invadiram áreas verdes, de lazer e áreas periféricas ao bairro, o que contribuiu para a expansão de sua área.

As áreas verdes do Bairro Padre Ulrico também foram ocupadas pela população do mesmo e isso com a anuência da Prefeitura. Foram 8.500 metros quadrados ocupados. A legalização da ocupação foi realizada por meio da Lei nº 2673/98 e, por isso, o bairro não tem praças, locais de lazer, etc.



Em 1990, foi criado Conjunto Residencial Plutão que, mais tarde, deu origem ao Bairro homônimo. Atualmente, os Bairros Santa Rosa e Plutão formam o chamado Bairro Sadia, localizado no Norte da cidade, margem esquerda do Rio Marrecas.

Tabela 15: Áreas acrescidas à malha urbana de Francisco Beltrão entre 1990 e 2000.

Nome do Loteamento ou Conjunto Habitacional	Ano de Construção	Área Total do Loteamento (m <sup>2</sup> )
1. Conjunto residencial Plutão	1990	76.500
2. Conjunto Habitacional Santa Rosa	1991	48.440
3. Conjunto Habitacional Júpiter	1991	71.404
4. Loteamento Zancanaro	1993	57.623
5. Jardim Itália I	1993	221.013
6. Loteamento Hellman	1994	27.801
7. Jardim Santa Marta	1994	61.091
8. Conjunto Habitacional Novo Mundo	1994	76.524
9. Loteamento Esperança I	1994	84.272
10. Loteamento Zanela	1995	6.050
11. Loteamento Beija-Flor	1996	65.400
12. Loteamento Vieira	1996	28.907
13. Loteamento Cogo	1996	16.136
14. Loteamento Elza Celuppi	1996	35.702
15. Loteamento Portal do Sol	1996	45.000
16. Loteamento Lino Francis Francisker	1996	6.050
17. Loteamento Pavam	1996	64.144
18. Loteamento Idalino Balbinote	1996	5.610
19. Loteamento Vedana	1996	23.025
20. Loteamento Daros	1997	30.970
21. Loteamento Volta	1997	20.828
22. Loteamento Kit Abdala I	1997	93.120
23. Loteamento Kit Abdala II	1998	69.145
24. Loteamento Maria Dandolini Gazola	1999	3.577
25. Loteamento Graciani	1999	42.672
26. Loteamento Jardim Virginia	1999	54.109
27. Loteamento Bachmann	1999	17.210
28. Loteamento Fiorindo Zanela	1999	9.252
29. Loteamento Nair Godoi	2000	12.100
30. Loteamento Borghesan	2000	55.919
31. Loteamento Beltrão Comércio de Lotes	2000	60.313
32. Loteamento Rafael Turmina I	2000	10.000
33. Loteamento Trevizol	2000	24.200
34. Loteamento Antonio Laurindo	2000	46.992
35. Loteamento Gemma Marina Cembrani	2000	6.196
36. Loteamento Rafael Turmina II	2000	4.395
37. Loteamento Tucumann	2000	108.000
38. Loteamento Universitário I	2000	50.000
39. Loteamento Universitário II	2000	10.000
40. Loteamento Parise	2000	18.600
<b>Total:</b>	<b>40</b>	<b>1.768.290</b>

Fonte dos Dados: Secretaria de Urbanismo da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão (2007).

Em 1991, surge o Conjunto Habitacional Júpiter, também localizado no Norte da cidade, que, mais tarde, originou o Bairro Júpiter. Esse era um conjunto habitacional com 30 casas populares financiadas pela Caixa Econômica Federal em parceria com o Governo do Estado do Paraná.

O Conjunto Habitacional Beija-Flor surgiu no Norte da cidade entre 1998/99, segundo informações da Secretaria de Planejamento de Francisco Beltrão, a partir de um projeto de desfavelamento (Prefeitura em associação com a COHAPAR) do Bairro Marrecas (entre Marrecas e PR-463), da favela do Bairro Antonio de Paiva Cantelmo e da favela do Valo (Pinheirinho). Inicialmente foram construídas 73 residências.

O Jardim Itália I foi construído em 2001, também no Norte da cidade, pela iniciativa privada. Em 2008 começou a ser construído o Jardim Itália II (cada lote foi vendido entre 35 e 80 mil reais) em terras que pertenciam a Arizone Mendes de Araujo. Esses dois conjuntos habitacionais deram origem ao Bairro Jardim Itália que se localiza na margem esquerda do Rio Marrecas.

O Bairro Luther King possuía, em 2004, de acordo com dados do IBGE, cerca de 628 casas e 1867 moradores. Este bairro, de acordo com informações da Secretaria de Planejamento de Francisco Beltrão, tem suas origens ligadas à formação do Conjunto Habitacional Dra. Diva Martins, implantado em 1981 com 135 casas em 135 lotes financiados pela CEF. O bairro abriga órgãos públicos como o DETRAN, Colégio Mário de Andrade, Casa de Formação, Hemocentro, Condomínio do Idoso, Polícia Militar e outros. Muitos moradores ocupam as margens do Córrego Urutago, afluente do Rio Marrecas, o que faz com que suas casas sejam frequentemente atingidas pelas cheias do mesmo.

Para termos uma idéia do quanto a paisagem foi transformada na área correspondente a este bairro, basta que façamos uma análise do conteúdo da entrevista concedida (entrevista realizada por Ieda Nesi Faedo) por Carolina Zanetti Marcelo, pioneira do Bairro Luther King, vinda para Francisco Beltrão em 1949. A mesma afirma que: “*naquela época (em 1949) não tinha nada (no bairro), era só uma picada*”<sup>48</sup>. Hoje o mesmo assume uma importante função por oferecer uma série de serviços à população.

A Tabela 15 apresenta os conjuntos habitacionais e loteamentos construídos entre o ano de 1990 e 2000, bem como a área de cada um deles. Por meio dela pode-se notar que, em apenas uma década, foram construídos 40 conjuntos habitacionais e loteamentos que contribuíram para

---

<sup>48</sup> Termo utilizado regionalmente para se referir à um estreito caminho, em geral, no meio da mata.

que a malha urbana crescesse horizontalmente em cerca de 1.768,290 m<sup>2</sup>. Os loteamentos e conjuntos habitacionais que mais se destacaram em termos de área (+ de 50.000 m<sup>2</sup>) foram: Conjunto Habitacional Santa Rosa, Loteamento Zancanaro, Loteamento Santa Marta, Loteamento Esperança I, Loteamento Pavam, Loteamentos Kit Abdala I e II, Loteamento Borghesan, Loteamento Beltrão, Loteamento Tucuman e Loteamento Universitário I. Além desses, destacam-se pela área e por mais tarde tornarem-se bairros: o Conjunto Habitacional Júpiter, Conjunto Residencial Plutão, Jardim Itália I, Conjunto Habitacional Novo Mundo, Loteamento Beija-Flor e Loteamento Jardim Virginia.

A construção de conjuntos habitacionais e a estruturação de novos bairros favorecem construtoras, políticos, industriais, lojas de materiais de construção, proprietários das áreas ocupadas e das proximidades delas, devido à valorização do entorno e à movimentação econômica que geram. Há um conjunto de agentes sociais que interferem diretamente na organização do espaço urbano e nas transformações da paisagem. Essa interferência ocorre centrada na especulação imobiliária e no loteamento de áreas até então desocupadas, os chamados *vazios urbanos*. A Figura 58 mostra que, na década de 1990, existiam vazios urbanos nas áreas próximas à Sadia e entre o Bairro Pinheirão e a Aeroporto. Na área localizada em frente à Sadia (Seta 3) surgiram os Bairros Sadia e Júpiter, enquanto que nas áreas localizadas entre a Sadia e Pinheirão (Seta 2) ocorreu a expansão desse bairro, na área entre o Pinheirão e o Aeroporto (Seta 1) surgiram os Bairros Antonio de Paiva Cantelmo e o Jardim Virginia.

Uma observação mais detalhada dos alvarás expedidos pela Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão (Tabela 16) permite notar que as obras realizadas na cidade foram consideravelmente impactantes no território e na paisagem urbana entre 1989 e 2000, uma vez que foram autorizados 799.270,42 m<sup>2</sup> de área construída.

Em termos de município de Francisco Beltrão, cuja área total é igual a 24.394.272,25 m<sup>2</sup>, cerca de 2.743.182,24 m<sup>2</sup> estavam ocupados, em 2008, por área construída ou edificada, incluindo os espaços urbanos e rurais.

É importante destacar que a horizontalização e a verticalização na cidade aceleraram-se significativamente nos últimos 20 anos. Somente em loteamentos e conjuntos habitacionais foram ocupados, entre 1990 e 2000, cerca de 1.768.290 m<sup>2</sup>, o que denota uma transformação significativa na paisagem urbana, conforme já mencionamos.

Entre 2005 e 2008, a área construída constante nos alvarás da Prefeitura Municipal está mais diretamente relacionada à verticalização e construção em terrenos da cidade que no estabelecimento de novos conjuntos habitacionais ou loteamentos. Com o aumento do número de construções, a paisagem urbana de Francisco Beltrão que era caracteristicamente

horizontalizada passou a se tornar verticalizada. Aquele movimento de formação de novos loteamentos e bairros periféricos, mais recentemente, acontece no “interior” da cidade, principalmente através da construção de edifícios e pequenos condomínios fechados.

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 58: Antigos vazios urbanos na zona norte da cidade de Francisco Beltrão – Vista dos Bairros Pinheirinho e Pinheirão no ano de 1996.

Fonte: franciscobeltrao.pr.gov.br, acessado em 27 de março de 2006.

Observando os dados referentes aos alvarás, notamos um destaque para os anos 1989, 1993, 1996, 2002 e para o período 2005-2008 no total da área construída autorizada pela Prefeitura Municipal. Isto revela uma processualidade histórica de crescimento do espaço urbano (horizontal e vertical) e uma maior intensidade da construção civil nos últimos anos, conforme mostramos mais adiante.

A verticalização iniciou-se na década de 1970 e teve continuidade nas décadas que se seguiram com configurações diferenciadas em cada uma delas. A expansão horizontal da cidade e a verticalização somente foram possíveis através da atuação de agentes públicos e privados que lançaram no espaço a materialização de seus interesses.

Durante a década de 1990 foram construídos, de acordo com dados cedidos pela Secretaria de Urbanismo e Secretaria de Obras da Prefeitura de Francisco Beltrão, na cidade, o total de 52 prédios, sendo 16 de 3 andares, 28 de 4 andares (uma dessas construções de 4

andares era constituída por 3 blocos, desta forma, soma-se mais 2 prédios aos 28 contados, perfazendo um total de 30 prédios), 4 de 5 andares, 1 de 6 andares, 1 de 8 pavimentos, 1 com 22 e 1 com 23.

Tabela 16: Alvarás de obras expedidos e área construída no período 1989 – 2008 em Francisco Beltrão.

<b>Ano</b>	<b>Período</b>	<b>Nº de alvarás expedidos</b>	<b>Área total Construída</b>
<b>1989</b>	01/01 a 31/12	521	80.865,04 m <sup>2</sup>
<b>1990</b>	01/01 a 31/12	452	62.786,68 m <sup>2</sup>
<b>1991</b>	01/01/ a 31/12	519	62.022,81 m <sup>2</sup>
<b>1992</b>	01/01 a 31/12	427	52.872,67 m <sup>2</sup>
<b>1993</b>	01/01 a 31/12	552	79.326,55 m <sup>2</sup>
<b>1994</b>	01/01 a 31/12	524	65.861,78 m <sup>2</sup>
<b>1995</b>	01/01 a 31/12	553	71.295,02 m <sup>2</sup>
<b>1996</b>	01/01 a 31/12	506	94.086,95 m <sup>2</sup>
<b>1997</b>	01/01 a 31/12	581	62.005,79 m <sup>2</sup>
<b>1998</b>	01/01 a 31/12	522	62.773,6 m <sup>2</sup>
<b>1999</b>	01/01 a 31/12	440	48.018,35 m <sup>2</sup>
<b>2000</b>	01/01 a 31/12	321	57.355,18 m <sup>2</sup>
<b>2001</b>	01/01 a 31/12	320	48.753,72 m <sup>2</sup>
<b>2002</b>	01/01 a 31/12	375	84.921,25 m <sup>2</sup>
<b>2003</b>	01/01 a 31/12	357	75.045,11 m <sup>2</sup>
<b>2004</b>	01/01 a 31/12	427	76.581,77 m <sup>2</sup>
<b>2005</b>	01/01 a 31/12	557	109.403,00 m <sup>2</sup>
<b>2006</b>	01/01 a 31/12	605	123.723,13 m <sup>2</sup>
<b>2007</b>	01/01 a 31/12	611	131.597,23 m <sup>2</sup>
<b>2008</b>	01/01 a 31/12	622	184.174,32 m <sup>2</sup>
<b>Totais</b>	<b>20 anos</b>	<b>9.792</b>	<b>1.633.469,95 m<sup>2</sup></b>

Fonte dos Dados: Secretaria de Urbanismo da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão.  
Organizado por MACHADO (2009).

De acordo com os dados constantes nos alvarás da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, as ruas que mais foram verticalizadas ou que tiveram mais prédios construídos na década de 1990, foram:

1. No centro: Curitiba, Julio Assis Cavalheiro, Luiz Antonio Faedo, Ver. Romeu Lauro Werlang, Otaviano dos Santos e São Paulo;
2. No Bairro Nossa Senhora Aparecida: Alagoas, Ponta Grossa, Rio Grande do Sul e Sergipe;
3. No Bairro Miniguaçu: Rua Argentina;
4. No Bairro São Cristóvão: Campo Largo e dos Pioneiros;

5. No Bairro Presidente Kennedy: Guanabara, Brasília, Giocondo Felipe, Tenente Camargo e Mato Grosso;
6. No Bairro Alvorada: Porto Alegre;
7. Na Vila Nova: Bahia, Londrina, União da Vitória, Clevelândia e Maringá;
8. No Bairro São Miguel: Presidente Getúlio Vargas;
9. No Bairro industrial: Pará;
10. No Cristo Rei: Santa Catarina, Santo Antonio;
11. No Cango: Av. General Osório;
12. No jardim Virginia: Av. Pirassununga;

A verticalização que, durante as décadas de 1970 e 1980, estava circunscrita ao bairro do Centro e adjacências, ampliou-se atingindo bairros mais distantes como o Jardim Virginia, Miniguaçu e Vila Nova; são novas materializações do território e elementos da paisagem construída.

Por meio da análise dos dados foi possível perceber que a grande maioria dos prédios construídos na década de 1990 tinha endereço certo, isto é, o Bairro Vila Nova. O que mostra a grande influência da localização da Universidade (UNIOESTE – antiga FACIBEL) na valorização do espaço desse Bairro (Figuras 59 e 60). Essa valorização continua a ocorrer influenciada pela expansão da área construída no Campus (Figura 61) devido a abertura de novos cursos e a intensificação do uso do espaço universitário por cursos diurnos como Direito e Administração.

O processo de verticalização está em pleno andamento. Em trabalho de campo realizado no mês de fevereiro de 2009 foi possível identificar, apenas no centro da cidade (margem direita do Rio Marrecas), mais de 40 construções, das quais foram fotografadas 22. Essas construções são caracterizadas por ampliações verticais e reformas de casas e prédios já existentes (Figuras 62 e 63) e mesmo pela construção de novos prédios (Figuras 64 a 66), o que é a grande maioria.

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 59: Prédios construídos na década de 1990 atrás da UNIOESTE – vista a partir do lado esquerdo do pátio da universidade.  
Fonte: Foto do Autor (2009).

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 60: Prédios do “Vila Park” construídos na década de 1990 atrás da UNIOESTE – vista a partir do pátio da universidade.  
Fonte: Foto do Autor (2009).

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 61: Novo prédio de salas de aula da UNIOESTE – construído entre 2006 e 2007.  
Fonte: Foto do Autor (2009).

Tal fato permite-nos afirmar que o mercado imobiliário de Francisco Beltrão está em franca expansão, em completa atividade, em ebulição, visando atender as necessidades de habitação da população residente e dos imigrantes que chegam em busca de oportunidades de trabalho. Essa expansão está se caracterizando pela verticalização em áreas periféricas.

Um fragmento da entrevista por nós realizada com Ermiliane Denize Risello, funcionária da Imobiliária Serraglio Imóveis, revela um aspecto fundamental que impulsiona a construção civil: *“a demanda por imóveis é muito grande (em Francisco Beltrão) e ainda é pouca a oferta”*. Isso contribui para que o mercado imobiliário se torne bastante dinâmico, fazendo com que famílias aluguem quartos em suas casas, construam “Kitnets”, edículas e adquiram terrenos em áreas periféricas para a construção de casas, condomínios ou pequenos edifícios para aluguel.



FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figuras 62: Prédio antigo em reforma – Rua Antonina com Otaviano dos Santos.  
Fonte: Foto do Autor (2009).

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 63: Prédio antigo em reforma – Rua São Paulo.  
Fonte: Foto do Autor (2009).

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 64: Casa de madeira ao lado de prédio em construção – Rua Sergipe – B. Alvorada.  
Fonte: Foto do Autor (2009).

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 65: Prédio em construção – Rua Porto Alegre – B. Alvorada.  
Fonte: Foto do Autor (2009).

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 66: Prédio em construção na Rua Romeu Lauro Werlang.  
Fonte: Foto do Autor (2009).

No que diz respeito à tendência de expansão da verticalização urbana e da expansão horizontal na periferia da cidade é conveniente analisar o conteúdo da entrevista cedida por Victorino Élcio Casaril (Imobiliária Buriti Ltda.) que diz:

*o mercado imobiliário (de Francisco Beltrão) é instável, especialmente nesse momento. A procura por imóveis sempre existiu e sempre existirá, mas logicamente depende dos preços e agora eles estão bem elevados porque a procura está alta.*

Como os terrenos do centro da cidade estão mais valorizados, “a tendência é aumentar a procura por terrenos longe da área central”. Na periferia, a comercialização de casas e terrenos é maior. A infraestrutura vizinha contribui para aumentar a especulação dos imóveis. A localização de alguns empreendimentos (indústrias, universidades, etc.) contribui para aumentar a especulação imobiliária. No entanto, há claramente o direcionamento da urbanização para a periferia, especialmente por meio de loteamentos para famílias de renda menor.

Segundo informações da Secretaria de Planejamento da cidade de Francisco Beltrão, muitos dos novos loteamentos e conjuntos habitacionais construídos na cidade, entre o ano de 1990 e 2008, foram idealizados para atender pessoas carentes que moravam em áreas de risco de inundação e enchente (Figura 67), deslizamento, desmoronamento ou desabamento (Figura 68). Porém, um simples passeio pela área urbana mostra-nos que a estratégia da Prefeitura, colocada em prática nesses últimos anos, não tem surtido o efeito desejado, pois ainda hoje são encontradas inúmeras famílias vivendo em situação de risco em margens de córregos e rios (Figuras 69 e 70). As ocupações irregulares continuam a fazer parte da paisagem urbana, apesar dos esforços da administração municipal.

A precarização da habitação em muitas áreas de ocupação irregular de Francisco Beltrão ameaçava formar, durante as décadas de 1960, 1970 e 1980, o que conhecemos como favelas, por esse motivo, na medida do possível, a Prefeitura deslocou parte dos moradores para loteamentos legalmente constituídos.

Alguns moradores dessas áreas, que não tiveram acesso ao financiamento da casa própria construída no conjunto habitacional ou loteamento, adquiriram terrenos em loteamentos periféricos legais ou clandestinos e optaram pelo sistema de autoconstrução para obtenção da casa própria.

Em Francisco Beltrão, apesar da existência de loteamentos clandestinos, o binômio casa autoconstruída e lote periférico se processou, sobretudo, por meio da proliferação de loteamentos aprovados pela Prefeitura em áreas desprovidas de equipamentos e serviços públicos coletivos.

Apesar de precária, essa forma de produção de habitações populares foi socialmente aceita, pois se processa longe do centro da cidade e facilita soluções habitacionais de baixo custo à classe trabalhadora, o que ajuda a evitar as temíveis favelas. Produzidas pelo próprio trabalhador, as casas periféricas proporcionam moradia ao contingente de pessoas que contribui para a expansão industrial na cidade.

A opção pela autoconstrução possibilita ao trabalhador recém chegado à cidade um vislumbre da libertação do aluguel. Mesmo implicando em grande esforço físico e econômico, a autoconstrução de uma moradia em loteamento periférico se apresentou às classes populares como a alternativa mais viável para a aquisição da sonhada casa própria.

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 67: Enchente em julho de 2004 nas proximidades da Foz do Córrego Lonqueador, afluente do Rio Marrecas – Bairro Presidente Kennedy  
Fonte: Foto do autor (2004).

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 68: Ocupação de área de risco de desmoronamento – Bairro Nova Petrópolis  
Fonte: Foto do Autor (2008).

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 69: Ocupação Irregular às Margens do Rio Marrecas – Bairro Alvorada  
Fonte: Foto do Autor (2004).

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 70: Ocupação irregular das margens do Rio Marrecas – Bairro da Cango  
Fonte: Foto do Autor (2004).

Como a cidade de Francisco Beltrão está localizada entre um conjunto de morros que a delimitam no espaço (fundo de vale), isto torna o crescimento horizontal dificultado. A ocupação dos morros e de áreas de risco pelas classes menos favorecidas se deu em função da necessidade de permanecer nas proximidades da área central, onde as oportunidades de trabalho e sobrevivência eram maiores.

A expansão urbana relativamente acelerada que ocorreu em Francisco Beltrão, contribuiu para gerar novas formas de ocupação do relevo. Quando o aplainamento do terreno não era possível ou se tornava oneroso, passava-se a construir casas sobre pilotis (estacas = colunas): uma base da casa está apoiada na encosta e a outra está sobre estacas ou colunas. Isso traz aos moradores o risco de perder a sua casa por meio de desabamento ou desmoronamento.

A necessidade de organizar o espaço urbano passou a justificar a eliminação, por parte das autoridades públicas, dessas habitações consideradas insalubres e de áreas de risco. Uma das áreas que passou por esse processo de reorganização e valorização urbana foi a localizada entre a PR-483, Avenida Porto Alegre (no Bairro Alvorada) e o Rio Marrecas, na saída para Cascavel, atualmente conhecida como Parque Alvorada.

## **6.2 Políticas públicas municipais dos anos 1990 e as alterações da paisagem urbana em Francisco Beltrão**

No que tange ao processo de expansão territorial horizontal da cidade de Francisco Beltrão, a década de 1990 foi a que mais se destacou, pois foi nesse período que o Executivo, com a colaboração do Legislativo Beltronense, instituiu a Lei Nº 2543 de 29 de outubro de 1996, denominada de Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de Francisco Beltrão.

O PDDU “é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana”, que tem como objetivo ordenar o desenvolvimento das funções sociais da cidade, garantir o bem estar de seus habitantes, sendo a principal referência normatizadora das relações entre o cidadão, as instituições e o meio físico urbano. Esta é a principal Lei que direciona as políticas da administração pública (Artigo 182 da Constituição Federal).

Os objetivos e princípios do PDDU se tornaram a principal referência para a elaboração de qualquer ação, proposta, programa, atividade ou projeto na cidade de Francisco Beltrão. É por esta razão que afirmamos que as políticas públicas municipais direcionaram e direcionam o crescimento urbano e as modificações na paisagem.

Um dos objetivos estabelecidos no PDDU é o de intensificar a ocupação do sítio urbano e distribuir os usos e intensidades de ocupação da terra de forma equilibrada em relação à infraestrutura disponível, aos transportes e ao meio ambiente, de modo a evitar ociosidade e sobrecarga dos investimentos coletivos (Artigo 37, I e II).

Dessa maneira, o crescimento urbano deveria ser direcionado de tal forma a “evitar o crescimento desordenado” e os chamados “vazios urbanos”. Por essa razão, somente são permitidos parcelamentos do solo em áreas adjacentes à malha urbana, não sendo permitidos, portanto, parcelamentos em áreas rurais.

Por outro lado, a população carente que vivia como posseira em algumas parcelas da cidade, não teve escolha a não ser deslocar-se para os novos conjuntos habitacionais, pois por meio do PDDU a Prefeitura Municipal estabeleceu regras para a titulação e regularização das ocupações já consolidadas. Não realizando o procedimento em espaços que não fossem consideradas apropriadas para habitação. Uma vez a área não sendo considerada apropriada para habitação (Subseção I, itens IV e V) a prefeitura promovia a realocação dos moradores. Uma área em que essa norma do PDDU de Francisco Beltrão foi aplicada é aquela onde hoje se encontra o Parque Alvorada.

O Parque Alvorada está localizado entre o Rio Marrecas e a Rodovia PR-483, saída para Cascavel, (Figura 71) e, conforme mencionamos anteriormente, esse é um espaço alagadiço onde ocorreram muitos conflitos sociais, pois quando baldia foi invadida por parte da população de baixa renda da cidade.

Como contam os moradores dos arredores, era um lugar de muita pobreza e violência e que quase todos os anos era assolado pelas enchentes do Rio Marrecas. Devido a esse problema, o fluxo de pessoas chegando e saindo era significativo. Para a Prefeitura, essa área localizada em uma das principais entradas da cidade precisava ser modificada, o que contribuiu para a construção do Parque Alvorada.

A idéia do Parque Alvorada teve início no mês de agosto de 1989, na Câmara dos Vereadores. Na época foi emitido ofício ao Prefeito pedindo que se estudasse a possibilidade de adquirir as terras do Sr. Mário Danatti para construir um parque público para lazer e recreação.

Em 1996, a elaboração do Plano Diretor e a Lei Federal 2539/96, que trata da proteção e conservação de áreas verdes e do meio ambiente, deram base jurídica e política para a decisão de construir o parque. Agindo em conformidade com a Lei estabelecida, entre



os anos de 1997 e 2000, ocorreu a compra do terreno. Porém, a construção do parque teve início somente em 2002 sendo concluído em 2003.

A construção de um parque público naquela área era consenso de quase todos, com exceção, é lógico, daqueles que ali moravam, pois o parque público, com todos os seus atrativos (Figura 72), se tornaria um espaço de alto valor patrimonial (Figuras 73 e 74) e isto condicionaria a sua retirada dali, o que aconteceu por volta do ano de 2001.

No local moravam pelo menos quatro famílias em condições de posseiros. Essas famílias foram realocadas para outros bairros da cidade. Todavia, segundo contaram alguns moradores das proximidades do parque “*moravam na área, em condições precárias em barracos de lona, cerca de 50 famílias*”.

A retirada dessa população carente significou a “limpeza” da área e suas adjacências. Desta maneira, aquele espaço ganhou novo conteúdo, nova territorialização e nova paisagem. A construção do Parque Alvorada também contribuiu para a valorização do entorno e para que houvesse um aumento significativo no número de construções próximo ao parque e à reforma de muitas das que já existiam.

O Parque Alvorada significou uma intervenção direta do poder público reordenando o espaço que causou transformações profundas no perfil imobiliário e populacional de toda uma parcela a Noroeste da cidade. É o espaço transformado em território. Uma área que antes era alagadiça tomou contornos diferentes devido à implantação do parque. O mesmo significou uma alteração da paisagem local, porém não apenas da área abrangida por ele, mas também de todo o entorno. A paisagem urbana tomou contornos diferentes a partir de sua construção.

A população que mora nas proximidades do parque ganhou com a sua construção, não somente pela valorização de seus terrenos e casas, mas também pelos atrativos oferecidos por ele como um novo espaço público para lazer dos diferentes grupos sociais.

As políticas públicas municipais de regularização e realocação de moradores de áreas insalubres visavam valorizar tais áreas. Outra forma de intervenção direta no espaço urbano e promover a expulsão de certos moradores é sobretaxando de impostos os terrenos centrais e estabelecendo regras para sua utilização. No caso de Francisco Beltrão, essas normas foram estabelecidas com o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), citado anteriormente.

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 71: Parque Alvorada – com lago ao centro – vista de parte do Bairro Alvorada.  
Fonte: Foto do Autor (2006).

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 72: Parque Alvorada – pista de caminhada - vista a partir da Av. Porto Alegre. Fonte:  
Foto do Autor (2006).

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 73: Prédios construídos na Av. Porto Alegre - proximidades do Parque Alvorada.  
Fonte: Foto do Autor (2009).

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 74: Prédio em construção – Parque Alvorada.  
Fonte: Foto do Autor (2009).

No capítulo I do PDDU, que trata do parcelamento, edificação ou utilização compulsória (no artigo 86) ficou especificado que o Município poderá exigir que o proprietário do solo urbano não edificado<sup>49</sup>, subutilizado<sup>50</sup> ou não utilizado, promova seu

---

<sup>49</sup> Considera-se não edificado o lote ou gleba onde o coeficiente de aproveitamento é igual a zero.

<sup>50</sup> Considera-se subutilizado, o lote ou gleba edificados nas seguintes condições: a) situados em eixos estruturais e de adensamento, áreas com predominância de ocupação residencial e áreas mistas que contenham edificação cuja área construída represente um coeficiente de aproveitamento inferior a 5% (cinco por cento) do coeficiente de aproveitamento previsto na legislação de uso do solo; b) situados em áreas com destinação específica e que

adequado aproveitamento, sob pena de aplicar os mecanismos previstos na Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade) de:

- I – parcelamento, edificação ou utilização compulsória;
- II – imposto predial e territorial progressivo no tempo;
- III – desapropriação com pagamento da dívida pública;

Essa norma conjuntamente com a valorização imobiliária explica, pelo menos em parte, a corrida de muitos proprietários no sentido de edificar os seus lotes, mesmo que para isso tivessem que buscar parcerias promovendo os chamados sistemas de construção em condomínio, onde várias pessoas se unem financeiramente para construir um prédio ou loteamento, mesmo que esse não apresente os equipamentos sociais e urbanos necessários.

Na década de 1990, segundo consta no PDDU, a cidade de Francisco Beltrão começou a ser estruturada procurando-se a melhoria da paisagem urbana, a preservação dos sítios históricos, dos recursos naturais e, em especial, dos mananciais de abastecimento de água do Município; a recuperação de áreas degradadas ou deterioradas visando à melhoria do ambiente e das condições de habitabilidade; o acesso à moradia, com a ampliação da oferta de habitação para as faixas de renda média e baixa; a promoção e o desenvolvimento de um sistema de transporte coletivo e o estímulo do uso do transporte individual através da bicicleta; e a promoção de sistema de circulação e rede de transporte que assegure acessibilidade satisfatória a todas as regiões do Município.

Com isso vemos importantes obras serem realizadas na cidade, como a tubulação e/ou canalização e retificação de córregos, como é o caso do Córrego Lonqueador (Figura 75), Córrego Progresso, Córrego Urutago e outros, também contribuindo para a transformação da paisagem urbana.

A dragagem, tubulação e/ou canalização e retificação de córregos que atravessam cidade de Francisco Beltrão foram realizadas com o intuito de minimizar ou evitar os alagamentos e enchentes recorrentes e os problemas sociais relacionados a elas. Além disso, uma das estratégias a ser atingida por meio da canalização e tubulação de córregos era facilitar o deslocamento de veículos.

Por meio das políticas públicas e das obras realizadas na cidade de Francisco Beltrão, o objetivo da administração municipal era o de eliminar os vazios urbanos, promover o adensamento construtivo e populacional em áreas de urbanização e consolidar a diversificação da ocupação do espaço urbano possibilitando a integração das funções da cidade: habitar, trabalhar, circular e recrear. É a paisagem urbana sendo transformada por meio das políticas públicas.

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 75: Córrego Lonqueador, afluente da margem direita do Rio Marrecas, canalizado na Av. Paraná – divisa dos bairros Presidente Kennedy (à esquerda) e Vila Nova (à direita).  
Fonte: Foto do Autor (2004).

Com isso, por meio do PDDU, busca-se estabelecer mecanismos para ocupação dos vazios urbanos dotados de maior infraestrutura. Para atingir esse objetivo, foram estipulados os usos que se poderia fazer de cada parcela da cidade, isso é, foi estabelecido o *zoneamento* urbano.

O macrozoneamento<sup>51</sup>, de acordo com o PDDU, é o estabelecimento de áreas diferenciadas de adensamento, uso e ocupação da terra visando dar a cada espaço da cidade uma melhor utilização em função das diretrizes de crescimento, da mobilidade, das características ambientais e locais, objetivando o desenvolvimento *harmônico* da comunidade e o bem-estar social de seus habitantes.

---

<sup>51</sup> Zoneamento é a divisão da área do perímetro urbano do município em zonas para as quais são definidos os usos e os parâmetros de ocupação do solo, conforme tipologia e grau de urbanização atual da zona, seguindo critérios urbanísticos e ambientais desejáveis estabelecidos pelo Plano Diretor Municipal de Francisco Beltrão.

A cidade de Francisco Beltrão, conforme consta no Mapa de Zoneamento do Solo Urbano (Anexo 06) foi dividida 15 em *zonas*, as quais foram denominadas de acordo com o exposto na Tabela 17.

O *zoneamento* é uma proposta de organização do espaço e da paisagem urbana, uma vez que é ele que delimita que elementos da paisagem devem existir em cada espaço da área urbana, se indústria, se comércio, se parques ou outros usos.

No caso do *zoneamento* proposto para a cidade de Francisco Beltrão, ele delimita claramente onde serão instaladas as indústrias, por meio do estabelecimento de Zonas industriais, da quais destacamos cinco: 1) nas proximidades do Bairro Marrecas, na margem da PR-483, 2) na entrada do Bairro Padre Ulrico, margem do Contorno Norte, 3) ao longo da Av. Atílio Fontana em direção aos Bairros Júpiter, Pinheirinho e Pinheirão, 4) na Água Branca, 5) no Bairro Sadia.

No item que segue analisaremos a influência que a delimitação de áreas específicas para a localização dos distritos industriais teve e tem na caracterização da paisagem urbana de Francisco Beltrão que, lembrando, é o único espaço urbanizado existente na bacia hidrográfica do Rio Marrecas.

Tabela 17: Macrozoneamento do perímetro urbano de Francisco Beltrão.

1	ZC	Zona Central
2	ZCS	Zona de Comércio e Serviços
3	ZSI	Zona de Serviços e Indústria
4	ZI1	Zona Industrial 1
5	ZI2	Zona Industrial 2
6	ZCS2	Zona de Comércio e Serviços 2
7	AS	Setor Aeroviário
8	ZUM 1	Zona de Uso Misto 1
9	ZUM 2	Zona de Uso Misto 2
10	ZPA	Zona do Parque do Aeroporto
11	ZPAV	Zona de Proteção de Área Verde
12	ZPP	Zona de Preservação Permanente
13	SPQ	Setor de Parque
14	ZRO	Zona de Restrição à Ocupação
15	ZEIS	Zona Especial de Interesse Social

Fonte: LEI Nº 3384/2007 que trata do Zoneamento do Uso e Ocupação da terra Urbana. (PDDU).

### 6.3 Os distritos industriais

Como já salientamos ao longo de nosso trabalho, a localização das indústrias na cidade de Francisco Beltrão contribuiu enormemente para a configuração territorial e transformação da paisagem urbana. Elas mesmas já poderiam ser consideradas alterações na paisagem, expressas nas edificações, mas estamos nos referindo a configuração e aos usos do espaço urbano após a sua implantação.

Com a finalidade de evitar conflitos de uso do espaço urbano e para criar novos empregos, a Prefeitura Municipal tem realizado programas de incentivo às indústrias, especialmente às pequenas e médias empresas, através da construção de barracões industriais, em áreas denominadas pelo PDDU como Zonas Industriais.

As Zonas Industriais têm a finalidade de atender ao uso industrial, predominantemente, considerando-se que este tipo de atividade demanda grande área para instalações e armazenagem e costumam ser pólos geradores de tráfego pesado intenso.

As Zonas Industriais 1, 2 (ZI1, ZI2), estabelecidas a partir do PDDU, são aquelas que estão reservadas para fins específicos e sujeitos a normas próprias, nas quais toda e qualquer obra deve ser objeto de estudo por parte do órgão competente do Poder Público Municipal.

A Zona Industrial 1 (ZI1) corresponde aos Distritos Industriais Ulderico Sabadin e Dante Manfroi para os quais se propõe a instalação de:

- a) Indústrias em geral, desde que não poluentes;
- b) Comércio e serviço geral e específico;
- c) Controle permanente do impacto ambiental que pode ser gerado por estas atividades.

O Distrito Industrial Ulderico Sabadin (Figura 76) está localizado na área que corresponde à entrada do Bairro Padre Ulrico, mais propriamente, entre a Rodovia Contorno Norte e o bairro em questão, margem direita do Rio Marrecas, a cerca de 300 metros deste. Este distrito industrial concentra pequenas e médias indústrias não emissoras de poluentes e de ruídos muito altos, o que possibilita a sua localização nessa área de crescente adensamento urbano. Sua localização é justificada pela existência da Rodovia Contorno Norte, a qual facilita a movimentação de caminhões.

O Distrito Industrial Dante Manfroi (Figura 77), por sua vez, localiza-se a cerca de 200 metros da ponte sobre o Rio Marrecas no Bairro São Miguel, na saída para Cascavel. O diferencial entre esse distrito industrial e o anterior é que, enquanto o anterior é constituído por galpões industriais maiores e mais próximos, o Dante Manfroi se constitui em galpões isolados uns dos outros.

A Zona Industrial 2 (ZI2) corresponde ao Distrito Industrial da Água Branca (Figura 78) e ao Distrito Industrial Romano Zanchet (Figura 79) para os quais se propõe a instalação de:

- a) Indústrias em geral, que tenham potencial poluidor;
- b) Comércio e serviço geral e específico;
- c) Controle permanente do impacto ambiental que pode ser gerado por estas atividades.

Nos anos que se seguiram depois da aprovação do PDDU de Francisco Beltrão foram criados outros distritos industriais na cidade, distritos estes, sem potencial poluidor. Destes, pode-se destacar o Distrito Industrial CONAB (Figura 80), que funciona como uma área de abastecimento (distribuição) de produtos diversos e, o Distrito Industrial Irineu Montemezzo (Figura 81) que está sendo construído atualmente no bairro Pinheirinho/Sadia, na Cidade Norte, e será o sexto distrito industrial

Com essa análise foi possível detectar que, nas últimas duas décadas, foram instalados seis (Figura 82) distritos industriais na cidade de Francisco Beltrão. A instalação desses distritos provoca em cada local e nas adjacências a formação de uma série de elementos novos na paisagem urbana até então não existentes. São indústrias, prestadores de serviços, bares, restaurantes, transportadores, linhas de ônibus, asfalto, supermercados, áreas de lazer e outros, como os loteamentos já mencionados.

A instalação de distritos industriais nos moldes dos de Francisco Beltrão provoca, assim como a construção do parque Alvorada, uma valorização do entorno em virtude da criação de uma série de serviços anteriormente inexistentes.



FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 76: Distrito Industrial Ulderico Sabadin, margem direita do Rio Marrecas.  
Fonte: Foto do Autor (2008).

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 77: Distrito Industrial Dante Manfroi, margem esquerda do Rio Marrecas.  
Fonte: Foto do Autor (2009).

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 78: Vista Geral do Distrito Industrial do Bairro Água Branca (indústria e comércio).  
Fonte: Foto do Autor (2008).

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 79: Distrito Industrial Romano Zanchet – Bairro Padre Ulrico.  
Fonte: [WWW.franciscobeltrao.pr.gov.br](http://WWW.franciscobeltrao.pr.gov.br) acesso em 21/01/2009.

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 80: Distrito Industrial CONAB – Bairro Cango.  
Fonte: [www.franciscoeltrao.pr.gov.br](http://www.franciscoeltrao.pr.gov.br), acessado em 25/03/2009.

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 81: 6º Distrito Industrial da cidade de Francisco Beltrão – D. I. Irineu Montemezzo.  
Fonte: [www.franciscobeltrao.pr.gov.br](http://www.franciscobeltrao.pr.gov.br), acessado em 25/03/2009.

Deve-se destacar que, a localização dos distritos industriais, atrai população para as áreas próximas e com o passar do tempo a criação de condomínios, loteamentos e conjuntos habitacionais que, como vimos, aconteceu ao longo da década de 1990, ao Norte da cidade. O crescimento horizontal da cidade ocorre paralelamente à verticalização, marcando o território e gerando novas paisagens na bacia do Rio Marrecas.

Por meio dos fatos salientados, podemos destacar que as políticas públicas condicionam e direcionam as transformações da paisagem urbana de Francisco Beltrão e da bacia hidrográfica do Rio Marrecas. Tal fato pode ser detectado não apenas em relação aos distritos industriais, mas também com relação a outros elementos da estrutura urbana, como é o caso do Hospital Regional, do Centro de Ressocialização e da abertura da Rodovia Contorno Leste-Sul, como veremos na seqüência.

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 82: Localização dos Distritos Industriais e outras infraestruturas na cidade de Francisco Beltrão.

Fonte: Organização Machado (2009).

## 6.4 Implantação de estrutura urbana e as transformações na paisagem

À medida que a cidade de Francisco Beltrão foi crescendo horizontal e verticalmente houve a necessidade de implantar todo um sistema para atender aos seus habitantes, que chamamos de estrutura urbana. Essa estrutura atende a população em suas necessidades de educação, saúde, lazer, segurança, moradia, locomoção e contribui para a definição de uma paisagem urbana “organizada”<sup>52</sup> ou “desorganizada”.

Em termos de estrutura urbana, analisaremos nesse item, três elementos que passaram a fazer parte da paisagem nos últimos anos, quais sejam: a penitenciária ou Centro de Detenção e Ressocialização, o Hospital Regional e a rodovia Contorno Leste, que liga o Bairro da Água Branca ao Bairro Seminário (Figura 82).

Dos três elementos destacados no parágrafo anterior, o Centro de Detenção e Ressocialização (Figura 83) é o único que se localiza distante da malha urbana, pois foi construído no espaço rural, às margens da rodovia PR - 483, que liga Francisco Beltrão à Cascavel, distante 2 a 3 km do Bairro São Miguel (nas proximidades do Rio Santa Rosa, afluente da margem esquerda do Rio Marrecas).

Esta unidade prisional tem capacidade para 960 presos, em regime fechado, incluindo tanto presos já condenados como em regime provisório. A sua área construída possui 10 mil metros quadrados com um investimento de R\$ 12,6 milhões.

O projeto arquitetônico tem os moldes de outras penitenciárias já inauguradas e em construção no estado do Paraná, e prevê áreas de convívio, salas de aula, assistência médica, orientação psicológica e assistente social, além de setor administrativo. O Centro de Detenção e Ressocialização (CDR) foi projetado com área industrial, espaços destinados a canteiros de trabalho, escola, setor de saúde, além de salas administrativas e 12 solários, um deles com opção para se tornar quadra esportiva.

De acordo com informações do Secretário de Justiça do Estado (Jair Braga), estão trabalhando na penitenciária 180 agentes e outros 32 profissionais, entre auxiliares administrativos, médicos e dentistas. Além disso, a penitenciária possibilita a atuação de

---

<sup>52</sup> Pode-se considerar como organizada a paisagem urbana que é eficaz em atender as necessidades mais emergenciais da população e, por sua vez, desorganizada, aquela que não atende eficazmente à estas necessidades.

estagiários em diversas atividades. Por meio destas informações podemos inferir sobre o impacto que este Centro de Detenção provoca na paisagem urbana, diretamente.

Dizemos diretamente, porque a área construída é de 10.000 metros quadrados. Num espaço rural onde não existem construções de grande porte como esta, a mesma significa uma alteração significativa na paisagem. Indiretamente, a construção do Centro de Detenção provocará modificações na paisagem da cidade, porque há cerca de 200 novas famílias dos penitenciários e presidiários que necessitam de casa, carro, alimentação, lazer, transporte público, escolas, hospitais etc.

As transformações indiretas já começaram a ocorrer, a expansão da urbanização na direção onde foi construído o presídio é uma demonstração disso, como podemos verificar por meio da análise da Figura 84 que mostra uma pequena propriedade rural nas proximidades do Bairro São Miguel, ainda cultivada e com cobertura de mata, sendo loteada para atender à intensa procura por terrenos e casas. Os cortes da vegetação e os cortes de vertentes são as transformações mais significativas e imediatamente percebidas na paisagem.

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 83: Centro de Detenção e Ressocialização de Francisco Beltrão.

Fonte: Foto do autor (2009).

## FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 84: Loteamento de área Rural nas proximidades do Bairro São Miguel.

Fonte: Foto do Autor (2009).

O prédio do Centro de Detenção e Ressocialização de Presos de Francisco Beltrão está pronto desde o início de 2007, mas não estava recebendo presos porque a Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e o IAP (Instituto Ambiental do Paraná) foram acionados, já que os efluentes do presídio, embora tratados, seriam jogados no Rio Santa Rosa, afluente da margem esquerda do Rio Marrecas, que é um possível manancial de abastecimento. Isso poderia causar mudanças drásticas na paisagem e degradação ambiental, como tem ocorrido em outros espaços onde são lançados efluentes domésticos em canais de drenagem.

O segundo elemento de destaque nesse item é a construção do Hospital Regional (Figuras 85) de Francisco Beltrão localizado no Bairro Água Branca, Sul da cidade. As obras desse hospital foram iniciadas em novembro de 2005 e concluídas em janeiro de 2007. A área total construída é de 12.260 m<sup>2</sup> e o custo estimado da ordem de R\$ 14 milhões.

A capacidade total do hospital regional é de 148 leitos com 20 unidades de tratamento intensivo (UTI). Esse hospital gera emprego para cerca de 200 funcionários, entre médicos, enfermeiros e outras funções.

O Hospital Regional, assim como o Centro de Detenção e Ressocialização, foi construído em uma área que era considerada rural, ou de transição entre o urbano e o rural. Ao lado da Rodovia Contorno Leste-Sul e de uma pequena propriedade rural com casa de madeira e pastagem.

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

**Figura 85: Hospital Regional** de Francisco Beltrão.

Fonte: Foto do Autor (2009).

A construção desse hospital foi uma obra de impacto significativo no Bairro Água Branca, que até então tinha características rurais, porque significou a sua inclusão definitiva no espaço urbano de Francisco Beltrão.

A paisagem, caracterizada por pequenos sítios, com casas relativamente isoladas, recebeu uma grande construção para os padrões locais. Além disso, de acordo entrevista por nós realizada com Zilda Buratto, moradora do bairro Água Branca há cerca de 30 anos, “*a procura por terrenos e casas aumentou cerca de 300%*”.

Dona Zilda Buratto, prossegue dizendo que:

*Nos últimos três anos as coisas mudaram muito ... no bairro, a procura por casas e terrenos aumentou e a movimentação de pessoas e carros também. E com a abertura da rodovia (Contorno Leste-Sul) e a construção do hospital se fala muito em loteamentos, instalação de restaurante e indústrias. A prefeitura até já procurou todo mundo aqui pra regularizar a papelada dos terrenos.*

A terceira grande obra com interferência na paisagem urbana e rural de Francisco Beltrão e, conseqüentemente, da bacia hidrográfica do Rio Marrecas, como bem salientou Dona Zilda, é a construção da rodovia Contorno Leste-Sul, que liga o Bairro Água Branca, passando em frente do Hospital Regional, ao bairro do Seminário e PR-566, saída para Itapejara do Oeste.



A construção desta rodovia era um desejo antigo da administração municipal e também de muitos moradores da cidade, particularmente das Avenidas União da Vitória, Luiz Antonio Faedo e General Osório, uma vez que proporciona que o movimento de caminhões seja redirecionado, retirando-o dos Bairros Vila Nova, Miniguaçu e Congo, diminuindo os perigos de acidentes, os gastos com asfaltamentos constantes e melhorando a qualidade de vida dos moradores, pela diminuição do barulho e da poluição.

Essa rodovia provocou uma mudança significativa na paisagem dos Bairros Água Branca e Seminário. Os cortes de terra e os aterros (Figura 86) passaram a fazer parte da paisagem, mas a movimentação de veículos talvez tenha sido o ponto de maior destaque; onde antes eram visualizadas, carroças, carros de boi e tratores agora são vistos carros e caminhões de todos os tipos, cores e velocidades. As estradas rurais de terra batida que se adequavam ao relevo do terreno foram substituídas, por meio do uso das máquinas escavadeiras, pela rodovia asfaltada que corta, rompe e adéqua o relevo, o terreno e a paisagem.

O Plano Diretor Municipal previa, desde 1996, a construção de “anéis” viários de contorno, denominados vias de contorno no PDDU. Algumas dessas vias já haviam sido construídas, como é o caso da Via de Contorno Norte e do trecho da PR-483 que se liga ao trevo da Água Branca.

Com a análise do processo de expansão urbana que está ocorrendo no momento atual, não é difícil vislumbrar o que ocorrerá no espaço onde a rodovia Contorno Leste-Sul foi construída. Com uma possível conexão da Av. Julio Assis Cavalheiro com esse contorno, vislumbra-se a expansão urbana em direção aquela área e a sua urbanização e industrialização, uma vez que o PDDU delimita as margens das rodovias como áreas de instalação industrial.

A expansão urbana, entretanto, como dissemos, ocorre em função da atuação de agentes públicos e privados, como é o caso dos proprietários de pedreiras dentre as quais se destaca a Pedreira Motter, que é uma das maiores e mais atuantes na região, e a Pedreira Bordignon.

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER  
O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 86: Construção do Contorno Leste-Sul – Bairros Água Branca e Seminário.

Fonte: Jornal de Beltrão (2007).

## 6.5 A exploração dos recursos naturais

Para que ocorra a expansão urbana, seja essa vertical ou horizontalmente, primeiro é preciso ter espaço, para que essa expansão ocorra e em segundo lugar, é preciso ter matéria-prima para que sejam possíveis as edificações. Essa matéria-prima é oferecida na forma de

areia, cimento, pedra-brita, cascalho e outros. Quanto maior for a disponibilidade dela na região, mais favorecida será a expansão urbana.

A verticalização da cidade de Francisco Beltrão foi favorecida pelas características geológicas da área onde a mesma se encontra, isto é, o terceiro planalto paranaense, que está recoberto quase que em sua totalidade por derrames de lavas basálticas da Formação Serra Geral (ZALÁN et al, 1987 e QUINCAS, 1995).

Os basaltos constituem as únicas rochas aflorantes na área de estudo, isto é, a bacia hidrográfica do Rio Marrecas, o que é comprovado por trabalhos de cunho geológico realizados na região, como é o caso dos de Piccirillo & Melfi (1988). Estes basaltos são explorados em algumas pedreiras distribuídas pela área.

A primeira pedreira a surgir foi a denominada “Pedreira Municipal”<sup>53</sup>, que data dos anos 1970, quando, como vimos anteriormente, aumentou a necessidade de material britado para construção civil. Essa pedreira suspendeu as suas atividades nos anos 1980 e em 1988 a Prefeitura lançou um projeto de uso e recuperação da área. A mesma passou a se denominar “Mãe Natureza” (Figura 87) e recebeu uma infra-estrutura de passarelas, salas para palestras e palco de *shows*, se tornando assim um centro de eventos e de estudos ambientais que receberia a comunidade em geral, mas principalmente alunos das escolas públicas e privadas do município e região.

Uma visita ao local onde se encontra a “Pedreira Mãe Natureza”, ou melhor, dizendo, o “Centro Regional de Estudos Ambientais”, realizada em fevereiro de 2009, permitiu-nos detectar que toda a estrutura construída para a recepção da comunidade e alunos das escolas está abandonada, se deteriorando, ruindo. Com a vegetação tomando conta do espaço que anteriormente era da Pedreira (Figura 88).

Este tipo de projeto, em geral, é realizado como compensação pelo impacto ambiental causado e como forma de recuperação e utilização da área. Tem-se visto, pelo Brasil afora muitos projetos semelhantes darem certo, como é o caso do Espaço Cultural Paulo Leminski (Parque das Pedreiras) onde está localizada a “Ópera de Arame” na cidade de Curitiba.

---

<sup>53</sup> Ao que consta, essa pedreira era administrada pela prefeitura, por isso se chamava municipal.

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 87: Placa de Inauguração do Centro de Estudos Ambientais.

Fonte: Foto do Autor (02/2009).

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 88: Pedreira Municipal ou Mãe Natureza.

Fonte: Foto do Autor (02/2009).

Algumas pedreiras atuaram no município de Francisco Beltrão como podemos verificar por meio da Tabela 18, atualmente, porém, destacam-se duas: a Pedreira Bordignon e a Pedreira Motter, como já citamos. Atualmente a demanda de pedras britadas e de talhe do município é proveniente basicamente das pedreiras exploradas pelas companhias Motter Ltda e Bordignon, nos limites da sede urbana, uma que se localiza nas proximidades da saída para Cascavel e a outra próxima à saída para Itapejara do Oeste. Outros empreendimentos que possuem licenciamento para exploração de basalto são a Sutepa Ltda e a Pavimar Ltda, ambas com menor atuação.

Tabela 18: Pedreiras que atuaram ou atuam em Francisco Beltrão/PR.

<b>Nome da Pedreira</b>	<b>Ano Inicial</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>Material Explorado</b>
Sutepa-Sud. Terraplanagem e Pavimentação Ltda.	1981	3,02	Basalto
Ricardo Bordignon Filho	1984	6,38	Basalto
Pavimar – Pavimentação Marrecas Ltda.	1986	7,40	Basalto
Pedreira Motter Ltda	1988	102,60	Basalto
Luiz Alexandre Bordignon	1999	49,80	Basalto

Fonte das Informações: Departamento Nacional de Produção Mineral (maio/2002).

As pedreiras de Francisco Beltrão, ainda em atividade, estão causando um impacto considerável na bacia hidrográfica do Rio Marrecas, não apenas por fornecer materiais que possibilitam a expansão (edificação/verticalização) da cidade, mas também em suas respectivas áreas (espaços) de atuação. São mudanças profundas no arranjo territorial e na paisagem.

Por meio da análise de fotografias aéreas e imagens de satélite podem-se visualizar as marcas deixadas na paisagem por meio da extração das rochas basálticas. No primeiro ano de concessão da lavra foi expedido alvará para a exploração de uma área de 102,60 hectares para a Pedreira Motter (Figura 89) e de 49,80 hectares para a Pedreira Bordignon (Figura 90), o que nos permite concluir que pelo menos 150 hectares de área com significativo relevo e composto por rochas basálticas foram destruídos para a extração de matéria-prima para a construção civil e pavimentação de ruas e estradas.

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 89: Pedreira Motter – saída de Francisco Beltrão para Cascavel.

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 90: Pedreira Bordignon – saída de Francisco Beltrão para Itapejara do Oeste.

Fonte: Levantamento aérea do Projeto ParanáCidade (1996).

Em trabalho de campo realizado durante o mês de fevereiro de 2009 foi possível verificar com maior propriedade os impactos ambientais causados pela Pedreira Motter e as transformações na paisagem geradas pela sua atuação.

A quantidade de material extraído é tão grande que por meio de visualização (Figura 91) em campo fica difícil identificar as máquinas que estão trabalhando entre os fragmentos de rocha. O material britado, por sua vez, é acumulado em grandes montes na área superior da pedreira e dali, distribuído para as lojas de materiais de construção e construtoras da cidade.

A altura da parede escavada chega, em algumas partes da pedreira, a cerca de 50 metros. A comparação entre a altura de uma pessoa com estatura média de 1,60m e a altura de uma das paredes escavadas (Figura 91) permitiu-nos verificar que a mesma possuía cerca de 10 metros, isto é, cinco vezes mais que a altura média de uma pessoa.

Para que esta área pudesse ser explorada em profundidade foi necessária a retirada da cobertura vegetal, bem como do solo que se encontrava abaixo dessa cobertura, além disso, a parte superior da rocha positivamente se encontrava degradada pelos processos químicos que dão origem ao saprolito ou manto de intemperismo, sendo necessária também a retirada desse manto de intemperismo (cascalheira). Essa primeira etapa, de “limpeza” do terreno para exploração, já poderia ser considerada uma mudança significativa da paisagem local, quanto mais se nos referirmos à exploração em profundidade.

A associação das pedreiras com as construtoras, incorporadoras e empreendedoras locais contribuem para uma maior aceleração da degradação e transformação da paisagem. Em trabalho de campo realizado durante o mês de julho do ano de 2007 foi possível observar um dos caminhões da Pedreira Motter entregando pedra brita na Supermix empresa que trabalha com a produção de concreto e atende a construção civil urbana.

Este tipo de associação entre as empresas exploradoras ou extratoras do basalto e as ligadas à construção civil, a nosso ver intensifica o processo de transformação da paisagem da área de estudo, porém fica aqui uma pergunta: qual é a velocidade dessa transformação da paisagem? Qual é o ritmo apresentado por ela? Na sequência tentaremos responder a essas questões.

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 91: Pedreira Motter – lado esquerdo e direito da PR – 483 – saída de Francisco Beltrão para Cascavel.

Fonte: Fotos do Autor (02/2009).

### **6.6 Qual é a velocidade das transformações da paisagem?**

Buscamos, nos capítulos 3, 4 e 5 e 6 apresentar as principais transformações ocorridas na paisagem da bacia hidrográfica do Rio Marrecas durante o período que se estende principalmente da década de 1950 aos dias atuais.



Nestes capítulos relacionamos as transformações na paisagem com a ocupação do espaço da bacia hidrográfica pela sociedade e sua transformação em território. A análise realizada não permite afirmar que toda a bacia hidrográfica passou pelo mesmo processo, logicamente que o processo histórico de ocupação foi o mesmo, porém, enquanto parte da bacia (a urbanizada) passou por um processo mais rápido de transformação, na outra parte (a rural) o processo ocorrido parece ter sido mais lento, além de ser diferente. Qual é a velocidade das transformações? Quanto tempo demora para que um elemento da paisagem seja substituído por outro?

Para termos uma noção da velocidade com que as mudanças ocorreram e ocorrem na paisagem da bacia hidrográfica do Rio Marrecas fizemos uma comparação da configuração de alguns locais da mesma em diferentes momentos. No caso do espaço rural, analisado nos capítulos 3 e 4, foram traçados três perfis (Figuras 92, 93 e 94) sobre os mapas de uso e ocupação da terra referentes aos anos de 1952, 1963, 1975, 1985, 1996 e 2009, nas áreas correspondentes ao alto, médio e baixo curso da bacia e identificados quais usos eram feitos da terra em cada momento.

Por meio destes perfis foi possível verificar, como já afirmamos, que as transformações na paisagem rural pareceram ocorrer de forma um pouco mais lenta que as da paisagem urbana, possivelmente pelo fato de a modernização das atividades do campo ter atingido o auge.

O perfil de uso da terra apresentado por meio da figura 92 permite perceber que em 1952 existiam basicamente três usos da terra na área do baixo curso da bacia do rio Marrecas que eram: as áreas de mata (florestas), as de pastagem e as de solo exposto. Para o ano de 1963 não se tem informações sobre essa área.

No perfil relativo ao ano de 1975, percebe-se a fragmentação da área de mata nativa existente no período anterior e o aumento das áreas de solo exposto e pastagem. Na década de 1985 a fragmentação do uso da terra se intensificou e percebem-se com maior nitidez as áreas de cultura, distinguindo-se das de pastagem. O mesmo foi percebido nos anos 1996 e 2009.

Por meio dos perfis foi possível verificar também que algumas áreas de pastagem permaneceram com este tipo de uso ao longo de todo o período analisado, ocorrendo o mesmo com áreas de mata nativa e de cultivos.

No perfil 2, apresentado na figura 93, pode ser verificada a expansão da área urbanizada da bacia, além de uma maior fragmentação dos usos da terra na área rural, bem

como o surgimento de cobertura vegetal com reflorestamento no médio curso, particularmente após os anos 1980.

No perfil 3 (Figura 94), que representa o alto curso, é possível perceber que em muitas áreas a cobertura vegetal nativa foi mantida ao longo de todo o período analisado enquanto que em outras a cobertura vegetal nativa foi substituída por espécies exóticas, principalmente ao longo dos anos 1990 e 2000, isto é, das últimas duas décadas.

No que diz respeito ao espaço urbano, um trabalho importante para nos auxiliar nessa tarefa é o desenvolvido por Carmes Franciosi denominado “Sonho e Realidade através da Arte” (2002). Nesse trabalho a artista plástica beltronense representou em telas, inúmeras fotografias antigas que retratavam a história e a paisagem da cidade de Francisco Beltrão. Essas fotos estão à disposição na Secretaria de Cultura do Município e sendo comparadas com as telas pintadas por Carmes mostram que ela foi fiel em sua representação, o que permite a utilização de sua arte como referência para a demonstração de algumas mudanças pelas quais passou o espaço de estudo.

A artista faz o levantamento histórico e a representação de inúmeros pontos da cidade buscando identificar como estes locais se configuravam anteriormente e como se configuram atualmente. Um verdadeiro trabalho de reconstituição histórica, digno de nota e de utilização.



Figura 92: Perfil de Classes de uso e ocupação da terra no baixo curso da bacia do Rio Marrecas.



Figura 93: Perfil de Classes de uso e ocupação da terra no médio curso da bacia do Rio Marrecas.

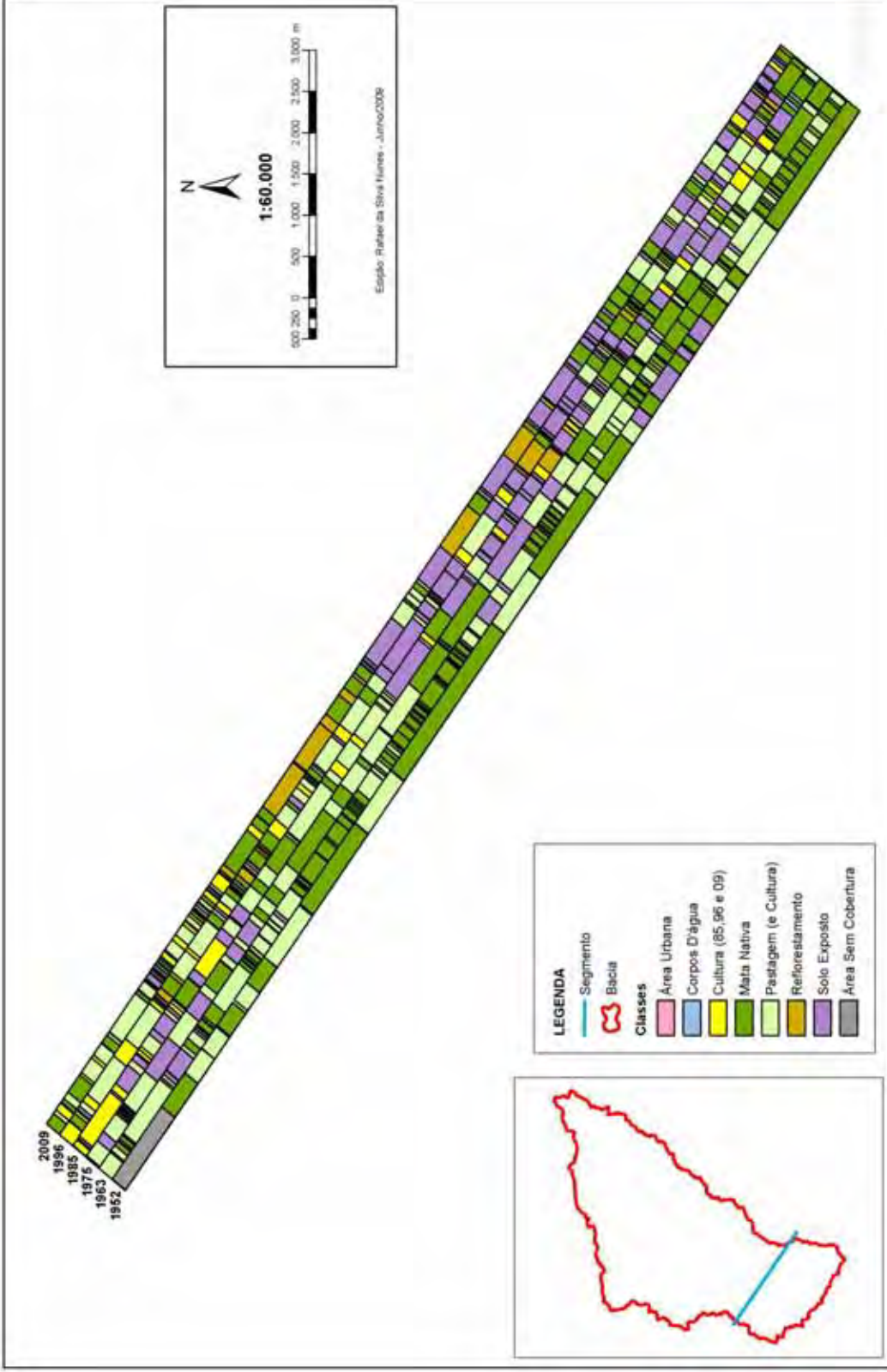


Figura 94: Perfil de Classes de uso e ocupação da terra no alto curso da bacia do Rio Marrecas.

Como primeiro ponto de análise tomamos o prédio da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão. O primeiro prédio foi construído em madeira (Figura 95), na esquina da Rua Tenente Camargo com Otaviano Teixeira dos Santos, no início da década de 1950. Nos anos 1960, mais precisamente no ano de 1966, o mesmo foi destruído pelo fogo e em seu lugar foi construído outro em alvenaria. O prédio atual foi construído entre 1997 e 2000, sendo o prédio anterior reformado e destinado a abrigar a Câmara dos vereadores (Figura 96).

Por meio da fotografia dos anos 1950, transformada em tela por Franciosi, é possível notar que o espaço onde o primeiro prédio da Prefeitura foi construído tinha configurações rurais, ainda com muita mata e arruamento sem calçamento ou asfalto, e o prédio se encontrava relativamente isolado das construções do entorno. Uma configuração bem diferenciada da atual, eminentemente transformada e edificada.

O segundo ponto de análise se refere ao prédio da empresa Mazzocco, Salvatti & Cia Ltda. (Figura 97 e 98), que trabalhava no ramo de armarinhos e posteriormente veio a trabalhar no ramo dos materiais de construção, edificado no entroncamento das Ruas Ponta Grossa com São Paulo. Este prédio, inicialmente era de madeira, no estilo sobrado, possivelmente para abrigar o comércio na parte de baixo e a família na parte de cima. Prédios como esse da Família Salvatti foram, com o passar dos anos, particularmente na década de 1980, como vimos anteriormente, adquirindo novos contornos e transformando-se em prédios comerciais e residenciais, com comércio na parte de baixo e apartamentos em cima.

Como era típico de alguns prédios construídos nesse estilo e com essa finalidade, o acesso à moradia, na parte superior era isolado do acesso ao comércio, que ficava na parte de baixo (Figura 97). Tal modelo foi reproduzido, ao longo da década de 1980, particularmente, na transformação (reforma) do prédio de madeira para alvenaria (Figura 98), acrescentando-se a este, um elemento anteriormente inexistente, a garagem.

O terceiro ponto de análise diz respeito ao local onde se encontra hoje o Prédio Real Center (Figuras 99 e 100), o mais alto da cidade no ano de 2002, na Av. Julio Assis Cavalheiro. Na década de 1970 o terreno onde foi construído esse prédio abrigava um casarão de madeira onde funcionava a sede social da Sociedade Esportiva e Recreativa Real e, por um tempo funcionou o Teatro Municipal.

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 95: Prédio da Prefeitura de Francisco Beltrão nos anos 1950.

Fonte: Franciosi (2002).

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 96: Prédio atual da Prefeitura de Francisco Beltrão (em azul) e Câmara dos Vereadores.

Fonte: Franciosi (2002).

Os elementos de análise que se seguem são todos referentes à Avenida Julio Assis Cavalheiro e as transformações ocorridas na paisagem urbana ao longo dos últimos 50 anos.

O primeiro deles mostra-nos as transformações pelas quais passaram a Avenida, na esquina com a Rua Antonina. A Figura 101 mostra-nos como se configurava aquele espaço nos anos 1950, com casarões de madeira no estilo sobrado, com a parte de baixo voltada para o comércio e a parte de cima para a habitação dos proprietários. Havia muitos espaços vazios

entre eles, a rua era de terra e na parte de trás dos terrenos podia ser visto algum resquício da cobertura vegetal original.

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 97: Casa de Comércio da Família Salvatti – em 1953.

Fonte: Franciosi (2002).

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 98: Casa de Comércio da Família Salvatti – em 2008.

Fonte: Foto do Autor (2008).



FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 99: Sede Social da Sociedade Esportiva e Recreativa Real – anos 1970

Fonte: Franciosi (2002).

FIGURA RETIRADA PARA NÃO EXCEDER O TAMANHO DO ARQUIVO

Figura 100: Atual Prédio Real Center

Fonte: Franciosi (2002).

Na atualidade (Figura 102), a mesma área abriga uma série de prédios residenciais/comerciais de até quatro andares de altura e está estruturada, em termos de

arborização/ajardinamento urbano, canteiro central, iluminação pública e asfalto, uma paisagem completamente diferente da observada na Figura 101.



Figura 101: Av. Julio Assis Cavalheiro na década de 1950. Esquina com a Rua Antonina. Fonte: Franciosi (2002).



Figura 102: Av. Julio Assis Cavalheiro Atualmente. Esquina com a Rua Antonina. Fonte: Franciosi (2002).

O segundo ponto da Avenida Julio Assis Cavalheiro que analisamos é referente ao largo da Praça da Liberdade (Figura 103 e 104). Nessa área triangular, localizada entre as Ruas Antonina, Porto Alegre e Av. Julio Assis, foi realizada uma limpeza de terreno, no início dos anos 1950, para a construção da praça.

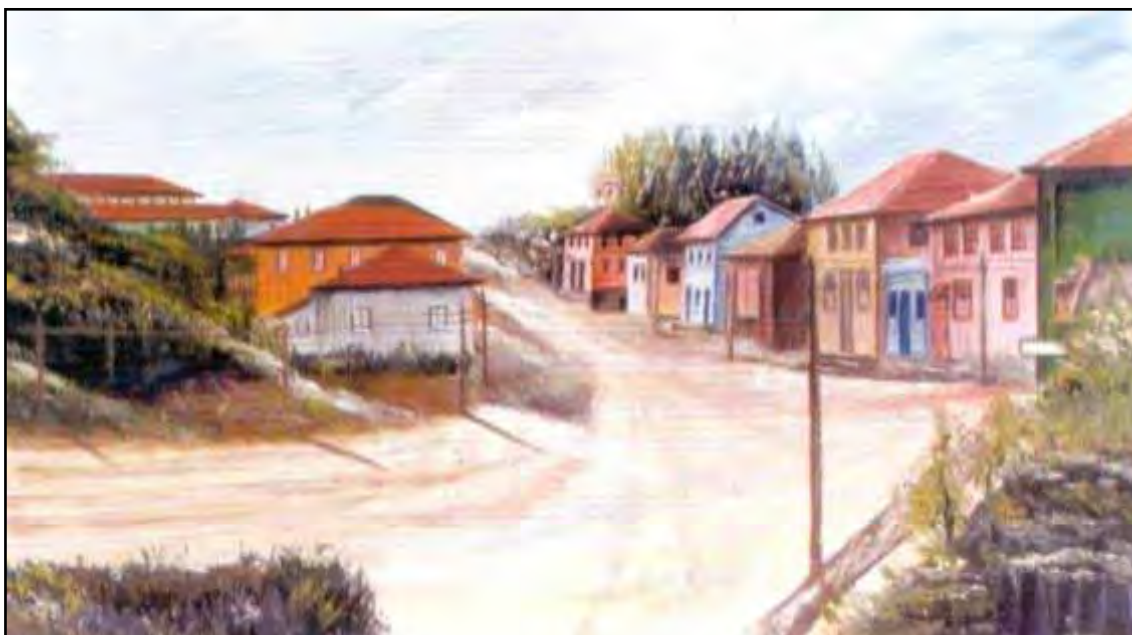


Figura 103: Praça da Liberdade – anos 1950.  
Fonte: Franciosi (2002).



Figura 104: Praça da Liberdade – entroncamento das Ruas Antonina, Porto Alegre e Av. Julio Assis – Bairro Centro – Francisco Beltrão  
Fonte: Foto do Autor (2008).

Por meio da Figura 103, elaborada a partir de fotografia da década de 1950, é possível perceber que havia algumas colinas baixas onde surgiam afloramentos rochosos e o terreno se inclinava em direção ao Rio Marrecas localizado um pouco mais abaixo, direção norte, cerca de 200 metros. Nesta imagem já se pode perceber a existência de fiação elétrica na paisagem urbana e a sua distribuição por meio de postes.

Nos anos 1980, a Avenida Julio Assis passou por reformulações e nos anos 1990, grande parte da praça foi destinada a construção do terminal de ônibus urbano e recebeu a configuração atual.

Até o momento apresentamos exemplos de transformação na paisagem que ocorreram ao longo de um período de tempo relativamente longo, de modo que, a resposta àquela pergunta inicial de qual a velocidade da transformação na paisagem seria: “lenta”, porém, com a análise de exemplos mais recentes pode-se verificar que essa transformação é, hoje em dia, bem mais acelerada que imaginamos.

As Figuras 105 e 106, por exemplo, mostram a construção das futuras instalações do “Francisco Beltrão Palace Hotel”. A primeira foto data do mês de julho de 2008 e por meio dela percebe-se que somente a estrutura básica estava construída. A segunda foto data do mês de fevereiro de 2009 e por meio dela é possível verificar que o prédio já estava em fase de acabamento. Com isso, percebe-se que a transformação na paisagem da cidade é veloz, não levando mais que alguns poucos meses, nesse caso, sete meses.



Figura 105: Futuras Instalações do “Francisco Beltrão Palace Hotel” em julho de 2008.

Fonte: Foto do Autor (07/2008).



Figura 106: Futuras Instalações do “Francisco Beltrão Palace Hotel” em fevereiro de 2009.

Fonte: Foto do Autor (02/2009).

Em sete meses foi possível notar também que uma parte do Bairro Industrial, localizada em vertente íngreme (Figuras 107 e 108), foi aplainada e loteada. Esse espaço, quando da realização do penúltimo trabalho de campo, era ainda uma chácara rural que deu lugar ao “Loteamento Bela Vista” e às casas que já estão sendo construídas. É visível na cidade que o tempo da transformação da paisagem está mais acelerado, particularmente, quando se refere à construção civil.



Figura 107: Pastagem em área de vertente – Bairro Industrial.  
Fonte: Foto do Autor (07/2008).



Figura 108: Expansão urbana em direção às vertentes – Bairro Industrial.  
Fonte: Foto do Autor (02/2009).

Em sete meses identificamos também, transformações drásticas na paisagem de outros espaços da cidade, por exemplo, no “Loteamento Jardim Itália II” (Figuras 109 e 110), localizado exatamente na margem esquerda do Rio Marrecas, no Bairro Jardim Itália, quando da realização do trabalho de campo no mês de julho do ano de 2008, encontramos o loteamento com o arruamento delimitado e com a rede de energia distribuída e contando com uma casa e com as placas de propaganda do loteamento e da empresa Disk Vidros. No mês de fevereiro de 2009, ao retornar ao bairro, visualizamos a instalações da Disk Vidros bem como de outra empresa (ao lado) devidamente concluídas e um conjunto de mais cinco casas completamente edificadas e já habitadas.

Este exemplo serve para mostrar que as transformações na paisagem urbana estão ocorrendo de forma cada vez mais acelerada. Em poucos meses é possível visualizarmos mudanças significativas no reordenamento territorial e nas paisagens às margens do Rio Marrecas.

Outra demonstração da velocidade de transformação da paisagem é a instalação do Distrito Industrial Irineu Montemezzo, construído no Bairro Sadia, na “Cidade Norte”. O Terreno de 55.000m<sup>2</sup> (Figura 111), que foi adquirido pela Prefeitura no final do ano de 2008, era uma área de pastagem com uma reserva de mata nativa significativa. Durante o mês de março de 2009 pode-se perceber que a mesma já estava transformada e as obras em estágio avançado.



Figura 109: Jardim Itália II em julho de 2008.

Fonte: Foto do Autor (07/2008).

Com estes exemplos torna-se possível verificar que as transformações na paisagem urbana da bacia hidrográfica do Rio Marrecas estão tomando velocidades e proporções consideráveis, tudo isso, graças à atuação de atores territorializadores e seus atos territorializantes.



Figura 110: Jardim Itália II em fevereiro de 2009 (ao fundo nota-se parte da mata ciliar do Rio Marrecas).

Fonte: Foto do Autor (02/2009).



Figura 111: Terreno do Distrito Industrial - Irineu Montemezzo – Bairro Sadia – Dezembro de 2008.

Fonte: [WWW.franciscobeltrao.pr.gov.br](http://WWW.franciscobeltrao.pr.gov.br), acessado em 20/03/2009.

Por meio desse capítulo foi possível perceber que o período que se estende da década de 1990 até os dias atuais, que denominamos de quarto período de transformação da paisagem urbana, foi extremamente dinâmico e que um grande número de agentes territorializantes tiveram participação nessas transformações.

Dos agentes territorializantes que tiveram participação ativa na transformação da paisagem urbana da bacia do Rio Marrecas podem-se destacar os seguintes:

- 1) A COHAPAR – por sua participação na construção de casas populares em loteamentos da cidade;
- 2) A Caixa Econômica Federal – por financiar as obras e a compra de casas populares em loteamentos;
- 3) A população em geral – por ocupar áreas de risco e áreas verdes, obrigando a prefeitura a regularizá-las, e pela autoconstrução;
- 4) Os proprietários de terra e especuladores – que são inúmeros;
- 5) A Prefeitura Municipal com a parceria do Estado – pela canalização de córregos, implantação de equipamentos de serviços públicos, implantação dos distritos industriais, construção do Parque Alvorada, pela busca da construção do Centro de Detenção, do Contorno Leste-Sul e do Hospital Regional, e principalmente pela implementação do PDDU que estimulou a ocupação dos vazios urbanos;
- 6) As Pedreiras Motter e Bordignon – pela transformação da paisagem *in loco*, isto é, na área de atuação da pedreira e pela oferta de matéria-prima para construção civil;
- 7) A UNIOESTE (antiga FACIBEL) – por auxiliar na valorização dos terrenos na Vila Nova e “interferir” na construção de prédios para habitação e aluguel;
- 8) A UNIPAR - por auxiliar na valorização dos terrenos no Bairro Industrial;
- 9) A UNISEP - por auxiliar na valorização dos terrenos no Bairro Miniguaçu e Seminário;
- 10) Indústrias como a Sadia, Marel e outras;
- 11) As famílias tradicionais da cidade – pelo loteamento de parte de suas terras e pela construção de muitos dos prédios da cidade;
- 12) Os agentes imobiliários como Serraglio e Casaril – pela participação na construção, comercialização e especulação imobiliária;
- 13) Os políticos, industriais e donos de lojas de materiais de construção.



Há um conjunto considerável de atores públicos e privados que planejam e executam projetos e obras de reordenamento da cidade, interferindo diretamente no território e na paisagem de Francisco Beltrão e da bacia hidrográfica do Rio Marrecas. Todos são historicamente condicionados e estão articulados, num complexo jogo de poder e interesses que acelera cada vez mais a urbanização e as mudanças na paisagem, o que torna urgente o debate e a elaboração de um plano de gestão intermunicipal da bacia hidrográfica do Rio Marrecas.

## 7 PERSPECTIVAS DE GESTÃO DO TERRITÓRIO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO MARRECCAS: UMA CONTRIBUIÇÃO

Como vimos nos capítulos anteriores, a bacia hidrográfica do Rio Marrecas pode ser entendida como um espaço físico, nos moldes da definição de Antonio Teixeira Guerra no seu “Dicionário Geológico e Geomorfológico”. As bacias hidrográficas são definidas por ele como sendo um “conjunto de terras drenadas por um rio principal e seus afluentes”. Porém, com base em tudo o que analisamos no decorrer desse trabalho foi possível perceber que a definição proposta por Guerra não é mais suficiente para entendermos uma bacia hidrográfica na atualidade, uma vez que é uma definição estritamente física e existe uma série de elementos ou fatores de cunho político, econômico e ambiental que a definição de Guerra não abarca, tornando-a, de certa forma, incompleta para as necessidades atuais.

A bacia hidrográfica do Rio Marrecas é um espaço que foi ocupado e transformado em território pela ação dos homens (sociedade) que nele se instalaram. Nesse processo de ocupação e transformação do espaço em território os homens foram expressando na paisagem o seu modo de vida, as suas relações, as suas necessidades, as suas edificações.

Os elementos da paisagem foram transformados ao longo do tempo através da ação humana e de suas relações de poder e identitárias que foram sendo adequadas às necessidades humanas.

Quando olhamos uma paisagem transformada vemos elementos que se mostram claramente aos nossos olhos, porém, não vimos muitos dos componentes dessa paisagem e que, muitas vezes, contribuem para que os elementos visíveis se relacionem. Esses são os fluxos, as relações, as trocas, enfim, todos os elementos invisíveis que podem ser detectados na paisagem a partir de uma análise mais aprofundada.

Desta maneira, poderíamos definir uma bacia hidrográfica que passou por um processo de transformação ao longo da história de sua ocupação, como sendo, um *território*, fisicamente delimitado e drenado por canais de drenagem (rios) onde as relações humanas, sejam essas de poder ou não (culturais, políticas, econômicas), se manifestam na forma de alterações na paisagem ao longo do tempo.

Entendendo a bacia hidrográfica e aqui, especificamente, a bacia hidrográfica do Rio Marrecas, como um território, queremos apresentar nesse capítulo subsídios para planejar o uso da bacia hidrográfica, através de uma gestão entre diferentes municípios.

Em um território, como é o da bacia estudada, como vimos, são muitos os atores envolvidos no processo de transformação da paisagem. Ao longo do processo de ocupação, surgem e desaparecem atores que contribuem para a formação do território da bacia e que deixam sua marca na paisagem e contribuem para a sua estruturação. Muitos desses atores desaparecem com o tempo, outros, porém, mantêm-se em atividade e adquirem novas personalidades adequando-se aos novos tempos.

As contribuições dos atores ou agentes territorializadores estão quase sempre voltadas para a realização de atividades de cunho econômico, portanto, não são desinteressadas. Há uma busca incessante para a promoção da ocupação e do desenvolvimento econômico, nem sempre de forma a preservar o ambiente e a cultura dos distintos grupos sociais.

Quando realizamos uma análise um pouco mais aprofundada desse processo de ocupação e desenvolvimento, como o que fizemos ao longo desse trabalho, vemos que são inúmeros os impactos resultantes do mesmo, não somente de cunho ambiental, mas também social, o que nos leva a questionar que tipo de desenvolvimento queremos para o espaço que estamos ocupando ou estudando e quais são as perspectivas (possibilidades) de desenvolvimento que a mesma apresenta. Qual o melhor projeto de desenvolvimento a ser executado? Que aspectos precisamos levar em consideração para a aplicação desse projeto ou política de desenvolvimento?

Carlo Salone (2005) salienta em seu trabalho que o melhor projeto de desenvolvimento é aquele que leva em consideração todos os aspectos de um determinado espaço, isto é, os aspectos políticos, econômicos, ambientais e culturais, uma vez que é a multiplicidade de relações entre os diferentes atores territorializadores que pode proporcionar a gestão participativa e intermunicipal de uma bacia hidrográfica.

Para que haja esse processo de gestão do território de uma bacia hidrográfica é necessário que se busque a colaboração entre as partes sociais (sindicatos e órgãos representativos de classe) e o governo. A cooperação reduz conflitualidades, porque as decisões são tomadas levando em consideração os diversos pontos de vista e os interesses das

partes envolvidas, por isso tem sido utilizada por muitos governantes, como é o caso, do orçamento participativo.

Cabe fazer uma breve distinção entre as palavras “cooperação” e “negociação”, podendo-se considerar, a primeira, como uma forma de comunicação bilateral na qual as partes intervêm, dão opiniões úteis para se chegar a uma decisão, enquanto que, na segunda, as partes que negociam participam diretamente no momento de tomada da decisão. Em outras palavras, enquanto que a primeira, parte de um princípio de debate, análise, integração entre os atores que buscam a cooperação, mas não permite aos atores participarem da tomada de decisão, a segunda, parte de tudo isso e ainda permite que os atores tomem a decisão conjuntamente (SALONE, 1999).

O termo cooperação, de acordo com Salone (1999), remete a uma idéia de fazer parcerias, ou seja, reunir um grupo de pessoas por um interesse comum, entretanto, esse grupo de pessoas nunca terá total autonomia para tomar as decisões, o que quer dizer que, sempre terá alguém que tomará a liderança para si e direcionará os demais de acordo com aquilo que “ele” achar mais importante.

O termo negociação, por sua vez, remete-nos a idéia de manter conversações para chegar a um acordo ou à assinatura de um tratado. Na negociação todas as partes são ouvidas, têm direito a se expressar, a votar e a tomar a decisão final conjuntamente com todos os membros do grupo. Poderíamos dizer, por isso, que a negociação é, de certa forma, mais ampla que a cooperação.

Pensando em termos de gestão e desenvolvimento econômico e territorial da bacia hidrográfica do Rio Marrecas é que nos ocuparemos a partir desse momento em analisar encaminhamentos para a gestão de projetos de desenvolvimento dessa área, tendo por base a idéia de um trabalho conjunto e negociado entre os diversos atores territorializantes que nela atuam.

## 7.1 Gestão participativa

Para que se possa colocar em prática um projeto de gestão do território da bacia hidrográfica do Rio Marrecas que leve em consideração os interesses e opiniões de todos os atores atuantes no território é preciso pensar em termos de uma gestão participativa, isto é, uma gestão que envolva todos os atores sociais, sem discriminação.

Isso contribui para dar reconhecimento e valorizar a importância de um conjunto de atores, de comportamentos e de elementos naturais e humanos tradicionalmente excluídos dos processos burocráticos, baseados na cooperação, tradicionalmente utilizados em território nacional.

Esses modelos de organização conduzem-nos à noção de *governança* do território, como sendo a capacidade de integrar, de dar forma aos interesses locais, às organizações, aos grupos sociais e, por outro lado, de desenvolver estratégias comuns em relação ao mercado, ao Estado, à cidade e aos outros níveis de governo (SALONE, 1999).

Têm-se buscado basear o planejamento em um novo estilo de desenvolvimento, no centro do qual, se colocam uma pluralidade de sujeitos, associações, movimentos locais e profissionais liberais que buscam de forma integrada a promoção do contexto territorial.

Uma nova cultura de planejamento precisa gerar processos integrados de gestão ecológica, colocada em risco pelo crescimento urbano e industrial e pelas atividades agrícolas. Precisa repensar as atividades produtivas realizadas na bacia do Rio Marrecas.

Nos países de tradição liberalista, as alianças para o desenvolvimento são formadas essencialmente por um conjunto de práticas negociáveis e de políticas públicas, sendo por isso, um *constructo* social.

Na recente experiência italiana, as políticas de negociação para o desenvolvimento territorial são, quase sempre, o fruto da ação do estímulo de organizações públicas que fornecem o apoio jurídico e teórico, sobre os quais, um *pacto* deve ser formulado e gerido. Tais acordos ou *pactos* são fruto de um processo de negociação entre atores que, de forma espontânea, contratam a sua própria participação para atuar em projetos de interesse comum,

formando assim, alianças locais nas quais se agrupam associações industriais, artísticas, comerciais, turísticas, sindicais e culturais (SALONE, 1999).

Para facilitar o processo de gestão participativa e garantir condições de eficácia às intervenções que envolvem uma pluralidade de sujeitos públicos e privados é importante a delimitação de uma série de instrumentos normativos como os existentes nas políticas italianas de desenvolvimento, dos quais podem ser citados: o Acordo Institucional de Programa, o Acordo de Programa Quadro, o Pacto Territorial, o Contrato de Programa e o Contrato de Área.

Desses instrumentos, o que é mais interessante, nesse momento, para nosso território de análise, isto é, a bacia hidrográfica do Rio Marrecas, é o Pacto Territorial, através do qual se busca a atuação de todos os atores atuantes na bacia para a promoção de um desenvolvimento territorial participativo.

O Pacto Territorial é um acordo assinado entre atores locais com outros atores, sejam esses públicos ou privados, que tem por objetivo a promoção do desenvolvimento territorial. O Pacto territorial é assim um instrumento de cooperação, baseado na negociação, utilizado para iniciar ou reiniciar ou ainda consolidar processos de desenvolvimento social e econômico em áreas territorialmente definidas, como é o caso de uma bacia hidrográfica. No centro desse pacto reside a idéia central de desenvolvimento territorial, que deve servir aos atores da cooperação seja para delimitar a área objeto do pacto, seja para selecionar e ordenar os interesses existentes localmente (SALONE, 1999).

Logicamente, ainda temos um pouco de dificuldades de pensar em Pactos territoriais em bacias hidrográficas no Brasil, já que nossas políticas e os órgãos de levantamento de dados, como o IBGE, em sua grande maioria, não levam em consideração esse recorte. Aqui é que se encontra a principal questão: por que ficar esperando pelo governo e por esses órgãos, se por meio do Pacto Territorial, a sociedade local é livre para escolher ou optar pelo caminho a ser seguido para a promoção do desenvolvimento em seu território. A cooperação, baseada na negociação, surge como modo de trabalho nas relações entre os atores, chamados a destacar os problemas relevantes e a projetar políticas de programação negociada.

Os Pactos Territoriais podem ser aplicados a quaisquer territórios, que necessitem de uma construção negociada de programas de desenvolvimento, buscando influenciar na estruturação da classe dirigente local. O pacto territorial se apresenta como um elemento de

ruptura com as leituras políticas tradicionais e propõe uma transição da forma de governo (tradicional) para a governança.

## 7.2 Do governo à governança do desenvolvimento

Até bem pouco tempo, meados da metade da década de 1990, os administradores políticos se concentravam na dimensão reguladora dos sistemas locais privilegiando mais as semelhanças com outros sistemas do que as diferenças, perdendo de vista a especificidade cultural de cada lugar e estandardizando as maneiras de se fazer a regulação do desenvolvimento por meio de um “modelo local”. Em outras palavras, os administradores políticos tinham por idéia que lugares diferentes poderiam ser administrados da mesma maneira, que uma vez tendo-se um modelo de administração, poder-se-ia aplicar a qualquer parte do território, sem se preocupar com as especificidades econômicas, culturais, políticas e ambientais.

No momento histórico que estamos vivendo, percebe-se que os conceitos, os modelos, os sistemas de governos e planejamento, que pareciam fundamentais e absolutos, entraram em crise e não mais são suficientes para compreender e representar a realidade. Neste contexto vai adquirindo maior relevância a dimensão política local, como ator propulsivo do processo de *governança*<sup>56</sup>.

A abertura dos sistemas locais para o exterior vai se configurando como um desafio para a sobrevivência do mesmo, especialmente no que diz respeito a sua identidade política e cultural. O que leva a um futuro não previsível. Uma situação que gera incerteza e insegurança em uma sociedade que estava acostumada a prever tudo.

Frente a uma realidade similar a esta, a pesquisa de estratégia de governos mais participativos parece quase reencontrar uma lógica no ideal da dimensão do vilarejo, onde todo mundo encontra todo mundo, onde as soluções aos problemas comuns são procuradas e encontradas em conjunto, onde a necessidade e o sofrimento não existem.

---

<sup>56</sup> *Governance* - na língua inglesa.

O uso do termo *governança* destaca a diferença relativa aos tradicionais modelos de governo<sup>57</sup>, definidos recorrendo-se ao termo *government*<sup>58</sup>. Quando se fala de governança, se faz referência a uma forma de governo da sociedade, que põe em discussão os modelos tradicionais centrados na ação do Estado, os quais, na maioria das vezes, não dão possibilidades de participação nas tomadas de decisão.

A distinção entre governo e governança é utilizada nas Ciências Políticas e Sociais para indicar, a primeira, sobretudo, como sendo a estrutura de governo e o seu funcionamento e, a segunda, como sendo “o governo político” que envolve a estrutura pública e os sujeitos que interagem com o Estado (empresas, comunidades etc.).

A governança é um sistema de regras que depende de significados intersubjetivos e do conjunto de leis formalmente definidas, mas que funcionam somente se for aceito pela maioria, enquanto que o governo pode funcionar mesmo que haja uma grande oposição às suas políticas. O aspecto característico da governança, portanto, é aquele de ser, como o governo, uma forma de ordem, caracterizado pela presença de intenções comuns.

Dente (1995 *apud* BOLOCAN GOLDSTEIN, 1998) traduz o termo *governança* com o uso da palavra “governar”, entendendo com isso o conjunto das atividades finalizadas para garantir a “governabilidade”, isto é, a habilidade de produzir decisões coerentes, desenvolver políticas eficazes ou dar atuação a “programas”. A Governança é, portanto, o campo de atuação dos governos. O termo *government* é, por sua vez, traduzido por “governo”, entendido como sinônimo de estrutura institucional: É assim, o campo das instituições políticas e das suas estruturas organizativas (BOLOCAN GOLDSTEIN, 1998).

A governança pode ser definida, como salienta MINUCCI (2005), como a modalidade na qual, indivíduos e instituições públicas ou privadas, afrontam as questões de interesse coletivo. Desta maneira, a governança é um processo através do qual os interesses

---

<sup>57</sup> *Government* - na língua inglesa.

<sup>58</sup> Com respeito à diferença entre *governança* e *government*, ROSENAU (1992) destaca que ambos se referem a “comportamentos intencionais, a atividades finalizadas, a sistemas de normas”, porém, *government* sugere atividades suportadas pelo sistema de governo (autoridade) formal, de poder de polícia que assegura a atuação de políticas regularmente constituídas, enquanto que a *governança* se refere à atividade, que tem objetivos comuns, que podem ou não derivar da responsabilidade legal e formalmente prescrita, e que não seja apoiado necessariamente em poderes de polícia capaz de superar resistências e de obter obediência. A *governança*, em outras palavras, é um fenômeno mais compreensivo que o *government*. Abraça instituições governamentais, mas pressupõe também mecanismos informais, não governamentais. A governança é assim, um sistema de regras que depende tanto de significados intersubjetivos quanto da constituição (leis) e de estatutos formalmente sancionados. Mais significativamente, a governança é um sistema de normas que funciona somente se aceito pela maioria (ou pelo menos pelas lideranças mais influentes dentre a maioria), onde os governos podem funcionar mesmo se houver a presença de uma oposição às suas políticas.



diversos e em conflito, passam a ser conciliados, dando vida à ação baseada na cooperação entre os diferentes sujeitos envolvidos. Nesta perspectiva, a diferença entre governo e governança começou a indicar duas diferentes modalidades de gestão da sociedade e do território:

- A primeira, fundamentada no governo, é centralizada na ação direta e quase que exclusiva do Estado, como sujeito distribuidor de tarefas, realizadas utilizando-se instrumentos e recursos disponíveis no interior do Estado. Baseia-se na cooperação entre atores.
- A segunda, orientada à governança, destinada a gestão de fenômenos sociais e econômicos através de uma estreita interação entre estruturas públicas e atores sociais e através da constituição de um ambiente favorável para que atores diversos possam atuar em prol dos interesses comuns da coletividade. Devido às suas características, não existe um único modelo de governança, pois essa se configura em um processo complexo que se transforma constantemente para responder as circunstâncias em contínua evolução. Baseia-se na negociação entre atores.

Ambos os conceitos, individualmente, são modalidades do exercício do poder político. No caso do governo, são somente instituições supranacionais, estatais, regionais e locais, legitimadas em base democrática, que são convocadas a desenvolver as funções de governo em uma base rígida de atribuição de competências.

A governança pressupõe, por sua vez, a ação coordenada de atores heterogêneos. Se no governo é clara a contraposição entre governante e governado, na governança a distinção não é tão clara: cidadãos, empresas, entidades locais, sociedade civil organizada, instituições estatais, instituições supranacionais podem ser/estar envolvidas em todas as fases das políticas, inclusive na tomada de decisões.

A ligação com a realidade local, a estreita relação entre as teorias e a realidade é o pressuposto básico e indispensável para garantir o funcionamento do sistema: o modelo de Estado centralizado e centralizador, do “Estado Pirâmide” e a estrutura administrativa que dele deriva, entra assim, em crise quando a complexidade da sociedade mostra que cada vez mais se torna necessário adotar-se uma forma de governo descentralizada.

Cada vez mais é imposta a necessidade de uma administração pública estreitamente ligada com a realidade que a circunda e capaz de reagir com a flexibilidade necessária às modificações que o sistema sofra, capaz de responder de modo dinâmico aos processos de transformação contínuos da sociedade.

O processo de transformação da sociedade moderna, sinteticamente indicado pelo termo “globalização” que está plasmando a sociedade em todos os seus aspectos – econômico, social, cultural e também organizativo – não podia deixar de influenciar a parte mais exposta da organização estatal: a administração pública. Com a finalidade de produzir um governo alargado e co-responsável com vários atores, que se concretiza através de novas modalidades de participação dos sujeitos interessados, estimulando o enfrentamento e a busca de solução integrada dos problemas.

A cooperação e a participação dos vários atores, portadores de interesse, na definição de políticas, programas, soluções apropriadas e comuns dos problemas ambientais, sociais e econômicos constituem o pressuposto necessário para favorecer o diálogo, aprofundamento, aprendizagem, co-responsabilidade, cidadania ativa e envolvimento nos processos de decisão no território.

Por este motivo, a capacidade de governança subentende modalidade e instrumentos através dos quais os diversos atores/sujeitos interessados resolvem e afrontam problemas sociais ou criam oportunidades sociais.

A atribuição descentralizada de funções administrativas aos atores locais e os positivos efeitos obtidos atualmente recorrendo-se aos instrumentos de negociação para a promoção do desenvolvimento dos sistemas locais têm certamente contribuído para reforçar a compreensão da governança como processo de gestão democrática do desenvolvimento.

Por esses motivos, na atualidade, falamos em governança, todavia, ainda nos esquecemos do equilíbrio que precisa existir entre governança e governo, entre as exigências de uma gestão comum dos processos e a capacidade da administração pública de governar tais processos.

Deve-se ter bem claro que não é concebível administrar eficientemente os processos de política econômica e dos seus efeitos sobre o território sem uma eficiente organização de governo (*government*). O debate parece ter valorizado a crucial consideração de que não pode existir uma governança sem um governo como também seria frágil existir um governo sem governança.

Uma boa governança, como salienta Minucci (2005), deve ser fundamentada em cinco princípios que constituem o fundamento da democracia e devem aplicar-se a todos os níveis de governo, quais sejam: princípio de abertura, de participação, de responsabilidade, de eficácia e de coerência. Princípios cujos significados podem assim ser sintetizados:

- a) Abertura: toda a instituição deve operar de modo aberto, adaptando-se para explicar aos cidadãos, com uma linguagem simples e acessível, os seus objetivos e as suas estratégias, um princípio que se investe de particular importância quando se quer fazer com que os cidadãos acreditem nas instituições;
- b) Participação: as instituições devem garantir maior simplicidade e acessibilidade aos procedimentos decisórios através de uma melhor informação sobre as atividades da instituição e, sobretudo uma nova metodologia de trabalho. Um estilo de governo que consentirá às instituições de fornecer respostas mais flexíveis relacionadas aos diversos interesses existentes, comuns e controláveis pelos sujeitos envolvidos;
- c) Responsabilidade: cada instituição deve assumir a sua responsabilidade na elaboração e atuação das políticas;
- d) Eficácia: as políticas devem ser eficazes, produzindo os resultados que delas se esperava, tendo por base, objetivos claros;
- e) Coerência: a coerência requer uma liderança política e um assumir de responsabilidades da parte das instituições, a fim de assegurar uma postura coerente no interior de um sistema complexo.

A passagem à *governança* constitui o afirmar-se de uma modalidade de intervenção que co-envolve um conjunto complexo de atores, baseados na flexibilidade, na colaboração (*partnership*) e na voluntariedade da participação (GOVERNA, 2000). A abertura a um número maior de atores é que possibilita assumir uma função e uma responsabilidade na elaboração de intervenções e de ações de interesse público. É a ação de governo desenvolvida através da mobilização efetiva de uma série de sujeitos que estão em condições muito diferentes em relação ao nível hierárquico (atores centrais, locais) e legal, mas que dão a solução para problemas enfrentados pela sociedade através da mobilização de seus aparatos político-administrativos (BALDUCCI, 1999 *apud* LAINO, 2000).

Bolcan Goldstein interpreta este processo como se fosse o movimento de um campo de fenômenos (relativos às organizações do Estado ou da administração pública) considerado como sistema ordenado hierarquicamente de entes, níveis, funções, a um sistema mais articulado e complexo, no qual agem mais atores, convivem mais modalidades, instituições e práticas de governo (hierárquico) e extra-governo (não hierárquico) (OFFE, 1984, *apud* BOLOCAN GOLDSTEIN, 2000, p. 124).

As políticas de desenvolvimento territoriais são chamadas a responder questões novas, são convocadas quase a transformar-se sob a pressão de novas exigências, em clara

contraposição com modalidades clássicas de intervenção. Para exprimir estas mudanças, muitas vezes se afirma que as políticas se configuram, mais em termos de *governança*, do que em termos de governo.

Para a implementação das políticas comunais obtidas por meio do processo de governança, são necessárias uma série de instrumentos, como é o caso do Pacto Territorial, já analisado e do Pacto de Rio (*Patto di Fiume* - in Italiano, *Contrat de Rivière* – in Francês) o qual analisaremos em seqüência como uma iniciativa que pode ser aproveitada na bacia hidrográfica do Rio Marrecas com a finalidade de gerir o território dessa bacia e contribuir para a manutenção de seus componentes naturais, ambientais, paisagísticos, sociais e culturais.

Salientamos aqui, que nossa intenção não é trazer uma receita pronta, para ser aplicada, mas trazer idéias para pensar e refletir, trazer uma alternativa um pouco diferente daquelas que temos no território nacional, alternativa esta que parta dos próprios interessados e de seus interesses para a busca de uma solução para os problemas relacionados ao uso indiscriminado da bacia.

### **7.3 Pacto de Rio (*Patto di Fiume*): reflexões que podem subsidiar a gestão e o desenvolvimento do território da bacia hidrográfica do Rio Marrecas**

Como vimos ao longo desse trabalho, os rios existentes na bacia hidrográfica do Rio Marrecas foram elementos importantes para a evolução do território e para o contínuo renovar-se dos seus componentes. A importância advém não somente da água como recurso essencial à vida, mas também do terreno e de outros componentes ambientais nele disponíveis, como é o caso das diferentes paisagens.

Sendo o rio um elemento importante para o desenvolvimento do território, nada melhor do que administrarmos o território tendo por base o rio e sua área de influência, ou seja, a bacia hidrográfica, porque um ambiente fluvial bem gerido permite a todos os que em sua área habitam viverem melhor. Desta maneira, o Pacto de Rio surge como uma forma de se

colocar a bacia hidrográfica no centro da política do território e da evolução da *comunidade* local.

O Pacto de Rio é um instrumento de governança amplamente difundido nos países de língua francesa e recentemente introduzido na Itália, na região da Lombardia, utilizado para atingir os objetivos estratégicos declarados e assumidos por uma determinada comunidade local (atores públicos e privados) em uma escala territorial de bacia hidrográfica, em matéria de qualidade da água (melhoramento da qualidade e quantidade de água superficial e subterrânea), recuperação da capacidade autodepurativa dos cursos de água naturais, gestão sustentável do ciclo integrado da água no território (proteção, reutilização e valorização da água como bem comum), segurança do território e redução dos custos de defesa do solo e gestão, manutenção da rede hidrográfica, requalificação ambiental, valorização da biodiversidade e reposição do ambiente fluvial, além da requalificação paisagística (GOVERNA, 2000).

O Contrato ou Pacto de Rio é a assinatura de um acordo entre os atores presentes e atuantes no território da bacia hidrográfica que permite adotar um sistema de regras nas quais os critérios de utilidade pública, rendimento econômico, valor social, sustentabilidade ambiental intervêm de modo igualitário na busca de soluções eficazes para a requalificação de uma bacia hidrográfica (definição do 2º *World Water Forum*).

Um Pacto de Rio é um processo voluntário em que atores públicos e privados se responsabilizam, cada um de acordo com suas capacidades, com o objetivo de conciliar os usos e as funções múltiplas dos cursos d'água, dos seus espaços e dos recursos hídricos da bacia, bem como procurar a requalificação e a valorização do curso d'água. É um instrumento que adquire um valor público, com a assinatura de um acordo de programa entre os atores privados que queiram aderir; pode tornar-se um lugar de formação de consenso (útil para os administradores públicos) e de participação (útil para os privados e para todos).

Os Pactos de Rio se configuram como instrumentos de programação negociada relacionada a processos de planejamento estratégicos para o planejamento das bacias hidrográficas. O adjetivo “estratégico” indica um percurso de co-planejamento no qual a metodologia e o percurso, em si, são divididos em etapas com todos os atores. Tais processos são finalizados quando se alcança a confecção de cenários de desenvolvimento durável (sustentável) da bacia elaborado de modo participativo, a fim que sejam comuns a todos.

O Contrato de Rio prevê a participação dos cidadãos e dos atores sociais interessados na gestão e em usufruir da bacia hidrográfica. Sendo assim, propõe-se criar e reforçar no tempo a participação e cooperação entre os atores, institucionais ou não e de reforçar a participação, a cooperação e negociação entre os representantes dos diversos interesses e no princípio da Liberdade (*sussidiarietà* - na língua italiana)<sup>59</sup>.

É um contrato, porque se configura como um acordo formal entre as partes que o assinam para a realização dos objetivos delimitados; e de Rio, porque todas as intervenções e as estratégias têm como objeto o curso de água e o território circundante, isto é, a bacia hidrográfica. O Contrato de Rio deve objetivar a tutela e a valorização dos recursos hídricos e dos ambientes conexos através da requalificação dos sistemas ambientais e paisagísticos e dos sistemas construídos presentes nos corredores ecológicos.

A característica inovadora de tal proposta, talvez seja a escolha de caminhar na direção ao *desenvolvimento horizontal*: a diferenciação dos sistemas territoriais requer um sistema de governança flexível, em condições de compor a nível local os conflitos e os interesses mediante processos negociáveis relativos a cada território fazendo dialogar os diversos instrumentos de programação das intervenções socioeconômicas com aqueles do planejamento territorial (GOVERNA, 2007).

A dimensão territorial de um Contrato de Rio é representada pela área de uma bacia hidrográfica, e pode interessar a um território de vários municípios ou mesmo estados. Não se deve empenhar em recuperar apenas o rio, mas sim todo o território da bacia considerando a geração de paisagens agradáveis.

A requalificação de uma bacia hidrográfica, na sua concepção mais ampla, precisa contemplar os aspectos paisagístico-ambientais. A elaboração de cenários futuros de desenvolvimento duradouro de bacias hidrográficas faz referência a processos duradouros de requalificação paisagístico-ambiental relacionados aos aspectos naturais do território e que ajudam a interpretar a história de ocupação e transformação desse território (MAGNAGHI, 1994). Esses elementos, sempre em relação uns com os outros, devem ser orientados na direção de objetivos comuns de requalificação através de processos participativos.

---

<sup>59</sup> O princípio da Liberdade ao qual nos referimos diz respeito ao princípio segundo o qual a intervenção do Estado deve ocorrer somente quando a sociedade, a família e o mercado não conseguem resolver os seus problemas.

Mas por que um Contrato<sup>60</sup> ou Pacto? Porque essa é uma forma considerada privilegiada para a requalificação das bacias hidrográficas. Essa escolha se configura como a interpretação dos valores expressos em protocolos internacionais, diretivas comunitárias, normas nacionais e regionais que requerem a união dos objetivos de buscar a qualidade das águas, segurança, qualidade paisagístico-ambiental e de ecossistemas, que são a base para a tomada de decisão em cada território.

Com a promoção do Contrato de Rio pretende-se atuar sobre a paisagem por meio de uma política de tutela do ambiente e de políticas mais amplas de gestão dos recursos paisagísticos ambientais agindo em múltiplos setores, tendo-se por base a gestão da bacia hidrográfica em sua totalidade:

- Proteção dos ambientes e belezas naturais;
- Proteção da água superficial e subsuperficial;
- Defesa dos solos;
- Proteção do risco hidráulico (contra a falta de água);

Os objetivos estratégicos devem ser discutidos e divididos igualmente entre os elaboradores do Pacto, os quais se empenham em coligá-los com a atuação ao longo do tempo, não individualizando os elementos do pacto, mas ao contrário, os coligando, a fim de obter, a eficácia das ações que foram definidas.

Os objetivos gerais de um Pacto de Rio são: melhoramento da qualidade das águas superficiais e subterrâneas; recuperação da capacidade auto-depurativa dos cursos d água; gestão sustentável, economia e reutilização da água no território; redução dos custos de recuperação dos solos; requalificação fluvial e renaturalização; requalificação paisagística e valorização da biodiversidade; **redução da poluição das águas; redução do risco de secas; requalificação dos sistemas ambientais e paisagísticos e dos sistemas relativos aos corredores fluviais; difusão das informações e da cultura da água (MAGNAGHI, 1994).**

Para alcançar esses objetivos, o Contrato de Rio (CdR), segundo Magnaghi (1994), deve se desenvolver através da definição de:

- Um cenário estratégico comum: isto é, uma visão estratégica de médio ou longo tempo, amplamente comum, do desenvolvimento local que se pretende

---

<sup>60</sup> Na Itália, o Contrato de Rio se insere em um contexto normativo representado pela Diretiva (norma) 2000/60, do Decreto Legislativo 152/06, da Lei 183/89, da lei 14/06 (que ratifica os princípios da convenção Européia sobre Paisagem), e da norma e regulamento regional quais sejam: a LR 12/2005 (sobre o governo do território), a LR 6/73 (sobre as obras hidráulicas), a LR 2/2003 (sobre a Programação Negociada), o PSR 2007/2013, (relativo à estratégia para a Convenção da Biodiversidade e sistemas de redes ecológicas).

alcançar (no que diz respeito à modelo socioeconômico, paisagem e qualidade de vida etc.) que compreende:

- Uma representação visível (cartograficamente);
- Um conjunto integrado de políticas/estratégias a serem desenvolvidas em conjunto com os demais agentes sociais.

**Os atores sociais e territorializantes que assinam o Contrato de Rio partilham do princípio que somente através de uma forte ação de todos os sujeitos da bacia, sejam esses públicos ou privados, podem inverter a tendência de degradação territorial/ambiental da bacia fluvial e perseguir adequadamente os objetivos de um desenvolvimento territorial. Por isso se empenham em operar em um forte quadro de valorização do princípio de solidariedade ativando todos os instrumentos úteis para o pleno alcance dos objetivos comuns.**

**A atuação do Contrato de Rio prevê, de acordo com Magnaghi (2007), o desenvolvimento de uma metodologia articulada em fase progressiva e se vale da ativação dos instrumentos elencados a seguir:**

1. **Construção de um quadro de conhecimentos seja de problemas ou virtudes ambientais, paisagísticos e territoriais, das políticas e dos projetos locais sobre os quais fundamentar as estratégias de intervenção;**
2. **Definição de um cenário estratégico de médio-longo período;**
3. **Elaboração e aplicação de um modelo de avaliação para a avaliação das políticas em execução ou a serem executadas (previstas);**
4. **Proposição de um programa de ações para a realização do cenário estratégico e para perseguir de modo integrado os objetivos comuns;**
5. **Uma aproximação de tal programa é constituída de um primeiro programa de ação, por meio do qual são estipuladas algumas ações já comuns com a finalidade de afrontar as emergências da bacia hidrográfica;**
6. **Elaboração e realização de um adequado plano de comunicação, formação e educação.**

**Os Contratos de Rio são instrumentos de programação negociada, profundamente relacionados aos processos de planejamento territorial ligados à requalificação das bacias fluviais. O processo que caracteriza os Contratos de Rio se baseia no co-planejamento, isto é, em um percurso que prevê um concreto co-envolvimento e uma substancial cooperação da parte de todos os atores. Esta relação**



**fundamentada no consenso e na participação permite concretizar cenários de desenvolvimento duradouros das bacias hidrográficas.**

### **7.3.1 Experiências italianas**

Em toda a Europa e particularmente na Itália são muitos os exemplos de aplicação do Pacto de Rio, muitos desses foram bem sucedidos e trouxeram vantagens para o território da bacia hidrográfica e para as comunidades que neles vivem.

Um bom exemplo da assinatura do Pacto de Rio na Itália é o caso da Região da Lombardia, onde se destaca Milão, como principal cidade. Essa região iniciou seus experimentos com o Pacto de Rio no ano de 2003, adotando-o como instrumento de política negociada e para a definição de estratégias destinadas à governança da água e à elaboração de um programa de uso e tutela da mesma.

Nesta região foram assinados três Contratos de Rio nas áreas fluviais com maiores problemas, em particular na bacia hidrográfica dos Rios Olona, Saveo e Lambro. Em primeiro lugar, esse Pacto visava harmonizar-se, com as diversas ações previstas pelas políticas regionais no que tange a busca da:

- Redução da poluição da água e dos riscos de seca;
- Requalificação dos sistemas ambientais e paisagísticos e da instalação de corredores ecológicos;
- Difusão da informação e da cultura da água;

A Lombardia foi a primeira região italiana a colocar em prática e experimentar a idéia do Contrato de Rio, o qual foi previsto pela Lei Regional n.26/2003, artigo 45. Nessa região, o Contrato de Rio se configura como um Acordo Quadro de Desenvolvimento Territorial (AQDT). Conforme definido pela Lei Regional n. 02/2003 “é um instrumento de programação regional e representa uma forma de atuação do Plano de Tutela da água”.

Os Contratos de Rio da Região da Lombardia passaram por três fases, a primeira, na década de 1990, relacionada aos altos riscos de crise ambiental e uma valorização ambiental

das bacias hidrográficas. A segunda fase, a partir do ano de 2002, representada pelo início da política regional específica baseada em experiências anteriores maduras e de sucesso. A terceira fase, a partir de 2004, caracterizou-se pela difusão do acordo “Contrato de Rio” com o financiamento de entidades públicas e privadas.

No Piemonte, onde se localiza Turim, a Diretiva Quadro 2000/60/CE convocou a população em geral (atores sociais) e administração pública para participarem da integração das políticas territoriais com aquelas ligadas à água e à conservação ambiental. O Decreto Legislativo nº 152 de 03 de abril de 2006 complementa a Diretiva Quadro 2000/60/CE no que tange à ação comunitária sobre as áreas territoriais das bacias hidrográficas e suas águas. Tais normas prevêm como ponto fundamental a participação ativa de todas as partes interessadas no plano de gestão da bacia hidrográfica (BALLARIN *et al*, 2008).

No ano de 2006 foi aprovado, na Região Piemonte, o desenvolvimento de uma atividade plurianual destinada à ativação de um “Contrato de Rio” e no mesmo ano iniciou-se outros quatro diferentes contratos em bacias hidrográficas com problemas ambientais críticos, a saber: Torrente Agogna (Província de Novara), Torrente Belbo (Província D’Asti), Torrente Orba, (Província de Alessandria) e Torrente Sangone (Província de Turim). Além destes, foi também assinado o Contrato de Lago relativo ao Lago di Viverone (BALLARIN *et al*, 2008).

O Contrato de Rio da Torrente (Rio) Sangone abrange uma área de 249 km<sup>2</sup> e 47 km de extensão. Inicialmente previu-se a busca de informações sobre a área da bacia, quer em campo ou em arquivos públicos e privados. A organização desses dados em tabelas e gráficos, bem como a elaboração de mapas procurando especificar nestes os problemas locais a serem enfrentados.

Em seguida, fez-se uma busca de interessados para afrontar tais problemas, os quais passaram a delimitar um Plano de Ação com a especificação das atitudes (ações) necessárias para a recuperação e requalificação do território da bacia. Uma vez delimitadas as prioridades de ação partiu-se em busca de fundos para a realização das primeiras intervenções da parte dos atores competentes envolvidos no processo.

Como base na análise que fizemos das experiências com o Pacto de Rio no território italiano foi-nos possível chegar à delimitação de alguns pontos fortes apresentados pelos Pactos Territoriais:

- ✓ Na adoção de uma dimensão reticular, horizontal, das relações entre os atores da administração pública e os outros atores locais. Essa dimensão se caracteriza pela

busca de um acordo e pela delimitação de um ator específico com condições de coordenar e gerir as intervenções, que possa emergir da cooperação social e que desta traga legitimação;

✓ Nas modalidades de busca dos recursos financeiros para a atuação dos projetos. A idéia é financiar aqueles projetos que tenham maior possibilidade de sucesso, o que representa um desafio para os dirigentes do Pacto;

✓ Na definição da área territorial que será o local de intervenção. A delimitação do território que será objeto do Pacto não pré-existe, mas é definida a partir dos problemas e dos interesses dos atores. Vem, assim, a constituir-se no perímetro de uma *comunidade* que tem interesse em uma política comunitária (*policy communitary*);

Sobre os pontos positivos aqui apresentados, há opiniões diferentes no que diz respeito à maturação dos métodos inovadores relativos à projeção da política territorial. A relação entre políticas de natureza estratégica e programas de investimento para o desenvolvimento territorial constitui-se num espaço de experimentação para novas pesquisas de planejamento, novos métodos de programação dos gastos e atuação na gestão e no desenvolvimento.

### 7.3.2 Experiência francesa

Em países europeus como a França e a Bélgica, existem experiências consolidadas e bem sucedidas de Contrato de Rio, baseados em leis nacionais que regulamentam a promoção de acordos voluntários para a requalificação e a valorização territorial integrada das bacias hidrográficas. Existem também experiências de Contratos de Rio transfronteiriças.

O instrumento Contrato de Rio, segundo Magnaghi (2007), foi instituído na França pela primeira vez no ano de 1981. O "*contrat de riviere*", como denominam os franceses, é um instrumento utilizado para se alcançar um conjunto de objetivos relacionados à qualidade de uma determinada área.

O objetivo inicial das instituições dos Contratos de Rio é de lutar contra a degradação da qualidade da água e, ao mesmo tempo, de procurar uma solução para a negligência dos proprietários ribeirinhos que deixaram de cuidar do rio.

Após o primeiro Contrato de Rio, assinado em 1983 (La Thur), foram assinados outros 15 contratos, que cobrem aproximadamente 15% do território nacional francês, e redigiu-se um Dossiê preliminar que compreende uma primeira definição dos objetivos e um programa de aprofundamento (MAGNAGHI, 2007).

A instituição destes Pactos deu-se em função de experiências positivas. No ano de 1992, a lei nacional francesa sobre a água introduziu o Contrato de Rio como instrumento de atuação dos programas de co-financiamento das ações de requalificação fluvial entre atores essencialmente públicos (MAGNAGHI, 2007).

Para chegar à redação inicial do Pacto de Rio, precisa-se constituir uma comissão promotora do Pacto de Rio a partir dos Assessores ou Secretários de Meio Ambiente de cada município aos quais se dá a responsabilidade de coordenar as atividades necessárias para a formação de um Comitê de Rio (de Bacia) e de um rascunho do acordo. O comitê promotor deve ser constituído no encontro inicial. Sua constituição deverá, obrigatoriamente, envolver secretários de meio ambiente e representantes da comunidade, associações ambientais e sociais (denominados de co-promotores).

O objetivo do primeiro encontro pode ser o de constituir o Comitê Promotor mediante a adesão dos participantes e a indicação de um representante do Comitê. Deve-se formar um núcleo operativo com diferentes representações. A fim de que os mesmos promovam as atividades do Comitê. No caso da bacia do Marrecas, é necessário envolver representantes de cada município, instituições públicas, privadas e ONGS atuantes tanto no espaço urbano como no rural.

O Comitê pode ser constituído em uma assembléia da qual participem todos os co-autores do Pacto. Do Comitê podem participar entidades locais, associações reconhecidas, representantes da sociedade civil, cidadãos ativos no território e que se empenham diretamente para alcançar os objetivos estratégicos. O comitê é um lugar de confronto democrático entre os diversos interessados e de conexão entre os objetivos estratégicos e as ações necessárias para a gestão do território da bacia hidrográfica.

Os Contratos de Rio já assinados e em andamento em países da Europa e, particularmente, na Itália, são muito heterogêneos entre si e a relação entre estes contratos e os processos de planejamento de bacias hidrográficas ainda é objeto de estudos e debates.

Apesar dos reconhecidos efeitos positivos dessas experiências, especialmente na construção de uma rede de participantes, na facilitação do diálogo entre as diversas instituições e na formação de uma “cultura do rio”, ainda existem várias dificuldades para a implementação de propostas dessa natureza. As dificuldades iniciais são enormes, porém com o tempo, os atores, expandindo as redes de participantes, tem seu trabalho facilitado e conseguem atingir resultados mais satisfatórios.

Como é sabido, existem exemplos de atuações bem sucedidas em territórios de bacias hidrográficas no Brasil, porém, muitas dessas atuações são no estilo *top down*, isso é, são pensadas e aplicadas pelos governos (Federal, Estadual ou Municipal), não partindo dos atores e agentes do território onde serão executadas, desta maneira, sugerimos que os atores existentes na bacia hidrográfica do Rio Marrecas, responsáveis pelas transformações ocorridas nela, pensem e discutam a possibilidade de desenvolver em conjunto uma proposta similar ao Pacto de Rio e conhecer o processo de transformação da paisagem da bacia é um importante subsídio para o planejamento e a gestão inter-municipal do seu território.

### **7.3.3 – Perspectivas de desenvolvimento territorial da bacia do Rio Marrecas através do Pacto de Rio**

Como vimos anteriormente, o Pacto de Rio é um acordo assinado por usuários ou atores/agentes socioeconomicos e ambientais da bacia que tem interesse em seu uso e em seu desenvolvimento, para isso “contratam” seus próprios serviços para buscar os meios necessários para a promoção desse desenvolvimento comum. Entendemos aqui, pela palavra desenvolvimento, toda e qualquer ação que promova melhorias em um determinado território. Estas ações podem envolver aspectos econômicos, sociais, ambientais e mesmo culturais que promoverão uma requalificação do território em questão.

Para a bacia hidrográfica do Rio Marrecas, os atores contratantes deveriam se preocupar com a análise e a busca de soluções para problemas relacionados a quatro diferentes temáticas: melhoramento do curso d'água principal, melhoramento do território adjacente ao rio principal da bacia e melhoramento do território localizado à média e longa distância do rio principal.

Acreditamos que, em um primeiro momento, antes de ser pensada a assinatura do Pacto, necessário se torna pensar na organização de um Comitê de Bacia ou Comitê promotor do Pacto de Rio. Este Comitê, já composto por atores sociais, é que auxiliará a estimular os atores a participar do Pacto de Rio.

Ações a serem realizadas na bacia do Rio Marrecas de intervenção e busca da requalificação as quais auxiliaram na conquista do desenvolvimento podem ser as seguintes:

#### **A) Ações para a requalificação do corpo hídrico principal – o Rio Marrecas**

Estas ações devem se preocupar com a recuperação do canal principal da bacia, no caso, o próprio Rio Marrecas, lembrando que para que muitas dessas ações tenham resultado é preciso ampliar a área de atuação para o restante dos canais da bacia. Para a área de estudo sugere-se as seguintes ações:

- a) Manutenção do fluxo mínimo: sabe-se que a qualidade das águas de um rio é diretamente dependente da quantidade, uma vez que o poder de depuração aumenta quanto mais água o rio tiver em seu leito, portanto, sugere-se agir no sentido de evitar os usos abusivos da água do Rio Marrecas. Acreditamos que ocorrerá a medida que todos os usuários da água participarem da rede de agentes do Pacto de Rio, particularmente a SANEPAR, representando os consumidores de água da área urbana, os industriais e os proprietários rurais que se utilizam das águas do Rio;
- b) Melhora da qualidade química da água: essas ações buscam a requalificação química da água, buscando dar um bom destino e tratamento aos efluentes domésticos e industriais;
- c) Melhora da qualidade física da água: essas ações devem procurar diminuir a quantidade de sedimentos e sólidos em suspensão nas águas, para isso deve trabalhar

no sentido de recuperar as áreas com processos erosivos nas proximidade do rio principal e seus afluentes, além da recuperação da mata ciliar;

- d) Busca da qualidade do leito: essas ações devem se preocupar com o acompanhamento ou monitoramento dos processos erosivos, de transporte e deposicionais ocorrentes no leito do rio Marrecas;
- e) Qualidade das barragens artificiais e lagos: essas ações devem prever o acompanhamento da qualidade das águas da barragens e lagos artificiais existentes na área da bacia e particularmente daqueles destinados ao tratamento de efluentes da suinocultura e da avicultura, como também dos tanques destinados a piscicultura;
- f) Continuidade ecológica: essas ações devem prever a criação de corredores ecológicos, por meio da preservação da mata ciliar ao longo dos rios e de reservas e parques ecológicos nas áreas de topo de morro e de vertentes íngremes;
- g) Melhora da qualidade da nevegação: o Rio Marrecas não comporta navegação na maior parte do tempo devido ao seu fluxo de água ser menor no verão, porém, essas ações podem buscar formas de normalizar o fluxo ou barrá-lo, permitindo assim a navegação de pequenas embarcações em alguns trechos, o que permitiria uma maior relação entre a sociedade e o rio e a realização de atividades desportivas em seu leito como natação e canoagem;
- h) Instalação de postos de controle e análise: essas ações permitiriam acompanhar a qualidade e a quantidade da água ao longo do tempo e permitiriam evitar problemas de enchentes, como as frequentes ocorrentes na foz do Córrego Lonqueador;

A Tabela 19 busca resumir as ações propostas relacionadas ao canal principal e sua requelificação e quais agente podem se envolver em cada ação. Salienta-se que outras ações podem ser tomadas e outros atores também podem ser envolvidos.

Tabela 19: Ações e Agentes para a requalificação do canal principal – o Rio Marrecas

<b>AÇÕES</b>	<b>AGENTES A SEREM ENVOLVIDOS</b>
Manutenção do fluxo mínimo	SANEPAR, IAP, usuários da água no meio rural e urbano
Melhora da qualidade química da água	Universidades (UNIOESTE, UNIPAR, CEFET), SANEPAR, Agricultores, industriais
Melhora da qualidade física da água	Universidades (UNIOESTE, UNIPAR, CEFET), SANEPAR, Agricultores, industriais
Busca da qualidade do leito	Universidades (UNIOESTE, UNIPAR, CEFET), SANEPAR, Agricultores
Qualidade das barragens artificiais e lagos	Piscicultores, avicultores, suinocultores, agricultores, Universidades (UNIOESTE, UNIPAR, CEFET), SANEPAR, EMATER
Continuidade ecológica	Secretarias de Meio Ambiente, IAP, SEMA, proprietários de terras às margens dos canais de drenagem;
Melhora da qualidade da navegação	Secretarias de Obras e viação, Secretarias de Meio Ambiente, IAP, SEMA, proprietários de terras às margens dos canais de drenagem;
Instalação de postos de controle e análise	Universidades (UNIOESTE, UNIPAR, CEFET), SANEPAR, IAP, Prefeituras, associação de moradores, etc.

## **B) Ações para a requalificação do território adjacente ao corpo hídrico principal – o Rio Marrecas**

Sugerimos que para a requalificação da área adjacente ao canal principal, isto é, o Rio Marrecas, sejam realizadas as seguintes ações:

- a) Renaturalização das margens: essas ações devem buscar a recuperação das áreas de margens por meio da reconstrução da cobertura vegetal, plantio de mudas, estabelecimento de áreas de bosques, etc.
- b) Acessibilidade de trilhas: a requalificação ambiental e paisagística da área da bacia levará à uma maior procura por trilhas e caminhos em bosques, parques e áreas rurais, dessa maneira, deve-se desde já pensar no estabelecimento de uma rede de trilhas, caminhos e circuitos e na garantia de acesso às mesmas para ciclistas e pedestres que



- desejarem percorrer as trilhas permitindo a ligação das margens dos rios por meio da construção de passarelas e pontes;
- c) Monitoramento das áreas de encostas: essas ações evitarão os desastres causados por desmoronamentos. Sugere-se para isso a realização de projetos de pesquisas por parte das universidades, a instalação de postos de monitoramento e o acompanhamento constante das ocupações dessas áreas;
  - d) Recuperação das áreas úmidas: ações que busquem a diminuição progressiva de toda e qualquer atividade humana ou obra de engenharia nas áreas alagáveis e/ou inundáveis, garantindo assim, a recarga das águas subterráneas;
  - e) Qualidade ecológica e funcional dos canais menores: ações e projetos que busquem garantir a limpeza dos canais de drenagem desobstruindo-os de detritos e depósitos de materiais e controlando os despejos (efluentes) não autorizados;
  - f) Qualidade da paisagem: ação de reconstrução dos valores típicos percebidos pela comunidade local com relação à paisagem da água. Tratamento de todos os pontos com maior criticidade, no que diz respeito à conservação paisagística;
  - g) Busca da qualidade e ampliação da produção orgânica: diminuirá o uso de agrotóxicos e adubos e melhorará a qualidade das águas superficiais e a saúde da população local;
  - h) Recuperação dos elementos históricos da bacia: atribuição de novas funções aos prédios abandonados, buscando incorporá-los no circuito econômico, social e cultural da bacia;
  - i) Recuperação das áreas de Pedreiras: recuperação e reabertura do Parque da Pedreira Mãe Natureza e de outros que venham a ser desativados, permitindo assim a realização de shows, cursos, construção de áreas de caminhada, rapel, etc;
  - j) Adoção de técnicas construtivas de menor impacto: ações no sentido de evitar o impacto das construções em áreas de preservação e em vertentes, de buscar e disseminar técnicas construtivas menos impactantes, como pintura ecológica, aproveitamento da água da chuva e da energia solar. Construções sem o corte das vertentes e sem desmatamento significativo, isso facilitará resgatar a imagem de sustentabilidade das áreas protegidas;

- k) Eliminação da poluição visual causada pelas construções: isso será alcançado por meio de técnicas que se utilizem de sistemas vegetacionais (cercas-vivas) para a eliminação de poluição visual;

A Tabela 20 busca resumir as ações e os agentes sugeridos para a requalificação do território localizado à média distância do canal principal. Salienta-se que outras ações podem ser tomadas e outros atores também podem ser envolvidos.

Tabela 20: Ações e agentes para a requalificação do território localizado à média distância do corpo hídrico principal – o Rio Marrecas

AÇÃO	AGENTE A SER ENVOLVIDO
Renaturalização das margens	Proprietários de terras localizadas às margens dos canais; IAP, Escolas, Universidades, SEMA, Secretarias Municipais de Meio Ambiente
Acessibilidade de trilhas	Engenheiros autônomos, agrônomos, biólogos, APAE, Escolas, Universidades
Monitoramento de áreas de encostas	Universidades, CEFET, Colégio Agrícola
Recuperação das áreas úmidas	IAP, Universidades, CEFET, Secretaria de Meio Ambiente
Qualidade ecológica e funcional dos canais menores	Engenheiros autônomos, Hidrólogos, Geógrafos, Biólogos, Comunidade ribeirinha
Qualidade da paisagem	Biólogos, agrônomos, geógrafos, Universidades
Busca da qualidade e ampliação da produção orgânica	Agricultores, ASSESSOAR, IAP, EMATER, INCRA, Secretaria da Agricultura
Recuperação dos elementos históricos da bacia	Secretarias de Cultura e Educação, Historiadores
Recuperação das áreas de Pedreiras	Secretarias de Cultura e Educação, empresas exploradoras das pedreiras,
Adoção de técnicas construtivas de menor impacto	Engenheiros Civis, Arquitetos, Geógrafos
Eliminação da poluição visual causada pelas construções	Arquitetos, biólogos

### **C) Ações para a requalificação do território localizado à longa distância do corpo hídrico principal – o Rio Marrecas**

Para que se alcance a requalificação da área localizada à longa distância do Rio Marrecas sugerimos a adoção de ações mais gerais e pouco particulares, dentre as quais sugerimos:

- a) Promoção da redução do consumo de água: ações que visem reduzir o consumo doméstico, industrial e rural de água e a adoção de uma política de não impermeabilização das áreas da bacia responsáveis pela recarga das águas subterrâneas;
- b) Valorização da água potável: promoção de ações no sentido de disseminar meios de purificação da água na zona rural e de controle do desperdício na área urbana;
- c) Formação de futuros agentes: ações relativas à sensibilização e pesquisa no interior das escolas, universidades e igrejas, para o crescimento de uma cultura do respeito à água;
- d) Ampliação e melhora das redes de distribuição de água e de coleta de esgotos: a requalificação da qualidade da água superficial depende da ampliação da rede de coleta e tratamento de esgotos inclusive para as áreas rurais geradoras de efluentes;
- e) Transformação da paisagem rural: sugere-se para a bacia do Rio Marrecas a substituição, pelo menos em parte, das culturas temporárias por permanentes, o respeito às áreas de preservação e o aumento da cobertura vegetal arbórea. Isso pode ser conseguido por meio da delimitação dos parques anteriormente citados;

A Tabela 21 resume as ações e os agentes sugeridos para a requalificação do território localizado à média distância do canal principal. Salienta-se que outras ações podem ser tomadas e outros atores também podem ser envolvidos.

Tabela 21: Ações e agentes para a requalificação do território localizado à longa distância do corpo hídrico principal – o Rio Marrecas

AÇÃO	AGENTE A SER ENVOLVIDO
Redução do consumo de água	SANEPAR, Escolas, População local, Igrejas, Associação de moradores
Valorização da água potável	SANEPAR, IAP, SEMA, Secretarias de Meio Ambiente, promotoria de meio ambiente
Formação de futuros agentes	Universidades, escolas, CEFET, ASSESSOAR, INCRA, Associação de moradores de Bairros, Igrejas
Ampliação e melhora das redes de distribuição de água e de coleta de esgotos	SANEPAR, Prefeituras
Transformação da paisagem rural	Agicultores, suinocultores, avicultores, IAP,

Neste momento, é importante salientar, que as ações aqui propostas não são, em sua totalidade, utilizáveis ou não utilizáveis para uma área como a bacia do Rio Marrecas, ou para uma outra qualquer, pois serão os agentes ou atores territorializantes que se reunirão e chegarão a um consenso no que diz respeito às necessidades existentes na sua área de atuação e quais as ações a serem tomadas para atender à essas necessidades.

Desta maneira, salientamos que outras ações podem ser inseridas e outros agentes associados ao processo de gestão participativa da bacia. Entretanto, acreditamos que as ações aqui destacadas promoverão a médio e longo prazo, o desenvolvimento do território da bacia do Rio Marrecas seja esse desenvolvimento econômico, cultural/social ou ambiental.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Julgamos indispensável elaborar apontamentos resgatando as principais avaliações e conclusões alcançadas ao longo do processo de pesquisa, mediante os objetivos propostos no início. Assim, optou-se por retomar, de forma sistemática e individual, cada uma das principais questões discutidas e estudadas, as quais são apresentadas a seguir:

### a) **Sobre os agentes territorializadores construtores do território e da paisagem**

Para que fosse possível a identificação dos agentes/atores territorializantes que atuaram na bacia do Rio Marrecas, foi necessário realizar um resgate histórico do processo de ocupação do espaço. Esse resgate histórico partiu da década de 1920 e estendeu-se até o ano de 2009, tornando possível identificar os agentes responsáveis pela territorialização do espaço da bacia em questão. Sendo assim, identificamos um conjunto significativo de agentes, os quais se destacam em períodos de curta ou média duração, dependendo do grau de influência que eles tiveram sobre o espaço e a sociedade.

Na década de 1920, quando se iniciou o processo de ocupação da bacia do Rio Marrecas e de todo o Sudoeste do Paraná, destaca-se como único agente a figura do Caboclo, que vivia da caça, da coleta, de pequenas hortas e que disputava o imenso espaço de que dispunham com os indígenas que por ali circulavam.

Na mesma época, devido aos litígios com a Argentina para estabelecer a posse definitiva das terras do Sudoeste do Paraná, o Governo Federal, na pessoa do Presidente Getúlio Vargas, destacou-se como importante agente territorializador da bacia do Rio Marrecas por conceder a Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (Brazil Railway Co.) a posse das glebas Missões e Chopim, que compreendiam todo o atual Sudoeste e parte do Oeste do Paraná, como pagamento pela construção da estrada de ferro homônima.

Na década seguinte, isto é, 1930, mais uma vez o Governo Federal se apresenta como agente territorializador do espaço em estudo, por rescindir os contratos com a Brazil Railway e pretender tomar posse das terras, porém, antes disso, a mesma foi passada para a BRAVIACO, que teve que disputar na justiça a posse das terras com o Governo Federal.

Já na década de 1940, o Governo Federal tomou de vez posse das terras anteriormente destinadas a Brazil Railway e às repassou a outro importante agente

territorializador do Sudoeste, a SEIPU, que ficou responsável por administrar e colonizar, com base em pequenas propriedades, as glebas Missões e Chopim.

A partir da década de 1940, começam a surgir no cenário histórico do Sudoeste e da bacia do Rio Marrecas, os *colonos* (descendentes de imigrantes italianos, poloneses e alemães), provenientes dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Foram esses migrantes os primeiros a se territorializarem efetivamente na bacia hidrográfica estudada, uma vez que eles demarcaram as primeiras “propriedades” para a criação de suínos, plantio de gêneros de subsistência e extração da erva-mate, abrindo as primeiras trilhas e picadas que ligaram Francisco Beltrão a outras regiões do estado e do Brasil.

Data também da década de 1940 o surgimento de outro importante agente territorializador, a CANGO, que tinha como incumbência substituir a SEIPU e realizar a efetivação da ocupação das terras do Sudoeste por meio da distribuição de terras aos *colonos* recém chegados. Esta última, porém, antes do encerramento de suas atividades, fez surgir no cenário outro agente territorializador de importância para o encaminhamento da história do Sudoeste, esse agente foi a CITLA que, por meio de José Rupp, recebeu a posse das terras e o direito de explorá-las comercialmente.

No início da década de 1950, o governo do Estado do Paraná promoveu a emancipação de cinco municípios no Sudoeste, inclusive, Francisco Beltrão, o que fez surgir no contexto local uma série de lideranças políticas e econômicas, como é o caso do empresário Ângelo Camilotti, que atuava no setor madeireiro.

Na área urbanizada da bacia – cidade de Francisco Beltrão, destacaram-se como agentes territorializadores, daquela época, Julio Assis Cavalheiro e Luiz Antonio Faedo, que compraram e lotearam as terras localizadas do lado direito do Rio Marrecas, vendendo-as aos migrantes que chegavam. Ângelo Camilotti, como Prefeito que foi entre 1956 e 1960, organizou o traçado urbano e contribuiu para a implementação de uma série de serviços públicos, além de abrir novas estradas e melhorar as já existentes.

A CITLA atuou na bacia do Rio Marrecas até meados de 1957 e, conjuntamente com as empresas COMERCIAL e a APUCARANA, forçava a compra das terras por parte dos posseiros que nela se instalaram. Naquela década os posseiros mostraram toda a sua importância como agentes territorializadores, por resistirem às pressões da CITLA, gerando o movimento que ficou conhecido como “Revolta dos Posseiros”.

Na década de 1960, surgem o GETSOP e o INCRA, o primeiro para distribuir e regularizar as terras que deveriam ter sido distribuídas pela SEIPU e, posteriormente, pela

CANGO e o segundo, para dar suporte técnico aos agricultores que ali tinham terras. O GETSOP foi quem efetivamente territorializou o Sudoeste, pois demarcou e mediu praticamente todos os lotes rurais e urbanos da área até o início da década de 1970, transformando-os em propriedades particulares. Em alguns casos, isso somente foi possível por meio do apoio dado pelo batalhão de infantaria do Exército Brasileiro, que se instalou na cidade de Francisco Beltrão no final da década de 1950.

Na cidade de Francisco Beltrão, margens da bacia do Rio Marrecas, a Prefeitura Municipal se destacava, na década de 1960, como importante agente territorializador, a partir da promulgação a lei de incentivo à industrialização. Na década de 1970, os agentes territorializadores na bacia do Rio Marrecas estiveram ligados ao que ficou conhecido como *revolução verde* e aos elementos da chamada modernização da agricultura, quais sejam: o Governo Federal, como incentivador da adoção das novas tecnologias e do aumento da produção agro-química, as entidades de assistência técnica, como a ACARPA, ASSESSOAR e EMATER, as empresas fabricantes de insumos químicos, equipamentos agrícolas, tratores e máquinas colheitadeiras.

Cabe destacar outros dois importantes agentes que se destacaram nesse momento histórico, o Banco do Brasil e as cooperativas agrícolas, que ofereciam empréstimos para a compra dos equipamentos e máquinas, e compravam a produção agrícola.

Na cidade, os agentes territorializadores eram o Legislativo e o Executivo beltronenses que passaram a estabelecer regras e normas para a ocupação e construção no espaço urbano. Em se tratando de construção do espaço, destacam-se as construtoras Empretec, Engebel, Construtora Dimavi, Construtora Mainardi, Incorporações Província e Construtora Sudoeste etc, além de um grande conjunto de proprietários, empreendedores e imobiliárias, que se destacam como importantes agentes territorializadores do espaço urbano. Neste mesmo espaço e mesma época evidenciam-se algumas indústrias aí instaladas como a Chapecó (Sadia), a Marel, a Camilotti, a Fregonese, estas três últimas madeireiras.

A estruturação do espaço urbano, a partir da década de 1970, com seqüência nas décadas de 1980 e 1990, teve a importante participação da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, da Caixa Econômica Federal e da COHAPAR, que delimitaram e construíram, em parceria, grande parte dos conjuntos habitacionais do espaço urbano beltronense, muitos deles nas margens do Rio Marrecas conforme demonstramos.

O Executivo beltronense destaca-se o longo da década de 1990 pela organização do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, no qual passou a estabelecer todas as normas de

uso do espaço urbano e o seu zoneamento. Essa foi uma das formas mais diretas de territorialização do espaço urbano da bacia do Rio Marrecas ocorrida na década de 1990, tendo como importante agente, a Prefeitura Municipal, que passou a direcionar a localização dos distritos industriais e dos equipamentos urbanos, bem como do próprio crescimento horizontal da cidade através da demarcação e construção de bairros habitacionais periféricos.

Na atualidade, anos 2000, é muito difícil enumerarmos os agentes territorializantes que estão em atuação, quer seja no espaço rural ou no urbano, da bacia do Rio Marrecas, pois estes são em grande número e atuam de forma diferenciada uns dos outros, o que traz uma complexidade significativa para o território e para as transformações na sua paisagem. A territorialização e as transformações na paisagem se processam aceleradamente, tornando-se de difícil acompanhamento e compreensão.

#### **b) Sobre as transformações na paisagem**

Após a análise dos principais agentes territorializadores que atuaram no território da bacia do Rio Marrecas ao longo do seu processo histórico de ocupação efetiva, nada mais coerente do que analisarmos também as transformações na paisagem da bacia instituídas por eles, compreendendo aspectos importantes do território de estudo, inicialmente coberto por uma floresta atlântica associada com mata de araucária. Pode-se afirmar que, no princípio de sua ocupação pelos caboclos, as transformações instituídas por estes não passavam de pequenas clareiras e trilhas. Com a chegada dos *colonos* a partir da década de 1940, as clareiras e trilhas foram transformadas em estradas e ruas.

Na década de 1950, começa a transformação da paisagem do espaço que viria a ser urbanizado, o desmatamento se intensifica e indústrias madeireiras se instalam para explorar a madeira nobre existente nas matas. A paisagem rural começa a se transformar intensamente e grandes clareiras surgem nas proximidades dos rios da bacia do Rio Marrecas, estendendo-se desde a foz destes até as suas nascentes e divisores de água.

Com a Revolta dos Posseiros e a regularização das terras por parte do GETSOP, os agricultores sentiram-se mais a vontade para explorar a terra como bem lhes conviesse, vendendo as matas para os industriais do ramo madeireiro. A institucionalização da propriedade privada da terra foi fundamental na apropriação do território e na intensificação das transformações provocadas na paisagem, diminuindo significativamente as áreas de mata nativa e aumentando as áreas de cultivo e pastagem.



Entre os anos 1960 e 1970, as transformações na paisagem da bacia se intensificam com a utilização dos implementos e máquinas agrícolas (tratores e colheitadeiras), e dos insumos (sementes selecionadas, defensivos e adubos químicos). Desta maneira, grandes áreas de mata nativa foram substituídas ao longo do processo por lavouras temporárias e permanentes, por pastagens e por reflorestamentos com *pinus* e *eucaliptus*.

Nessa mesma época intensifica-se o processo de industrialização no espaço urbano que se transforma, passando a apresentar a paisagem urbano-industrial. Muitas dessas indústrias contribuíram significativamente para a estruturação da cidade de Francisco Beltrão (única cidade localizada nas margens do Rio Marrecas) e para a atração de população.

Sendo assim, começam a surgir novos bairros, novos loteamentos e novos conjuntos habitacionais na paisagem urbanizada, muitos destes construídos por meio de parcerias firmadas entre a Prefeitura Municipal e outras instituições como a Caixa Econômica Federal, como já salientado.

Data também da década de 1970 o início do processo de verticalização na paisagem urbana com a construção dos primeiros edifícios no centro da cidade. Essa transformação da paisagem urbana intensificou-se ao longo das décadas de 1980 e 1990, e tomou novas formas nos anos 2000. A paisagem urbana verticalizada tornou-se cada vez mais presente.

Na década de 1980, com a intensificação da migração campo-cidade, a cidade de Francisco Beltrão expandiu-se horizontalmente em direção ao Norte, formando a “Cidade Norte”, na margem esquerda do Rio Marrecas e, verticalmente, por toda a cidade, mas principalmente no centro e nos bairros próximos, como o Vila Nova e o Industrial, na margem direita do Marrecas.

Nos anos 1990, com o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, a cidade toma novas características e a paisagem passa a contar com os distritos industriais e com as *zonas* de serviço e indústrias. O PDDU, definitivamente, direcionou a estruturação do território e da paisagem urbana a partir da década de 1990, estabelecendo as *zonas de ocupação* e impedindo a proliferação de indústrias em qualquer parte da cidade.

Nos anos 2000, a paisagem urbana passa a contar com a presença de condomínios fechados, loteamentos particulares, novos estabelecimentos de ensino superior, novas indústrias e parques públicos, como é o caso do Alvorada.

A partir desse momento, a paisagem urbana passa a se transformar muito rapidamente, dificultando a enumerar das transformações, uma vez que, as mesmas já

começam a ocorrer no espaço transformado anteriormente fazendo com que a paisagem considerada *velha* dê lugar à *nova*, aquela considerada moderna, dinâmica, atual.

No caso das transformações da paisagem no espaço rural, percebeu-se certa estabilidade a partir da década de 1980 e uma retomada das áreas cobertas por matas, especialmente por meio dos reflorestamentos. O empobrecimento de alguns agricultores e a migração destes para a cidade, bem como o surgimento de agroindústrias e de aviários na paisagem rural, talvez tenham relação direta com este fato. É importante ressaltar essa aparente estabilização das transformações na paisagem rural e o dinamismo assumido pelas transformações na paisagem do espaço urbano.

c) **Sobre a gestão do território da bacia hidrográfica do Rio Marrecas**

A análise realizada permite-nos verificar que os agentes territorializadores que atuaram e atuam no território da bacia hidrográfica do Rio Marrecas, o fazem ocupando o seu espaço e transformando a sua paisagem constantemente. No momento inicial da ocupação esses agentes eram em pequeno número e as transformações por eles instituídas de pequenas proporções, porém, na atualidade, o número dos agentes territorializantes cresce a cada dia e as transformações são mais intensas e rápidas, o que tem gerado uma série de impactos no ambiente.

A busca incessante de crescimento e desenvolvimento tem-nos feito esquecer que sociedade e natureza não estão separadas. O que nos leva a refletir sobre o tipo de sociedade que queremos e o tipo de desenvolvimento que queremos, a partir da sociedade em que vivemos e do território que organizamos todos os dias.

Assim, lançamos algumas idéias sobre a requalificação e a revalorização do território e da paisagem, por meio de uma gestão participativa do território da bacia em questão que reconheça a integração e interdependência existente entre a natureza e a sociedade, gerando uma espécie de “cultura do rio”. Essa gestão participativa do território, da natureza e da paisagem poderá ocorrer, na bacia hidrográfica do Rio Marrecas, por meio do Contrato de Rio, isto é, de um compromisso assinado pelos principais usuários e atores territorializantes existentes na bacia para recuperar e garantir a utilização da mesma para os novos usuários e atores que surgirão.

O Contrato de Rio pode contribuir para que os agentes territorializadores garantam uma co-existência entre diferentes grupos sociais, anseios e interesses, recuperando as áreas

degradadas e preservando as que não contêm impactos significativos. Além disso, esse tipo de contrato, por se basear na negociação e na cooperação, é mais eficiente que os tradicionais projetos de gestão, setoriais, para alcançar determinados objetivos. Os atores envolvidos nesse contrato devem partilhar do princípio que somente por meio da forte ação política é que se poderá inverter a atual tendência de transformação do território e da paisagem da bacia do Rio Marrecas.

A promoção do desenvolvimento, não necessariamente econômico, se dará por meio de ações pontuais e de dimensões maiores no território da bacia. A promoção da requalificação ambiental do território e de sua paisagem é que contribuirá para esse desenvolvimento atraindo investimentos e pessoas interessadas na qualidade de vida oferecida pela área da bacia. As ações a serem realizadas e os atores que deverão atuar não se restringem aos especificados no capítulo 7, até mesmo, porque, com o passar do tempo novos surgirão.

Enfim, encerramos nossa tese afirmando que a bacia hidrográfica, a nosso ver, pode ser considerada um território, onde agentes territorializantes atuam no sentido de ocupar o espaço e transformar a paisagem, disseminando nela as suas relações de poder. De forma que mesmo que existam territórios sobrepostos que extrapolem a bacia, como é o caso do município, da região ou estado, ela pode ser assim considerada, por possuir atores territorializantes próprios. Essa visão da bacia hidrográfica como um território permite-nos dar sugestões no sentido de geri-la como território. Sendo o Pacto de Rio um instrumento de gestão participativa do território, propomos algumas ações no sentido de promover a requalificação da bacia e conseqüentemente o seu desenvolvimento.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Transformações na vida camponesa: o Sudoeste paranaense**. São Paulo:USP, 1981. (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais).

ABSY, M.; ASSUNÇÃO, F. N. A.; FARIA, S. C. **Avaliação de Impacto Ambiental: agentes sociais, procedimentos e ferramentas**. Brasília: Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis, 1995.

ALMEIDA, J. R. de (org). **Planejamento Ambiental: caminho para a participação popular e gestão ambiental para o nosso futuro comum, uma necessidade, um desafio**. Rio de Janeiro: Thex Editora, 1993.

ALVES, A. F. *et al.* Paisagem, Espaço e Território. *In: Revista Formação*, nº 11, v. 1, 2004.

ALVES DOS SANTOS, R. **O processo de modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná**. Programa de Pós Graduação em Geografia, Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2008 (Tese de Doutorado).

ARBIX, G; ZILBOVICIUS, M. Por uma Estratégia de Civilização. *In: ARBIX, G; ZILBOVICIUS, M.; ABRAMOVAY, R. Razões e Ficções do Desenvolvimento*. São Paulo: Edusp/Editora da UNESP, (S/D).

AUGÉ, M. **Não-Lugar: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Trad. De Maria Lúcia Pereira. Campinas: Papyrus, 1994.

AUGÉ, M. **Pour une anthropologie des mondes contemporains**. Paris: Aubier, 1994.

BAGNASCO, A. Perché diventa importante l'analisi sociale territoriale, *In: Chiesta*, n° 46-47, 1980.

BALDUCCI, A. Le nuove politiche della governance urbana, *In: Território*, n° 13, 2000.

BALLARIN, S.; GUERRA, S.; ROTUNNO, T. Laboratorio RIVAdiPO: alchimie deliberative per lo sviluppo di un territorio fluviale – *In: BORELLI, G. (org) – Tracce di Governance: comunità e sviluppo locale nella Media Valle del Po*. Milão: Franco Angeli, 2008.

BECATTINI, G. Dal settore industriale al distretto industriale: alcune considerazioni sulla unità di indagine dell'economia industriale, *In: Rivista de Economia e Política Industriale*, n° 1, 1979.

BELTRAME, A. da V. **Diagnóstico do Meio Físico de Bacias Hidrográficas: modelo e aplicação**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994.

BERTRAND, G. Ecologie de l'espace géographique pour une science du paysage. *Soc. De Biogéographie*. Séance, v. 18, 1969.

BERTRAND, G. Paisagem e geografia física global – esboço metodológico. *In: Cadernos de Ciências da Terra*. São Paulo: USP/IG, n. 13, 1971.

BERTRAND, G. Ciência da paisagem, uma ciência diagonal na ciência da Paisagem. *In: Revista Geográfica dos Pinineus e do Sudoeste*, v. 42, 2, 1972.

BERTRAND, G. Entrevista com o professor Georges Bertrand. *In: Revista Geosul*. Florianópolis, v. 13, n. 26, 1998.

BETIOLE, A. M. & STIPP, N. A. F. Alguns tópicos essenciais sobre gestão Ambiental. *In: Ciência Geográfica*. Bauru. Vol. II – Vol. III (20), 2001.

BLAUT, J. M. Space as Process. *In: Professional Geographer*, vol. 13, 1961.

BOLOCAN GOLDSTEIN, M. Um lessico per le politiche urbane e territoriali. *In: Territorio*, n 13, 2000.

BOLOCAN GOLDSTEIN, M. **Urbanistica come regolazione locale. Nuovi sindaci, esperienze e stili di governo** – Milão: Dunod-Masson, 1998.

BOLOS I CAPDEVILA, M. Paisaje y ciência geográfica. *Estudios Geograficos*, Madrid, n 138-9, 1975.

BOLOS I CAPDEVILA, M. **Manual de ciência Del paisaje: teoria, métodos y aplicaciones**. Barcelona: Masson, 1992.

BONOMI, A. – Comunità artificiale; lê strategie degli attori nei patti territoriali, nelle coalizioni locali, per la coesione sociale – *In: DE RITA, G. e BONOMI A. – Manifesto per lo sviluppo locale. Dall'azione di comunità ai patti territoriali* – Turim: Bollati Boringhieri, 1998.

BONOMI, A. Intervento - *In: GOVERNA F. (2000), (Org.) Territorio e sviluppo locale. teorie, metodi, esperienze*, W. P. n.15, Turim: Dipartimento Interateneo Territorio, politecnico e Università di Torino, 2000.

BOZZANO, H. **Territórios reais, territórios pensados, territórios posibles: aportes para uma teoria territorial del ambiente**. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2000.

BRITO, F. A. & CÂMARA, J. B. D. **Democratização e gestão ambiental: em busca do desenvolvimento sustentável**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BROEK, J. & WEBB, J. N. A - **Geography of mankind**. Nova York: McGraw Hill, 1968.

BRUM, A. L. **Desenvolvimento regional: uma nova fase.** Disponível no site <<http://www.unijui.tche.br/decon/ceenma/Materiais>. Acessado em 04 de fevereiro de 2004.

BRUNEAU, M. – Dynamique des paysages et organization de l'espace dans l'aplaine de Sukhotai (Tailândia). **L'Espace Geographique**, Paris, n 3, 1973.

BRUNEAU, M. – Le concept de paysage – *In: Colloque geopoint*, 1, 1978, Avignin, Actes ... Avignin:[S. n], 1978.

BRUNET, R. - **Lê croquis de la géographie régionale et économique.** Paris: SEDES, 1962.

BRUNS, G. B. de. **Afinal, o que é gestão ambiental.** 2000. Disponível em <http://www.ambientebrasil.com.br>, acessado em 12/05/2003.

BRUSEKE, F. J. O Problema do desenvolvimento sustentável. *In: CAVALCANTI, C. (org.) Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável.* São Paulo: Cortez, 2001.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. Diretrizes de políticas públicas para o novo rural brasileiro: incorporando a noção de desenvolvimento local. *In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, 37, 2001, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu: SOBER, 2001, p. 47-57.

CASARIL, C. **Capital imobiliário e verticalização urbana em Francisco Beltrão – PR –** Monografia (Curso de Graduação em Geografia), Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004.

CASSETI, V. **Ambiente e Apropriação do Relevo.** 2. ed., São Paulo: Contexto, 1995.

CAVALCANTI, C. (org). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável.** São Paulo: Cortez, 2001.

CETRA, M. Uso do Índice de Integridade Biótica no gerenciamento de Bacia Hidrográfica. *In: SCHIAVETTI, A.; CAMARO, A. F. M. Conceitos de Bacias Hidrográficas. Teorias e Aplicações.* Ilhéus, BA: Editus, 2002.

CHRISTOFOLETTI, A. **Geomorfologia.** 2ª ed, São Paulo: Edgard Blücher, 1980.

CHRISTOFOLETTI, A. **Modelagem de sistemas ambientais.** São Paulo: Edgard Blücher, 1999.

CHRISTOFOLETTI, A. **Modelagem de sistemas ambientais.** 2ª ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2002.

CIGOLINI, A. A. **A fragmentação do território em unidades político-administrativas: análise da criação de municípios no Estado do Paraná.** Florianópolis: UFSC, 1999. Dissertação (Mestrado em Geografia).

CIGOLINI, A. A. Território e fragmentação: análise do processo recente de criação de municípios no Paraná. *In: RA'EGA: O Espaço Geográfico em Análise,* Curitiba: Ed. UFPR, n.5, 2001.

COIMBRA, J. A. **O outro lado do meio ambiente.** São Paulo: CETESB, 1985.

CORRÊA, R. L. Cidade e Região no Sudoeste Paranaense. *In: Revista Brasileira de Geografia,* n° 32, 1970.

CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito-chave da geografia. *In: CASTRO, I. et al (orgs). Geografia: conceitos e temas.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Zeny. Apresentando Leituras sobre Paisagem, Tempo e Cultura. *In: CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org) Paisagem, Tempo e Cultura.* Rio de Janeiro: EdUERJ, 1995.



CROSTA, P. L. (org) – **La Produzione sociale del piano** – Milão: Franco Angeli, 1984.

CUNHA, L. H. & COELHO, M. C. N. Política e gestão Ambiental. *In: A questão Ambiental: diferentes abordagens.* CUNHA, S. B. da & GUERRA, A. J. T. (org). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CUSMANO, M. G. **Il território della pianificazione**, Città e Società, n° 5, 1983.

DAMIANI, A. L. **O Espaço no fim de Século: a nova raridade.** São Paulo: Contexto, 1999.

DARDEL, E. **L’homme et la Terre: nature de la réalité géographique.** Paris: PUF, 1952.

DELGADO, G. C. A Questão Agrária no Brasil, 1950-2003. *In: Questão Agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual.* São Paulo: INCRA, 2005.

DEMATTEIS, G. **Contingenza ambientale e ordine econômico: lo sviluppo locale in una prospettiva geografica.** Anais da XXV reunião Científica Anual da Sociedade Italiana de Economistas, Roma, Novembro de 1984.

DEMATTEIS, G. **Lê metafore della Terra. La geografia humana tra mito e scienza.** Milão: Feltrinelli, 1985.

DEMATTEIS, G. **Lê metafore della Terra. La geografia humana tra mito e scienza.** 7ª ed, Milão: Feltrinelli, 1995.

DENTE, B. Amministrazione Pubblica – *In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. – Il Dizionario di Politica,* Turim: UTET, 2004.

DENTE, B. **Governare La frammentazione. Stato, regioni ed enti locali in Italia,** Bologna: Il Molino, 1985.

DENTE, B. **Scenari istituzionali per l'evoluzione delle Autorità di bacino**. material de aula digitado, 1994.

DIEGUES, A. C. **O Mito Moderno da natureza Intocada**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

EDUARDO, M. F. **A Dinâmica Territorial das Agroindústrias Artesanais de Francisco Beltrão/PR**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Geografia), Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2008.

ENGELS, F. **Anti-Dühring**. 3ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

ENGELS, F. **A dialética da natureza**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FARIA, V. E. **Divisão Social do trabalho, especialização e crescimento urbano: o caso da macrometrópole paulista**. São Paulo: ABEP, 2001.

FERREIRA, D. A. de O. **Mundo rural e geografia - Geografia agrária no Brasil: 1930-1990**. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.

FERRETTI, E. R. **Diagnóstico Físico-Conservacionista – DFC da Bacia do Rio Marrecas – Sudoeste do Paraná**. Dissertação (Mestrado em Geologia) Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1998.

FISCHER, G-N. **Espace Industriel et Liberte, l'autogestion clandestine**. Paris: PUF, 1980.

FOLADOR, J. D. **História de Coronel Vivida**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 1992.

FORZI, F. La teoría marshalliana para explicar el Desarrollo Local. *In*: GUTIÉRREZ, Fermín Rodríguez (Org). **Manual de Desarrollo Local**. Oviedo: Ediciones Trea/S.L, 2001.

FREEMAN III, A. M. **The Economic Approach to Environmental Policy**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, 2000.

FROLON, I. **Interpretación Marxista – Leninista del problema ecológico. La sociedad y el medio natural**. Moscou: Editorial Progresso, 1983.

GARAFOLI, G. & GEROLDI, A. (orgs). **La Brianza tra crisis e sviluppo**, Milão: Franco Angeli, 1986.

GATTI, F. Território e sviluppo del locale il micro sistema territoriale. *In*: MAGNAGHI, A. (org). **Il Territorio dell'Abitare: lo sviluppo locale come alternativa strategica** – 3ª edição, Franco Angeli: Milão, 1994.

GOMES, M. F. V. B; TURRA NETO, N. **A leitura da paisagem como proposta metodológica para o ensino de geografia**. Texto produzido para curso aos professores da rede pública. Não publicado. Guarapuava: UNICENTRO, 2005.

GONÇALVES NETO, W. **O Estado e a agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960 – 1980**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

GONÇALVES, C. W. P. **Notas para uma interpretação não-ecologista de problema ecológico**. *In*: **Geografia: teoria e crítica. O saber posto em questão**. Petrópolis: Editora Vozes. 1982.

GOTTMAN, J. **La Politique des États et sa Géographie**. Paris: Armand Colin, 1952.

GOTTMAN, J. **The significance of Territory**. Charlottesville: University Press of Virginia, 1973.

GOTTMAN, J. **The Evolution of the Concept of territory**. *In*: *Social Science Information*, 14 (3-4), 1975.

GOVERNA, F. (org). **Território e sviluppo locale: teorie, metodi, esperienze**. Working Papers n° 15, Dipartimento Interateneo Territorio, 2000.

GOVERNA, F. **Il Milieu urbano: l'identità territoriale Nei processi di sviluppo** – 7ª edição, Milão: Franco Angeli, 2007.

GRAZIANO DA SILVA, J. Do Complexo Rural aos Complexos Agroindustriais. *In*: GRAZIANO DA SILVA, J. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. Campinas: UNICAMP/IE, 1996.

GÜNZ, S. **Immanence and Deterritorialization. The Philosophy of Gilles Deleuze and Felix Guatarri**. Revista Paideia, Disponível em [www. bu.edu/wcp/Papers/Cont/ContGunz.htm](http://www.bu.edu/wcp/Papers/Cont/ContGunz.htm), (s/d).

GUERRA, A. T. **Dicionário Geológico Geomorfológico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

GUIMARÃES, E. M. A. **Trabalhos de campo em bacias hidrográficas: os caminhos de uma experiência em educação ambiental**. Dissertação (Mestrado em Geociências), Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1999.

GURISATTI, P. O nordeste italiano: nascimento de um novo modelo de organização industrial. *In*: URANI, André; COCCO, Giuseppe; GALVÃO, Alexander Patez (Org.). **Empresários e Empregos nos novos territórios produtivos. O caso da terceira Itália**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HAESBAERT, R. Des-territorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. CASTRO, GOMES e CORRÊA (orgs). *In*: **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

HAESBAERT, R. **Des-Territorialização e Identidade: a rede gaúcha no Nordeste**. Niterói: EdUFF, 1997.

HAESBAERT, R. Des-Caminhos e Perspectivas do Território. *In*: RIBAS, A. D., SPOSITO, E. S. & SAQUET, M. A. **Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004.

HEIDRICH, A. L. **Além do Latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

HEIDRICH, A. L. Território, integração socioespacial, região, fragmentação e exclusão social. *In*: RIBAS, A. D., SPOSITO, E. S. & SAQUET, M. A. **Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004.

IANNI, O. Nação e Globalização. *In*: SANTOS, M. *et al.* **Fim do Século e Globalização**. São Paulo: Hucitec-ANPUR, 1993.

IBGE. IX **Recenseamento Geral do Brasil**. 1980, CENSO AGROPECUÁRIO. Fundação Instituto Brasileiro de geografia e Estatística – V. 2, Tomo 3, Nº 20, IBGE: Rio de Janeiro, 1983-1984.

ISNARD, A. **Lo spazio geografico**, Milão: Franco Angeli, 1982.

JOHNSTON, R. J.; GREGORY, D.; SMITH, D. M. **The dictionary of human geography**, 2a ed, Oxford: Blackwell, 1994.

KOSIK, K. **Dialética de lo Concreto, Estúdio sobre los Problemas del Hombre y el Mundo**, México, Grijalbo, 1967.

KRUGER, N. **Sudoeste do Paraná: história de bravura, trabalho e fé**. Curitiba: Posigraf, 2004.

LAINO, G. Il programma URBAN in Italia. *In*: JANIN-RIVOLIN, U. (org). **Le politiche territoriali dell'Unione Europea. Esperienze, analisi, riflessioni**. Milão: Franco Angeli, 2000.

LANNA, A. D. L. **Gerenciamento de Bacias Hidrográficas: aspectos conceituais e metodológicos**. Brasília: IBAMA, 1995.

LATOUR, B. La Science en Action. *In: Science en Action. How to Follow Scientist and Engineers Through Society*. Cambridge: Harvard University Press, 1989.

LATOUR, B. **Nous n'avons jamais été modernes, essai d'anthropologie symétrique**, Paris: La Découverte, 1991.

LAZIER, H. **Paraná: terra de todas as gentes e de muita história**. Francisco Beltrão: Grafitec, 2003.

LAZIER, H. **Análise histórica da Posse da Terra no Sudoeste Paranaense**. Francisco Beltrão: Grafitec, 1997.

LEFEBVRE, H. **La Production de L'Espace**. Paris: Anthropos, 1974.

LEFEBVRE, H. **Lógica formal, lógica dialética**. 5ª ed, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

LEITE, M. A. F. P. **Destrução ou Desconstrução ?**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

LEME, R. C. B.. **As Transformações históricas da paisagem na microbacia do Ribirão dos Guachos – Oeste Paulista**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Presidente Prudente:UNESP, 1999.

LORANDI, R.; CANÇADO, C. J. Parâmetros Físicos para gerenciamento de bacias hidrográficas. *In: SCHIAVETTI, A. & CAMARGO, A. F. M. Conceitos de bacias Hidrográficas: teorias e aplicações*. Ilhéus: Editus, 2001.

MACHADO, L. M. C. P. **A Serra do mar paulista: um estudo de paisagem valorizada**. Tese (Doutorado em Geografia), Rio Claro: UNESP, 1988.

MAGNAGHI, A. (org). **Il Territorio dell'Abitare: lo sviluppo locale come alternativa strategica**. 3ª ed., Milão: Franco Angeli, 1994.

MAGNAGHI, A. (a). **Il progetto locale**. Turim: Bollati Boringhieri, 2000.

MAGNAGHI, A. (b). Intervento, *In*: GOVERNA, F., (org) **Territorio e Sviluppo Locale. Teorie, metodi, esperienze**, Working Paper, n° 15, Turim: Dipartimento Interateneo Territorio, politecnico e Università di Torino, 2000.

MAGNAGHI, A. (Org) – Presentazione – *In*: MAGNAGHI, A. (Org) – **Il Territorio degli abitanti: società locale e autosostenibilità**, Milão: Dunod, 1998.

MAGNAGHI, A.- **I contratti di fiume: una lunga Márcia verso buone forme integrate di pianificazione territoriale** – palestra proferida no IV Congresso Nazionale Del Po, Piacenza, novembro de 2007 (publicado como documento digitado pela Autoridade de Bacia do Po), 2007.

MARSHALL, A. **Principles of Economics**. 8ª edição, Londres: Macmillan, 1920.

MAY, P. H. Avaliação integrada da economia do meio ambiente: propostas conceituais e metodológicas. *In*: ROMERO, A. D.; REYDON, B. P.; LEONARDI, M. L. A., (orgs) **Economia do meio ambiente: teorias, políticas e a gestão de espaços regionais**. Campinas: UNICAMP, 1998.

MINUCCI, F. **L'evoluzione Del Governo Del Territorio e dell'Ambiente: dalla lógica dei comandi alle logiche condivise**. Turim: UTET, 2005.'

MOLES, A. A. **Sociodinâmica da Cultura**. São Paulo: Edit. da Universidade de São Paulo, 1974.

MONTEIRO, C. A. F. **Clima e excepcionalismo**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1991.

MONTEIRO, C. A. F. **Geossistemas: a história de uma procura**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2000.

MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. da. **Geografia Crítica: a valorização do espaço**. 1ª ed, São Paulo: Hucitec, 1987.

MOREIRA, P. Geografia, ecologia e Ideologia: “a totalidade homem-meio” hoje (Espaço e processo de trabalho). *In: Geografia: teoria e crítica. O saber posto em questão*. Petrópolis - RJ: Editora Vozes. 1985.

ORTOLAN, A. A. **Francisco Beltrão-PR: espaço de representação e poder** – Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós Graduação em Geografia, Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2006.

PAIXÃO, R. A. Geografia e Meio Ambiente. *In: Geografia: teoria e crítica. O saber posto em questão*. Petrópolis - RJ: Editora Vozes. 1982.

PARKES, D. & THRIFT, N. **Time, Spaces and Places: A Chronogeographic Perspective**. Toronto: John Wiley & Sons, 1980.

PASSOS, M. M. dos. **Biogeografia e Paisagem**. Maringá: Editora da UEM, 2003.

PASSOS, M. M. **Teledeteção aplicada ao estudo da paisagem: sudoeste do Mato Grosso**. Tese de Livre Docência (Pós-Doutorado), Programa de Pós Graduação em Geografia, Presidente Prudente: UNESP, 1997.

PEREIRA, L. B. **O Estado e as transformações recentes na agricultura Paranaense**. Tese de Doutorado, Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1987.

PERROUX, F. Note sur la notion de pôle de croissance. *In: Économie Appliquée*, n° 7, 1995.



PICCIRILLO, E. M. & MELFI, A. J. **The Mesozoic flood volcanism of the Paraná Basin: petrogenetic and geophysical aspects**. São Paulo: USP / IAG, 1988.

PIRES, J. S. R.; SANTOS, J. E. dos; DEL PRETITE, M. E. A utilização do conceito de bacia hidrográfica para a conservação dos recursos naturais. *In*: SCHIAVETTI, A. & CAMARGO, A. F. M. (orgs). **Conceitos de bacias hidrográficas: teorias e aplicações**. Ilhéus: Editus, 2002.

QUAINI, M. **Marxismo e Geografia**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra. 1979.

QUEAU, P. Des Vies de Forme. *In*: **Milieux** n°30, (S/L), 1987.

QUINCAS, M. L. **O Embasamento da Bacia do Paraná: reconstrução geofísica de seu arcabouço**. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1995.

RAFFESTIN, C. **Per una geografia del potere**. Milão: Unicopli, 1981.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, F. Geografia do Homem (Antropogeografia). *In*: MORAES, A. C. **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990.

RODRIGUEZ, J. M. M. *et al.* (org). **Geocologia das Paisagens; uma visão geossitêmica da análise ambiental**. Fortaleza: Editora UFC, 2004.

ROSENAU, J. N.; CZIEMPIEL, E. O. - **Governance without Government: order and change in world politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

SALONE, C. **Il território negoziato: strategie, colaizioni e “patti” nelle nuove politiche territoriali**. Firenze: Alinea, 1999.

SALONE, C. Il Territorio Nelle politiche: reti di soggetti, risorse localizzate e vantaggi competitivi nei processi di sviluppo locale. *In*: DEMATTEIS, G. & GOVERNA, F. **Territorialità, sviluppo locale, sostenibilità: Il modelo SLoT** – Milão: Franco Angeli, 2005.

SANTOS, D. **A Reinvenção do Espaço: diálogos entorno da construção do significado de uma categoria**. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.

SANTOS, M. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método. *In*: **Boletim Paulista de Geografia**, nº 541, São Paulo: AGB-SP, 1977.

SANTOS, M. **Espaço e Sociedade (ensaios)**. 2ª ed., Petrópolis: Vozes, 1982.

SANTOS, M. **Pensando o Espaço do Homem**. 2ª ed., São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 2.ed. São Paulo: Hucitec. 1997.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 7ª edição, São Paulo Hucitec, 2002.

SAQUET, M. A. **Os Tempos e os territórios da Colonização Italiana**. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

SAQUET, M. A. O Território: diferentes interpretações na literatura italiana. *In*: RIBAS, A. D., SPOSITO, E. S. & SAQUET, M. A. **Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004.

SAUER, C. O. A Morfologia da Paisagem. *In*: CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org) **Paisagem, Tempo e Cultura**, Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SAUER, C. The morphology of landscape. *Publications in Geography*, Berkeley, v. 2, 1925.

SILVA, A., B. da. Paisagem: considerações teórico-metodológicas. **Revista Vivência**, CCHLA/UFRN, Natal. V. 11, 1997.

SILVA, A. C. da. **De quem é o Pedaco? Espaço e Cultura**. São Paulo: Hucitec, 1986.

SILVA, C. A. da. **Variabilidade das Chuvas na Bacia do Rio Corumbataí e implicações no consumo e na qualidade das águas do município de Rio Claro**. Dissertação (Mestrado em Geociências), Rio Claro: Universidade Estadual paulista, 1999.

SILVA, J. B. da. Espaço e Contradições. *In* DAMIANI, A. L., CARLOS, A. F. A., SEABRA, O. C. de L. (orgs) **O Espaço no fim do Século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999.

SILVA, J. G. de. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP, 1996.

SIMÕES, R. **Variabilidade, fragilidade e dinâmica da paisagem em área de transição urbano-rural**. Tese (Doutorado em Geografia), São Paulo: USP, 1996.

SOTCHAVA, V. **O estudo dos geossistemas. Métodos em questão**. IGEOG/USP, 1975.

SOTCHAVA, V. B. **O estudo de geossistemas**. São Paulo: IGEOG/USP, 1977.

SOUZA, M. L. de. O Território: sobre espaço e Poder, autonomia e desenvolvimento. *In*: CASTRO, I.; GOMES, P.; & CORRÊA, R. (orgs). **Geografia: conceitos e temas**. RJ: Bertrand Brasil, 1995.

SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SPOSITO, E. S. Sobre o Conceito de Território: um exercício metodológico para a leitura territorial do Sudoeste do Paraná. *In*: RIBAS, A. D., SPOSITO, E. S. & SAQUET, M. A. **Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004.

STHALER, A. **Geografia Física**. Barcelona: Macgraw-Hill, 2000.

STROH, P. Y. As ciências sociais na relação interdisciplinar do planejamento ambiental para o desenvolvimento sustentável. *In*: CAVALCANTI, C. (org). **Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, 2001.

SUERTEGARAY, D. M. A. **Trajetória da natureza: um estudo geomorfológico sobre os Areais de Quaraí – RS**. Tese (Doutorado em Geografia), São Paulo: USP, 1987.

TRICART, J. **Ecodinâmica**. Rio de Janeiro: IBGE/SUPREN, 1977.

TROPPEMAIR, H. **Sistemas, Geossistemas, Geossistemas Paulistas, Ecologia da Paisagem**. Rio Claro: Divisa, 2004.

TROPPEMAIR, H. **Biogeografia e Meio Ambiente**. 6. ed. Rio Claro: Divisa, 2004.

TROPPEMAIR, H. **Biogeografia e Meio Ambiente**. 7. ed. Rio Claro: Divisa, 2006.

TUNDISI, J. G. *et al.* A utilização do conceito de bacia hidrográfica como unidade para atualização de professores de Ciências e Geografia: o modelo Lobo (Broa) - Brotas/Itirapina. *In*: \_\_\_\_\_. (Org.) **Limnologia e manejo de represas**. São Carlos: USP, 1988.

TUNDISI, J. G. Novas perspectivas para a gestão de recursos hídricos. **Revista USP**, São Paulo, nº 70, 2006.

TUNDISI, J. G. **Roteiro de excursão à bacia hidrográfica do ribeirão do Lobo e à represa do Lobo (BROA)**. São Carlos: CDCC-USP, 1996. (Projeto EDUC@R. Educação Ambiental através do estudo de bacia hidrográfica e qualidade da água).

TURCO, A. **Verso uma teoria geográfica della complessità**. Milano: Unicopli, 1986.

ULLMANN, E. L. **Ecology and Spatial Analysis - a comment on the James D. Clarkson article published in the A.A.A.G.**, vol. 60, 1970, *In: Annals of the Association of American Geographers* 2, vol. 63, june 1973.

VEIGA, J. E. **Ciência Ambiental: primeiros mestrados.** São Paulo: Annablume: FAPESP, 1998.

VICENTE, L. E.; PEREZ FILHO, A. Abordagem Sistêmica e Geografia. Rio Claro: *In: Revista Geografia*, v. 28, n<sup>o</sup> 3, set/dez.2003.

VIEIRA, P. F. Meio ambiente, desenvolvimento e planejamento. *In: VIOLA, E. J. et al. Meio Ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais.* São Paulo: Cortez, 1995.

VILHENA, V. de M. **Progresso: história Breve de uma Idéia.** Lisboa: Editorial Caminho, 1979.

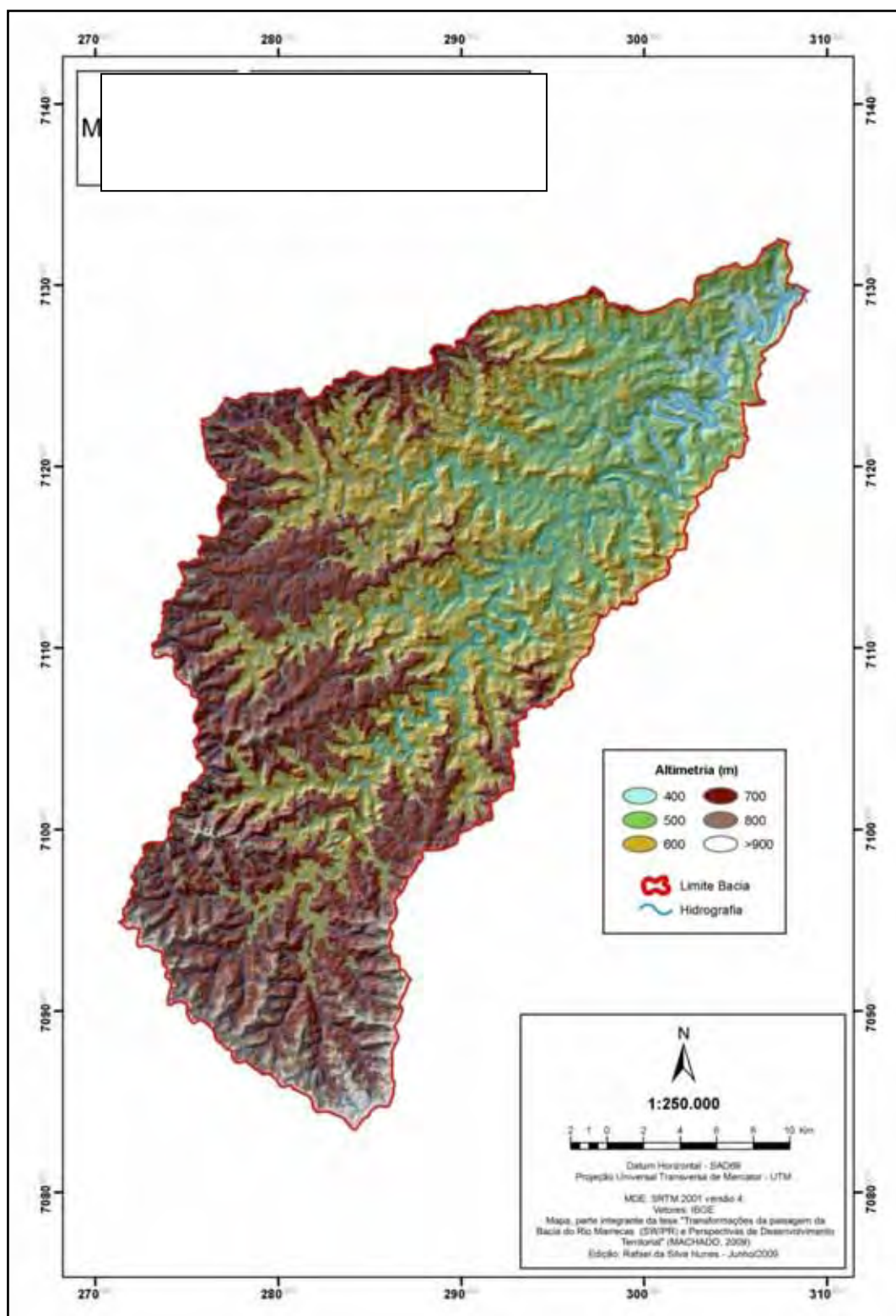
WACHOWICZ, Ruy. **Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização.** Curitiba: Ed. Literotecnica, 1985.

YAZIGI, E. A importância da Paisagem. *In YÁZIGI, Eduardo (org). Paisagem e Turismo.* São Paulo: Contexto, 2002.

ZALÁN, P. *et al.* Tectônica e Sedimentação da Bacia do Paraná. *In: III SIMPÓSIO SUL BRASILEIRO DE GEOLOGIA.* Curitiba: Atas ... Curitiba: SBG – Núcleos PR, SC e RS, v.1, 1987.

ZONNEVELD, I. S. **Land ecology. An introduction to landscape ecology as a base to land evaluation, land management and conservation.** Amsterdam: S. P. B. Academic Publishing, 1986.

## ANEXOS



ANEXO 01: Mapa Hipsométrico da bacia do Rio Marrecas

## ANEXO 02

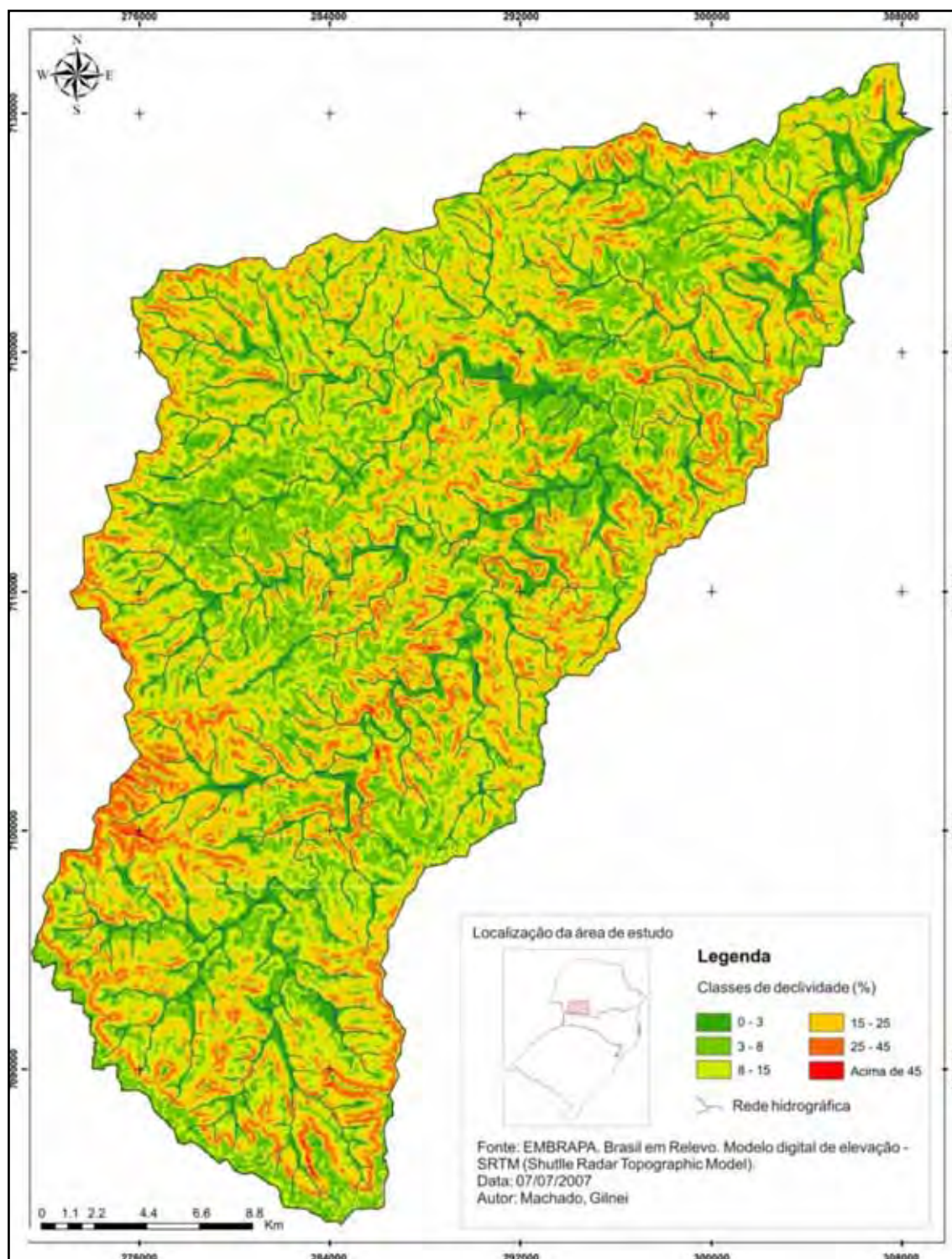
## ROTEIRO PARA TRABALHO DE CAMPO NA BACIA RIO MARRECCAS

Aonde ir: em cada município – selecionar as propriedades de acordo com as unidades de relevo (áreas acidentadas e áreas mais planas).

1. Nome?
2. Município:
3. Linha/ localidade:
  
4. De onde veio? Onde nasceu?
5. Quando veio para cá?
6. A quanto tempo mora nesta propriedade? Sempre morou aqui?
7. Como era o lugar quando o Sr. (a) aqui chegou?
  
8. Tinha muitas árvores? Tinha muitos bichos? Quais? Dava para caçar? e hoje?
9. Como era o clima? Era mais frio ou mais quente que hoje? Mudou alguma coisa daquele tempo para cá?
  
10. Vocês tiveram muitas dificuldades para chegar até aqui?
11. Como eram as estradas? Que veículo usavam?
12. O que vocês tiveram que fazer para poder plantar na terra?
13. Que instrumentos vocês utilizavam para poder plantar?
  
14. O que faziam com a madeira?
  
15. De onde vocês tiravam água para beber? Continuam usando a mesma fonte? Se não ... por que?
  
16. Tem algum rio aqui perto? Notou alguma modificação neste rio ao longo destes anos? (diminuição da quantidade de água, assoreamento, etc)?
  
17. Quando chegou aqui tinha vegetação ao longo do rio? E agora, ainda tem?
  
18. O que as pessoas da região fazem com o esgoto e o lixo?
  
19. Tem ônibus que liga a região ao centro da cidade? e antigamente? Como faziam para ir ao centro?
  
20. Vocês usam tratores?
  
21. Máquinas para plantio e colheita?
  
22. Tem carro ou caminhão?



23. Como fazem para adquirir o combustível?
24. Quando foi instalada a luz elétrica por aqui?
25. Desde a instalação da luz elétrica alguma coisa mudou na região?
26. E na vida de vocês o que mudou?
27. Houve mudança no tipo de atividade econômica da família?
28. Tinha muita praga na lavoura? Como faziam para combater?
29. Tem acontecido falta d'água por aqui ? Em que época ?
30. Como eram as casas aqui por perto? Mudaram com o passar do tempo?
31. Que tipo de maquinário utilizava nas suas atividades? Que tipo usa?
32. Como era a terra quando vocês chegaram aqui? Era fértil? e hoje? Mudou alguma coisa com o passar do tempo?
33. Na propriedade de vocês tem alguma erosão do solo?
34. Vocês precisam usar adubos? De que tipo?



ANEXO 03: Mapa de Classes de Declividade da Bacia do Rio Marrecas.

ANEXO 04: Censo industrial do Paraná: Dados gerais do município de Francisco Beltrão ano de 1970.

Gêneros da indústria	Nº de Estabelecimentos	Total de pessoal ocupado	Total pessoal ligado a produção	Média mensal de pessoal ocupado	Total de Salários	
					Total	Ligados produção
<i>Total</i>	87	672	540	636	1327	1085
<i>Transformação de produtos minerais não metálicos</i>	2					
<i>Metalmúrgica</i>	6	27	17	25	36	21
<i>Mecânica</i>	2					
<i>Material elétrico e de comunicações</i>	2					
<i>Material de transporte</i>	4	18	9	17	33	15
<i>Madeira</i>	17	426	390	406	985	86
<i>Mobiliário</i>	10	26	9	27	41	19
<i>Vestuário, calçados e artefatos de tecido</i>	3	14	9	14	19	19
<i>Têxtil e borracha</i>	2					
<i>Produtos alimentares</i>	26	99	64	96	97	82
<i>Bebidas e diversos</i>	2					
<i>Editorial e gráfica</i>	4	18	11	15	37	22

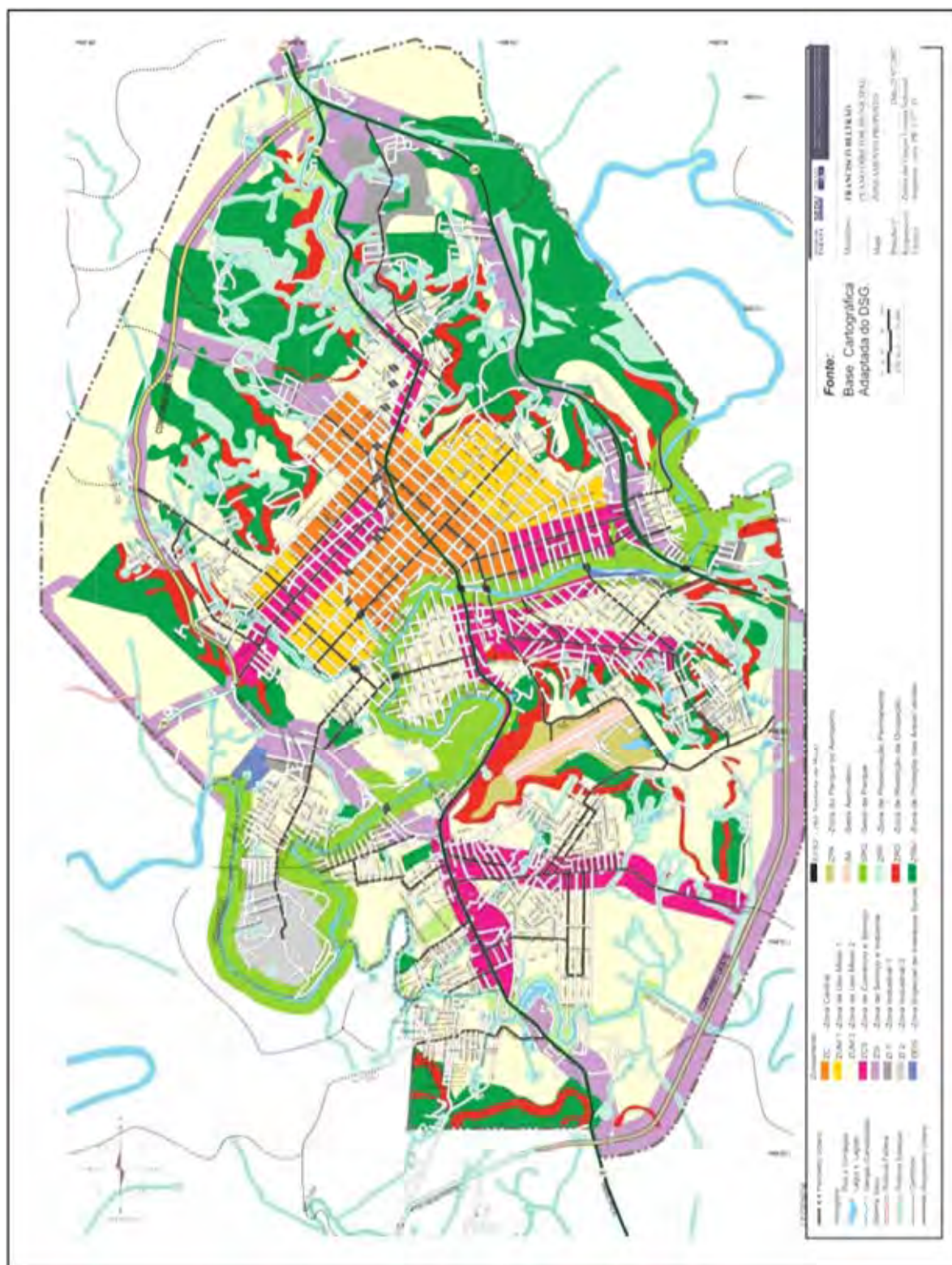
Fonte: IBGE: Pesquisa 24/08/01. Obs: Os valores monetários em cruzeiros.

ANEXO 05: Censo industrial do Paraná: Dados gerais do município de Francisco Beltrão Ano de 1980.

Gêneros da indústria	Nº de Estabelecimentos	Total de pessoal ocupado	Total pessoal ligado a produção	Média mensal de pessoal ocupado	Total de Salários	
					Total	Ligados produção
<i>Total</i>	93	1835	1445	1824	128263	108657
<i>Transformação de produtos minerais não metálicos</i>	10	84	64	78	4259	3806
<i>Metalúrgica</i>	6	43	47	78	4259	3806
<i>Mecânica</i>	6	85	64	81	6646	5792
<i>Material elétrico e de comunicações</i>	2	-	-	-	-	-
<i>Material de transporte</i>	6	38	24	38	2153	2153
<i>Madeira</i>	22	1142	966	1195	87721	74693
<i>Mobiliário</i>	9	119	90	110	7189	6144
<i>Química, Borrachas, Perfumaria, sabores e velas</i>	4	-	-	-	-	-
<i>Têxtil, Vestuário, calçados e artefatos de tecido</i>	4	-	-	-	-	-
<i>Produtos alimentares</i>	15	97	59	89	5644	4042
<i>Bebidas</i>	1	-	-	-	-	-
<i>Editorial e gráfica</i>	4	34	26	34	2423	2303
<i>Diversos</i>	1	-	-	-	-	-
<i>Unidades auxiliares administrativas</i>	3	21	-	9	1830	-

Fonte IBGE: Pesquisa feita 24/08/01. Obs: Os valores monetários em cruzeiros.

## ANEXO 06 : Mapa de Zoneamento urbano – Francisco Beltrão, 1996.



Fonte: Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão – PDDU (1996).

## ANEXO 07: Verticalização na Área Urbana de Francisco Beltrão/PR - década de 1970

<b>Prédio N°</b>	<b>OBRA</b>	<b>DATA DE EXPEDIÇÃO DO ALVARÁ</b>	<b>DATA DE EXPEDIÇÃO DO HABITE</b>	<b>ÁREA EM METROS QUADRADOS</b>	<b>LOCALIZAÇÃO QUADRA/LOTE</b>	<b>N° DE PAVIMENTOS</b>
<b>01</b>	Edifício Residencial e Comercial Rosseto, situado na Av. J. A. Cavalheiro licença para construção para Avelino Rosseto, Construído pela Empretec	20/01/1970	-	560,00	Quadra – 137 Lote - 01	5
<b>02</b>	Condomínio Edifício Silvana, Situado na Av. Julio Assis Cavalheiro, licença para construção para APM – Alaor Prata Martins e Cia Ltda.	23/01/1970	20/08/1971	1.843,37	Quadra – 150 Lote – 16 – 14	3
<b>03</b>	Conjunto Residencial e Comercial. Karan Araújo e Cia. Ltda., Situado na Av. Julio Assis Cavalheiro	19/06/70	-	1.911,93	Quadra – 134 Lote – 11 e 13	4
<b>04</b>	Conjunto Residencial e Comercial. Proprietários: José Armando, Antonio Ivo e Ivanir Schimitz. Situado na Av. Julio Assis Cavalheiro	13/10/1970	-	1.325,19	Quadra – 155 Lote – 10A, 10B	4
<b>05</b>	Isidoro Auache. Situado na Av. Julio Assis Cavalheiro. Licença para construção concedida para Isidoro Auache. Construtora Britania Leovan Ltda. Eng. Civil Tarciso Henrich.	14/11/1974	-	1.652,81	Quadra – 06 Lote - 06	4
<b>06</b>	Edifício Residencial e Comercial, Felisbino Soranso, Situado na Rua Frei Deodato	19/08/1975	23/11/1976	609,40	Quadra – 136 Lote – 01	3
<b>07</b>	Edifício Residencial e Comercial Irmãos Dalla Vecchia Ltda. Situado na Rua Tenente Camargo. Construtora Empretec	04/08/1976	10/10/1977	954,9	Quadra – 158 Lote – 16	3
<b>08</b>	Edifício Residencial e Comercial Floriano Penso. Situado na Av. Julio Assis Cavalheiro. Construtora Empretec.	25/03/1976	16/09/1977	1.608,68	Quadra – 153 Lote – 06	4
<b>09</b>	Edifício Residencial e Comercial Adelmo Mello.	04/11/1976		508,86	Quadra – 135	

	Rua Tenente Camargo. Licença de construção cedida a Adelmo de Mello. Construtora Dimavi		-			Lote – 16	3
<b>10</b>	Edifício Adacy Maria Mella. Av. Julio Assis Cavalheiro. Licença cedida a Adacy Maria Mella. Construtora Dimavi.	19/11/1976	-	777,6		Quadra – 156 Lote – 10	3
<b>11</b>	Hotel e Loja. Lincea cedida a Isidoro Auache. Construtora Empretec.	22/02/1976	-	743,7		Quadra – 384 Lote – 01	3
<b>12</b>	Edifício Residencial e Comercial de Wolf Paulo Trentin. Av. J. Assis Cavalheiro. Construtora Empretec	18/05/1976	-	741,6		Quadra – 134 Lote - 02	3
<b>13</b>	Edifício Residencial e Comercial de propriedade de Itacy Brocardo, Ivo Bettiato e Espedito Bettiato. Rua Ponta Grossa. Construtora Empretec.	10/06/1976		1.263,96		Quadra – 156 Lote - 15	3
<b>14</b>	Edifício Massarollo	1977		2.025,75		Quadra – 137 Lote – 15	5
<b>15</b>	Edifício Residencial e Comercial de João Batista Zancanaro. Construtora Empretec.	08/08/1977		1.068,48		Quadra – 158 Lote – R/02-A	4
<b>16</b>	Edifício Residencial e Comercial de Ivo Mezoni. Rua Frei Deodato esquina com Rua Rio de Janeiro. Construtora Sudoeste.	08/11/1977		691,06		Quadra – 136 Lote – 03	4
<b>17</b>	Edifício Residencial e Comercial de Setembrino Rossi. Rua Antonina esquina com Rua Rio de Janeiro. Construtora Sudoeste.	24/01/1977		972,00		Quadra – 274 Lote – 15	4
<b>18</b>	Dimapal – Distribuidora Maquinários Agrícolas Paraná Ltda. De propriedade de Boaventura a Teixeira da Luz. Rua Antonina esquina com Rua Rio de Janeiro. Construtora Sudoeste	09/02/1977	16/02/1978	1.770,23		Quadra – 276 Lote – 12	3

<b>19</b>	Edifício Residencial e Comercial de propriedade de Joecy Tártari Giacobbo. Rua Frei Deodato. Rua Frei Deodato esquina com Rua Rio de Janeiro. Construtora Empretec.	28/09/1977		2.583,00	Quadra – 129 Lote - 01	7
<b>20</b>	Edifício Argentino Salvatti. De propriedade da Firma Mazzocco, Salvati e Cia. Ltda. Rua Ponta Grossa. Empretec – Arquiteto Dalcy Salvati	14/04/1978	-	1.429,7	Quadra – 157 Lote – 15 – A	4
<b>21</b>	Edifício Residencial e Comercial Angelo Urio. De propriedade de Névio Urio, Acyr Miguel urio, Irma Maria Urio. Rua Vereador Romeu Lauro Werlang. Construtora Empretec	08/11/1978	-	606,56	Quadra – 157 Lote – 05	3
<b>22</b>	Edifício Residencial e Comercial de Felisbino Soranso. Julio Assis Cavalheiro. Estilos Construções. Eng. Loreni Fenalti da Costa	08/01/1979	-	560,00	Quadra – 136 Lote – 1 – A	3
<b>23</b>	Palace Província Hotel. Incorporações Província Ltda. Arquiteto José Diogenes Uady. Rua São Paulo (registrado para Rua Amazonas)	17/01/1979	-	1.749,78	Quadra – 162 Lote – 05	3
<b>24</b>	Edifício Residencial e Comercial de Oscar Batista da Silva. Av. Julio Assis Cavalheiro. Construtora Mainardi de Dois Vizinhos	19/10/1979	-	818,4	Quadra – 276 Lote - 06	3
<b>25</b>	Edifício Residencial e Comercial de Manoel Antonio de Andrade. Av. Julio Assis Cavalheiro. Construtora Sudoeste.	01/03/1979	-	625,86	Quadra – 156 Lote – 12	3
<b>26</b>	Edifício Residencial e Comercial de Dorvalino Masero. Rua Curitiba esquina com Rua Rio de Janeiro. Construtora Sudoeste	04/05/1979	-	1.073,00	Quadra – 129 Lote – 05 - A	4
Fonte Primária: Cadastro Imobiliário da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão / Fonte Secundária: Adaptado de CASARIL (2004).						



## ANEXO 07 - continuação: Verticalização na Área Urbana de Francisco Beltrão/PR - década de 1980

<b>Prédio Nº</b>	<b>OBRA</b>	<b>DATA DE EXPECIÇÃO DO ALVARÁ</b>	<b>DATA DE EXPECIÇÃO DO HABITE</b>	<b>ÁREA EM METROS QUADRADO</b>	<b>LOCALI- ZAÇÃO QUADRA/ LOTE</b>	<b>Nº DE PAVIMENT OS</b>
<b>1</b>	Edifício Residencial e Comercial de Alcion Luiz Soares de Abreu. Rua Rio de Janeiro	13/03/1980	-	455,83	Quadra – 136 Lote – 3 – B	3
<b>2</b>	Edifício Residencial e Comercial de Mario Vargas Junqueira da Rocha. Av. Julio Assis Cavalheiro. Empretec.	09/10/1980	Parcial em 31/05/1983	2.549,44	Quadra – 153 Lote – 04	7
<b>3</b>	Edifício Residencial e Comercial de Ernesto Luis Gagliotto. Av. Julio Assis Cavalheiro. Estilos Construções.	21/08/1980	-	1.285,00	Quadra – 151 Lote – 04	3
<b>4</b>	Edifício Roma	1981	-	469,44	Quadra – 243 Lote – 10	3
<b>5</b>	Edifício Residencial e Comercial de Delvino Donatti. Av. Julio Assis Cavalheiro. Construtora Lauri Augusto Noschang	22/06/1981	-	921,45	Quadra – 134 Lote – 03	5
<b>6</b>	Edifício Residencial e Comercial de Idalino Rinaldi. Av. Julio Assis Cavalheiro. Samenge Construções Civis Ltda.	25/03/1982	-	1.094,00	Quadra – 272 Lote – 04	4
<b>7</b>	Edifício Residencial e Comercial de Balbina Veronica Giodani Polli. Rua Porto Alegre. Construído por Lauri Augusto Noschang	17/08/1982	14/08/1983	445,74	Quadra – 276 Lote – 20	3
<b>8</b>	Edifício Residencial e Comercial Pazetto. De Domingos Evaristo Pazetto. Rua São Paulo. Samenge Construções Civis Ltda.	04/02/1983	-	673,20	Quadra – 159 Lote – 04	4
<b>9</b>	Edifício Residencial e Comercial de Geraldo Faust. Av. Julio Assis Cavalheiro. Engebel –	17/08/1983	-	732,35	Quadra – 111- A	4



	Cavalheiro, Construtora Sudoeste (sistema de condomínio)									
<b>20</b>	Edifício de Propriedade do instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social. Rua Guanabara. Construtora Rivadavia Clok e Cia. Ltda.	24/03/1987	-	1.844,80	Quadra – 76 Lote – ?					13
<b>21</b>	Condomínio Conjunto Caiobá. Rua Palmas. Empretec (sistema de condomínio)	17/08/1987	11/09/1989	2.041,90	Quadra – 202 Lote – 16 A					4
<b>22</b>	Conjunto Residencial Marrecas II. Rua Brasília. Construtora Pantheon Ltda (Engenharia Montemezzo)	24/08/1987	-	1.020,00	Quadra – 76 Lotes – 16 e 18					3
<b>23</b>	Conjunto Residencial Vila Nova. Rua Clevelândia. Construtora Sudoeste.	03/12/1987	10/07/1989	3.812,12	Quadra – Gleba 0 - FB Lote – 16 <sup>a</sup>				Quatro blocos com 4 andares cada	
<b>24</b>	Edifício Comercial e Residencial Ilha do Mel. Rua Vereador Romeu Lauro Werlang. Construtora Empretec (sistema de condomínio)	29/10/1987	-	7.415,88	Quadra – 177 Lote – 06					18
<b>25</b>	Edifício Scala. Ruas Porto Alegre equina com Rio de Janeiro. Construtora Sudoeste.	21/10/1987	-	5.812,85	Quadra – 275 Lote – 19					3
<b>26</b>	Edifício Comercial e Residencial Monte Carlo. Concimetal Construções Cíveis e Metálicas Ltda. Rua São Paulo	28/09/1987	-	1.080,72	Quadra – 159 Lote – 4A					4
<b>27</b>	Edifício San Fernando. Av. Julio Assis Cavalheiro. Construtora Sudoeste (sistema de condomínio)	22/12/1987	-	6.309,69	Quadra – 137 Lote – 05					17
<b>28</b>	Edifício Comercial e Residencial Iguaçú. Rua Frei Deodato. Empretec (sistema de condomínio)	13/12/1988	24/02/1992	4.667,66	Quadra – 136 Lote – 02 e 03A					12

<b>29</b>	Edifício do Banco do estado do Paraná (Banco Itaú). Rua Tenente Camargo. G.A Cima Construções Cíveis Ltda (de Cascavel/PR)	24/11/1988	06/09/1989	4.187,56	Quadra – 130 Lote – 01	3
<b>30</b>	Edifício San Conrado. Rua Rio de Janeiro. Concimetal Construções Cíveis e Metálicas Ltda.	14/10/1988	-	5.434,37	Quadra – 135 Lote – 14	7
<b>31</b>	Edifício Pecoits, Zanatta e Cia Ltda. Rua Tenente Camargo. Concimetal Construções Cíveis e Metálicas Ltda.	13/04/1988	-	1.092,16	Quadra – 135 Lote – 14 <sup>a</sup>	3
<b>32</b>	Edifício Savegnago	1989	1991	2.448,53	Quadra – 371 Lote – 35	7
<b>33</b>	Edifício Comercial e Residencial Alfana Magazine Ltda. Av. Julio Assis Cavalheiro.	15/05/1989	-	1.082,22	Quadra – 156 Lote – 02	4
<b>34</b>	Edifício Comercial e Residencial Ed. Nápolis. Rua Ver. Romeu Lauro Werlang. Construtora Salvatti	05/06/1989	-	1.048,69	Quadra – 157 Lote – 11	4
<b>35</b>	Edifício San Francisco. Cosntrutora Barbieri – Construções e Incorporações Ltda.	30/10/1989	-	5.693,7	Quadra – 272 Lote – 05	9
<b>36</b>	Edifício Comercial e Residencial. De Jaime Roberto Dalla”Agnese. Rua Nossa Senhora das Graças	02/02/1989	-	458,67	Quadra – 376 Lote – 02A	3
<b>37</b>	Conjunto Edifício Residencial Irmã Maria. Rua Bahia. Construtora Pantheon Ltda (Engenharia Montemezzo).	01/11/1989	08/07/1996	1.599,12	Quadra – 98 Lote – 06	4
<b>38</b>	Edifício Ana Louise. Rua Londrina esquina com Rua Guanabara. Construtora Sudoeste.	03/11/1989	-	904,42	Quadra – 85 Lote – 02	4
Fonte Primária: Cadastro Imobiliário da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão / Fonte Secundária: Adaptado de CASARIL (2004).						

## ANEXO 07 - continuação: Verticalização na Área urbana de Francisco Beltrão/PR - década de 1990

<b>Prédio N°</b>	<b>OBRA</b>	<b>DATA DE EXPEDIÇÃO DO ALVARÁ</b>	<b>DATA DE EXPEDIÇÃO DO HABITE</b>	<b>ÁREA EM METROS QUADRADOS</b>	<b>LOCALIZAÇÃO QUADRA/LOTE</b>	<b>N° DE PAVIMENTOS</b>
<b>1</b>	Edifício Comercial e Residencial. De Orestes Davagio, Rua Curitiba. Construtora Pantheon Ltda. (Engenharia Montemezzo)	08/11/1990	25/09/1991	428,14	Quadra – 129 Lote – 34/35	3
<b>2</b>	Condomínio Verona	1991	1996	3.267,30	Quadra – 197 Lote – 15	4
<b>3</b>	Edifício Comercial e Residencial. De propriedade de Condomínio Edifício Alluvan. Av. J. A. Cavalheiro esquina com Luiz Antonio Faedo. Construtora Salvatti.	09/07/1991	-	1.913,62	Quadra – 139 Lote – 02A	6
<b>4</b>	Edifício Residencial Florença. Rua Alagoas. Construtora Salvatti.	14/06/1991	-	2.259,48	Quadra – 237 Lote – 08	4
<b>5</b>	Edifício Comercial. De Ademir Pavelegine. Rua Campo Largo esquina com Rua Goiás.	19/10/1992	25/03/1993	1.031,44	Quadra – 229 Lote – 04/05	3
<b>6</b>	Edifício Comercial e Residencial. De Alberico Americo Ribeiro. Rua Guanabara. I. R. Engenharia e Incorporações Ltda.	04/11/1992	-	450,13	Quadra – 82 Lote – 12A	3
<b>7</b>	Edifício Comercial e Residencial. de João B. Cortung. Rua Porto Alegre. Engenheiro Francisco C. Aquino.	26/10/1993	-	487,33	Quadra – 279 Lote – 20A	3
<b>8</b>	Edifício Comercial e Residencial. De Nery Pazetto. Rua Bahia esquina com rua Londrina. Construtora HABITEC Engenharia.	02/04/1993	-	426,02	Quadra – 88A Lote – 01	3
<b>9</b>	Edifício Comercial e Residencial. Av. Luiz Antonio Faedo. De Landu de Oliveira. Construtor	05/04/1993	-	595,2	Quadra – 111A Lote – 9A	3

	Eng. Civil Francisco C. Aquino.							
<b>10</b>	Edifício Comercial e Residencial. Rua Presidente Getúlio Vargas esquina com A. Petrassim. De Angelo Savergnini.	19/04/1993	-	322,7	Quadra – 331 Lote – 01	3		
<b>11</b>	Edifício Comercial e Residencial. Rua Pará. De Leonir Faenello. Construtora Enproblel – IR – Engenharia e Incorporações Ltda.	01/07/1993	-	993,7	Quadra – 126A Lote – 01D	4		
<b>12</b>	Edifício Residencial San Marino. Rua Ponta Grossa esquina com Rua Rio Grande do Sul. Construtora Salvatti.	24/09/1993	30/08/1996	1.142,42	Quadra – 200 Lote – 2A	4		
<b>13</b>	Edifício Residencial Vitória Régia. Rua Londrina esquina com Rua Mato Grosso. De propriedade da Construtora Sudoeste.	06/01/94	-	1.724,9	Quadra – 85 Lote – 03	4		
<b>14</b>	Edifício Comercial e Residencial. Rua Ver. Romeu Lauro Werlang. De Alberi Agnoletto. Construtora Apolski.	13/01/1994	-	1.111,9	Quadra – 269 Lote – 12 e 16	4		
<b>15</b>	Edifício Comercial para fins hospitalares. Da Clínica de Radiologia Santa Tereza Ltda. Rua tenente Camargo esquina com Rua Otaviano Tx dos Santos. Construtora Salvatti.	05/05/1994	-	2.424,4	Quadra – 180 Lote – 14A - 16	5		
<b>16</b>	Edifício Comercial e Residencial. De Comércio de Pneus Kide Ltda. Rua Santa Catarina. Construtora Salvatti.	11/05/1994	20/03/97	814,64	Quadra – 368 Lote – 25	3		
<b>17</b>	Condomínio Real Center. Rua Antonio de Paiva Cantelmo. Construtora Engelbel (Sistema de Condomínio).	09/03/1994	-	11.435,5	Quadra – 131 Lote – 13	22		
<b>18</b>	Condomínio Residencial San Remo. Rua Otaviano Tx dos Santos. Construtora Salvatti	04/05/1994	-	3.717,7	Quadra – 178 Lote – 13	4		

<b>19</b>	Edifício Comercial e Residencial. Rua Pres. Getúlio Vargas. De Ermínio Servegnini. Construtora Samenge.	30/05/1994	-	481,7	Quadra – 338B Lote – 4	3
<b>20</b>	Edifício Comercial e Residencial. De Carlos A. Kessler e Hilario J. Bellio. Rua Rio Grande do Sul	06/07/1994	-	420,8	Quadra – 266 Lote – 12	3
<b>21</b>	Edifício Comercial e Residencial. Rua Otaviano Tx dos Santos. De Davi Aurélio Lorenzetti. Construtora Davi A. Lorenzetti.	18/08/1994	-	711,6	Quadra – 268 Lote – 22	4
<b>22</b>	Edifício Comercial e Residencial.. de Orestes Sebastião Calegari. Rua Brasília.	31/08/1994	-	896,2	Quadra – 77 Lote – 9	3
<b>23</b>	Edifício Maqgil	13/09/1995	-	3.238,5	Quadra – 159 Lote – 02	4
<b>24</b>	Edifício Residencial Esplanada Gama. Rua Bahia esquina com Rua Maringá. De propriedade da Construtora Sudoeste.	23/11/1994	13/03/1998	774,0	Quadra – 88A Lote – 07B	4
<b>25</b>	Edifício Blue Moon	1995	1998	1.734,3	Quadra – 197 Lote – 13	5
<b>26</b>	Edifício Residencial e Comercial Ferbru. Rua União da Vitória. De Pedrinho Veroneze. Construtora Apolski.	22/02/1995	-	640,8	Quadra – 84 Lote – 16	4
<b>27</b>	Edifício Residencial e Comercial. De Mario A. Garcia Vargas. Av. General Osório esquina com Papa Pio XII. Construtora Sudoeste.	06/03/1995	-	2.099,4	Quadra – 388 Lote – 1	3
<b>28</b>	Edifício Residencial e Comercial. De Orley Jayr Lopes. Rua Tenente Camargo.	02/05/1995	-	871,6	Quadra – 81 Lote – 04A	3
<b>29</b>	Edifício Residencial e Comercial. De Vera L. T. Moresco e outros. Av. Antonio de Paiva	06/05/1995	-	771,9	Quadra – 274 Lote – 13	4

	Cantelmo. Samenge Construções Cíveis.							
<b>30</b>	Edifício Residencial e Comercial. De Arcelino Dal'Alibera. Av. Antonio de Paiva Cantelmo.	22/06/1995	-	974,2	Quadra – 138 Lote – 04	3		
<b>31</b>	Edifício Comercial Serraglio Trade Center. Av. Julio Assis Cavalheiro. Construtora Sudoeste.	18/07/1995	-	4.334,6	Quadra – 134 Lote – 15	8		
<b>32</b>	Edifício Residencial e Comercial. De Clair Bernadetti Picolotto. Rua Sergipe. Engebel – Engenharia e Empreendimentos.	04/01/1996	14/11/00	1.047,5	Quadra – 179 Lote – 05	4		
<b>33</b>	Edifício Residencial Victória. Rua Mato Grosso. Empretec.	28/06/1996	18/09/1997	1.260,5	Quadra – 88A Lote – 08	4		
<b>34</b>	Edifício Residencial e Comercial. De Ademir Novello. Rua Curitiba. Construtora Salvatti.	19/06/1996	-	777,4	Quadra – 128 Lote – 1A	3		
<b>35</b>	Edifício Residencial e Comercial Capanema. De propriedade do Posto Amizade Ltda. (Dirceu M. Roso). Samenge Construções.	23/01/1996	22/06/1999	1.149,4	Quadra – 270 Lote – 04	4		
<b>36</b>	Edifício residencial Esplanada Delta. Rua Bahia. Construtora Sudoeste.	24/05/1996	09/08/2001	830,1	Quadra – 88A Lote – 07	4		
<b>37</b>	Edifício Residencial e Comercial Ermíria Marta. Rua dos Pioneiros de Francisco Beltrão. De propriedade da CODISA Construtora Dillon Ltda. Canzi Construções.	31/05/1996	30/03/00	650,1	Quadra – 385 Lote – 5A	4		
<b>38</b>	Edifício Residencial e Comercial Condomínio Vila Maria. Rua União da Vitória esquina com Rua Guanabara. Engebel.	07/07/1996	17/11/00	1.607,2	Quadra – 84 Lote – 16A	4		
<b>39</b>	Edifício Residencial Vila Park. Rua Clevelândia. Construtora Sudoeste.	18/09/1996	18/05/1999	3.781,5	Gleba 03 - FB Lote – 16B	3 blocos com 4 andares cada		
<b>40</b>	Residencial Belville. Rua Curitiba. Engebel.	05/12/1996	04/01/01	2.076,7	Quadra – 91B	4		



<b>41</b>	Edifício Residencial Florença. Rua Alagoas. Construtora Sudoeste.	04/03/1997	+	2.259,48	Lote – 12 Quadra – 237 Lote – 08	4
<b>42</b>	Edifício residencial. De Volnei Angelo Baldo e outros. Rua Argentina. HABITEC Engenharia.	04/06/1997	22/04/1998	547,4	Quadra – 40 Lote – 25	4
<b>43</b>	Edifício Residencial e Comercial. De Amarildo Baséggio e Cia Ltda. Rua Santo Antonio. Construtora Apolski.	29/08/1997	26/07/2001	1.025,54	Quadra – 366 Lote – 19	5
<b>44</b>	Condomínio Edifício Aline. De Jacir Jorge Casaril e outros. Rua Curitiba. Empretec.	29/08/1997	17/04/2000	1.853,6	Quadra – 160 Lote – 01A	4
<b>45</b>	Edifício Residencial e Comercial. De Gilmar A. Kerber. Rua União da Vitória esquina com Rua Guanabara. Construtora Sudoeste.	14/10/1997	-	645,2	Quadra – 85B Lote – 02	3
<b>46</b>	Residencial Premium Park Empresarial. Engebel.	01/11/1997	15/10/2001	2.630,9	Quadra – 111A Lote – 10A	5
<b>47</b>	Condomínio residencial Juventina. Av. Pirassununga.	27/11/1997	+	1.711,3	Quadra – 565 Lote – 01	4
<b>48</b>	Edifício Residencial e Comercial Condomínio Acácia. Rua tenente Camargo. Samenge Construções Cíveis.	27/11/1998	14/03/2000	782,7	Quadra – 197 Lote – 13B	4
<b>49</b>	Edifício Milenium. Av. Julio Assis Cavalheiro esquina com Rua Curitiba. De propriedade e construção de ENGEBEL (sistema condomínio).	08/03/1998	-	5.178,5	Quadra – 136 Lote – 09	23
<b>50</b>	Condomínio Edifício Antonina. De Acyr Miguel Urio e outros. Av. Antonio de Paiva Cantelmo esquina com Antonina.	08/10/1998	12/07/2001	4.457,4	Quadra – 274 Lote – 15	4
<b>51</b>	Residencial e Comercial. Condomínio Edifício Alphaville. Rua São Paulo. (Arquiteta Heliere	27/07/1999	26/09/2003	2.601,98	Quadra – 152 Lote – 11	4

	Beatriz Rescke).							
<b>52</b>	Edifício Residencial. De Maria Saete Vargas Basso. Rua Giocondo Felipe. K.S. Construções Arquitetura e Engenharia.	28/09/1999	07/06/2002	1.182,9	Quadra – 67 Lote – 05	4		
Fonte Primária: Cadastro Imobiliário da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão / Fonte Secundária: Adaptado de CASARIL (2004).								

**ANEXO 07 - continuação: Verticalização da Área urbana de Francisco Beltrão - ano 2000 a 2004.**

<b>Prédio N°</b>	<b>OBRA</b>	<b>DATA DE EXPEDIÇÃO DO ALVARÁ</b>	<b>DATA DE EXPEDIÇÃO DO HABITE</b>	<b>ÁREA EM METROS QUADRADOS</b>	<b>LOCALIZAÇÃO QUADRA/LOTE</b>	<b>N° DE PAVIMENTOS</b>
<b>01</b>	Edifício Residencial e Comercial. Beviláquia. De Carbraz Indústria Metalúrgica Beviláquia. Rua Otaviano Teixeira dos Santos. Habitec Engenharia.	16/04/2000	-	1.147	Quadra – 175 Lote – 05	3
<b>02</b>	Residencial Fabris. Construtora Sudoeste.	2000	-	838,4	Quadra – 200 Lote – 06	3
<b>03</b>	Edifício Residencial e Comercial.. de Clodoaldo Zanrosso Antunes. Av. Antonio de Paiva Cantelmo.	27/04/2000	-	551,00	Quadra – 128 Lote – 06	3
<b>04</b>	Edifício Residencial e Comercial. De Ivanir Pedro Balestiero. Rua Ver. Romeu Lauro Werlang. Habitec Engenharia.	24/07/2001	-	545,9	Quadra – 161 Lote – 09	3
<b>05</b>	Edifício da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão. Rua Otaviano Tx. Dos Santos. Construtora Sudoeste.	18/08/2000	16/10/2001	4.504	Quadra – 177 Lote – 13	3
<b>06</b>	Edifício Residencial e Comercial. De Adelir Tonini Scopel. Rua Antonio Carneiro neto. VH	05/09/2000	-	968,00	Quadra – 590 Lote – 03	4

	Engenharia e Scopel Engenharia.							
<b>07</b>	Edifício Residencial e Comercial. De José Jacir Ribeiro de Deus. Av. Luiz Antonio Faedo. Samenge Construções Cíveis.	28/09/2000	-	819,6	Quadra – 131 Lote – 02	3		
<b>08</b>	Edifício Residencial e Comercial. De Gerson Luiz Werlang e outros. Rua Ver. Romeu Lauro Werlang. (Arquiteto Dalcy Salvatti).	19/04/2001	-	1.246,7	Quadra – 160 Lote – 05	4		
<b>09</b>	Edifício Residencial e Comercial. De Boleslau Conhizak. Rua Pará. Apolski Construtora.	15/03/2002	-	1.046,1	Quadra – 126A Lote – 2B	4		
<b>10</b>	Edifício Residencial e Comercial. De Roberto Mocelin e outros. Rua Giocondo Felipe.	15/01/2002	-	805,6	Quadra – 71 Lote – 2A	4		
<b>11</b>	Edifício Residencial e Comercial. De Valdir Barbieri Vrela. Av. Luiz Antonio Faedo. (Arquiteto Dalcy Salvatti).	01/10/2002	-	3.218,00	Quadra – 131 Lote – 06	6		
<b>12</b>	Edifício Residencial e Comercial. De Sebastião A. Junkes & Felipe A. Junkes. Av. Antonio de Paiva Cantelmo. IR – Engenharia Civil.	24/09/2002	-	555,5	Quadra – 137 Lote – 10A	3		
<b>13</b>	Edifício Residencial e Comercial. De Elair C. H. da Silva Perondi. Travessa Frei Deodato. (Arquiteto Dalcy Salvatti).	17/06/2003	-	1.125,00	Quadra – 153 Lote – 1A	3		
<b>14</b>	Edifício Residencial e Comercial. Alfredo Cavagnoli. Rua Ponta Grossa esquina com Av. Antonio de Paiva Cantelmo (Arquiteto Dalcy Salvatti)	19/09/2003	-	3.364,6	Quadra – 135 Lote – 2A	8		
<b>15</b>	Edifício Residencial e Comercial. De vera Lucia da Silva Wulff. (Arquiteta Heliete Beatriz Rescke)	28/10/2003	-	1.050,5	Quadra – 198 Lote – 8A	4		
<b>16</b>	Edifício Residencial e Comercial. De Maria L. M. Cordeiro. Rua Porto Alegre. Engebel.	30/10/2003	-	821,7	Quadra – 283 Lote – 30	3		

<b>17</b>	Edifício Residencial. De propriedade da Serraglio Engenharia e Obras Ltda. Construtora Sudoeste.	03/12/2003	-	872,6	Quadra – 123 Lote – 05	4
<b>18</b>	Edifício Residencial e Comercial. De Valmor Merisio. Rua São Paulo. IR – Engenharia Civil.	11/12/2003	-	1.053,75	Quadra – 277 Lote – 18	4
<b>19</b>	Edifício Residencial e Comercial. De Clodoaldo Zanrosso Antunes. Rua Antonio de Paiva CanteImo.	12/12/2003	-	512,1	Quadra – 128 Lote – 26	3
<b>20</b>	Edifício Residencial e Comercial. De Merelim Renata Severo de Lara. Rua Palmas. Habitec Engenharia.	02/03/2004	-	492,4	Quadra – 114 Lote – 19	3
<b>21</b>	Edifício Residencial e Comercial. De Antonio farinha Jorge Junior. Rua Ponta Grossa. (Arquiteto Dalcy Salvatti). Samenge Construções Cíveis	14/04/2004	-	1.662,6	Quadra – 135 Lote – 02	4
<b>22</b>	Edifício Residencial e Comercial. De Tarcisio Reinehr. Av. Luiz Antonio faedo. (Arquiteto Erval V. de Oliveira)	03/05/2004	-	921,25	Quadra – 126A Lote – 02	3
<b>23</b>	Edifício Residencial Valença. Rua Giocondo Felipe. De propriedade e construção da Empretec – Empreendimentos e Construções Ltda.	28/07/2004	-	1.260,5	Quadra – 70 Lote – 06	4
<b>24</b>	Edifício Residencial. De César Eduardo R. G. Censi. Rua Otaviano Tx. Dos Santos. (arquiteto Dalcy Salvatti)	12/08/2004	-	775,4	Quadra – 313 Lote – 09 e 11	4
Fonte Primária: Cadastro Imobiliário da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão / Fonte Secundária: Adaptado de CASARIL (2004).						